

O GAÚCHO

BRASIL 500 ANOS



Fundado no Sesquicentenário da Batalha do Seival



Vet Cel Eng Cláudio Moreira Bentro

Livro Digital
Editor Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

SUMÁRIO

Apresentação	4
Nº 24 - 200 anos do Conde de Porto Alegre - Ano 2004- Cel Cláudio Moreira Bento	
Palestra sobre o Conde de Porto Alegre - Manuel Marques de Souza III - AHIMTB - IHTRGS	5
Nº 25 – Ano 2004 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Fundamentos das tradições militares gaúchas	17
Guerras e revoluções de 1737 a 1946 no sul	24
Cronologia da História da 3ª Região Militar	25
Nº 26 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Edson Otto e sua projeção no tradicionalismo gaúcho – Cel Bento	26
José Edson Otto - Jose Conrado de Souza(X)	31
José Edson Gobbi Otto: Valeu !!! - Ivo Benfatto(X)	32
Nº 27 - Ano 2005 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Os 60 anos da conquista de Monte Castelo pela FEB em 21 fevereiro de 1945 ...	39
Calendário da FEB – ano de 1942	46
Nº 28- Comemorativo aos 250 anos de Dom Diogo de Souza - Ano 2005 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Os 250 anos do 1º Governador e Capitão General do atual Rio Grande do Sul (de 19 out 1809 - 13 nov 1814)	58
Medalha do Mérito Histórico Farroupilha do IHTRGS	61
Medalha do Cel Átilo Escobar	62
Medalha Estrela de Reconhecimento	62
Nº 29 - Ano 2005 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O Exército e a Revolução Farroupilha - uma releitura	63
Atividades do IHTRGS	65
Nº 30 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Canabarro em Porongos	66
Nº 31- Ano 2006 - Especial 20 anos do IHTRGS – Cel Cláudio Moreira Bento	
Othelo Rosa, Canabarro de Porongos	89
Nº 32 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O espírito militar do poeta Mário Quintana	102
O combate de Porongos - um assunto que já havia transitado em julgado no tribunal da História da Revolução Farroupilha	103
Os soldados negros farrapos na surpresa de Porongos e no convênio de Ponche Verde	113
O espírito militar no poeta Mário Quintana	118
Nº 34 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
20 anos do IHTRGS	124
Nº 35 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Boaventura Ferreira – Vaqueano	134
Nº 36 - dezembro de 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Major Ângelo Pires Moreira (1913-2006)	140
Nº 37 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Etimologia das Graduações e Postos do Exército (1500-2007)	147
A última batalha do grande guerreiro	150
Nº 38 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Discurso do deputado federal Walter Peracchi Barcelos por ocasião do primeiro aniversário da Contra-Revolução Democrática de 31 de março de 1964	151
Clevelândia do Norte, Amapá	157
Nº 39 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Garibaldi, o herói de dois mundos e homem de ação de seu século na Revolução Farroupilha	158

Nº 40 - Ano 2007 - Bicentenário de Andrade Neves – Cel Cláudio Moreira Bento	
Canguçu, RS - Sesquicentenário - 1857 - Contribuição à História Militar	163
A Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e a Penicilina	173
Nº 41 - Ano 2007/Ago - Bicentenário de Andrade Neves – Cel Cláudio Moreira Bento	
A antiga comandância militar da capitania do Rio Grande do Sul - bicentenário da 3ª Região Militar	174
Nº 42 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Falecimento do acadêmico General Ventura necrológio	184
Nº 43 – Agosto de 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Necrológio de Hugo Ramirez	187
Nº 44 - Agosto de 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Caxias, o patrono da anistia	188
Nº 45 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
O Marquês de Pombal e sua projeção na consolidação da Amazônia brasileira..	190
Nº 46 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Barão de Uruguaiana	195
Nº 47 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Bicentenário do Patrono da Marinha e do 6º Gac de Rio Grande, seu berço natal	198
Nº 48 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Cel Inf QEMA Mário David Andreatza (1918-1988)	202
Nº 49 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
<i>12 de setembro de 1963: o levante de Brasília</i> - um testemunho e algumas observações - Ary dos Santos	206
Nº 50 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento	
Mateando com os Santos	213
Currículo Cultural sintético do Cel Claudio Moreira Bento	219

Apresentação

Em 1986 dirigíamos o Arquivo Histórico do Exército e atuávamos como sócio no Rio de Janeiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E decidimos fundar o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. (IHTRGS)

Instituto que visava integrar historiadores de comunidades gaúchas, em razão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul só aceitar historiadores residentes em Porto Alegre.

Outra ideia era tentar controlar a culto de falsas Tradições Gaúchal que não tinham apoio na História a qual, em realidade, é a mãe da Tradição.

Consultamos os possíveis interessados por correspondência. E a seguir o fundamos com o aval dos Presidentes dos IGHMB e IHGB. E escolhemos para a sua instalação a data de 10 de setembro de 1986 – Sesquicentenário do vitorioso combate do Seival, o qual criou condições para a criação da República Rio-Grandense. Instalação que teve lugar em concorrida cerimônia no Auditório da Escola Técnica Federal em Pelotas e teve o apoio da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história escreveríamos em 2005 em parceria com o historiador militar Cel Inf Luiz Ernani Caminha Giorgis. Dentro do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul. Seus Estatutos foram registrados em Canguçu – RS, no Tabelionato de meu irmão José Moreira Bento.

Conseguimos com a Ipiranga o fornecimento de Diplomas. E como Informativo do IHTRGS criamos **O Gaúcho** que está disponível para acessar na folha de abertura do site.

Informativo que passamos a explorar, transformando-os em livros digitais com matérias de nossa autoria, como o que a seguir elaboramos para colocar em nosso site www.ahimtb.org.br e no Google. Viva a Era Digital que nos permitiu resgatar o conteúdo dos informativos **O Gaúcho** de nossa autoria.

Veterano Cel Eng e de Estado-Maior
Cláudio Moreira Bento

Presidente Emérito e Fundador do IHTRGS

Atualmente o IHTRGS é presidido pelo Historiador e Tradicionalista Cap R2 Art
Juarez Nunes da Silva, tendo como Vice Presidente o Veterano Cel Inf e de
Estado-Maior Luiz Ernani Caminha Giorgis

**VOTOS DE BOA LEITURA AOS PESQUISADORES E LEITORES
INTERESSADOS!**

Nº 24 - 200 anos do Conde de Porto Alegre - Ano 2004 - Cel Cláudio Moreira Bento

**ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL- AHIMTB -
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL- IHTRGS
- PALESTRA SOBRE O CONDE DE PORTO ALEGRE - MANUEL MARQUES
DE SOUZA III**

IAB / SOLAR DO CONDE - 17 Jun 2004

A ESTIRPE

Vêm os Marques de Souza de uma nobreza cuja genealogia é da fidalguia portuguesa. Castilhos Goycochêa no “Condado de Porto Alegre” nos dá uma síntese biográfica da trindade homônima, avô, pai e neto. “O avô do Conde, pai do segundo Manoel Marques de Souza, foi o tenente-general do mesmo nome que figura com relevo em todas as páginas da História no período da fundação de São Pedro do Rio Grande do Sul até a Independência. Nascido, como o filho e o neto, na antiga Freguesia de Rio Grande, em 1743, é cedo envolvido nos fluxos e refluxos das duas ondas humanas que se entestavam desde Santa Catarina até a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento”, hoje Colônia, no Uruguai.

Descendia, portanto, o 1º Marques de Souza de velhos troncos portugueses, pois era filho de Antônio Simões, natural de S. Miguel do Milharado, patriarcado de Lisboa e de D. Quitéria Marques, natural de S. Mamede do Valongo, Bispado do Porto. De seu consórcio com a sorocabana D. Joaquina de Azevedo Lima, enlace efetuado em Porto Alegre a 27 de janeiro de 1774, teve entre outros, um filho a quem legou seu nome e com ele suas virtudes militares, o 2º Manoel Marques de Souza, que nasceu na capital gaúcha em 1780 e conquistou, também, as dragonas de general, antes de atingir os quarenta anos.

Este Marques de Souza, pelo nome que herdara e pelas suas façanhas militares no Sul, igualmente alcançou, em 1808, por Alvará de 31 de outubro, o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

É dele e de D. Senhorinha Inácia da Silveira que descende o 3º Manoel Marques de Souza, Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre com grandeza, tenente-general do Exército Imperial.

Os antepassados eram nobres, portanto. Nobreza de sangue e de bravura. O avô é o fundador da casa dos Marques de Souza no Brasil. O segundo, o pai, foi morto nas cercanias de Montevidéu a 21 de novembro de 1824, quando contava apenas 44 anos de idade, e que fora o herói das vitórias sobre Frutuoso Rivera no Passo de Chafalote em 24 Set 1816 e em “Índia Muerta”, em 19 Nov do mesmo ano. Ao morrer, o Brigadeiro estava de posse do decreto imperial nomeando-o para o comando em chefe do Exército em operações na Cisplatina.

Manoel Marques de Souza II fez a carreira das armas com brilhantismo

invulgar, até agora não registrado com evidência. Assentou praça em 08 Dez 1795 na Legião da Cavalaria Ligeira da Capitania de S. Pedro, quando contava 15 anos. Foi promovido a Ajudante em 01 Out 1802 e a Capitão em 25 Jul 1808. Foi Major em 1813, Tenente-Coronel e Coronel no mesmo ano de 1817, “pela intrepidez, decidido valor e lealdade com que se distinguiu na surpresa do Forte de Santa Teresa, na ação de Chafalote, que comandou, e na de Índia Muerta, em que foi ferido. E ainda, pelos distintos serviços em Montevideo. Foi Brigadeiro em 24 de junho de 1822. Todas as promoções foram por merecimento. Desde 1808 fora elevado à dignidade de fidalgo da Casa do príncipe-regente D. João.

Estes foram os dois centauros cujo sangue iria ferver nas veias de um novo rebento que lhes continuaria a tradição de bravura, ainda no período em que o Brasil começava a definir-se politicamente para a Independência.

Nascido a 13 de junho de 1804, o menino Manuel não escuta, na casa paterna, mais do que histórias de entreveros sangrentos e evocações das façanhas dos campeadores, entre eles seu avô e seu pai. Isso lhe provoca o desejo ardente de um dia entrar também numa dessas lutas de cavaleiros. Quanto ao cavalo, aprendera a bem-querer o seu pinga com o amor de gaúcho, que vê nele o fiel companheiro.

Alfredo F. Rodrigues conta que, na sala rústica da estância dos Marques de Souza, vendo o avô preparar-se para partir, o garoto toma uma atitude marcial e pede:

- **Leva-me contigo, vovô!** Convicto de que será atendido.

O avô acha graça naquele entusiasmo, a mãe assustada, mas o menino insiste. “Não imaginas o que é uma guerra...”, responde o velho guerreiro, mas não resiste, vendo no seu neto de doze anos a continuação da saga da família.

- Está bem... vais comigo...

E assim começa a sua vida militar. Corre o ano de 1816. Participa de operações na região de Jaguarão e, alguns meses mais tarde, já é cadete num Regimento de Cavalaria Ligeira da Divisão de Voluntários Reais. O batismo de fogo, o recebeu em uma expedição à Baía Negra, sob o comando do pai.

Nesta época, ano de 1817, o Capitão- General Carlos Frederico de Lécor está no comando do Exército de ocupação de Montevideo, e o Império age no contexto da campanha emancipacionista de José Artigas mas, principalmente, contra a influência de Buenos Aires, com Juan Maria de Pueyrredón, que queria anexar a Banda Oriental e interromper o acesso brasileiro ao Mato Grosso pelo Rio da Prata.

A CISPLATINA

Neste cenário cisplatino, favorito das atividades dessa linhagem de esplêndidos militares, Marques de Souza II teve oportunidade de destacar-se em

ações bélicas. No comando de um exército, sob as ordens de Lécor, vence D. Álvaro de Souza, que entrega as armas em Las Piedras.

Em 1824, o Brigadeiro Manoel Marques de Souza II morre envenenado em Montevideu, mas fica-lhe o filho, já com 20 anos, que também vinha lutando ao lado do avô, e depois junto ao pai, afirmando a sua personalidade naquela região agitada que era a margem esquerda do Rio da Prata. Conforme Carlos Maul, “é ele quem daí em diante falará pelos antepassados, na mesma carreira das armas que estes enobreceram, e juntará aos títulos herdados o seu brasão”.

De 1816 até 22, o jovem Manuel teve a companhia do avô e do pai. O avô faleceu no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1822, com 79 anos. O pai, em 1824, jovem ainda, com 44 anos. Em um período de seis anos, os três conviveram lutando, o que foi uma constante emulação para o nosso jovem Alferes. Ainda em 1818, combateu em Pando e Manga, e em 1823, participou, com distinção, junto ao pai, da Batalha de Las Piedras. De 1824 em diante, já primeiro-tenente, ficou sózinho, mas a sua motivação não arrefeceu, antes pelo contrário. Era necessário honrar seus antepassados, o que fez com empenho. Em 1825, estudou na Academia Militar do Largo de São Francisco mas, face à nova situação no Prata, teve que interromper os estudos e retornar ao sul.

Com efeito, a partir de 1825, novo quadro se apresenta. O Brasil independente enfrenta a luta de Lavalleja e Rivera pela incorporação da Província Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata, que lhes dava o apoio. Luta que terminaria, três anos após, com a criação da República Oriental do Uruguai.

Declarada a revolução dos trinta e três, de Lavalleja, a 19 de abril de 1825, entre as medidas tomadas por D. Pedro I, uma delas foi a suspensão das matrículas dos militares que pertenciam aos corpos do sul. Em outubro, de volta do Rio de Janeiro, Marques de Souza já estava novamente sob as ordens de Lécor. A 10 de dezembro deste mesmo ano o Império declara guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata e bloqueia o Porto de Buenos Aires. Era a Guerra da Cisplatina.

Organizado o exército que devia enfrentar o argentino do General Carlos Maria de Alvear, Marques de Souza passou a servir sob as ordens do brigadeiro comandante da 1ª divisão, Sebastião Barreto Pereira Pinto.

O ano de 1827 traria a maior batalha daquela guerra, a Batalha do Passo do Rosário, indecisa, com os exércitos de ambos os lados extremamente desgastados. A divisão Sebastião Barreto, à qual pertencia o tenente Marques de Souza foi a que primeiro investiu contra o inimigo. Da parte deste brigadeiro sobre a mesma batalha, consta:

“Os oficiais empregados às minhas ordens, Manoel Marques de Souza, tenente do estado-maior do exército, e Francisco Félix da Fonseca, tenente do batalhão de caçadores 23, cumpriram com seus deveres. Contudo, suplico de V.

Exa. todo o favor e justiça pelo tenente Manoel Marques de Souza, pois muito me coadjuvou”.

Por sua conduta assim abonada, por decreto de 20 de março de 1827, foi Marques de Souza promovido a capitão, e a 16 de agosto seguinte passou a exercer o cargo de ajudante de ordens do tenente-general Visconde da Laguna, que substituíra o Visconde de Barbacena no comando do Exército do Sul.

A 27 de agosto de 1828 firmava-se no Rio de Janeiro a Convenção Preliminar de Paz entre a Argentina e o Brasil, fiadores da independência do Uruguai, a nova nação que surgia desse conflito.

Finda a Guerra, o nosso Capitão permaneceu em Montevidéu, integrando a Divisão de Observação Brasileira.

Manuel Marques de Souza, que atravessou mais de um decênio da sua existência nesse cenário de fogo, aí forjou as suas armas para a carreira que seguiria em ascensão. Foi promovido a Major em 29 de março de 1829, assumindo funções no 4º Regimento de Cavalaria, unidade que, logo após iria comandar. Esta unidade é a que deu origem ao atual 8º RCMec - Regimento Conde de Porto Alegre, de Uruguaiana.

Vê-lo-emos reaparecer na Revolução Farroupilha, irrompida em 1835. Aí, como antes, e fiel ao lema de seus antepassados, está a serviço da legalidade.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A 20 de setembro de 1835 iniciava-se a revolução dos Farrapos, com a entrada do Coronel Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre. Conforme De Paranhos Antunes, o desgosto dos gaúchos vinha de longe, desde a batalha do Passo do Rosário, mal conduzida, até as agitações que antecederam e precederam a abdicação de D. Pedro I, com a luta entre liberais e caramurus, além de causas econômicas, como se vê do manifesto de Bento Gonçalves. A má administração do presidente da Província, Dr. Fernandes Braga, precipitou os acontecimentos.

Fugindo de Porto Alegre, Fernandes Braga foi estabelecer seu governo na cidade do Rio Grande, vendo-se desamparado de quase todos os chefes militares da Província. Entre os poucos que ficaram fiéis à autoridade constituída, entretanto, estava o Major Manoel Marques de Souza. Ao lado do Tenente-Coronel João da Silva Tavares tratou de reunir elementos, e sabendo de junções rebeldes no Arroio Grande seguiu para ali, com aquele chefe, juntos derrotando o cunhado de Bento Gonçalves, Manoel Antunes da Porciúncula, a 13 de outubro de 1835. Três dias depois, Silva Tavares, seu companheiro, era batido por Antonio Neto no Passo do Retiro, enquanto Marques de Souza conseguia chegar à cidade do Rio Grande com seus comandados.

Vendo-se ameaçado no Rio Grande, Fernandes Braga embarcou para o Rio, levando em sua comitiva o Major Marques de Souza.

Em seguida, o governo regencial demitiu o Dr. Fernandes Braga da Presidência da Província e nomeou para substituí-lo o Dr. José de Araújo Ribeiro, futuro Visconde do Rio Grande. O novo presidente tomou posse do governo a 15 de janeiro de 1836, perante a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, o que provocou protestos.

Na Corte, o Major Marques de Souza manifestou desejo de retornar imediatamente para os pagos, no que foi satisfeito, seguindo em março com um pequeno contingente de oitenta praças do 1º de Caçadores para Pelotas, onde assumiu o comando da guarnição. Mal havia tomado as primeiras medidas para a defesa da localidade, quando se viu atacado por 600 homens do Cel Souza Neto, tendo de capitular, visto que o Coronel Albano, que fora destacado para Pelotas, para auxiliar a sua defesa, achar-se ausente.

Mas a capitulação de Marques de Souza não foi tão rápida, conforme o depoimento de Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador probo, que reuniu o maior documentário sobre a grande revolução Farroupilha: “Vendo-se na impossibilidade de resistir a forças muito superiores tentou o major legalista ganhar tempo. Fortificou-se em um sobrado e aí procurou resistir até a volta de Albano, mas teve de capitular, entregando-se prisioneiro, como garantia de vida para todos. No dia seguinte, o Coronel Albano, que vinha em socorro de Pelotas, foi batido e aprisionado no Passo dos Negros, no São Gonçalo, a pequena distância da cidade”.

Os prisioneiros foram conduzidos para Porto Alegre, sendo Marques de Souza recolhido à “presiganga”, espécie de pontão flutuante, servindo de prisão, não sem antes ter assistido em caminho à execução de Albano, seu companheiro de infortúnio.

Ali, naquela prisão úmida e pouco higiênica, adquiriu Marques de Souza pertinaz reumatismo articular que muito o supliciou pelo resto da vida. Mesmo assim, o audacioso major começou a conspirar com seus companheiros, conseguindo interessar alguns, por meio dos quais fez ligação com outros chefes influentes da capital. Isto resultou numa contra-revolução, chefiada por Marques de Souza, que rapidamente se apoderou de Porto Alegre, a 15 de junho de 1836, sendo presos os farroupilhas.

“Na praça restaurada, escreveu Ferreira Rodrigues, tudo era agitação. Apressadamente se construíram trincheiras de madeira, no meio de constantes sobressaltos da população. A todos dava ânimo Manoel Marques de Souza, nomeado major da praça. Aparecia em todos os pontos, a todos os instantes, risonho, animador, confiando em suas próprias forças e nos exíguos recursos da cidade”.

A capital repeliu seguidos assaltos dos revolucionários. No dia 18, foi atacada por água, e o assalto levado a efeito no dia 30 foi repellido. Em ambos, muito se distinguiu o Major Marques, que ainda tomou parte nos combates de 15 e 20 de

julho.

Em consideração à reconquista de Porto Alegre, graças ao atrevido golpe de Marques de Souza, o Governo Imperial deu à capital gaúcha, em decreto especial, o título de “mui leal e valerosa”. Mais tarde, premiou o herói com o título de Barão de Porto Alegre.

A saúde do soldado, todavia, ficara muito abalada, quer pelas privações que sofrera a bordo da “Presiganga”, quer pelas emoções que vivera para restaurar a ordem legal em Porto Alegre. Requereu por isso, licença para tratar-se, seguindo para a Europa em meados de 1837.

A 20 de agosto de 1838, foi graduado em Tenente-Coronel mas, não se conformando com a recompensa, requereu ao Imperador a efetivação naquele posto, fazendo, para isso, um retrospecto de suas atividades, desde o início da Farrroupilha, requerimento este que se encontra no Arquivo do Exército.

De Paranhos Antunes diz que o requerimento de Marques de Souza é uma página histórica de alto valor. Sem exagerar nem vangloriar-se soube, de modo conciso, dizer o que havia feito em defesa do trono para pedir aquilo que julgava merecer. Três meses depois, a 2 de dezembro, o Imperador efetivava-o no posto de Tenente-Coronel. A revolução, entretantes, recrudescera no sul. Os Farrapos proclamaram a República, tentavam organizá-la, obtinham a adesão de Bento Manoel Ribeiro e invadiam Santa Catarina.

Marques de Souza, partindo para o teatro da luta, teve, entretanto, que continuar o tratamento de saúde, em sua terra natal, a cidade do Rio Grande, só retornando à atividade militar em 1840, quando assumiu o comando do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira.

SOB O COMANDO DE CAXIAS

A 16 de setembro de 1841, o Tenente-Coronel Marques desbaratava a força de José Luiz Daniel, na Várzea do Varejão, sendo elogiado pelo Conde do Rio Pardo, comandante em chefe das armas imperiais. Por tal motivo foi promovido a Coronel a 27 de março do ano seguinte.

Em fins de 1842, assumia Caxias o comando em chefe das forças legais, trazendo com o seu prestígio enorme alento aos imperiais. Espírito organizador procurou, logo, dar aos seus comandados os recursos que precisavam em armas e equipamentos, ao mesmo tempo em que tentava reunir o maior número possível de cavalos, quer requisitando-os dos estancieiros, quer adquirindo-os no Uruguai, porque bem compreendia o valor do cavalo nas planícies gaúchas.

Caxias organizou o Exército Imperial em 3 Divisões. Fazendo parte da 1ª Divisão, foi criada a 7ª Brigada, sob o comando do Coronel Manoel Marques de Souza, composta de um Regimento de Cavalaria, um Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais e três Esquadrões. Como se vê, era uma Brigada móvel, de Cavalaria, em condições de operar na campanha gaúcha, em qualquer direção.

Combateu os farrapos em diversas ocasiões, Vila de Piratini e São Gabriel, principalmente.

EMISSÁRIO DE CAXIAS

Durante os últimos meses de 1844 as conversações em torno da pacificação da Província progrediram bastante. Antônio Vicente da Fontoura, que fora ministro da Fazenda da República Farroupilha, teve a missão de estudar uma fórmula conciliatória. A primeira conferência com Caxias teve lugar a 6 de novembro de 1844. Concordes em muitos pontos, ficou combinado que seria escolhido um representante dos Farrapos para ir ao Rio, a fim de tratar diretamente com o governo imperial. A 10 de novembro, diante do presidente José Gomes Jardim, Antonio de Souza Neto, Davi Canabarro e João Antônio da Silveira, Fontoura expôs o resultado da conferência com Caxias. O mesmo Fontoura foi escolhido para ir ao Rio, como embaixador dos Farrapos, discutir as condições de paz.

Caxias designou o Coronel Manoel Marques de Souza e o Capitão Carlos Miguel de Lima e Silva, seu irmão, como seus representantes. Ambos, ao que parece, receberam instruções severas e detalhadas do Barão para conduzirem o emissário dos republicanos com toda a cortesia e se empenharem na Corte pela vitória dos pontos propostos. A 19 de novembro seguiram para Pelotas, com destino ao Rio.

Não só o Coronel Marques de Souza como o Capitão Lima e Silva agiram com toda a simpatia e diplomacia junto ao embaixador dos heróicos rebelados de 35. A 12 de dezembro chegaram ao Rio de Janeiro. Os primeiros passos de Marques de Souza e seu companheiro, foram, no mesmo dia da chegada, a apresentação ao Ministro da Guerra, e a audiência necessária para o dia seguinte, a fim de ser apresentado, aos titulares do Império, Justiça e Guerra, o delegado dos Farrapos.

De fato, a 13 de dezembro teve lugar o primeiro encontro de Fontoura com os ministros da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, mais os do Império e da Justiça, presente Marques de Souza.

O que foi essa entrevista, o próprio Fontoura nos relata em seu "Diário". Com arrogância e desprezo, os ministros receberam o nobre e austero representante dos Farrapos, e quando este leu os primeiros artigos daquilo que julgava o mínimo indispensável ao final da luta, disseram-lhe os ministros que o governo imperial nada cederia. Então Fontoura respondeu-lhes à altura, imediatamente: "Já que os senhores querem só guerra de extermínio, o Brasil com luto o sentirá e nós sucumbiremos, mas nosso rosto não levará ao túmulo o cunho do envelhecimento! Os rio-grandenses sabem morrer!

Manoel Marques de Souza, por espírito de disciplina, não quis contestar os ministros, esperando melhor ocasião. E assim terminou a primeira entrevista,

prometendo Fontoura que voltaria para despedir-se.

Ante o fracasso do primeiro contacto de Fontoura com os ministros do governo imperial, é de presumir-se que o Coronel Marques de Souza tenha agido ativamente para conseguir nova entrevista, em face das instruções que havia recebido de Caxias.

O Cel Marques de Souza não descansou, pois. E conseguiu nova reunião de Fontoura com os principais elementos do Ministério. Esta conferência teve lugar a 16 de dezembro, a ela comparecendo mais os ministros da Marinha, dos Estrangeiros e da Fazenda, ou seja, o Gabinete completo. Com certeza, andara aí o dedo do Imperador. As coisas então marcharam muito melhores, pois o governo cedeu a quase todas as proposições do emissário Farroupilha.

A 18 de dezembro, foi assinado o decreto com as instruções para a pacificação do Rio Grande, bastante honrosas para os Farrapos. Podia, pois, Vicente da Fontoura regressar aos pagos, contente pelo dever cumprido, embora ainda tivesse muito que trabalhar para conseguir o beneplácito dos líderes republicanos.

A 19, em companhia de Marques de Souza e de Lima e Silva, embarcava para o Sul, ansioso por levar a bom termo o restante da missão, chegando a 27 a Rio Grande. A 2 de janeiro de 1845, Marques de Souza já estava em Piratini, no Quartel-General de Caxias, que mostrou-se satisfeito com o resultado da viagem.

Fontoura tratou de levar ao governo republicano as condições que obtivera para o término da luta, e que eram, entre outras, o reconhecimento dos postos conferidos pelos Farrapos aos oficiais, até coronel, pagamento da dívida da revolução, liberdade dos escravos nela envolvidos, anistia plena, etc.

Finalmente, a paz foi assinada a 01 Mar 1845, sendo lançadas duas proclamações, uma de Caxias e outra de Canabarro.

Até a ante-véspera do dia 1º, Marques de Souza ainda conduziu providências para o pronunciamento dos chefes Farroupilhas, demonstrando o seu espírito conciliador. E ainda uma vez foi a ele que coube ir ao Rio participar ao Imperador a notícia da assinatura da paz.

Depois de dez anos de luta sangrenta, ia o Rio Grande do Sul entrar no caminho benfazejo da paz, e isto devia-se em parte à vontade e rapidez com que agira o futuro Conde de Porto Alegre, fazendo uma viagem ao Rio de Janeiro em 30 dias apenas, e ali, em uma semana, de 12 a 19 de dezembro, conseguindo as entrevistas necessárias. Prestou assim relevantes serviços à causa legal e ao sua querida província.

O 1º CASAMENTO

A 28 de novembro de 1846, na Catedral da Santa Madre de Deus de Porto Alegre, casou o Coronel Marques de Souza com dona Maria Balbina Álvares da

Gama, nascida em Bagé em 1822, filha do Brigadeiro José Maria Gama Coelho d'Eça, Barão de Saicã. Deste consórcio, houve uma única filha, dona Maria Manoela

Marques da Cunha, nascida em São José do Norte em fevereiro de 1848. Três anos depois, em junho de 1851, falecia dona Balbina, de parto, deixando viúvo o Cel Marques de Souza e a filha com apenas três anos de idade.

Viúvo, Marques de Souza deixou também uma filha natural, mais tarde legitimada, dona Manoela Mesquita Marques Bessares.

BRIGADEIRO GRADUADO

A 14 de março de 1847, recebeu, como recompensa aos serviços prestados durante a Revolução Farroupilha, a graduação de Brigadeiro do Exército Imperial e a nomeação para comandante da 2ª Brigada de Cavalaria, cargo que desempenhou até 16 de abril de 1848, quando foi chamado para a Corte. Dois anos após, a 14 de agosto de 1850 foi efetivado no posto de Brigadeiro.

NO PRATA, NOVAMENTE

A Revolução Farroupilha havia sido, para Juan Manuel de Rosas, um excelente motivo para entrar em relações com os farrapos e induzi-los à fragmentação da nossa unidade nacional. Rosas não desistia do seu velho sonho de restauração do antigo Vice-Reinado do Prata. O Barão do Rio Branco, que estudou a fundo os problemas platinos, escreveu que Rosas não perdia a esperança de “absorver o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai, reconstruindo o antigo vice-reinado do Prata”. Rosas procurava submeter ao seu comando, com sede em Buenos Aires, pouco a pouco, o resto da América hispânica. E para conduzir a bom termo a sua aspiração só via um caminho: neutralizar, de qualquer forma, a força que se oporia, logicamente, ao seu plano, o Império do Brasil. Rosas queria a guerra, o uruguaio Oribe não almejava outra coisa, e ambos lutavam por todos os meios aos seus alcances para que a política brasileira se modificasse e lhes fizesse inconscientemente o jogo escuso. Desafiavam, provocavam, mas fugiam à responsabilidade. No Rio Grande do Sul, as incursões dos “blancos” de Oribe eram comuns.

Neste quadro, irrompia a luta no Prata contra Oribe e Rosas e foi assinado o Tratado de Corrientes. O Império havia designado Caxias.

A 30 de junho de 1851, o Conde de Caxias assume, em Porto Alegre, a dupla função de Comandante do Exército no Sul e a Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Em Rio Grande e Pelotas organiza seu exército em quatro divisões. Em uma das brigadas da 2ª Divisão está o seu amigo e companheiro da época da Farroupilha, o Brigadeiro Marques de Souza, que recentemente havia perdido, de parto, sua esposa.

Vencido Oribe, Caxias reorganiza suas tropas e dá o comando da 1ª Divisão a Marques de Souza, já que o titular, Bento Manoel, havia baixado por doença.

O comandante da cavalaria da 1ª Divisão brasileira é ninguém menos que Osório, futuro patrono da Arma de Cavalaria. A 23 de dezembro, Marques de Souza, Osório e o correntino Urquiza iniciam a transposição do Rio Paraná na região de Diamante, operação que durou vários dias. A 02 de fevereiro de 1852 o Exército Aliado atinge o Arroio Morón, próximo à Vila dos Santos Logares, região de Monte Caseros, próximo a Buenos Aires, onde Rosas montou sua principal defesa. No dia seguinte, 03 de fevereiro, ao amanhecer, iniciou o duelo das Artilharias e o tiro das armas leves.

Manobrando com equilíbrio, Marques de Souza empregou judiciosamente sua infantaria e a cavalaria de Osório, apoiadas pela artilharia. Às 1300 h do mesmo dia 03 de fevereiro, as tropas rosistas estavam em fuga e a vitória foi completa. Rosas fugiu e os brasileiros desfilaram em Buenos Aires, aplaudidos pelo povo liberto da tirania.

Marques de Souza foi elevado a Marechal de Campo e a Barão, respectivamente, por sua atuação frente a Rosas e pela retomada de Porto Alegre frente aos farroupilhas em 1836. Em junho de 1852, recebeu de Caxias, em Jaguarão, o comando do Exército do Sul, função que exerceu até 24 de setembro, quando passou a comandar as Armas da Província do Rio Grande do Sul, hoje 3ª Região Militar.

EM PORTO ALEGRE

Tendo passado as funções de Comandante das Armas em março de 1853, Marques de Souza continuou a residir em Porto Alegre. A 11 de junho de 1855 casa, pela segunda vez, agora com dona Bernardina Soares de Paiva, filha do Coronel Antônio Soares de Paiva. Deste consórcio nasceram Maria Bernardina (1860), Clara, a 1ª (1863), que faleceu com oito meses e a 2ª Clara (1873). Não houve filhos homens em nenhum dos dois casamentos.

Em fevereiro de 1856, a conselho médico, conforme Antonio da Rocha Almeida, solicitou o Barão a sua reforma, que lhe foi concedida a 7 de julho do mesmo ano. Contava, então, com 52 anos de idade.

A partir daí, dedicou-se à política partidária, onde seu talento não brilhou menos do que na carreira das armas. Defendendo o Partido Liberal Santa Luzia, foi eleito à Assembléia Geral em 1856 e reeleito em 1861. A 24 de maio de 1862 passou a integrar, como Ministro da Guerra, o Gabinete Liberal do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, que teve efêmera duração, retornando o Visconde de Porto Alegre às suas funções de deputado. Foi promovido a Visconde a 02 Fev 1858.

A GUERRA DO PARAGUAI

O grande projeto do ditador paraguaio Francisco Solano López de submeter Corrientes, Entre Rios e Uruguai, depois Mato Grosso e Rio Grande do Sul, para formar o Grande Paraguai, de encontrar a almejada saída para o Rio da Prata e de impor uma humilhação ao Império com a conquista de uma cidade brasileira, trouxera ao Rio Grande do Sul as tropas do Gen Estigarríbia. O ardor militar de Lopez provocaria, ainda, a invasão de Uruguiana.

Ao romper a guerra, Marques de Souza era deputado. Mesmo na condição de reformado, há nove anos, apresentou-se ao Ajudante-Geral do Exército para retornar ao serviço ativo. Contava então com 61 anos. A 21 de julho de 1865 foi nomeado comandante do Exército no Rio Grande do Sul. Imediatamente seguiu para Uruguiana onde, juntamente com seu antigo inimigo farrapo Davi Canabarro, enfrentaria as hostes paraguaias de Estigarríbia, formadas por seis mil homens, que tinham tomado a Vila. Marques de Souza conduziu o cerco às tropas paraguaias com firmeza, fazendo com que Estigarríbia não tivesse outra alternativa senão render-se, o que aconteceu a 18 de setembro, na presença do Imperador Dom Pedro II.

Posteriormente, foi deslocado para São Borja, onde fez sua Base de Operações. A partir daí, transpôs o Rio Paraná, organizou o 2º Corpo de Exército e acampou junto ao antigo Forte de Itapiru. Recebeu então a missão de atacar Curuzú e Curupaití, ocasião em que, sentindo a necessidade de coordenar todas as ações de terra, desempenhou o verdadeiro papel do COMANDANTE DAS FORÇAS TERRESTRES, quando tomou a feliz iniciativa de fazer uma acertada sugestão ao Corpo vizinho, comandado pelo Gen Polidoro.

A execução do ataque contra Curuzú e Curupaití revestiu-se, em grande parte, dos aspectos inerentes às OPERAÇÕES COMBINADAS da guerra contemporânea. As tropas de Porto Alegre, após os reconhecimentos, efetuaram o desembarque, protegidos pelos fogos de várias canhoneiras de Tamandaré, e prepararam-se para iniciar o ataque. Conquistado Curuzú, a 03 de setembro, deveriam as forças do 2º Corpo, conforme Porto Alegre, prosseguir no ataque para a captura de Curupaití. Entretanto, foi ordenada a suspensão do ataque, quando todas as circunstâncias aconselhavam a continuação até a conquista do objetivo final. Esta foi uma das causas do desastre de Curupaití, a 22 de setembro, em que as tropas aliadas, diretamente comandadas por Mitre, foram derrotadas pelas forças de López. Entretanto, Porto Alegre fez questão de deixar a seguinte frase em sua Ordem do Dia: “Em Curupaití ficou ilesa a honra da Bandeira Brasileira.”

Nesta altura da guerra, o Império designa Caxias, entendendo que o argentino Mitre não correspondia ao que dele se esperava.

Porto Alegre pede então ao Marquês de Caxias permissão para vir para o Rio Grande do Sul para tratar da saúde, o que lhe é concedido. A 01 de março

retorna ao Paraguai e reassume suas funções. A 03 de novembro conquista, em Tuiuti, mais uma vez a vitória, mesmo ferido e com dois cavalos mortos, tendo, conforme Rocha Almeida “lutado como um tenente, apesar de seus 63 anos”. Conforme o mesmo historiador, a vitória nesta 2ª batalha de Tuiuti foi o dia de maior glória para o Visconde de Porto Alegre, maior ainda que Curuzú. Em sua túnica de general foram contados 47 furos de tiros de armas de fogo.

“No recontro de 3 de novembro - escreve Tasso Fragoso - a figura do general Porto Alegre destaca-se com brilho imorredouro. Ele patenteia, mais uma vez, as suas qualidades excepcionais de heroísmo e tenacidade. Embora compreendendo a gravidade do momento, mantém-se firme no cumprimento do dever. Perde duas vezes o cavalo em plena refrega, recebe contusões por balas inimigas, mas continua à testa dos elementos disponíveis, eletrizando-os com o seu exemplo e inflamando-os no desejo de colher a vitória naquele lance.”

Em janeiro do ano seguinte, 1868, seus sofrimentos físicos se agravaram e Porto Alegre passou o comando do 2º Corpo de Exército, retirando-se definitivamente da guerra. A 11 de abril, foi promovido a Conde, mercê da sua atuação em Tuiuti. Tinha acabado de encerrar, da forma mais gloriosa, a carreira das armas.

Recolhendo-se à corte, recebeu o título de Conde de Porto Alegre, em remuneração da vitória que alcançou a 3 de novembro, bem como a Medalha do Mérito Militar pelos combates de Curuzú, Curupaiti e Tuiuti.

Retorna às lides políticas, sendo eleito representante do Rio Grande do Sul no Parlamento, a Assembléia-Geral. Estava em plena atividade política quando a morte o surpreendeu, em 18 de julho de 1875, cercado do carinho de suas filhas e netos. Morria o Libertador de Porto Alegre e de Buenos Aires. Seu corpo embalsamado veio para a capital gaúcha em um navio de guerra e desde novembro daquele ano repousa em capela particular no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

Ergueu-lhe a capital rio-grandense artístico monumento em mármore de Carrara, cuja inauguração, a 02 de fevereiro de 1885, na antiga Praça Dom Pedro II, hoje Praça da Matriz, contou com a presença de Sua Alteza, a Princesa Isabel, na época Regente do Império. A 12 de outubro de 1912, foi efetuada a transladação da estátua para a Praça Conde de Porto Alegre, por Decreto do Intendente José Montauray. Nesta solenidade, pela primeira vez, formou o recém criado Colégio Militar de Porto Alegre, verdadeiro preito de homenagem a um dos militares mais ilustres e exemplares que o nosso país já conheceu.

Além da praça e da estátua, é lembrado também pela Rua Conde de Porto Alegre, no Bairro Floresta, é patrono e denominação histórica do 8º Regimento de Cavalaria Mecanizado, Regimento Conde de Porto Alegre e é patrono do município de Marques de Souza. E ainda por este Solar, que foi sua residência. O Rio Grande do Sul não esquece o filho ilustre e bravo.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Delegado da AHIMTB/RS
Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara
Vice-Presidente do IHTRGS

Nº 25 – Ano 2004 – Cel Cláudio Moreira Bento

**FUNDAMENTOS DAS TRADIÇÕES
MILITARES GAÚCHAS**
(Texto extraído da História da 3ª RM, 1º vol)

Cláudio Moreira Bento,
Presidente da AHIMTB)

FUNDAMENTOS

O Rio Grande do Sul foi uma civilização castrense, ou militar, como resultado das lutas aqui sustentadas por Portugal, e depois pelo Brasil, com os espanhóis e seus descendentes, por cerca de quase dois séculos, ou seja, de 1680 a 1870. Civilização castrense que se projetou nas revoluções gaúchas de 1835/45, 1893/95, 1924/26, 1930 e 1932, marcando o fim do ciclo guerreiro gaúcho com o Combate de Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932, 97 anos após o início da Revolução Farroupilha.

As lutas sustentadas com os vizinhos espanhóis e descendentes não estiveram a cargo somente do Exército, mas também dos civis alistados na Ordenanças, Milícias, Guarda Nacional, Aventureiros, Guerrilhas e Patriotas.

Foi das Ordenanças que emergiu o Cel Cristóvão Pereira de Abreu, o primeiro tropeiro do Rio Grande do Sul, que liderou estancieiros e tropeiros em apoio à fundação do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro José da Silva Pais, em 1737. As Guerrilhas, e depois as Milícias produziram os dois Bentos (Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro) e Davi Canabarro, absorvidos pelo Exército como coronéis de Estado-Maior.

A Guarda Nacional produziu Andrade Neves, Francisco Pedro de Abreu, Antonio de Souza Netto e Niederauer.

Dos aventureiros, emergiu Rafael Pinto Bandeira, que chegou a ser Brigadeiro, “**a maior espada continentina**”, nascido junto aos muros do Forte Jesus- Maria-José, em Rio Grande, bem como seu pai, o Capitão Francisco Pinto Bandeira, primeiro comandante da primeira companhia dos Dragões do Rio Grande, a “célula-mater” da atual organização do Comando Militar do Sul.

O Exército produziu estes grandes nomes, que se destacaram nas lides guerreiras no Rio Grande do Sul: Manuel Marques de Souza I, José de Abreu, Osório, João de Deus, João Propício, João Manuel Menna Barreto, Manuel

Marques de Souza III e o Marechal Câmara, entre tantos outros campeões da guerra que viriam abrilhantar a galeria de comandantes da 3a RM e a de heróis guerreiros do Brasil-Império.

Na República, tivemos o Gen Carlos Telles e o Mar Carlos Bittencourt, ambos porto-alegrenses, heróis da Guerra de Canudos. O primeiro foi líder da épica resistência de 45 dias ao sítio dos federalistas a Bagé, em 1893. No Contestado, o comandante legal foi o Mar Setembrino de Carvalho, filho de Uruguaiana. Na 2a Guerra Mundial, assinalaram-se o gabrielense Mar Mascarenhas de Moraes, comandante da defesa do Saliente Nordeste e depois comandante vitorioso da FEB. Nesta força, também brilharam Osvaldo Cordeiro de Farias, filho de Jaguarão, como comandante da Artilharia Divisionária, e o santanense Nelson de Mello, comandante brasileiro que negociou e presidiu a rendição alemã em Forno, na Itália, de uma divisão com cerca de 20.000 homens.

É pois, incontestável a influência militar na civilização do Rio Grande do Sul. E ninguém melhor que o insuspeito e brilhante imortal da Academia Brasileira de Letras, Francisco de Oliveira Vianna (1893-1951), fluminense de Saquarema, que soube sentir e melhor interpretar esta característica do povo gaúcho. Característica que se projeta, de maneira singular, nas figuras de Gumersindo Saraiva, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Honório Lemes, Zeca Netto e tantos outros líderes civis, guerreiros natos que o Rio Grande produziu em datas recentes: Vianna, Francisco José de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio, 1952, pp.255 a 277.

Assim, sobre o constante e bissecular estado de guerra em que viveu o povo do Rio Grande do Sul, Oliveira Vianna escreveu:

“Nas fronteiras do extremo-sul não se dava o mesmo. Contra os seis mil soldados de Dom Pedro de Ceballos ou contra os cavalarianos de Estigarríbia não havia como apelar exclusivamente para áreação privada, isolada, ou mesmo conjunta, dos estancieiros. Desapareceria a população, assolada e dizimada pelo inimigo, se não a tivesse acudido, desde os primeiros dias, o poder, o governo, a autoridade pública, erigindo toda a extensa linha de fronteiras de uma paliçada de baionetas defensivas”.

Sobre o respeito e a admiração que o povo do Rio Grande do Sul nutria pelos chefes militares, assim Oliveira Vianna interpretou:

“Os agentes da autoridade, por outro lado, também se revestiam, ali, de uma poderosa força magnética - porque possuíam o prestígio social, que derivava de sua condição mesma de defensores que haviam sido da população nos transe sombrios e perigosos da sua história. Vencido o inimigo - o castelhano, na Colônia, ou o platino pilhador - e ganha as grandes campanhas, estes homens vitoriosos, cuja espada salvara a população, assumiam aos olhos do povo a figura de benfeitores sociais. Pela sua diligência, eram eles que

detinham na linha das fronteiras a investida dos exércitos platinos. Sobre a massa, disseminada pelas estâncias e povoados, adquiriam então, uma autoridade pessoal enorme e uma ascendência, que lhes aumentava ainda mais a autoridade do seu poder no sentido da disciplina e da obediência”.

Sobre a profunda formação militar do povo gaúcho, em particular aquele morando ao longo das fronteiras, assim Vianna explicou e interpretou:

“Na verdade, a maior parte da gente que povoava a campanha rio-grandense era composta de militares profissionais - de soldados que se fizeram estancieiros, atraídos pelos encantos e liberdades da vida pastoril: - “a maior parte dos moradores que hoje ocupam a vila do Rio Grande são os que vieram de Buenos Aires e pertenciam à praça da Colônia”. Em primeiro lugar, nada mais natural que um povo, tendo constantemente sobre si a sombra das ameaças mais temerosas, ouvindo continuamente, nas fronteiras, o tropel dos caudilhos invasores, acabasse sentindo - por hábito, primeiro, e depois por instinto - uma confiança profunda nos funcionários do governo, em cuja energia, deliberação e previdência descansava a segurança da sua defesa, aliás sempre pronta e eficiente. O próprio instinto de conservação gerava e fortalecia essa confiança austera nos órgãos do poder público e espalhava, aos poucos, insensivelmente, por todas as camadas sociais, um sentimento geral de íntima veneração aos responsáveis pela defesa da população, de convicção da sua utilidade, da sua necessidade, da sua imprescindibilidade à existência da própria coletividade”.

E prossegue, mais adiante, enfatizando:

De modo que - para aquela população de pastores inquietos e belicosos - o poder público se tornou, com os seus funcionários, seus generais, suas tropas, durante um século, uma condição de vida, uma garantia de tranqüilidade e de paz; em suma: um órgão indispensável à sobrevivência do corpo social daquele grupo distante...Porque toda a história da população gaúcha a levava naturalmente a esta atitude de respeitosa veneração pelo poder público e suas autoridades. Esta população era ainda um pequeno núcleo de pastores, perdidos na imensidade das vastas planuras desabrigadas - e já em torno dela rondavam, ameaçadoras, as hordas agressivas e pilhadoras dos caudilhos platinos, esplendidamente armados, treinados longamente nas violências da preia do gado, e temibilíssimos na sua impetuosa combatividade”.

Ao enfatizar a insignificância da problemática da segurança interna nas demais regiões do Brasil, face a ameaça de índios, e ressaltar que podiam ser rechaçados pela iniciativa privada, escreveu:

“Foi assim que, em 1799, o governador José Marcelino mandava distribuir as terras fronteirinhas, recentemente conquistadas aos espanhóis, entre os soldados do exército libertador: - “em atenção à população e à agricultura desta capitania - dizia ele - permiti que ficassem todos os soldados que quisessem cá estabelecer-se”. Com este fim enviou-os ao comandante da fronteira - “para que

lhes tomasse os nomes e as freguesias onde se queriam estabelecer - por serem quase todos lavradores”.

Muitos soldados portugueses, por exemplo, de origem alentejana especialmente, - como os dos Regimentos de Extremoz, de Moura e de Bragança - também abandonaram a farda e se fizeram estancieiros, seduzidos pelos encantos e proventos do pastoreio. Os nossos soldados e oficiais dos Regimentos constituídos na Colônia - especialmente os vindos de São Paulo e Minas - quando de volta das campanhas platinas, em regra não buscavam mais os seus lares nativos: deixavam-se ficar lá mesmo, nas lhanças do pampa, queriam sesmarias e faziam-se senhores de grossos rebanhos.

Egressos da farda, esses homens levaram, destarte, para a vida das estâncias o vinco da disciplina militar, o hábito da obediência, o sentimento da hierarquia e da autoridade. Incorporados à classe aristocrática dos pampas - à sua oligarquia estancieira - foi neles que os altos representantes do poder colonial ou imperial encontraram os mais austeros respeitadores da sua autoridade.

Não foi só. Dessa aristocracia pastoril, os elementos que não tinham, como os militares acima nomeados, uma origem militar, tinham, em regra, uma educação militar. Porque, se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados: - e eram quase todos. Já vimos que todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas, eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes capitaneadores dos bandos da peonagem recrutada de improviso, formando centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de paisanos ou guerrilheiros. Incorporados aos exércitos em marcha, eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos paisanos tornavam aos seus pagos amados, em companhia dos seus numerosos guerrilheiros. Estes ensarilhavam as lanças, mas continuavam a ver naqueles caudilhos improvisados em face da agressão os seus mesmos chefes civis: os seus mesmos capitães dos tempos de guerra: continuavam a ser os seus mesmos patrões nos tempos de paz. O caudilho de há pouco era agora, cessada a guerra, apenas o dono da estância que os conduzirá à guerra. Camarada e amigo dos seus antigos soldados, estes, agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lha prestavam no campo da guerra, continuavam agora a prestá-la já em pleno regime de paz e de trabalho.

Pondo agora em jogo as leis da imitação social, atuando numa sociedade em que eram extremas as predileções militares, podeis agora imaginar que esplêndidos, que inestimáveis, que eficacíssimos agentes de transmissão de hábitos, de hierarquia e disciplina não eram para o resto da população estes

galhardos guerrilheiros licenciados, vindos das campanhas do Prata!

O povoamento do Rio Grande do Sul por estâncias de parte de ex-militares já havia começado com Silva Pais, em 1737, e se intensificou com Gomes Freire de Andrada, após este deixar o Rio Grande em 1759, onde se fixaram diversos ex-militares, em especial ex-integrantes das Companhias de Aventureiros de São Paulo e Santa Catarina, que haviam apoiado o movimento do Exército Demarcador. Então, aproveitaram o gado alçado ainda existente ao sul do Jacuí, e que pertencera às estâncias dos Sete Povos.

Sobre o denominado “Corrida pela estância própria” e sua marcha pelo Rio Grande do Sul, ao sabor dos tratados e conquistas territoriais pela força das armas, temos o excelente ensaio: BORGES FORTES, João, General. **A Estância**. Rio, Tipografia Ma, 1931, 1ª ed. . Este trabalho foi reeditado juntamente com outros excelentes estudos seus na obra clássica: BORGES FORTES, João, General. **Rio Grande de São Pedro - História, Povoamento e Conquista**. Rio, Bibliex, 1941, 1ª edição.

Oliveira Vianna demora-se na análise das localidades que tiveram origem em causas de ordem militar, e assim interpretou o fenômeno:

“Os próprios núcleos urbanos, que se disseminavam pela campanha rio-grandense, buscam sua origem numa causa militar. Na história do extremo-sul, o fundador da cidade que, no centro-sul era sempre um sertanista povoador, foi sempre, ali, um chefe guerreiro, um caudilho, um homem das fronteiras, erguendo, como um novo Teseu, não os muros da cidade clássica, mas a capela tradicional com a sua tosca cruz de madeira”.

Assim, veremos que a própria fundação do Rio Grande do Sul teve origem na Base Militar do Rio Grande, um complexo de fortalezas que deu origem à atual cidade de Rio Grande, protegida à distância por guardas no Chuí, São José do Norte e Tramandaí. Estas localidades, por sua vez, também tiveram origem em causas militares.

Rio Pardo e Santo Amaro são originárias de fortes estabelecidos por Gomes Freire de Andrada, em 1774.

Encruzilhada do Sul e Canguçu, originárias de guardas estabelecidas por Rafael Pinto Bandeira contra os espanhóis nas chamadas Guerras do Sul, de 1763 a 76.

Santa Maria é originária de um Acampamento Militar de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777), e base de partida para a conquista dos Sete Povos das Missões em 1801.

Torres é originária do Forte Dom Diogo das Torres, erigido para a defesa do Rio Grande contra um possível ataque de Dom Pedro de Ceballos, que dominava Santa Catarina.

Bagé e Alegrete tiveram origem em acampamentos de tropas da 3ª RM, na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, cujas rancharias

(instalações) foram ocupadas por povoadores civis, logo que abandonada.

As cidades de Jaguarão, São Gabriel, Sant'Ana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana e Itaqui surgiram em torno de guarnições militares destinadas à defesa da fronteira.

Oliveira Vianna registra a particularidade, no Rio Grande do Sul, da fusão dos governos civil e militar, muito comum nas fronteiras:

“Porque, no extremo-sul, especialmente na região das fronteiras - não havia, com efeito, separação entre o governo civil e o governo militar. O comandante da guarnição fronteiriça era também representante do poder civil. Falando do posto da fronteira do Rio Pardo, diz o historiador Betâmio, que - “suposto que também está debaixo da ordem do governador, a distância obriga a ter ali um comandante, que deve ser uma pessoa cheia de honra e que, debaixo das ordens do governador, contenha o povo (sic) e a tropa na precisa obediência”.

Nas Missões, em 1801, o governador da capitania instituiu um governo militar. Esta autoridade militar tinha, porém, “poderes para decidir todas as questões, mesmo as pertencentes à jurisdição civil”.

O que é mais interessante é que este regime de acumulação das duas autoridades vigorou durante longos anos, sempre com grande aquiescência e agrado da população. Di-lo uma testemunha responsável: - “Nos anos de 1855 a 1867, quando residimos em São Borja, tivemos ocasião de correr grande parte daquele território e, interpelando vários anciãos missioneiros, ouvimos dizer-lhes de que o governo dos comandantes fôra todo paternal e criador”.

Refere Oliveira Vianna que o Rio Grande do Sul, desde o início, foi uma “terra de soldados e oficiais educados na obediência à Hierarquia e à Disciplina”, que viviam misturados com as populações das estâncias e das cidades. E registra:

“Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar, aquela população acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso e uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas dúvidas e acatavam os seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e orgulho: - “Nesta capitania - diz SaintHilaire - não há lugar em que os magistrados e os funcionários civis gozem de menos importância, como aqui. Todos evitam as formalidades judiciárias - e é ao general que entregam a decisão de quase todas as questões”.

Tudo isto fazia com que os comandantes militares das fronteiras fossem os juizes de paz da população local e mesmo os seus juizes de direito. Só em 1832, depois do Código do Processo, é que eles perderam essa autoridade julgadora, substituída pela dos juizes de paz e juizes municipais civis: - “Só então - diz um velho historiador do Rio Grande - desapareceu a intervenção, se bem que conciliadora, dos comandantes militares nas questões civis, raríssimas vezes levadas (quando entre pessoas abastadas) ao foro longínquo do Rio

Pardo”.

Oliveira Vianna registrou, como conseqüência da civilização castrense do Rio Grande, o prestígio que a farda desfrutava entre as gaúchas, também admirando-as a bravura, a valentia e a intrepidez militar feminina, como Anita Garibaldi. E, para exemplificar, ele transcreve estas quadras populares:

“Toda moça que não ame
Um mocinho militar
Pode viver na certeza
Que no céu não há de entrar”.

Oh! Dona! Se eu lhe contasse,
Você diria que eu minto:
As moças do Livramento
Usam pistolas no cinto!

E quando não eram - como estas, de pistola à cinta - guerrilheiras galantes e intrépidas, e Amazonas faceiras, a mirarem-se no aço das espadas - era a matrona lacedemônia, aprestando toda a progênie válida para vencer ou morrer nos campos de batalha. E podiam citar cenas que maravilhavam, revivendo em nossa imaginação as linhas heróicas”.

Sobre o prestígio da farda entre os gaúchos e orgulho dos mesmos por suas tradições e glórias militares, deixemos falar, repito, o insuspeito fluminense Oliveira Vianna:

“O prestígio que advinha da farda naqueles tempos heróicos era tamanho, que figuras importantes daquelas sociedades e que faziam parte da aristocracia estancieira não se sentiam diminuídas quando vestindo uma simples farda de inferior de milícias: -“Os patriotas de hoje - diz um historiador gaúcho - podem admirar-se de que um fazendeiro aceitasse um posto de furriel. Mas é que nesses tempos heróicos (e como ainda vimos em 1856), muitos moços da nata socialmissioneira tinham muita honra em vestir uma farda de soldado de milícias ou da guarda- nacional”.

Daí resultou que se pôde constituir ali uma verdadeira aristocracia guerreira, baseada em tradições militares ilustres, composta de grandes famílias, que se orgulhavam de entroncar-se num antepassado militar glorioso, cujo arnês e cuja espada eram como os brasões do seu escudo. Trazer entre os epônimos da família o nome de um grande cabo de guerra era, para os gaúchos da Idade Heróica, o que era para os paulistas entroncar-se na linhagem dos antigos bandeirantes: um título de nobreza e fidalguia.

Em cada lar ardia, vivaz, a chama do culto de um herói epônimo, espécie de nume larário e também semi-deus regional; herói que esteve nas campanhas platinas; que combateu, sob Osório ou sob Caxias, nos campos de Tuiuti e nas

barrancas do Paissandu; que viu resplandecer a bandeira da pátria às radiações da vitória em Itororó, em Curupaiti, em Lomas Valentinas, em mil outras batalhas; ou que teve a dita de assistir, junto de Bento Gonçalves, à alvorada e ao ocaso da República Rio-Grandense.

Os fastos guerreiros dos seus contemporâneos, a história das suas lutas contra o estrangeiro ou contra o poder imperial, tudo era recordações que envaideciam aquela população, educada sob o alarido dos combates. Era com íntimo e justificado orgulho que aqueles campeiros de guerrilhas falavam da bravura dos seus milicianos, tantas vezes comprovada em refregas heróicas; das suas batalhas e dos seus generais, os maiores do Brasil; do arrojo, do ímpeto, da intrepidez das suas cargas fulgurantes; da fama e da bizarria dos seus esquadrões de cavaleiros. Esses gabos, essas glórias, a memória desses heróis e desses feitos andavam de boca em boca entre a gauchada, desde as cidades à campanha. Todos, da alta à baixa classe, como que se sentiam engrandecidos com o poderem partilhar de uma raia dessas glórias comuns e como que intimamente clareados com a centelha divina desses heroísmos ancestrais”.

Estas transcrições de Oliveira Vianna, e comentários em torno das mesmas, são leitura essencial ao leitor e pesquisador interessados, para melhor entendimento da História da 3ª RM também, em grande parte, escrita com o concurso do castrense e belicoso povo gaúcho.

Estas tradições militares gaúchas se refletem na literatura regionalista, como procuramos demonstrar em local próprio, através dos grandes escritores Simões Lopes Neto, Alcides Maya, inclusive do grande cronista da Guerra do Paraguai, Dionísio Cerqueira, depois Ministro da Guerra interino, em 1896.

GUERRAS E REVOLUÇÕES DE 1737 A 1946 NO SUL

Guerra Guaranítica (1754/56)
 Guerra da Restauração (1763/76)
 Guerra de 1801
 Campanha da Cisplatina (1811/21)
 Guerra da Cisplatina (1825/28)
 Revolução Farroupilha (1835/45)
 Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52)
 Guerra contra Aguirre (1864/65)
 Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865/70)
 Revolta dos Muckers do Ferrabraz (1873/74)
 Revolução Federalista (1893/95)
 Guerra do Contestado (1912/16)
 Revolução de 1923 (Assis Brasil contra Borges de Medeiros)
 Início da Coluna Prestes (1924)
 Revolução de Honório Lemes (1925)
 Rebelião dos tenentes Etchegoyen (1926)
 Início da Revolução de 1930

Revolução Constitucionalista de 1932

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Delegado
Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR

Ano	Fato histórico	Observações
1494	Tratado de Tordesilhas.	
1500	Descobrimiento do Brasil.	22 Abr
1504	Início das Capitanias Hereditárias.	1a: Fernão de Noronha
1513	O português Dom Manuel Nuno descobre o Rio da Prata.	
1531	Martim Afonso de Souza toma posse do estuário do Rio da Prata.	
1580	Início do período da União das Coroas Ibéricas (até 1640).	Suspensão do Tratado de
1585	Espanhóis e portugueses iniciam a exploração da prata peruana de San Luís de Potosí.	
1609	Os portugueses criam a chamada Repartição do Sul.	
1640	Fim da União das Coroas Ibéricas.	Revalidação do Tratado de Tordesilhas.
1659	O Brasil-colônia é dividido em dois governos. O do Norte com sede em Salvador e o do Sul no Rio de Janeiro.	
1676	Instalação do Bispado do Rio de Janeiro, com jurisdição até o Prata.	
1680	Os portugueses fundam a Lusitânia, depois denominada Nova Colônia do Santíssimo Sacramento. No mesmo ano a Colônia é	Este fato é importante para a fundação do
1681	Pelo Tratado de Lisboa, a Espanha reconhece a posse portuguesa da Colônia do Sacramento e a devolve.	07 Mai
1705	O governador* da CS evacua a Colônia, por ordem do Rei de Portugal.	(*) Gen Sebastião da Veiga Cabral da Câmara.
1706	Dentro do quadro da Guerra da Sucessão Espanhola os espanhóis ocupam a Colônia do Sacramento.	Portugueses e espanhóis estavam em guerra desde
1715	Tratado de Utrecht - a Colônia do Sacramento é devolvida.	
1723	Os portugueses tentam fundar um presídio onde hoje é Montevideo. Foram impedidos pelos espanhóis.	
1735	Novo ataque e cerco espanhol à CS.	Sem êxito.
1736	Fracassa a expedição portuguesa do Brigadeiro José da Silva Pais, enviada do RJ para libertar a CS.	
1737 (19 Fev)	No retorno do Prata, José da Silva Pais funda a Fortaleza/Presídio de Jesus- Maria-José, hoje cidade de Rio Grande, primeiro núcleo colonizador. Criação da primeira estrutura oficial e militar do RS. a	O local já estava ocupado pelo Coronel- tropeiro Cristóvão Pereira de
1738 (01 Ago)	O RS e SC passam a formar uma Capitania única, separada da do RJ, mas subordinada a esta.	
1750	Tratado de Madri.	
1760 (13 Ago)	A Comandância Militar do RS passa a ser uma Capitania separada da de SC, mas ainda subordinada ao RJ.	O “Comandante Militar” passa a ser Governador.
1763 (08 Abr)	Invasão espanhola ao RS com Dom Pedro de Ceballos.	A ocupação dura 14 anos.
1777 (01 Out)	Tratado de Santo Ildefonso.	Fim da ocupação
1801	- Guerra entre Portugal e Espanha. - Tratado de Badajoz: põe fim à guerra.	Os gaúchos conquistam as Missões.
1807 (19 Set)	Elevação da Capitania do Rio Grande de São Pedro a Capitania-Geral. Nomeação de Dom Diogo de Souza.	O comandante passa a ser
1809 (09 Out)	O Tenente-General Dom Diogo de Souza assume as funções de Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro.	Início das lutas pelas independências das
1821 (19 Set)	Elevação da Capitania a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.	Governo das Armas da Província de São Pedro
1830	Novo nome: Província do Rio Grande do Sul.	Comando das Armas da Província do RGS.
1889	Com a República, as províncias são transformadas em Estados.	
1891 (12 Jul)	6º Distrito Militar.	Porto Alegre e Rio
1908 (04 Jan)	12ª Região Militar de Inspeção Permanente.	

1915 (23 Fev)	7ª Região Militar.	Porto Alegre.
1919 (18 Jun)	3a Região Militar/3a Divisão de Exército. (3a RM/DE)	Decreto nº 1651, cumprido somente a 12
1946	SC e PR deixam de pertencer à 3a RM. Criação da Zona Militar do Sul (ZMS).	Fim do comando direto pela 3a RM das forças do
1953	Instalação da ZMS	PR, SC e RS

Nº 26 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento

HOMENAGEM AO FALECIDO EDSON OTTO

SUMÁRIO

1 - EDSON OTTO E SUA PROJEÇÃO NO TRADICIONALISMO GAÚCHO

Cel Cláudio Moreira Bento(x)

2 - JOSÉ EDSON OTTO

Veterano da FEB e acadêmico emérito José Conrado de Souza

3 - JOSÉ EDSON GOBBI OTTO. VALEU!!

Cel Professor Ivo Benfatto, Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, sócio efetivo do IHTRGS e Tradicionalista

4 - NOTA DO EDITOR de O GAÚCHO

Cel Luiz Emami Caminha Giorgis

Vice-Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e Delegado da AHIMTB no RS, Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara

EDSON OTTO E SUA PROJEÇÃO NO TRADICIONALISMO GAÚCHO

Cel Cláudio Moreira Bento(x)

Faleceu em 8 de outubro, em Porto Alegre, aos 67 anos, depois de traiçoeira e rápida doença, o grande e dinâmico tradicionalista, folclorista, poeta, musicista, advogado, jornalista, locutor esportivo, piloto civil, cantor e compositor nativista, etc. Edson Otto, em realidade José Edson Gobbi Otto, que foi também nosso sócio efetivo no Instituto de História e

Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), por nós fundado em Pelotas, na Escola Técnica Federal, em 11 de setembro de 1986, no sesquicentenário do combate do Seival.

E foi neste contexto que estabelecemos preciosa amizade e intercâmbio cultural, tornando o seu inesquecível e benemérito jornal **Tradição**, também órgão de divulgação oficial do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. E nele Edson Otto divulgou 46 artigos nossos, em especial de História do Rio Grande do Sul, bem como outros mais amplos, de interesse da História Militar Terrestre do Brasil, divulgados pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil, por nós também fundada em Resende, em 20 de março de 1996, junto à Academia Militar das Agulhas Negras, por onde tem passado centenas de gaúchos que matam as saudades no **CTG Rincão da Saudade**, ali existente entre os cadetes gaúchos. CTG que tem, por Vaqueano Mor, faz quase 30 anos, Luiz Renato Braganholo, gaúcho de Espumoso, radicado em Resende.

É esta a dívida da História Gaúcha para com esta extraordinária e dinâmica figura de amigo e exemplo de animador, e mais do que isto, agitador, no bom

sentido, da Cultura Gauchesca, que através de nossos artigos no **Tradição** ele ajudou a divulgar, promovendo o encontro da História com a Tradição, sob o argumento de que a História é a mãe da Tradição e de que esta no Rio Grande do Sul tem uma fortíssima componente militar ou castrense que não pode ser esquecida. Assunto tão bem caracterizado por Oliveira Vianna no livro **Populações Meridionais do Brasil**, Rio de Janeiro, 1952, do qual reproduzimos parte em nossa **História da 3- Região Militar**, que se confundiu por largo período com a própria História do Rio Grande do Sul, como Edson Otto a via, muito a apreciou e muito elogiou ao ler o referido livro.

Sua atuação cultural tradicionalista idealista me recorda J. Simões Lopes Neto ao desabafar em certa altura.

“Eu tive campos, vendi-os. Freqüentei uma academia, não me formei. Mas sem terra, sem diplomas, continuo a ser um Capitão da Guarda Nacional”.

Edson Otto, ao que me consta, não teve campos e propriedades, freqüentou uma faculdade e se formou, mas não advogou muito e continuou sem patrimônio material e desapego aos bens materiais. Mas foi um inigualável e incansável comunicador dos valores culturais do Tradicionalismo do qual o seu notável **Tradição** é testemunha, e ali ele deixa um rastro imperecível.

Conheci-o em 1973, em Santa Vitória do Palmar, onde secretariou o 18º Congresso Tradicionalista Gaúcho, no qual apresentamos a comunicação **Santa Vitória do Palmar na História Militar**, trabalho publicado no ano seguinte na **Revista Militar Brasileira**, v. 105, Jul/Dez 1974 e então apresentado, em nosso lugar, por Armando Ecíquo Peres, tradicionalista residente em Canguçu e conselheiro de Tradicionalismo do IHTRGS.

Estreitamos nossa ligação, que se transformou em sólida amizade e admiração recíproca em Capão da Canoa em 1994, onde idealizou e realizou, em nome do jornal **Tradição**, um encontro das maiores autoridades americanas no assunto para discutir o tema: **O Gaúcho, de onde veio. Quem é. Para onde vai.**

Manifestações sociológicas, históricas e culturais gaúchas resultaram no livro de nosso ilustre sócio efetivo do IHTRGS em Passo Fundo Pedro Ari Veríssimo de Fonseca **O Gaúcho - quem é?** Livro que assim dedicou: **A Edson Otto, operário do Tradicionalismo, oferece esta obra.**

Lá contamos, além do citado Ari Veríssimo, com Barbosa Lessa, nosso primo e hoje patrono de cadeira da Academia Piratiniense, por nós fundada em 6 de julho de 2003, no GTG 20 de Setembro, o qual não víamos desde 1983, quando como Secretário de Cultura prefaciou nosso livro **Canguçu reencontro com a história - um modelo de reconstituição de história comunitária**, editado pelo Instituto Estadual do Livro.

Ali conheci melhor o excepcional agitador e animador cultural Edson Otto e também cantor, do qual guardo com carinho uma fita cassete e o LP **Prece ao Minuano**, que vez por outra escuto para acalmar as saudades do Rio Grande.

E a História do Rio Grande do Sul lhe deve um grande serviço, pelos seguintes 46 artigos publicados por sua gentileza e de nossa autoria, recuperáveis espero, em coleções do jornal colecionadas e preservadas por alguém.

1 - Centenário do falecimento do General Osório, 1979. **2** - General Zeca Netto- traços do seu perfil militar nº 112, 15 Mai 1983. **3** - Uma possível explicação para

a violência na Rev de 1893, Set 93. **4** - 100 anos dos sítios de Bagé e da Lapa, Nov 1993. **5** - Comentário sobre nosso livro Jubileu de Ouro da AMAN, p.3, Mai 1994. **6** - Análise do Seminário Nacional de Tradição com foto, 30 Nov 1994. **7** - Comentário sobre Cláudio Bento, 17 Nov 1994. **8** - Comentário sobre o autor e a sua História da 3^ª Região Militar, Nov 93. **9** - Os 150 anos da Paz de Ponche Verde, Fev 1995. **10** - O Jubileu de Ouro do Dia da Vitória nº 191, Abr 1995. **11** - O Verdadeiro autor do hino oficial do RGS, Jun 1995. **12** - Mais um gaúcho (Mal Mallet) retorna aos pagos para o sono eterno, nº 195, Ago 1995. **13** - 200 anos da morte do lendário gaúcho Rafael Pinto Bandeira, Ago 1995. **14** - Tribunal da História glorifica o grande injustiçado gaúcho Davi Canabarro, o filho adotivo de Santana, Nov 96. **15**- A Tradição é a democracia dos mortos, Nov 1995. **16** - Raízes e retalhos de Nonoai, Dez 95. **17** - Regionalismos, a Guerra à Gaúcha, Jan 1996. **18** - O Grande trovador canguçuense José Lino Dias, Fev 1996. **19** - O Grande desafio brasileiro - A Guerra Civil de 1892-95, Mar 1996. **20** - Desaparece o último guerreiro de 23 (Arthur Ferreira Filho) nº 217, de 1996. **21** - Estratégias militares farrapas nº 212, Set 1996. **22** -Gaúchos lideram coluna revolucionária em 1930, em Resende, Ago 1996. **23** - Carta a Edson Otto, Out 1996. **24** - Os 170 anos da Batalha do Passo do Rosário nº 212, Jan 1997. **25** - A Estrela do Conde de Caxias na Revolução Farroupilha, nº 221, Mar 1997. **26** - O Senador Caxias pelo Rio Grande do Sul nº 222, Abr 1997. **27**- Nico Fagundes e nosso livro A Guerra da Restauração, nota Jun 1997. **28** - Desaparece Carlos Reverbel, o grande biógrafo de J.Simões Lopes Neto nº 226, Jul 1997. **29** - O Uso militar de Jangadas no RGS, Jul 1997. **30** - Cyro Ferreira e Edson Otto, homenageados no Rio pelo IHTRGS, Ago 1997. **31** - Canguçu, aspectos da Comunicação Social até o advento da Radio Difusão local em 1959, Ago 1997. **32** - A Guerra da Restauração do RGS, 1774/76 nº 232, Dez 1997. **33** - Caxias recolocou Pelotas no caminho do progresso, Jun 98. **34** - A projeção da Maçonaria na Revolução Farroupilha, Ago e Set 1998. **35** - Significação histórica do Marquês de Barbacena no Passo do Rosário, Out 98. **36** - O Duque de Caxias e a Educação no RGS, Dez 1998. **37**- Canguçu, aspectos da comunicação social antes de 1959, Ago 997. **38** - Gaúchos em Canudos, Set 1997. **39** - A amizade Caxias x General Osório e sua projeção política, Nov 1997. **40** - General Osório, poeta, Jan 1998. **41**- Os 350 anos da 1^a batalha dos Guararapes, Mar 1998. **42** - AHIMTB e IHTRGS em atividades no Sul, Ago 1999. **43** - Contribuição paulista para a Restauração do RGS, 1774-77. **44** - Projeções culturais da Revolução Farroupilha, Set 1999. **45** - Cel GN Fabiano Pereira Barreto (Gaúchos em Resende, 1801-72) Out 1999. **46** - Alerta, Amazônia em Perigo!!! Dez 1999 e **47** - Canguçu, 200 anos em 1^o de janeiro 2000, Jan 2000. E foi neste ponto que **O Tradição** lamentavelmente teve de sair do ar (Estes artigos foram por nós preservados e constam da coletânea de artigos nossos (v.2) da Academia Canguçuense de História).

Nosso segundo trabalho no **Tradição** foi sobre **O General Zeca Netto - traços de seu perfil militar**, que mereceu de um descendente seu, ao jornal **Tradição**, uma censura pelo fato de escrevermos Netto, com um t, ao invés de

dois, o que ele considerava um desrespeito proposital. Aí, Edson Otto se encarregou de dar uma resposta a altura ao missivista, que talvez desconhecia que o General Zeca Neto era primo irmão de minha vó materna e sobrinho de meu bisavô Ten Cel Theóphillo de Souza Matos, que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai. E mais, que o artigo citado era originalíssimo e hoje transcrito em parte e com destaque em livro em “Camaquã” publicado por sociedade de pesquisa histórica lá existente. Artigo que foi publicado pela **Revista do Clube Militar**, que conferiu ao personagem uma dimensão nacional.

A atuação de Otto no MTG foi notável e muito produtiva. Merece destaque haver presidido os XXIII e XXVI Congressos do MTG em Santo Antônio da Patrulha e em Carazinho, sua terra natal. Por sua atuação marcante e intensa foi consagrado por unanimidade Conselheiro Benemérito do MTG.

Teve destacada atuação na Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, sendo eleito seu presidente no período 1998/2001. Colaborou por cerca de 8 anos como Diretor do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, e do GGF era colaborador. Como cantor, colaborou com a Califórnia da Canção Nativa, participou do Grupo Amador de Arte Nativa - Os cantores dos Sete Povos, do qual foi co-fundador.

E foi como cantor nativista a sua derradeira participação na Semana Farroupilha de 2004, poucos dias antes de seu falecimento. Foi o idealizador e coordenador geral em Tramandaí, de 11 a 14 de dezembro de 1986, do **Acorde Brasileiro-Seminário Nacional de Defesa da Música Regional Brasileira** e o criador, junto com Praxedes da Silva Machado do **Festival Estadual de Arte Popular e Folclore** que mais tarde se transformou no FEGART e hoje é o ENART, considerado dos mais importantes eventos mundiais no gênero. Integrou o grupo fundador do Sindicato dos Compositores no Rio Grande do Sul. Pertenceu à **Estancia da Poesia Crioula**.

Nos últimos tempos, com dificuldades financeiras para manter **O Tradição** em ação, foi acolhido com seu jornal em instalação pertencente à 3ª Região Militar na Avenida João Pessoa nº 567, junto com instalações da Associação de Veteranos da FEB, seção de Porto Alegre; da Liga de Defesa Nacional; do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e da Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

E ali era tratado com todo o carinho pelo veterano da FEB Conrado José de Souza, administrador do conjunto e pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, ambos como ele membros do IHTRGS, além de acadêmicos da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. E a recíproca era verdadeira e um privilégio. E isto foi importante, pois foi nesta época que a vida lhe deu trompaços sofridos

como a perda de sua esposa Ivanilde, grande colaboradora, e do genro de sua filha, morto num assalto.

Edson Otto participou conosco e com J. C. Coelho de Souza, da Sociedade Sul- Rio grandense, no Rio de Janeiro, do primeiro esforço para trasladar os restos mortais do General Osório para o Rio Grande do Sul, quando, em pesquisa precisa levantamos em detalhes a evolução da situação dos restos mortais do herói desde seu falecimento até seu sepultamento no Rio, pesquisa ora publicada pela Confraria dos Camaradas de Cavalaria do Rio de Janeiro, pelo Cel Evandro Souto Maior.

Em resumo, Edson Otto foi um animador cultural gaúcho multiforme, que colocava os interesses do Tradicionalismo, Folclore, Poesia e Canção nativas muito acima dos seus, daí as dificuldades financeiras enfrentadas com sua doença e com a manutenção de seu jornal **Tradição**.

Havia então três idealistas muito amigos levando seus sonhos para a frente em meio a uma grande indiferença geral e que se tratavam de “idiotas” por esta atitude sonhadora, mas realizadora para a posteridade. E a Edson Otto lhe era dado o título de “idiotto” o que muito lhe fazia sorrir. Seu despreendimento pelas coisas materiais e dedicação a divulgação da cultura e dos valores do gaúcho, me faz lembrar a vida de J.Simões Lopes Neto ao desabafar em certa altura:

“Eu tive campos, vendi-os. Freqüentei uma academia, não me formei. Mas sem terra, sem diplomas, continuo a ser um Capitão da Guarda Nacional”.

Edson Otto não teve campos e propriedades, ao que me consta. Freqüentou uma faculdade e se formou, pouco advogou e continuou sem patrimônio material, desapego aos bens e suporte financeiro compatível. Mas foi um inigualável e incansável comunicador dos valores culturais do Tradicionalismo, do que o seu notável **Tradição** deixa um rastro imperecível.

Existem idealistas prudentes que “atuam, com os olhos nas estrelas, com os pés no chão e mãos nos bolsos”. E outros que atuam com os olhos nas estrelas, com os pés fora do chão e com os bolsos furados. Estes passam para a história reconhecidos e consagrados por suas obras, o que acredito seja o caso de Edson Otto, por tanta dedicação e ações positivas pelo engrandecimento do Tradicionalismo Gaúcho. Ele deixa neste particular uma grande lacuna.

Ao apelo de Roberto Cohen através da **Página do Gaúcho** com vistas a reunir recursos financeiros para ajudar nas despesas de tratamento médico deste grande amigo, com prazer comparecemos na certeza de estar vendo em Edson Otto um personagem que se ajusta a este pensamento.

O homem sensato se adapta ao mundo. O insensato insiste em adaptar o mundo a ele. E todo o progresso depende do homem insensato”.

E julgo tenha sido o caso do amigo Edson Otto, como o comprova a sua atuação cultural intensa e múltipla, com iniciativas originais e algumas pioneiras.

(x) Presidente do IHTRGS, da AHIMTB, da ACANDHIS e da ACAPIR

JOSÉ EDSON OTTO

Jose Conrado de Souza(x)

Conheci Edson Otto há uns 10 anos, quando ele ainda lutava para manter seu Jornal Tradição circulando.

Fui apresentado a ele pela Liga de Defesa Nacional quando o jornal enfrentava problema de espaço para as suas edições.

Ofereci sala no prédio da sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Regional Porto Alegre, que já dividia espaço com a Liga.

Nas tratativas ficou acordado que o Tradição daria cobertura publicitária à FEB. Isto aconteceu até o jornal encerrar as suas atividades.

Entrementes, com a convivência, a troca de opiniões, as discussões para o restauro do prédio histórico construído pelo Prof. Annes Dias em 1912 e o nosso interesse na divulgação da “Memória da FEB” fomos transformando as reuniões em amizade.

No decorrer dos “papos” fiquei sabendo que era de Carazinho, advogado e jornalista (por sinal muito bom), ligado, e muito, ao tradicionalismo e folclore gaúcho. Aos poucos fui sabendo, também, que já havia vencido uma Califórnia da Canção Nativa, como bom cantor que era. Na oportunidade, presenteou-me com fitas K-7 das suas canções.

Redator caprichoso, fluente, nos brindava com seus artigos e vez por outra ainda nos ajudava na correção das nossas publicações.

Atilado, embora cheio dos afazeres, solícito, jamais se recusou a ajudar alguém. Não raro o flagrava no pátio de estacionamento da FEB, vagando aéreo, procurando achar solução para seus problemas pessoais ou dos amigos dos quais não descurava. Nessa ensimesmação se punha a cuidar de plantas, flores e folhagens em vasos que esparramava pelo pátio.

Sempre ocupado, às vezes viajando a serviço do folclore nativo, passou a sumir de tempos em tempos. Fiquei sabendo, um dia, que estava doente e passaria por uma cirurgia séria, arriscada. Aparentando aspecto saudável nunca imaginei, nem passou pela minha cabeça, a gravidade do seu estado de saúde. Telefonei-lhe algumas vezes. Respondia sempre que estava bem.

Certo dia fui informado da sua morte e que estava sendo velado no salão de entrada da Assembléia Legislativa do Estado. Fui levar o meu adeus.

Constrito, ouvi os oradores que se pronunciaram na encomenda do corpo, feita pelo padre seu amigo e companheiro tradicionalista. Saí cabisbaixo, triste, mas gratificado porque vi e senti o carinho, a admiração e o respeito de toda aquela gente, seus amigos, que se acotovelava para a despedida.

Que Deus, de braços abertos, o tenha recebido de bota, bombacha e lenço vermelho no pescoço, *pilcha* que orgulhava José Edson Otto.

(x) José Conrado de Souza Presidente da ANVFEB-SR-PA

Acadêmico Emérito da AHIMTB

JOSÉ EDSON GOBBI OTTO: VALEU !!!

Ivo Benfatto(x)

Edson Otto bandeou-se, prematuramente, para outras plagas, deixando seus muitos amigos privados da sua companhia e carentes do seu vastíssimo conhecimento sobre a cultura gaúcha, que dividia, às carradas, com quem dele se aproximava, mister para o qual destinou a integralidade do seu tempo, com a energia e o denodo de quem se construiu muito especial. Na sua ausência, estamos todos empobrecidos, com a certeza de que foi antes do tempo, com muita coisa ainda por fazer - e distribuir - mercê do grande patrimônio intelectual de que era possuidor. Mas fez muito, e em várias direções, todas coerentes com seu objetivo de vida: o próximo, que colocou em patamar bem acima das atenções que deveria ter consigo mesmo.

Falar em Otto é falar do jornalista, do piloto civil, do advogado, do político, do tradicionalista, do músico, do cantor, do homem de folclore, do historiador, do pesquisador, do escritor, do dirigente, do administrador, do cidadão, do homem preocupado com sua Pátria, com seu lugar. Falar em Otto é falar de amizade, de fidelidade, de emoção, de dedicação, de sonho e realidade, de submissão do eu ao nós. Mas não há espaço para tanto registro. Assim, numa homenagem a esse grande gaúcho, inventariamos alguns itens do seu enorme patrimônio de realizações, amalhadas na esteira da sua passagem por nosso tempo, encerrada em 07 de outubro último e iniciada em 18 de dezembro de 1937, na cidade de Carazinho, como presente de vida a Olívio Otto e Regina Rosália Gobbi Otto, seus pais.

NO JORNALISMO: Edson Otto desenvolveu atividades no jornalismo de forma profissional, desde que, em fevereiro de 1962, obteve o registro nº 1436 DRTRS. Em Carazinho, sua cidade natal, foi colunista, repórter, redator e diretor do Jornal "A Unidade". Em 29 de junho de 1976, fundou o Jornal "Tradição", órgão de divulgação oficial do Movimento Tradicionalista Gaúcho-MTG, do qual foi Diretor-editor. Sua relação com o jornal "Tradição", seu permanente esforço para manter ativo esse jornal, a custo de grande sacrifício pessoal de toda ordem, bem demonstra seu amor pelo jornalismo posto a serviço dos ideais do tradicionalismo gaúcho organizado. O encerramento das atividades do "Tradição", em janeiro de 2001, por inviabilidade econômica, foi encarada por Otto como mais uma crise a ser vencida, como já o tinha feito em outras ocasiões.

Mas não só no jornalismo escrito Otto atuou. Por cerca de 15 anos, entre 1950 e 1965, na então ZYF-8 - Rádio Carazinho, Otto ocupou seus microfones como apresentador de programas e reportagens diversas, integrando, também, sua equipe esportiva. Apresentou, aos domingos e por quinze anos, o Programa "Roda de Chimarrão", que obedecia o seu comando e apresentação.

O ano de 1964 foi particularmente importante na vida de Edson Otto. Em 10 de janeiro daquele ano, casou com Ivanilde Maria Pauletti Otto, com quem teve 5 filhos que lhe deram dois netos. No dia 23 de novembro de 1997, em pleno congresso da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, que se realizava em São Paulo, Otto tomou conhecimento que sua esposa, em Porto

Alegre, havia falecido, causando-lhe profundo abatimento, minorado pelo amparo e conforto que lhe ofereceram os tradicionalistas presentes àquele conclave.

O ADOGADO: Ainda no ano de 1964, Edson Otto conquista o título de bacharel em Direito, formado pela Universidade de Passo Fundo. De imediato ocupa banca de advocacia, na cidade de Carazinho, destacando-se pela eficiência e eficácia em suas atividades, construindo enorme reputação profissional como excepcional tribuno.

O PILOTO CIVIL: Uma das facetas mais interessantes da formação de Edson Otto, que muitos dos seus amigos desconhecem, é o fato de ter sido brevetado como piloto civil, em Carazinho. Dentre as atividades que desenvolveu nessa área, Otto contava que, em 1961, por ocasião da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, e dos empecilhos políticos que impediam a posse do Vice-Presidente João Goulart, durante o movimento de resistência surgido no Rio Grande conhecido como Legalidade, liderado pelo então governador gaúcho Leonel Brizola, além de participar do comando da resistência em sua terra natal, atuou, como Piloto Civil, em missões de patrulha aérea, na fronteira com o Estado de Santa Catarina, sob a orientação de autoridades do então III Exército.

NO TRADICIONALISMO: Entre as atividades desenvolvidas por Edson Otto, tem grande destaque as que o identificam como militante do movimento tradicionalista gaúcho organizado.

Iniciou suas atividades no tradicionalismo participando do grupo de fundadores, em 1954, do CTG Pedro Vargas, de Carazinho, onde integrou diversas das suas diretorias. Ali foi o responsável pelo desenvolvimento artístico da mocidade, no cargo de posteiro artístico. Transferindo residência para Porto Alegre, aos 21 de abril de 1971, incorporou-se ao "35" CTG, entidade pioneira do movimento tradicionalista organizado, sendo, também seu posteiro artístico. No "35" integrou sua equipe diretiva, tanto na Diretoria, como no seu Conselho de Vaqueanos.

Mesmo antes de se radicar em Porto Alegre, em 1970 tornou-se membro da Estância da Poesia Crioula, que tinha, a época, seu amigo Guilherme Schultz Filho, como presidente. Foi seu Secretário nos anos de 1971/1972, período em que foi adquirida a sede daquela verdadeira academia de letras gauchescas. Desde então, esteve sempre presente nas atividades da Estância, sempre com muito destaque, aproximando-a do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do qual é integrante especial.

Em 1973, secretariou o 18º Congresso Tradicionalista Gaúcho de Santa Vitória do Palmar, oportunidade em que passou a integrar, como secretário eleito, a equipe diretiva do MTG no primeiro ano da administração de Guilherme Schultz Filho. Ali Edson Otto recebeu, por missão, presidir a importante comissão designada para proceder a reforma estatutária que acabaria transformando o MTG em Federação, atividade decisiva para os destinos do

movimento. Em 1974, no 19º Congresso Tradicionalista Gaúcho, de São Borja, foi eleito Vice-Presidente do MTG. Após recusar sua indicação para a presidência, no Congresso de Pelotas, foi reeleito para o cargo. Aprovado o novo Estatuto, o Conselho Diretor, presidido por Onésimo Carneiro Duarte, designou-o para presidir a comissão que, paulatinamente, foi implantando, nos anos seguintes, o Regulamento do MTG, funções que prosseguiu desempenhando, mesmo após abdicar do cargo de direção.

Em 1976, já sob a égide do novo Estatuto e na reeleição de Onésimo Carneiro Duarte, foi reconduzido para a Vice-Presidência, assumindo a de Administração, enquanto Rodi Pedro Borghetti assumia a recém criada Vice-Presidência de Finanças. Nessa oportunidade, por determinação da Diretoria e do Conselho Diretor, juntamente com o tradicionalista Praxedes da Silva Machado e a Direção Cultural do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL, definiu nome, regulamento e execução do “Festival Estadual de Arte Popular e Folclore”. Quando da extinção do MOBRAL, já na qualidade de Diretor Administrativo do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - IGTF, Edson Otto teve papel de notável relevância na criação e regulamentação do FEGART - Festival Gaúcho de Arte e Tradição, evento que viria substituir o “Festival do MOBRAL”. Ali Otto serviu de ligação, por seus conhecimentos e ação, entre as três instituições que se consorciaram para fazer surgir, oficial e documentalmente, o novo festival: o Movimento Tradicionalista Gaúcho, o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e a Prefeitura Municipal de Farroupilha. Mais tarde, o FEGART seria sucedido pelo “Encontro de Artes e Tradição Gaúcha-ENART”, realizado na cidade de Santa Cruz, sendo esse evento considerado a maior manifestação de arte amadora protagonizada em território brasileiro, e do Globo, como dizia Edson Otto. Estavam preservados os objetivos preconizados pela iniciativa inicial com o estabelecimento de garantias para a perenidade das realizações futuras do festival.

Presidiu os 23º Congresso Tradicionalista Gaúcho, de Santo Antônio da Patrulha, em 1978, e o 26º Congresso Tradicionalista Gaúcho - o segundo realizado em sua terra natal, Carazinho, em comemoração ao Cinquentenário da sua emancipação - em 1981.

Em 1983, mais uma vez é lembrado para presidir o MTG o que recusa terminantemente. Nessa oportunidade, retornou a alta administração da entidade novamente como Vice-Presidente de Administração em 1983, com Onésimo Carneiro Duarte e Gerciliano Alves de Oliveira. Em 1995 afastou-se definitivamente de participação na Diretoria e no Conselho Diretor, impedindo mais uma reeleição para a Vice-Presidência.

Sua atuação, em nível nacional, foi de enorme destaque, haja vista que, representando o MTG-RS, elegeu-se Vice-Presidente da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha-CBTG, no período administrativo de 1997/1999. No Congresso da CBTG realizado em Xanxerê-SC, em novembro de 1999, foi eleito Presidente da entidade, gestão 1999/2000. Na condição de presidente da CBTG palmilhou o território nacional, apoiando iniciativas de tradicionalistas residentes em outros pagos, criando condições para a promoção da identidade gaúcha, dos princípios que orientam o movimento tradicionalista no Rio Grande e em qualquer parte.

Em 2000, por indicação do Conselho Diretor, em memorável votação unânime, em reconhecimento aos seus muitos méritos, passou a integrar o restrito quadro de Conselheiros Beneméritos do MTG. Por ocasião da 51ª Convenção Tradicionalista Gaúcha, realizada em Alegrete, esse o fórum estatutário adequado para a aprovação da concessão do título, tive o privilégio de ser o relator da proposta apresentada da qual faço questão de transcrever o seguinte trecho:” Este relator cumprimenta a Diretoria do MTG pela feliz iniciativa de indicar o companheiro Edson Otto para receber o título de “Conselheiro Benemérito” por sua destacada atuação como membro do Conselho Diretor do MTG, desde 1971 e em muitas outras oportunidades, ocupando diversos cargos, dentre os quais de vice-presidente, desempenhando as mais variadas funções, sempre com dedicação, desenvoltura e coerência com nossos princípios. Sua volumosa e permanente dedicação ao ideal tradicionalista, do que faz prova seu vastíssimo currículo, o identifica como um verdadeiro guerreiro da boa causa, um devotado sacerdote a fortalecer a crença segura no valor e na importância da preservação da identidade cultural do gaúcho, como garantia de futuro“.

NO FOLCLORE: O folclore gaúcho muito deve a Edson Otto, por sua importante participação em instituições como a Comissão Gaúcha de Folclore e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Como colaborador da Comissão Gaúcha de Folclore, instituição reconhecida pela UNESCO, realizou pesquisas de folclore e música, assuntos sobre os quais realizou diversas conferências e publicou vários artigos. Participou da criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, do qual foi seu Diretor Administrativo por oito anos, tendo criado a estrutura administrativa básica que lhe deu condições de atuar por longo tempo, estando nos bastidores de inúmeros trabalhos realizados por aquela instituição da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Por indicação do Governador do Estado. Integrou, em duas administrações, o Conselho Consultivo do IGTF, contribuindo, assim, com valioso assessoramento.

Ainda no IGTF, Edson Otto, juntamente com o tradicionalista Cláudio Knierin, sempre com extremado sacrifício pessoal e enfrentando, por vezes, toda a sorte de desafios, implantaram e desenvolveram o Museu do Som Regional. Esses também, tiveram importante papel por ocasião do Congresso Tradicionalista Gaúcho do MTG de Caxias do Sul, quando, inspirado no sonho de Cláudio Knierin, apresentamos proposta para criação do Museu do Som Regional, pelo MTG, estabelecendo, desde então, parceria com o IGTF para a sua administração, criando condições para o desenvolvimento do acervo de registros fonográficos regionais ali já existente em pequeno número. É importante frisar, por imposição de justiça, que, pela atuação de Edson Otto, servindo de elo entre o MTG e o IGTF, foi possível motivar peões e prendas para desenvolverem empolgante participação em campanhas muito bem sucedidas, que proporcionaram a construção de expressivo acervo de registros fonográficos sobre temas regionais, talvez o único existente com tais características. Nos últimos anos, Edson Otto esteve completamente submetido ao ideal de servir à

causa da cultura gaúcha, ocupando um cargo no IGTF muito aquém do que esse lhe devia em reconhecimento pelos muitos e relevantes serviços prestados. Otto, apesar das dificuldades que encontrava para o exercício das suas atividades, quase que num apostolado, mais e mais se dedicava a trabalhar naquilo que mais gostava: a tradição gaúcha em todos seus aspectos, em todas as suas possibilidades e dimensões. O Museu do Som Regional é uma realidade graças, principalmente, ao denodo de Edson Otto, que rodou, literalmente, todo o estado do Rio Grande do Sul, abrindo espaços e promovendo campanha de doações de discos. A democratização do acesso ao seu acervo, com a devida socialização das informações que ali estão registradas, na medida exata da sua importância, será o justo prêmio aos seus idealizadores e, dentre eles, com maior destaque, Edson Otto.

NA MÚSICA: Não é possível falar em festivais de músicas gaúchos sem que a figura de Edson Otto tenha especial atenção, pois foi os dos seus principais protagonistas, desde os primeiros movimentos de que deu origem a celebrada Califórnia da Canção Nativa, em Uruguaiana, participando do seu grupo de idealizadores. Mas foi através do “Grupo Amador de Arte Nativa Os Cantores dos 7 Povos”, do qual foi co-fundador juntamente com Telmo de Lima Freitas e José Antônio Hahn, que participou, desde sua 1ª edição e por onze edições consecutivas, como concorrente naquele célebre festival, sendo o intérprete da composição “Esquilador”, com a qual ganhou o troféu “Calhandra de Ouro” como vencedora da 9ª Califórnia (1979), hoje uma referência do cancionista gaúcho. Organizador de diversos festivais musicais, com destaque para a “Seara da Canção Nativa” realizada na sua Carazinho. Foi jurado em inúmeros festivais, possuindo, como intérprete, premiações em muitos deles, tendo registrado em disco mais de 50 composições., dentre as quais, a sua preferida “ Prece ao Minuano”, defendida por ele na primeira edição da Califórnia, em 1971, que dá título a LP relançado em CD em 2001, pela gravadora ACIT.

Como músico e agitador cultural, como costumava de identificar, granjeou renome nacional, tornando-se um dos únicos rio-grandenses a integrar o restrito grupo que constitui a Associação dos Pesquisadores da Música Popular Brasileira.

Edson Otto idealizou, planejou e coordenou a realização do maior movimento em defesa da música nacional já acontecido no País, o Acorde Brasileiro - Seminário Nacional em Defesa da Música Regional Brasileira, acontecido de 11 a 14 de dezembro de 1986, em Tramandaí. Participaram efetivamente desse mega evento os mais destacados pesquisadores, assim como grandes vultos da divulgação e da execução da música nacional. O evento reuniu, ainda, expressivos grupos musicais e artísticos gaúchos e nacionais, com representações do Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste do Brasil.

A participação de Edson Otto no movimento musical do Rio Grande do Sul o levou a integrar o grupo fundador do Sindicato dos Compositores do Rio Grande Do Sul - SICOM, onde desenvolveu destacada atividade diretiva.

O Cantor regionalista Edson Otto Cantor, atividade iniciada já nos seus sete anos, regionalista, desde os 7 anos, não limitou-se a interpretar suas mais de 50 composições registradas. Desenvolveu-se como pesquisador e arranjador musical e vocal, atuando em diversos pontos do país, tendo estado na Argentina e no Uruguai, participando de festivais, espetáculos e apresentações. Até poucos dias antes de sua partida, durante a última Semana Farroupilha, em Porto Alegre, já debilitado, subiu ao palco para brindar nossa emoção com sua “Prece ao Minuano”.

Mas não foram só os festivais, os espetáculos, as apresentações artísticas de música regional que tiveram a participação de Edson Otto, mas também o canto coral foi uma das suas atividades prediletas, sendo, por muitos anos, regente e solista de vários coros. Cabe um destaque muito especial à sua participação no Coral da Igreja Santo Antônio, do Partenon, em Porto Alegre, onde foi solista e, mais do que tudo, formou um grupo de amigos muito diletos.

Atuou como apresentador de diversos espetáculos musicais, no país e exterior, sendo muito requisitado para essa atividade pela excelência dos textos que para isso produzia, os quais fugiam ao trivial e tornavam-se verdadeiras peças de conteúdo cultural de expressão.

NOS MOVIMENTOS CULTURAIS: Edson Otto, como gaúcho que valoriza os heróis que construíram história, percebeu ser importante para o Rio Grande transladar os restos mortais do grande Marechal Manoel Luiz Osório para o aconchego da terra que o viu nascer. Assim, buscou guarida em Barbosa Lessa, Lauro Pereira Guimarães e João Kessler Coelho de Souza, formando um grupo de patriotas que não mediu esforços para fazer da idéia realidade. Venceram inúmeras barreiras, inclusive no seio do Exército Nacional. Como Diretor-editor do Jornal “TRADIÇÃO”, publicou, em manchete de capa, a primeira notícia surgida na imprensa nacional a respeito do assunto, juntando fotografia onde aparece acompanhado de J. C. Coelho de Souza diante do monumento ao herói, no Rio de Janeiro.

Outra participação importante de Edson Otto na vida cultural do Rio Grande deu-se na companhia dos seus amigos e companheiros de ideais, Guilherme Schultz Filho e Hugo Ramirez. Com ambos constituiu a comissão especial designada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Sul, para organizar no território rio- grandense as comemorações do Centenário de Rui Barbosa, o que foi feito com grande brilho.

Em 1980, por ocasião das comemorações do Terceiro Centenário de Fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, por indicação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi designado pelo Ministério das

Relações Exteriores para selecionar e chefiar a representação cultural do Brasil que participaria dos eventos comemorativos daquela efeméride, a se realizarem naquela histórica cidade que deu origem ao surgimento do gaúcho e em Montevideo, na República Oriental do Uruguai, onde também se apresentaram, além do país anfitrião, delegações da Argentina, Paraguai, Portugal e Espanha.

Por importante, deve-se ser aqui registrado sua o evento que idealizou e realizou, em nome do Jornal TRADIÇÃO, em Capão da Canoa, no primeiro lustro dos anos 90, reunindo as autoridades americanas de expressão para discutir o tema “O Gaúcho: De Onde Veio - Quem é - Para Onde Vai”, do qual resultaram diversas manifestações sociológicas, históricas e culturais. Para Edson Otto, foi um justo prêmio a dedicatória que lhe fez Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, em seu livro “O Gaúcho, Quem é...”, recentemente reeditado pela UNESCO de forma bilíngue (Português- Inglês), sentenciando: “A Edson Otto, operário do Tradicionalismo, ofereço esta OBRA”.

Mais poder-se-ia dizer sobre Otto, haja vista as inúmeras instituições de que fazia parte, sempre com dedicação e desenvoltura. Por enquanto, apenas mencionamos estas instituições, a saber: membro efetivo da Estância da Poesia Crioula-EPC, tendo pertencido à sua direção; integrou, como membro efetivo o Instituto de História de Tradições do Rio Grande do Sul-IHTRGS, a Academia Sul-Rio-Grandense Maçônica de Letras; a Academia Brasileira Maçônica de Letras, a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, a Associação dos Pesquisadores da Música Popular Brasileira e, por serviços prestados, foi Sócio Benemérito da Sociedade Sul-Rio-Grandense, do Rio de Janeiro.

COMENDAS e LAURÉIS: Além de algumas centenas de diplomas e troféus, Edson Otto recebeu as seguintes honrarias: Título de Sócio Benemérito da Sociedade Sul-Rio-Grandense do Rio de Janeiro (1981); Medalha OSKAR NOBILING, da Sociedade Brasileira da Língua e Literatura, provavelmente a única existente no Rio Grande do Sul, dentre as 100 (cem) cunhadas e distribuídas no país e exterior (1982); Comenda do Seival, do Município de Tramandaí (1986); Medalha PEREIRA CORUJA, da Sociedade Sul-Rio Grandense, do Rio de Janeiro (1997); Medalha NEGRINHO DO PASTOREIO, comenda que se constitui na maior distinção outorgada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1998). Título de Conselheiro Benemérito do MTG (1999); Título COLABORADOR EMÉRITO DO EXÉRCITO, recebida no dia 19 de abril de 2002; COMENDA DANTE DE LAYTANO, pela Comissão Gaúcha de Folclore, vinculada à UNESCO, recebida em 22 de agosto de 2002; Medalha PRÊMIO GLAUCUS SARAIVA, recebida em 16 de setembro de 2003, da Câmara Municipal de Porto Alegre, maior galardão anual outorgado pela edilidade na área do tradicionalismo; MEDALHA DO MÉRITO CÍVICO, recebida em 16 de dezembro de 2003, da Liga da Defesa Nacional - Diretoria do Rio Grande do Sul.

POR FIM: Muito ainda poder-se-ia dizer de Edson Otto, como do proficiente tribuno, do competente e profundo conferencista, do professoral e motivador palestrante, do arguto articulador. Mas restaria ainda falar sobre os incontáveis momentos em que distribuiu conhecimento e fez cultura; das longas conversas que encurtaram tantas viagens pelo Rio Grande e fora dele. E os seus sonhos, seus projetos? Resta a certeza de que, dentre tantas sementes que foram espalhadas, por certo, muitas germinarão, dando origem a outros tantos idealistas que lhe seguirão os passos, que construirão história, em novos e seqüenciais capítulos, todos dedicados a preservação de idéias, crenças e valores que caracterizam a identidade gaúcha, seu maior objetivo em vida, dele, nossa melhor herança .

É com orgulho que partilhamos existência com Edson Otto, um idealista que realizou seus sonhos. Mas havia ainda muitos outros a realizar...

* Tradicionalista

* Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul e * Membro efetivo do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS)

* Nota: Edson Otto faleceu na madrugada do dia 07 de outubro de 2004. Estava baixado ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Sofria de câncer. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa do RS. À tarde, o féretro dirigiu-se ao cemitério Jardim da Paz, em Viamão, onde foi sepultado por volta das 1700 h.

Edição: Luiz Ernani Caminha Giorgis

Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

lecaminha@brturbo.com- 51-3223-4519

Nº 27 - Ano 2005 – Cel Cláudio Moreira Bento

60 ANOS DE MONTE CASTELO

Por ocasião dos 60 anos da Tomada de Monte Castelo pelas tropas brasileiras na Itália, na 2ª Guerra Mundial, bem como das outras grandes conquistas, como Montese, La Serra, Castelnuovo, etc., a Academia de História Militar Terrestre do Brasil e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul irmanam-se ao Exército Brasileiro e aos combatentes heróis da Força Expedicionária Brasileira nas comemorações. Para isso, homenageia os nobres febianos com um número de seu jornal O Gaúcho, trazendo o texto do nosso presidente, Cel Cláudio Moreira Bento, e a cronologia da FEB desde seu início. Parabéns! Seus exemplos serão sempre lembrados!

OS 60 ANOS DA CONQUISTA DE MONTE CASTELO PELA FEB EM 21 FEVEREIRO DE 1945 - Cel Cláudio Moreira Bento(x)

(Homenagem aos acadêmicos eméritos ex combatentes da FEB e integrantes da Academia de História Militar Terrestre do Brasil)

Em 21 de fevereiro de 1945, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária FEB enfrentou e venceu o seu maior desafio operacional que foi a conquista do monte

de Monte Castelo. A conquista brasileira de Monte Castelo foi o episódio mais emocionante e afirmativo da capacidade de combate do brasileiro e de sua maturidade operacional.

Neste episódio se destacou entre outros bravos o tenente Inf Cecil Wall Barbosa de Carvalho que passaria a maior parte de sua vida em Resende, onde foi professor por muitos anos, de Direito, na Academia Militar das Agulhas Negras. Ele se destacou no episódio que passou à História, como Tiro Feliz, que consistiu em peça de morteiro que comandava haver atingido em cheio um ninho de metralhadora alemã.

Monte Castelo, que era defendido com unhas e dentes pelo inimigo, foi alvo de cinco ataques. O primeiro e o segundo ataques foram executados em 24 e 25 de novembro pela Força Tarefa 45 (Task Force 45), integrada por brasileiros e americanos.

Os ataques não foram bem sucedidos, mas resultaram na conquista temporária de Monte Belvedere. O terceiro ataque foi feito pela 1ª DIE/FEB um dia após contra-ataque alemão que reconquistou Belvedere dos americanos, fato negativo no ataque brasileiro, que foi flanqueado por Belvedere, ponto onde o inimigo concentrou o esforço de defesa por ser ele a chave de acesso à rica planície do rio Pó e realizado com chuva, lama e céu encoberto, do que resultou mais um justificado insucesso brasileiro.

À noite, em conferência no Passo de Futa - QG do IV Corpo, seu comandante precipitou-se e colocou em dúvida a capacidade de combate dos brasileiros e quis saber a razão do insucesso. A resposta do comandante brasileiro foi dada por escrito.

Ele argumentou: "Que tropas veteranas americanas também foram obrigadas a recuar de Monte Belvedere naquela frente, face à forte resistência inimiga; que a missão atribuída à 1ª DIE/FEB de defender numa frente de 20km e de atacar numa frente de 2km era exorbitante para uma Divisão de Infantaria e que ela não havia, por culpa do governo no Brasil e do V Exército na Itália, tido o período de treinamento padrão mínimo previsto para as divisões americanas e que ela estava recebendo missão de tropa de montanha sem sê-lo".

Passo de Futa foi o ponto de inflexão de alguns insucessos iniciais de uma tropa bisonha para as vitórias de uma tropa veterana e bem comandada e assessorada pelo seu Estado-Maior.

O inverno, iniciado logo após, obrigou a uma estabilização da frente por 70 longos dias. Então, os brasileiros vindos de um país tropical, padeceram rude e rigoroso inverno, com temperaturas variando de - 15° a - 4° e, sobretudo tenso, face às possibilidades de veteranos alemães acostumados àquelas condições de tempo e terreno.

A 1ª DIE/FEB ressurgiu do inverno, o mais rigoroso dos últimos 50 anos,

aguerrida, disposta e veterana. Suas ações, estrategicamente, até o fim se incluem na Batalha dos Apeninos que foi muito cruenta e penosa. Os Apeninos foram acidente capital estratégico para o inimigo, por impedir o acesso dos aliados à rica planície do rio Pó. E, após conquistados os Apeninos, seria a vez dos Alpes, o que significaria a decisão da guerra na Itália.

A chave para a conquista dos Apeninos era a cidade de Bologna. O acesso a esta era a Estrada Nacional 64 que era dominada pelas elevações de Monte Belvedere, Monte Castelo e Castelnuovo etc... Foi nestas elevações que os alemães da 232a Divisão de Infantaria, ao comando do experientado general e barão von Eccart von Gablenz, que comandara o XXVI Corpo de Exército Alemão na Batalha de Stalingrado, concentraram seu esforço defensivo, particularmente em Monte Belvedere, pivô de defesa inimiga nos Apeninos e que possuía dominância de fogos e vistas sobre Monte Castelo.

É importante este entendimento de que as dificuldades de conquista de Monte Castelo encontravam-se bem mais no seu flanqueamento por Belvedere, onde o inimigo concentrou seu esforço defensivo, do que nele próprio e que para conquistar Monte Belvedere os americanos usariam uma unidade especializada, a 10a Divisão de Montanha.

Em 21 de fevereiro, há 60 anos, finalmente a 10a de Montanha e a 1a DIE/FEB atacaram simultaneamente Della Torraccia e Monte Castelo, objetivos que conquistaram sucessivamente. O primeiro foi Monte Castelo, pelos brasileiros. A conquista brasileira de Monte Castelo foi o episódio mais emocionante e afirmativo da capacidade de combate do brasileiro e de sua maturidade operacional.

Para melhor se avaliar o significado da conquista de Monte Castelo pelos brasileiros recordemos para as atuais gerações uma síntese da atuação operacional da FEB na Itália, através de sua 1a Divisão de Infantaria Expedicionária (1a DIE/FEB).

A 1a DIE/FEB do Brasil foi uma das 20 divisões e 16 brigadas aliadas compostas de canadenses, sul-africanos, indianos, neozelandeses, marroquinos, argelinos, além de franceses, italianos e poloneses livres e, particularmente, ingleses e americanos que integraram, no final da Batalha dos Apeninos, o XV Grupo de Exércitos Aliados destinado a libertar a Itália do jugo nazi- fascista, bem como a fixar importantes efetivos alemães dos XIV Exército e Exército da Ligúria para impedir que atuassem nas frentes da Operação Overlord (invasão aliada da Normandia, em 16 de junho de 1944) e da Operação Anvil e depois Dragoon (invasão aliada pelo sul da França, em 15 de agosto 1944).

Para a última, foram roçadas algumas divisões francesas, cuja falta na Batalha dos Apeninos a 1a DIE/FEB veio de certa forma minorar.

Os brasileiros entraram em combate em 18 de setembro de 1944 na proporção de um terço de seus efetivos e com o nome de Destacamento FEB,

antes que houvesse completado o ciclo de instrução normal previsto pela doutrina americana. Eles atuaram na região da boca do cano da bota que a Itália representa.

O destacamento foi lançado ao norte do rio Sécchio para combater os alemães estabelecidos na Linha Gótica (280km), entre os mares Tirreno e Adriático.

A 1ª DIE/FEB teve seu batismo de fogo através de seu Destacamento em 18 de setembro na conquista de Camaiole, seguida de Monte Agudo e Monte Prano em 26 de setembro. O destacamento foi roçado mais para a direita no vale do Sécchio onde conquistou Fornaci e Barga.

Em 11 de outubro lançou-se sobre Galicano que conquistou e consolidou. Daí lançou-se, em 30 de outubro, sobre Castelnuovo de Garfagnana onde foi repellido e retraiu sobre Galicano, tendo conhecido o seu primeiro insucesso, fato comum em tropas estreantes. Mas progrediu em 15 dias 40 km, capturou uma fábrica de peças de aviões, em Fornaci, fez 208 prisioneiros do rio Reno, onde recebeu uma frente de 15km, muito ampla, sobre a estrada 62, ao norte de Porreta Terme e que era dominada pelo Monte Castelo que impedia o prosseguimento do V Exército sobre Bologna.

A seguir foi a operação contra Monte Castelo, descrita no início, que se constituiu na maior glória conquistada pelas armas brasileiras na Itália, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial.

Terminado o inverno, então a 1ª DIE/FEB foi cooperar com o IV Corpo na conquista do saliente dos Apeninos, em sua zona de ação, cortado pelo rio Marano, que integrava a Linha Defensiva Gengis- Khan e dominava a estrada 64 (Porreta Terme-Bologna), essencial ao abastecimento de 10 divisões do V Exército. Para a conquista do saliente no maciço onde se situavam as posições alemãs de Belvedere, Monte Castelo, Soprassaso, Castelnuovo, Gorgolesco, Mazzancana, Della Torraccia, La Serra, Sta Maria Viliiana, Torre de Nerone, Montese e Montelo foi elaborado o Plano Encore, a ser executado pela 10ª Divisão de Montanha americana e 1ª DIE/FEB.

O plano visava expulsar o inimigo do vale do Reno e após perseguí-lo no vale do rio Panaro. Os brasileiros deviam sucessivamente: capturar Monte Castelo com auxílio da 10ª de Montanha que devia capturar Belvedere e Della Torraccia; limpar o inimigo do vale do Marano; apossar-se de Sta Maria Viliiana e capturar Torre de Nerone e Castelnuovo, o último chave para liberar as comunicações do V Exército nos vales dos rios Silla e Reno.

Em 20 de fevereiro, a 10ª de Montanha conquistou Gorgolesco e Mazzancana, o último, com auxílio de pilotos brasileiros do 1º Grupo de Caça (O Senta a pua!).

Em 21 de fevereiro, como foi abordado a 10ª de Montanha e a 1ª DIE/FEB atacaram simultaneamente Della Torraccia e Monte Castelo, objetivos que

conquistaram sucessivamente. O primeiro, como abordado, foi Monte Castelo, pelos brasileiros, que foi o episódio mais emocionante e afirmativo da capacidade de combate do brasileiro e de sua maturidade operacional.

Em 23 e 24 de fevereiro os brasileiros travaram o encarniçado combate de La Serra. Em 5 de março caiu pela manobra contra Castelnuovo, o falado, traiçoeiro e famigerado saliente na rocha- Soprassaso, responsável pelas maiores perdas da FEB no inverno. Ele era o objetivo dos nossos pracinhas que o conquistaram com grande gana.

Depois dele, veio a conquista de Castelnuovo, base para a montagem de um ataque do V Exército sobre Bologna.

A seguir, teve curso a Ofensiva da Primavera, de 14 de abril a 2 de maio, para libertar o norte da Itália e desfechada pelo XV Grupo de Exército Aliado.

À 1ª DIE/FEB coube inicialmente conquistar, em 14 de abril, as alturas de Montese, Cota 888 e Montelo, com forte apoio de Artilharia e de Blindados e geradores de fumaça americanos. A reação da Artilharia alemã ali concentrada antes de ser destruída, para não cair em poder dos aliados, foi de grande e inusitada intensidade.

Foi um duríssimo e disputado combate, o que é atestado pelas 426 baixas brasileiras (34 mortos, 382 feridos e 10 extraviados). Ali foi ferido o hoje Coronel Celso Rosa, residente em Resende e acadêmico emérito da AHIMTB. Ali tombou morto o Aspirante Francisco Mega, patrono hoje da Turma egressa da AMAN há 50 anos em 15 de fevereiro de 1955, à qual pertencemos, e cuja biografia abordamos na plaqueta **Os 60 anos da AMAN em Resende**: Resende: AHIMTB, 1984 e no O Guararapes 44, 1º trim, 2005.

Em Montese, a 1ª DIE/FEB ajudou a romper a defensiva alemã nos Apeninos e conquistou a chave de acesso ao vale do rio Panaro o que facilitou ao V Exército derramar-se sobre a planície do rio Pó, em aproveitamento do êxito, e logo a seguir em perseguição. Sobre a conquista de Montese referiu o comando do IV Corpo aliado:

"Ontem só os brasileiros mereceram as minhas irrestritas congratulações. Com o brilho de seu feito e seu espírito ofensivo, a 1ª DIE/FEB está em condições de ensinar às outras divisões como se conquista uma cidade".

A conquista de Montese ajudou a dismantelar a Linha Gengis-Khan. A 1ª DIE/FEB, em aproveitamento do Êxito, conquistou o vale do médio Panaro em 19 de abril e, Zocca, nó rodoviário que ofereceu forte resistência em 20, Marano e Vignola em 23, onde foram recebidos os brasileiros aos brados de "Vivam nossos libertadores (Liberatori)"; à partir daí, teve início a Perseguição.

Em solução singular, mas de grandes dividendos táticos, a 1ª DIE/FEB iniciou a perseguição com a Infantaria embarcada em veículos de sua Artilharia Divisionária e protegendo o flanco direito do V Exército.

Em 24 de abril ela alcançou S. Paulo d'Enza. De 27-30, no vale do rio Taro, combateu com o inimigo em Colecchio e em Fornovo di Taro, após o que executou manobra envolvente contra os alemães reunidos em Respício, onde eles receberam ultimato para rendição incondicional dos brasileiros.

O inimigo rendeu-se em Gaiano, na região de Fornovo di Taro. Rendição que se caracterizou como ação de nível e repercussão estratégica, e foi recebida do experimentado general Otto Fretter Pico, veterano de diversos teatros de operações e comandante da 148ª Divisão de Infantaria Alemã e do general Mário Carloni, comandante da Divisão Bersaglieiri, Itália, e, ainda, de sobras da 90ª Divisão Panzer.

Foram capturados 20.573 homens, dos quais 894 oficiais, e entre eles muitos veteranos do África Korps, ao par de copioso material bélico.

Sobre este feito dos brasileiros comentou o general Mark Clark agora no comando do XV Grupo de Exércitos: "**Foi um magnífico final de uma atuação magnífica**". O Estádio da AMAN foi batizado com o seu nome.

De 28-30 de abril, enquanto tinha curso a rendição alemã, Benito Mussolini foi morto em 28, em 29 os russos entraram em Berlim e em 30 Adolf Hitler se suicidou. A 1ª DIE/FEB ocupou Alexandria a 30, em 1º de maio ocupou Casale, Solero, Salvatore e Costeleto, dia em que o Alte. Doenitz assumiu o poder na Alemanha.

Em 2 ocupou Turim, terra natal do ten-gen. Carlos Napión, patrono do Serviço de Material Bélico do Exército Brasileiro, e estabeleceu ligação com a 27ª Divisão Francesa em Susa. Neste dia houve rendição incondicional das tropas alemãs na Itália.

Dia 8 de maio - Dia da Vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial.

A 1ª DIE/FEB foi a primeira tropa aliada a estabelecer contato com a Operação Dragoon, em Susa.

De 8 de maio - 3 de junho a 1ª DIE/FEB atuou como tropa de ocupação das regiões de Piacenza e Alexandria. Após, concentrou-se em Francolise para retornar ao Brasil, o que teve lugar em 14 de junho na cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebida vitoriosa e triunfalmente pelo Brasil e passou sob um arco do triunfo encimado pela legenda - "A cidade às Forças Armadas Brasileiras".

A atuação da 1ª DIE/FEB na Itália foi dividida em quatro fases pelo seu oficial de operações Ten Cel Humberto de Alencar Castelo Branco:

- 1 - Campanha do Destacamento FEB no vale do rio Arno;
- 2 - Campanha da margem oriental do rio Reno;
- 3 - Ofensiva sobre as defesas dos Apeninos; e
- 4 - Rompimento da frente e perseguição.

A 1ª DIE/FEB integrou o IV Corpo com mais três divisões americanas: a 10ª de Montanha; a 1ª Blindada (os tigres) e 34ª de infantaria (os cabeças-de-boi). Atesta também o valor do soldado brasileiro cruz encontrada após o combate

de Castelnuovo e com esta inscrição expressiva em alemão - "**Aqui jaz um herói brasileiro**".

Em 1962 o terceiro ano da Escola de Comando e Estado- Maior do Exército produziu a valiosa pesquisa **O comportamento do combatente brasileiro na Itália**, com vistas dela tirar valiosos ensinamentos de Engenharia Humana. Combatente que se fez representar na FEB por cerca de 74%, de cariocas e fluminenses (32%), paulistas (15,5%), mineiros (11,7%), gaúchos (7,5%) e paranaenses (6,1%).

A pesquisa histórica crítica, baseada em ampla bibliografia então disponível e depoimentos de veteranos chegou a interessantes e relevantes considerações ou conclusões, que não podem ser desconhecidas do planejador, pensador e chefe militar do Exército Brasileiro.

Por exemplo: a pesquisa concluiu que na FEB o combatente brasileiro não se adaptou e mesmo reagiu a normas disciplinares rígidas, confirmação de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema na História Militar do Brasil.

E, mais, que ele se submete à liderança afetiva dos chefes que o comandam pelo exemplo e não aos ausentes espiritualmente, e insensíveis às esperanças, aspirações, imaginação e sentimentos de seus homens.

Como fatores concorrentes para o bom desempenho do combatente brasileiro na Itália e que contribuíram para ele sentir-se valorizado socialmente alinhe-se:

1 - Lutar no V Exército dos EUA que dispensava grande atenção e valor à vida e ao bem-estar dos seus soldados e onde o prêmio e o castigo eram distribuídos com isenção e sem favores, além de que com presteza e oportunidade;

2 - Lutar em território com uma população histórica e tradicional, mas então vencida, dominada, submissa, torturada pela fome, desemprego e corrupção e com emotividade semelhante à brasileira;

3 - Sentir-se alvo de orgulho no Brasil, de estímulos de sua imprensa, de atenções das madrinhas de guerra, de desvelo familiar e dos brasileiros e atenções dos superiores;

4 - Ser alvo agora de interesse geral, boa assistência médica, alimentação jamais sonhada, dinheiro farto, roupa variada e farta e assistência religiosa;

5 - Lutar e ser bem sucedido contra considerado melhor soldado do mundo; e

6 - Desenvolvimento de fortes laços de camaradagem, na adversidade da guerra, com reflexos no moral elevado, disciplina consciente e sentimento de honra e de dever.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil

- CALENDÁRIO DA FEB -

ANO DE 1942**DEZEMBRO**

31 - O Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por ocasião do almoço de confraternização das Classes Armadas, exortou e aconselhou a criação de forças treinadas e aparelhadas para ações militares extracontinentais.

ANO DE 1943**MARÇO**

15 - O Presidente da República aprova uma exposição de motivos do Ministro da Guerra, autoriza a criação e preparação do Corpo Expedicionário Brasileiro (CEB).

AGOSTO

9 - A Portaria 47-44, do Ministro da Guerra, estabelece as primeiras normas para a organização do Corpo Expedicionário Brasileiro (CEB). São publicadas as inscrições para a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª D I E).

10 - O General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, em rádio, declara aceitar o convite para comandar uma das Divisões do Corpo Expedicionário Brasileiro, formulado na véspera, em rádio cifrado pelo Senhor Ministro da Guerra.

21 - A Comissão Militar Mista, na presença do Ministro da Guerra, em Washington, aprova o plano de participação da Força Brasileira fora do Continente.

SETEMBRO

29 - A Portaria 52-49 estabelece as diretrizes para a instrução dos quadros e da tropa do Corpo Expedicionário Brasileiro (CEB).

OUTUBRO

7 - O General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes é designado para organizar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), cujas Unidades componentes deveriam permanecer, entretanto, no âmbito de seus comandos normais.

11 - O QG da 1ª DIE é instalado na rua São Francisco Xavier nº 409. O Posto de Comando dessa Divisão funcionará em dependência da Diretoria de Material Bélico.

18 - São determinadas as primeiras normas para a transformação dos efetivos das Unidades da 1ª DIE.

29 - É criado o 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocado (1º ROAR).

NOVEMBRO

30 - Manda-se dar organização imediata aos I e II Grupos do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocado (1º ROAR).

31 - Criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com a seguinte

composição inicial: 3 Divisões de Infantaria e elementos orgânicos de Corpo de Exército, inclusive Aviação e órgãos de comando e serviços. (Dec. Lei 6018-A, de 23Nov43).

32 - É designada a Comissão Militar Brasileira que, sob a chefia do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, irá visitar o Teatro de Operações do Mediterrâneo.

DEZEMBRO

33 - Sob a chefia do General João Baptista Mascarenhas de Moraes, a Comissão Militar Brasileira segue para a África e o Teatro de Operações da Itália. Deveria aquele chefe militar estabelecer a primeira ligação de comando, observar o campo de batalha e tomar contato com os problemas da Campanha.

34 - Criação do Quartel-General e da Tropa Especial da 1a Divisão de Infantaria Expedicionária (1a DIE). Criação do 1º Esquadrão de Reconhecimento e do Batalhão de Saúde. Criação da 1a Companhia de Transmissões. Criação do I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta (I/1º RAPC). Criação do 2º Regimento de Obuses Auto-Rebocado (2º ROAR).

35 - Manda-se dar organização imediata às seguintes Unidades da 1a DIE: 1º Batalhão de Saúde, Quartel-General e Tropa Especial da 1a DIE.

36 - Manda-se dar organização imediata ao I Grupo do 2º Regimento de Obuses Auto-Rebocado (I/2º ROAR)

37 - Visita do General Mascarenhas de Moraes ao Tenente-General Mark Wayne Clark, comandante do V Exército norte-americano, em seu Quartel-General situado em Caserta (Itália).

38 - É publicada a Diretiva Geral para a Instrução da 1a DIE, expedida pelo comando da Divisão Expedicionária.

39 - É nomeado comandante da 1a Divisão de Infantaria Expedicionária o General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. São nomeados, respectivamente, comandantes da Infantaria e Artilharia da 1a DIE os Generais de Brigada Euclides Zenóbio da Costa e Alcio Souto.

40 - As Unidades febianas ficam subordinadas ao comandante da FEB para fins de instrução e organização; e aos comandantes de Regiões Militares para fins de administração e disciplina.

41 - Regressa da Itália o General Mascarenhas de Moraes, comandante da 1a DIE e chefe da Missão Militar Brasileira.

ANO DE 1944

JANEIRO

7 - É determinada a constituição das 2ª e 3ª Divisões de Infantaria Expedicionária.

10 - Início do primeiro período de instrução da 1a DIE.

19 - As Unidades da Força Expedicionária Brasileira, da 1a Região Militar, passam para o comando da FEB, para todos os fins.

21 - As Unidades febianas estacionadas na 1a Região Militar passam a depender

diretamente, sob todos os aspectos, do comandante da FEB.

25 - O comandante da 1a DIE fica subordinado diretamente ao Ministro da Guerra.

FEVEREIRO

1 - Assume o comando da Artilharia da 1a DIE, em substituição ao General Álcio Souto, o General de Brigada Oswaldo Cordeiro de Farias.

14 - O Aviso 94-92 manda adotar regulamentos norte-americanos pela FEB.

15 - É determinada a transferência de sede do 6º Regimento de Infantaria (6º RI) e do 11º Regimento de Infantaria (11º RI), respectivamente de Caçapava e São João del Rei, para a Vila Militar, do primeiro, e Morro do Capistrano, do segundo.

2a quinzena de fevereiro - Deslocamento do 6º RI para a Vila Militar, Distrito Federal.

MARÇO

1a quinzena de março - Deslocamento para a Vila Militar (Distrito Federal) do 11º RI.

2a quinzena de março - Deslocamento do 1/2º ROAR para o Distrito Federal.

- Término da concentração da 1a DIE no Distrito Federal, ficando toda a Divisão sob o comando direto e exclusivo do General Mascarenhas de Moraes.

31 - Impressionante desfile da Infantaria da 1a DIE na cidade do Rio de Janeiro.

ABRIL

32 - Criadas as Bandas de Música e a de Corneteiros e Tambores da 1a DIE.

28 - Criação do Serviço Postal da FEB.

MAIO

29 - Criação do Depósito de Intendência da FEB e do Serviço de Fundos da 1a DIE.

30 - É regulada a constituição dos elementos orgânicos da FEB, além das 3 Divisões de Infantaria Expedicionária.

10 - Constituição do 1º Escalão da FEB.

15 - Criação do "Estado-Maior Especial" para cuidar da preparação do embarque, por escalões, da 1a DIE, para além-mar.

17 - É nomeado comandante do 1º Escalão da FEB, cumulativamente com as funções de comandante da 1a DIE, o Gen João Baptista Mascarenhas de Moraes.

20 - A Artilharia da 1a DIE realiza uma demonstração de tiro no Campo de Instrução de Gericinó (Distrito Federal).

24 - Desfile, na cidade do Rio de Janeiro, de toda a 1a DIE, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes.

31 - É expedida a Diretiva Geral para a Instrução da 1a DIE, na qual é estabelecido o 2º período de Instrução, de 5 de maio a 8 de julho, tudo de 1944.

JUNHO

3 - Fim do 1º período de instrução da 1a DIE.

5 - Início do 2º período de instrução da 1a DIE.

28 - Embarque no Cais do Porto do Rio de Janeiro, dos elementos precursores

do 1º Escalão de Embarque.

29/30 - Deslocamento, para as respectivas zonas de manobras, dos 1º e 3º Grupamentos Táticos da 1ª DIE. Início do embarque, no Cais do Porto do Rio de Janeiro, do 2º Grupamento Tático da 1ª DIE, para além-mar (1º Escalão de Embarque).

30 - Visita do Senhor Getúlio Vargas, Presidente da República, ao navio-transporte “General Mann”, norte-americano.

JULHO

1 - Término do embarque do 2º Grupamento Tático da 1ª DIE - (1º Escalão de Embarque).

2 - Partida do Rio de Janeiro do navio “General Mann”, que conduziu para a Europa o 1º Escalão de Embarque, viajando também, a bordo, os Generais Mascarenhas de Moraes e Euclides Zenóbio da Costa.

4 - Manda-se organizar e instalar imediatamente o 1º Pelotão de Sepultamento da 1ª DIE, o qual é incluído no 1º Escalão da FEB.

5 - São estabelecidas as atribuições, fora do Continente, do comandante do Escalão da FEB.

- É adiada a execução da organização das 2ª e 3ª DIE.

16 - Chega a Nápoles o navio “General Mann”, que conduziu o 1º Escalão de Embarque. Estacionamento em Bagnoli (Nápoles) do 1º Escalão de Embarque.

17 - É designado para a FEB o General de Brigada Olympio Falconiéri da Cunha.

18 - Assume o comando do estacionamento de Bagnoli, para fins de disciplina e condições de vida, o General Euclides Zenóbio da Costa.

19 - Hasteamento da Bandeira do Brasil, em Bagnoli, pelo General João Baptista Mascarenhas de Moraes, sendo esta a primeira vez que uma tropa brasileira em missão de guerra, içou o pavilhão nacional em território europeu.

- Organização e instalação imediata do Correio Regulador no Rio de Janeiro.

23 - Início da instrução preliminar do 1º Escalão de Embarque, na Itália. Remessa das primeiras malas de correio para o Brasil.

31 - Início dos trabalhos de estacionamento em Tarquínia.

AGOSTO

- Início do movimento do 1º Escalão de Embarque da FEB para Tarquínia. - Término do movimento da tropa brasileira de Nápoles para Tarquínia.

5 - A FEB é incluída no V Exército norte-americano.

8 - Com elementos do 1º Escalão de Embarque são criados: o Escalão Avançado do QG da 1ª DIE, e um Grupamento Tático, este sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa.

9 - Entrevista no Quartel-General, em Cecina, do comandante do 1º Escalão da F.E.B. com o Tenente- General Mark Clark, comandante do V Exército.

12 - Primeira inspeção da tropa brasileira pelos chefes norte-americanos, na região de Tarquínia.

18 - Início dos trabalhos de estacionamento em Veda.

18/19 - Início do deslocamento da tropa brasileira, estacionada em Tarquínia, para a região de Vada- Rosignano.

19 - Visita do Primeiro Ministro da Inglaterra, Sir Winston Churchill, ao QG do V Exército em Cecina, onde formou uma guarda de honra, em cuja composição figurava uma Companhia do 6º RI brasileiro.

20 - Fim do estacionamento em Tarquínia e término do deslocamento do 1º Escalão de Embarque para Vada.

21 - Inspeção da tropa brasileira por elementos do Estado-Maior do V Exército, na região de Vada.

23 - É determinada a organização e instalação imediata de quatro “grupos suplementares brasileiros em hospitais norte-americanos”.

- Autorizada a organização do Centro de Recompletamento de Pessoal, no Rio.

25 - Celebração do “Dia do Soldado Brasileiro” no acampamento de Vada. Apresentação ao General Mark Clark do 1º Escalão de Embarque, que então realizou o seu primeiro desfile na Itália. Achava-se presente o General Chadebec de Lavalade, do Exército francês.

26 - Início do estágio de oficiais e praças brasileiros em postos e posições de combate da 85a e 88a DI norte-americanas.

SETEMBRO

27 - Visita de inspeção do comandante da 1ª DIE a todos os órgãos da 88ª DI norte-americana em que estagiavam oficiais e praças brasileiros em plena zona de combate.

28 - Término do período de estágio na 88a DI de oficiais e praças brasileiros.

29 - A 1a Companhia de Engenharia do 9º BE passa à disposição do IV Corpo de Exército, a fim de operar numa das pontes do rio Arno, sendo a primeira tropa brasileira a cumprir missão de combate em território italiano.

30 - Comemoração da Data da Independência do Brasil, pela tropa do 1º Escalão de Embarque, em terras da Itália.

- Visita ao acampamento de Vada, do Dr. Vasco Leitão da Cunha, Ministro Plenipotenciário do Brasil em Argel.

9 - Visita do comandante da 1a DIE ao General Willis Crittenberger, em seu Quartel-General então situado em Staffoli, com o propósito de assentar as condições de emprego da tropa brasileira no âmbito do IV Corpo de Exército, norte-americano.

10 - Início em Vada, do grande exercício de 36 horas, realizado pelo 1º Escalão de Embarque como coroamento da instrução de além-mar. Esteve presente o General Mark Clark, comandante do V Exército.

11 - Organização do “Destacamento FEB”, sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa.

- É designado o General de Brigada Anor Teixeira dos Santos para chefe do Estado-Maior da FEB no Interior (Rio de Janeiro).

13 - Estacionamento do “Destacamento FEB” na região de Ospedaletto. O “Destacamento FEB” fica adido e subordinado ao IV Corpo de Exército nos assuntos vinculados ao emprego tático.

- São publicadas as instruções para organização e funcionamento do Estado-Maior da FEB no Interior (Rio de Janeiro).

15 - Entra em linha o “Destacamento FEB” na região de Vecchiano, norte do rio Arno.

16 - Início do movimento ofensivo do “Destacamento FEB” e captura das localidades de Massarosa e Bozzano. Início do acampamento da tropa brasileira na Quinta Real de San Rossore (arredores de Pisa).

17 - Fim do estacionamento de tropa brasileira na região de Vada.

- O “Destacamento FEB” ocupa a linha geral Ghilardona - C.S. Lucia e o seu Pelotão de Reconhecimento alcança a aldeia de Stiava.

18 - Tomada de Camaione pelo “Destacamento FEB”.

22 - Partida dos navios norte-americanos que, do Rio de Janeiro, conduziram para Nápoles os 2º e 3º Escalões de Embarque da 1ª DIE.

24 - Chegada a Nápoles, em avião, do General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Brasil. O ministro condecora com a Ordem do Mérito Militar, no grau de grande-oficial, o General Sir Henry M. Wilson, comandante do Teatro de Operações do Mediterrâneo.

25/26 - O “Destacamento FEB” ocupa Monte Valimono e Monte Acuto.

25 - O General Eurico Dutra condecora o Marechal-de-Campo Sir H. R. Alexander, comandante do XV Grupo de Exércitos, em seu Quartel-General situado em Siena, com a Ordem do Mérito Militar, no grau de grande-oficial.

26 - Captura de Monte Prano pelo “Destacamento FEB”.

- O Ministro da Guerra do Brasil visita o Tenente-General Mark Clark, no Quartel-General do V Exército, situado em Florença. O Tenente-General Mark Clark, comandante do V Exército, condecora com a Ordem do Mérito Militar dos Estados Unidos, os Generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa.

9 - O “Destacamento FEB” captura as localidades de Pescaglia e Borgo a Mozzano.

- Visita do Gen Eurico Dutra, Ministro da Guerra do Brasil, ao Major General Willis D. Crittenger, comandante do IV Corpo de Exército, em seu QG em Lucca.

- O Ministro da Guerra do Brasil condecora o General Mark W. Clark com a Ordem do Mérito Militar, no grau de grande-oficial.

OUTUBRO

1/2 - Rocada do grosso do “Destacamento FEB” para o vale do Serchio.

5 - O “Destacamento FEB” apodera-se do povoado de Chivissano.

6 - O “Destacamento FEB” captura as localidades de Coreglia Antelminelli e Fornaci, esta com a importante fábrica de munição de Catarozzo.

- Chegada a Nápoles dos dois navios norte-americanos que conduziam os 2º e

3º Escalão de Embarque da 1ª DIE.

11 - Captura pelo "Destacamento FEB" das localidades de Barga e Gallicano.

12 - Acampam na Quinta Real de San Rossore (vizinhanças de Pisa) os 2º e 3º Escalões de Embarque da 1ª DIE.

16 - É criado no Rio de Janeiro o Centro de Recompilamento do Pessoal.

- Visita do Ministro da Guerra do Brasil ao acampamento militar brasileiro situado na Quinta Real de San Rossore (imediações de Pisa). Visita à Seção Brasileira de Base, em Livorno, do Ministro da Guerra do Brasil.

17 - Visita do Ministro da Guerra ao "Destacamento FEB".

18 - Regresso, de Pisa para Nápoles, do General Eurico Dutra, Ministro da Guerra.

- Instalação do Quartel-General Avançado em Quiesa (Ginori) - do Quartel General Recuado, na Quinta Real de San Rossore (arredores de Pisa).

19 - É criada a "Seção Especial do Comando da FEB" na Itália.

24 - Ocupação de Sommocolonia pelo "Destacamento FEB".

25 - O "Destacamento FEB" ocupa as regiões de Trassilico e Verni.

28 - Instalação do QG Avançado da 1ª DIE em Ponte a Moriano.

29 - Ocupação pelo "Destacamento FEB" da localidade de Calomini.

30 - O "Destacamento FEB" apodera-se da linha geral: Lama di Sotto - Prodoscello - Pian de los Rios - San Quirico.

- Conferência dos principais chefes militares do V Exército norte-americano na localidade de Traversa, situada nas imediações do passo de Futa.

31 - O inimigo, mediante contra-ataques, recupera algumas posições conquistadas na véspera pelo "Destacamento FEB", principalmente Pian de los Rios.

NOVEMBRO

1 - O Comandante da 1ª DIE assume o controle da totalidade de seus meios, inclusive das operações do "Destacamento FEB" no valor do Serchio.

1/2 - Início da roçada do "Destacamento FEB" para o vale do Reno, com o deslocamento do II/6º RI para a região de Torre de Nerone.

3/4 - O II/6º RI entra em linha e ocupa Torre de Nerone, no vale do Reno.

4 - Instalação do QG Avançado da 1ª DIE em Porretta Terme, no vale do Reno.

5/6 - Entrada em linha do III/6º RI na região de Africo-Volpara (Vale do Reno).

7 - O Coronel João Segadas Vianna, comandante do 6º RI, assume, no vale do Reno, o comando do setor Marano-Riola.

8 - Visita ao QG Avançado da 1ª DIE, em Porretta Terme, do Marechal Sir Harold R. Alexander, comandante do XV Grupo de Exércitos.

- Reúnem-se, na região de Borgo Capanne (vale do Reno), o I/6º RI e o Pelotão de Reconhecimento.

9 - O General Mascarenhas de Moraes, comandante da 1ª DIE, assume o comando do setor Marano- Riola, que então compreendia o 6º RI, brasileiro, e a Força Gardner, norte-americana.

- Instalação do Quartel-General Recuado da 1ª DIE na cidade de Pistóia.
- 11 - Passam para o Comando divisionário brasileiro as tropas norte-americanas que guarnecem as regiões de Bombiana e adjacências de Silla e Porretta Terme.
- 12 - A Bateria de Comando da Artilharia Divisionária, o I/2º ROAR (futuro III Grupo) e a 1ª Bateria do I/1º RAPC (futuro IV Grupo) iniciaram seu estacionamento em Castel de Casio (Vale do Reno); o 1º Esquadrão de Reconhecimento (menos o 2º Pelotão) acantonado em Granaglione (4 km ao sul de Porretta Terme).
- 13 - O 9º Batalhão de Engenharia completou sua reunião em Suviana.
- 15 - Os Grupos de Artilharia da 1ª DIE recebem nova designação. Assim passaram a ser designados: I Grupo, o I/1º ROAR; II Grupo, o II/1º ROAR; III Grupo, o I/2º ROAR; e o IV Grupo, o I/1º RAPC.
- 16 - O Cel Néelson de Mello assume o comando, no vale do Reno, do “Quarteirão Leste”. O I/6º RI, do “Quarteirão Leste”, conquista e ocupa as alturas de Boscaccio, Il Sasso e Monte Cavalloro, estabelecendo ligação com a 6ª Divisão Blindada sul-africana, em Lissano.
- 17 - Os brasileiros repelem várias ações inimigas nas regiões de Il Sasso e Cota 670.
 - Ampliação do setor defensivo da Divisão brasileira, cujos limites passaram a ser a estrada nº 64 (Porretta-Bolonha) e o rio Marano.
- 19 - Início do reajustamento da 1ª DIE no vale do Reno.
 - 19/21 - Concentração do 1º RI na região de Borgo Capanne (vale do Reno).
- 20 - Repelida pelos brasileiros uma infiltração inimiga em Affrico.
 - 20/21 - Substituição do 6º RI pelo 1º RI (menos o I Batalhão), na frente de Marano.
- 22 - Os brasileiros repelem vários golpes-de-mão em Torre de Nerone.
 - Término do trabalho de recebimento do material para o grosso da Divisão brasileira (2º e 3º Escalões de Embarque).
- 23 - Partida do Rio de Janeiro do navio norte-americano “General Meigs” que conduziu o 4º Escalão de Embarque.
 - Reunião do I/1º RI na área de Silla (vale do Reno).
- 24 - Primeiro ataque da “Task Force 45”, norte-americana, contra Monte Castello, sem resultado. Toma parte nesse ataque o III 6º RI brasileiro, no caráter de adido àquela força norte-americana.
- 25 - Segundo ataque a Monte Castello, realizado infrutiferamente pela “Task Force 45” norte- americana.
- 26 - Nova ampliação do setor confiado à Divisão brasileira, o qual passou a abranger a região de Monte Castello. Revertem ao comando brasileiro, procedentes da “Task Force 45”, à qual se achavam adidos, o III/6º RI e o 1º Esquadrão de Reconhecimento.
 - O III/6º RI repeliu, ao sul de Monte Castello, um ataque local dos alemães.
- 27 - Entrada em linha do III/11º RI na região de Silla.

28/29 - Os alemães atacaram Monte Belvedere, sendo desalojadas as tropas norte-americanas ocupantes da crista dessa elevação.

29 - Chegada a Lustrola (vale do Reno) do II/11° RI.

- Primeiro ataque brasileiro a Monte Castello, o qual redundou em revés para as nossas armas.

29/30 - Chegada do restante do 11° RI à zona de combate, no vale do Reno.

DEZEMBRO

1 - Conclusão do reajustamento da 1a DIE no vale do Reno.

6 - Início dos bombardeios da artilharia brasileira sobre Monte Castello.

7 - Chegada a Nápoles do navio "General Meigs", que transportou o 4° Escalão de Embarque, constituído pelo Depósito do Pessoal da FEB.

9 - A aviação inimiga bombardeia tropas brasileiras em deslocamento, nas proximidades de Porretta Terme.

11 - Concentração, na Quinta Real de San Rossore, do Depósito do Pessoal da FEB.

12 - Segundo ataque brasileiro a Monte Castello, com mau resultado para a FEB.

- Visita ao QG Avançado da Divisão brasileira, em Porretta Terme, do Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica do Brasil.

21 - A guarnição brasileira de Torre de Nerone repele, à noite, um golpe-de-mão desferido pelos alemães,

24 - Deslocamento, de San Rossore para Staffoli, do Depósito do Pessoal da FEB.

29 - Acantonam no povoado de Pavana, as 1a e 4a Seções e Chefias dos Serviços de Saúde, Material

Bélico e Engenharia da 1ª DIE, evacuadas de Porretta Terme por motivo dos constantes bombardeios.

ANO DE 1945

JANEIRO

2 - É dada organização e efetivo ao Escalão Fixo do Depósito de Intendência da FEB.

4 - O Tenente-General Mac Narney, subcomandante das Forças Aliadas no Mediterrâneo e comandante das Forças Norte-Americanas na Itália, visita o chefe febianos no QG Avançado de Porretta Terme.

17 - O Príncipe Umberto de Savóia, Tenente-General do Reino da Itália, visita o comandante da Divisão brasileira em Porretta Terme.

25 - Visita do Embaixador brasileiro no Vaticano, Sr. Maurício Nabuco, do Ministro brasileiro no Quirinal, Sr. Vasco Leitão da Cunha, e do Cônsul em Livorno, Sr. Nogueira Porto, ao QG da 1a DIE, em Porretta Terme.

27 - Visita do General Affonso de Souza Ferreira, Diretor de Saúde do Exército, ao QG Avançado da Divisão brasileira, em Porretta Terme.

Fins de janeiro - Aviões tedescos incursionam por várias vezes sobre as

posições brasileiras e lançam bombas na região de Riola e zonas de desdobramento do IV Grupo de Artilharia.

FEVEREIRO

3 - Criado o Serviço de Contra-Inteligência na 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª DIE.

8 - Partida, do Rio de Janeiro, do navio norte-americano que conduziu o 5º Escalão do Embarque da FEB, constituído pelo Centro de Recuperação do Pessoal.

16 - Reunião em Lucca, no QG do IV Corpo de Exército, dos comandantes da 1ª DIE e da 10ª Divisão de Montanha, para apreciação do próximo ataque conjunto dessas Divisões.

21 - Ataque vitorioso da Divisão brasileira contra Monte Castello. Visita de cumprimentos ao comandante da FEB, em seu Posto de Observação, dos Generais Mac Narney, Mark Clark, Lucian Truscott, Otto Nelson e Willis Crittenger.

22 - Chega a Nápoles o navio que transportou o 5º Escalão de Embarque da FEB.

23 - O II/1º RI conquista La Serra e cota 958.

24 - As guarnições brasileiras de La Serra e Cota 958 repelem sucessivos contra-ataques desfechados, de madrugada, por tropas alemãs.

28 - Chegada a Livorno do 5º Escalão de Embarque, constituído pelo Centro de Recuperação do Pessoal.

MARÇO

29 e 4 - O III/6º RI e o II/11º RI realizam ações de limpeza no vale do Marano e capturam Santa Maria Villiana, Roca Pitigliana e Ca Del Fabio.

30 - Ataque vitorioso da Divisão Brasileira contra Castelnuovo.

10 - Início da roçada de tropas brasileiras do vale do Reno para o do Panaro.

11 - Passou a funcionar em Lizzano in Belvedere o Q.G. Avançado da 1ª DIE, anteriormente instalado na área de Porretta Terme - Pavana.

13 - Instalação, na vila de Pavana, do QG Recuado da Divisão brasileira (1ª DIE).

16 - Término do movimento de roçada da Divisão Brasileira, no vale do Panaro.

21 - Entrega de condecorações a oficiais brasileiros em Lizzano in Belvedere, a cuja cerimônia esteve presente o Tenente-General Lucian K. Truscott, comandante do V Exército norte-americano.

ABRIL

8 - Reunião, no QG de Castelluccio, de todos os comandantes de Divisão do IV Corpo de Exército, para apreciação final dos planos sobre a "Operação Artífice".

11 - Instalação, em Gaggio Montano, do Quartel-General Avançado da 1ª DIE.

14 - Ataque vitorioso da 1ª DIE, com a conquista de Montese e Serretto.

15 - Conquista de Paravento e Montebuffone por tropas do II/1º RI e III/11º RI.

19 - O 1º Esquadrão de Reconhecimento ocupa Monte Maiolo, Ranocchio e Bertocchi.

29 - Com a presença do General Mascarenhas de Moraes, dá-se início à rendição de 148ª DI alemã e dos remanescentes da 90a Divisão Motorizada e Divisão Itália.

- Apresenta-se, em Ponte a Scodogna, ao chefe febiano, na conodogna, ao chefe febiano, na cono General Mário Carloni, comandante da Divisão Itália.

30 - Apresentação, em Ponte a Scodogna, como prisioneiro de guerra, do Gen Otto Fretter Pico, Cmt da 148a DI, acompanhado de 31 oficiais de seu Estado-Maior.

- Ocupação de Alessandria pelo 11º RI.

- A 1a DIE é dividida nos Grupamentos 1, 6 e 11, comandados, respectivamente, pelos generais Cordeiro de Farias, Falconiéri da Cunha e Zenóbio da Costa.

MAIO

1 - O Grupamento nº 11 ocupa as seguintes áreas:

1º Esquadrão de Reconhecimento, região de Casale; I/11º RI, a de Solero; III/11º RI, as de Mirabello e Occimiano; II/11º RI, as de San Salvatore e Casteletto.

2 - O I/11º RI ocupou Turim e alcançou a vila de Susa, onde estabeleceu ligação com a 27a Divisão de Infantaria Alpina, do Exército francês.

- Instalação, em Alessandria, do Quartel-General Avançado da 1a DIE.

- Rendição incondicional das tropas inimigas que combatiam no Teatro de Operações da Itália. Cessaçã das hostilidades em território italiano.

3 - Início da ocupação militar que, para a Divisão Brasileira, foi até 20 de junho.

4 - Almoço em Verona, no PC do V Exército, oferecido pelo Gen Truscott aos generais comandantes de Corpo de Exército e Divisão, ao qual compareceu o Gen Mascarenhas de Moraes.

5 - Passa a funcionar em Alessandria o QG Recuado da 1a DIE.

7 - Entrevista, em Milão, do Gen Mark Clark com generais comandantes de Exército, Corpo de Exército e Divisão, da qual tomou parte o Gen Mascarenhas de Moraes.

8 - Unificação do Quartel-General da 1a Divisão de Infantaria Expedicionária (1a DIE) com a extinção dos Q.G. Avançado e Recuado. Extintos os Grupamentos nos 1, 6 e 11.

- Término da guerra na Europa.

11 - Celebração, na catedral de Alessandria, de missa solene em sufrágio dos febianos mortos na Itália, em cumprimento do dever militar.

13 - Almoço da vitória, em Alessandria, oferecido pelo Gen Mascarenhas de Moraes.

19 - Entrega de condecorações a oficiais brasileiros, em Alessandria, com a presença do General Truscott, comandante do V Exército.

29 - O comandante da FEB condecora, em Gardone, com a Medalha de Guerra, 21 oficiais do Exército norte-americano, dentre os quais o General Lucian King Truscott.

JUNHO

3 - Início dos preparativos de deslocamentos para a região de Francolise.

4 - O General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, condecora em Milão, com a Medalha de Guerra, 22 oficiais norte-americanos do IV Corpo de Exército.

6 - Chega à localidade de Francolise o 9º Batalhão de Engenharia, a fim de preparar o estacionamento. Início do deslocamento da Divisão brasileira, em escalões, para Francolise.

9 - O comandante da FEB condecora em Remonzacco, com a Medalha de Guerra, 4 oficiais da 10ª Divisão de Montanha, norte-americana.

20 - É dada por finda, para a Divisão brasileira, a missão de ocupação militar.

22 - O comandante da FEB condecora, em Rivalta de Garda, com a Medalha de Guerra, o General Mark W. Clark.

27 - Chegada à localidade de Santa Maria Cápua Vetere do comandante da FEB.

JULHO

2 - Entrega de condecorações a oficiais e praças, brasileiros e norte-americanos, em Francolise.

4 - Desdobramento do pessoal da FEB em Escalões, para fins de retorno ao Brasil.

6 - Em aviso especial, o comandante da FEB viaja de Nápoles para o Rio de Janeiro, com escala em

Casablanca, Dakar, Natal e Recife.

- Partida de Nápoles do navio "General Meigs" que conduziu o 6º RI, II Grupo de Artilharia, parte da Companhia de Transmissões e Companhia de Polícia. A tropa brasileira viajou sob o comando do General Zenóbio da Costa.

- É modificada a denominação de "Primeiro Escalão da FEB" para "Força Expedicionária Brasileira" (FEB)

11 - Chega ao Rio de Janeiro o Gen Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB.

12 - Partida de Nápoles do navio "Pedro I" em que retornaram ao Brasil o Esquadrão de Reconhecimento, a Companhia do Quartel-General e a Companhia de Manutenção;

- Recepção, no Ministério da Guerra, em homenagem ao Gen comandante da FEB.

18 - Chega ao Rio de Janeiro o Escalão nº 1, sob o comando do Gen Zenóbio da Costa, que viajou no navio "General Meigs". Desfile da tropa no Rio de Janeiro.

26 - Parte de Nápoles o navio "Pedro II", que transportou o 9º Batalhão de Engenharia.

AGOSTO

3 - Chegada ao Rio de Janeiro do navio “Pedro I”.

12 - Partida, de Nápoles, do navio “Mariposa”, em que retornaram ao Rio de Janeiro o 1º Regimento de Infantaria, os III e IV Grupos de Artilharia, bem assim do Batalhão de Saúde. A tropa brasileira viajou sob o comando do Gen Oswaldo Cordeiro de Farias.

13 - Chegada ao Rio de Janeiro do navio “Pedro II”.

22 - Chegada ao Rio de Janeiro, do navio “Mariposa”. Desfile da tropa.

28 - Partida de Nápoles do navio “Duque de Caxias”, que transportou o Depósito de Pessoal e a Companhia de Intendência.

SETEMBRO

3 - Desfila em Lisboa o III Batalhão do Depósito de Pessoal, quando da passagem por esse porto do navio “Duque de Caxias”.

4 - Partida de Nápoles, do navio “General Meigs”, em que viajou o 11º RI.

19 - Chegada ao Rio de Janeiro dos navios “Duque de Caxias” e “General Meigs”. Desfile da tropa na Capital da República.

- Partida de Nápoles do navio “James Parker”, que conduziu os últimos elementos do “Grupamento Itália”.

OUTUBRO

3 - Chegada ao Rio de Janeiro do navio “James Parker”

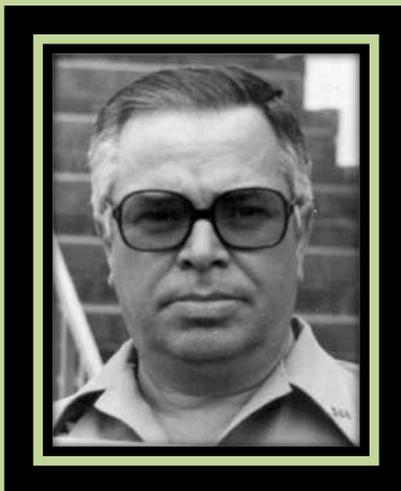
13 - Embarque em Nápoles, por via aérea, do General Olympio Falconieri da Cunha, último comandante do “Grupamento Itália”.

Referência bibliográfica: Cabral, Francisco Pinto, Um batalhão da FEB no Monte Castelo, Brasília, Thesaurus, 1987, págs. 119/130.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

**Nº 28- Comemorativo aos 250 anos de Dom Diogo de Souza - Ano 2005 – Cel
Cláudio Moreira Bento**

**OS 250 ANOS DO 1º GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL
DO ATUAL RIO GRANDE DO SUL (de 19 Out 1809 - 13 Nov 1814)**



Cláudio Moreira Bento(x)

APRESENTAÇÃO

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) associando-se às comemorações dos 250 anos de Dom Diogo de Souza, denominação histórica da 3ª Região Militar e 1º Dirigente Civil e Militar do Rio Grande do Sul, ao ser elevado a Capitania independente do Rio de Janeiro: - Realizou palestra em 12 de maio de 2005 às 10h no Auditório do GBOEX para militares da ativa e da reserva da 3aRM a cargo do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente do IHTRGS;

- Elaborou, a pedido do Comandante da 3a RM o artigo a seguir, da lavra do Cel R1 Cláudio Moreira Bento, Presidente e Fundador do IHTRGS e autor da obra “História da 3a Região Militar: 1808-1889 e antecedentes”.

DOM DIOGO DE SOUZA

Em 17 de maio de 2005 transcorre os 250 anos do nascimento em Lisboa, em 1755, do Tenente General **D. Diogo de Souza**. Nomeado por Carta Régia do Príncipe D. João, em 19 Set 1807, ele foi o primeiro Governador e Capitão General da novel capitania então criada, o atual Rio Grande do Sul, depois desta área estar diretamente subordinada por 70 anos, ao Rio de Janeiro como Comandância Militar.

Dom Diogo era filho de D. João de Souza, que fora comandante militar da Província do Minho, e de D. Ana Joaquina Cerqueira Leite. Descendia de guerreiros que se estabeleceram em Portugal reconquistado aos Mouros. Eram de sua família Martim Afonso de Souza e D. Tomé de Souza, tão ligados aos primórdios da colonização do Brasil como governadores gerais do Brasil Colônia. Casou com D. Ana Cândida de Sá Brandão. Não deixou filhos. Ao chegar ao Rio Grande do Sul, aos 54 anos, na condição de ser o seu 1º governador e comandante militar, era Brigadeiro de Cavalaria.

Antes de iniciar a carreira militar, diplomou-se em Matemática e Filosofia por

Coimbra. Ao ser enviado para governar os destinos do atual Rio Grande do Sul havia governado "com luzes, zelo e fidelidade" Moçambique e o Maranhão. Chegou ao Brasil em 1808 com a Família Real. Foi criador das vilas de Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Da última lhe adveio o título por Portugal de Conde do Rio Pardo, em 25 Jun 1815.

Em seu governo, o Rio Grande do Sul foi perturbado e ameaçado de envolvimento pelo processo de independência da Espanha, dos vizinhos Argentina e Uruguai. Teve a difícil missão de mobilizar e organizar tropa que constituiria o Exército Observador e depois Pacificador da Banda Oriental (1811/12), à cuja frente se colocou e fez profunda e ampla incursão no atual Uruguai, com vistas a acautelar direitos da rainha de Portugal, D. Carlota Joaquina, irmã do rei de Espanha, feito prisioneiro por Napoleão.

Por esta razão, foi promovido a Marechal-de-Campo (atual General de Divisão) em julho de 1811. Deixou o Rio Grande como Tenente General Graduado (atual General do Exército), posto ao qual fora promovido em 13 de maio de 1813, após muito bem governá-lo (administração civil e militar) de 19 Out 1809 - 13 Nov 1814, por cerca de cinco anos. Chegou ao Rio de Janeiro em tempo de assistir às festas de elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve.

A seguir foi vice-rei de Goa, na Índia, de 1816-20, onde foi colhido e destituído, em função da Revolta Liberal do Porto, em Portugal, em 1820. Em Goa, ele deixou como realizações mais marcantes a criação da Escola Médico-Cirúrgica e da Escola Militar. Em Portugal foi Conselheiro de Guerra (1828), Presidente do Conselho Ultramarino (1825) e Ministro e Secretário de Guerra (1828). Faleceu em Lisboa aos 74 anos, em 11 de julho de 1829.

É considerado o fundador de Bagé ao ali acampar em 7 de maio de 1811, após chegar à região, e em torno da atual Matriz de São Sebastião. Sua memória vem sendo preservada no Museu D. Diogo de Souza, em Bagé, que estudou sua vida e obra em **Anais de Bagé** (Bagé: 1963), nº 1, série 1. Segundo Walter Spalding, Porto Alegre deve a D. Diogo a abertura do Caminho Novo, a atual artéria Voluntários da Pátria.

A missão de D. Diogo de Souza tinha por objetivo fortificar o Rio Grande para fazer frente a ameaças partidas do Prata. A estrutura militar que encontrou no Rio Grande antes de criar a 3ª RM foi esta, segundo o historiador militar Ten Cel Henrique O. Wiedersphan: "A situação do Rio Grande era de verdadeiro abandono e desolação, inclusive em relação a sua guarnição militar. Etapas atrasadas, uniformes em farrapos, armamentos e munição precários". Guarnição que foi reforçada com a Legião de São Paulo que abordamos sob o título **A Legião de São Paulo 1801/1824- A Legião Esquecida**, na História da 3ª Região Militar.v.1.

Uma obra importante de D. Diogo de Souza foi preparar, na Campanha do

Exército Pacificador da Banda Oriental de 1812, as condições para a incorporação ao Rio Grande do Sul, em 1821, do antigo território espanhol de Entre Rios (entre os rios Quaraí, Uruguai, Ibicuí e Santa Maria de 1821/1828). O pintor Cánovas pintou D. Diogo de Souza de corpo inteiro e seu rosto na expressiva galeria de comandantes da 3ª RM, que leva seu nome. Do governo civil e militar de D. Diogo de Souza muito se beneficiaram a partir de então os gaúchos pelas notáveis projeções estratégicas de sua ação.

Maiores detalhes sobre sua vida e obra podem ser colhidos em nossa obra **História da 3ª Região Militar 1807-1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: SENAI/RS, 1994.

MEDALHA DO MÉRITO HISTÓRICO FARROUPILHA DO IHTRGS

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, fundado em 10 de setembro de 1986 - Sesquicentenário do Combate do Seival - tem por objetivo a preservação, o culto e a divulgação da história, tradições e folclore do Rio Grande do Sul. O Instituto desenvolve suas atividades voltadas para a exaltação da memória da Revolução Farroupilha, dos seus heróis e dos fatos que fizeram do nosso Estado, o berço da república do Brasil.

O conagraçamento destas atividades ocorre através de encontros em locais históricos, cenários da Revolução Farroupilha, visando à integração de historiadores, tradicionalistas e folcloristas, isolados no movimento cultural gaúcho, com o fim precípua de estreitar laços de amizade e culturais. Para o desenvolvimento dessas atividades e para ressaltar a importância da história e tradições gaúchas no nosso contexto tornou-se necessário, entre outros, a criação de uma condecoração de caráter meritório com o objetivo de reconhecer e incentivar os esforços relacionados à história, tradições e folclore do Rio Grande do Sul. O Instituto, em sessão solene alusiva aos seus 19 anos de fundação, criou a MEDALHA DO MÉRITO HISTÓRICO FARROUPILHA com o objetivo de agradecer civis, militares, entidades e instituições que se distinguiram por excepcional conduta e mérito notável no apoio das atividades do Instituto e na contribuição para a construção e consolidação da história e das tradições do Rio Grande do Sul.

A primeira solenidade de entrega da Medalha do Mérito Histórico Farroupilha do IHTRGS ocorreu no 4º RPMon - Regimento Bento Gonçalves das Brigadas Militares/RS.

No dia 4 de maio de 2005, em cerimônia no Salão de Honra do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul agradeceu com sua MEDALHA DO MÉRITO HISTÓRICO FARROUPILHA, as personalidades apresentadas a seguir, sendo a medalha entregue pelo Cel Cláudio Moreira Bento, presidente e fundador do IHTRGS. No ato da condecoração, o Cel Bento foi assessorado pelo Multicampeão mundial de

Jet Ski, Lorenzo Zaluski.

Senhor Pedro Antônio Xavier Zaluski

Senhor Everton Luiz Bento Gomes Braz

Senhor Alexandre Luzardo da Silva

Vereador Maurício Dziedriki

Dr. Eduardo Cunha Muller

Dr. Flávio Camargo

Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis

Cel Dalmo Itaboraí dos Santos do Nascimento

Ten Cel Edson Estivalet Bilhalva

Maj André Luis Woloszyn

Cap José Alexandre da Costa Braga

Ten Roberto Guterrez Silveira.

A todos os agraciados os nossos parabéns.

MEDALHA DO CEL ÁTILO ESCOBAR

O Comandante do 4º RPMon - Regimento Bento Gonçalves, Ten Cel Edison Estivalet Bilhalva agraciou com a Medalha Cel Átilo Escobar no Grau Grande Cavaleiro, o Cel Iáudio Moreira Bento, o qual recebeu a Comenda das mãos do Senhor Pedro Zaluski, empresário e filantropo sulriograndense. O Ten Cel Estivalet concedeu ainda a Medalha no Grau Cavaleiro a algumas personalidades, entre as quais, o Vice-Presidente do IHTRGS, Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e os membros efetivos do IHTRGS Dr. Eduardo Müller e o Prof. Flávio Camargo. Após a premiação, o Cel Bento tomou a palavra para comentar sobre os objetivos e atividades do IHTRGS e divulgar o lançamento dos livros: "Hipólito da Costa - O gaúcho fundador da imprensa brasileira e Conde de Porto Alegre (2ª edição). Aproveitou o momento em frente à tela sobre o Combate a Seival, do artista A. Parreiras (1911) e comentou sobre a origem da Brigada Liberal do Gen Neto, onde destacou o uso de integrantes da Guarda Nacional das cidades de Canguçu, Piratini, Bagé e Cerrito.

MEDALHA ESTRELA DE RECONHECIMENTO

Na oportunidade em que foi concedida a Medalha de Mérito Farroupilha, também foi entregue ao Cel Cláudio Moreira Bento, a Medalha Estrela de Reconhecimento - Grau Bronze, concedido pelo Governador Germano Rigotto em 20 de abril de 2005, proposta pelo Comandante Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, representado pelo Cel Dalmo Itaboraí dos Santos do Nascimento. Durante as condecorações, atuou como Mestre de Cerimônia o Maj. André Luis Woloszyn, da Brigada Militar/S.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

-170 anos do início da Revolução Farroupilha -
-169 anos da Proclamação da República Rio-Grandense -

Nº 29 - Ano 2005 – Cel Cláudio Moreira Bento

O EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA - UMA RELEITURA

Cel Cláudio Moreira Bento

Com a Abdicação de D. Pedro I, forças políticas que assumiram os destinos do Brasil, provocaram um enfraquecimento do poder militar do Brasil, sob o falso lema de que as Forças Armadas não podiam ficar nas capitais e sim na defesa das fronteiras e do litoral e com base nesta falsa premissa alegaram:

"Forças numerosas e permanentes são uma ameaça: À Liberdade. À Democracia. À Prosperidade econômica. À Paz" .

O caso mais gritante foi a dispensa, por estrangeiro, do tenente Emílio Mallet, atual patrono da Artilharia, então consagrado herói em Passo do Rosário e que havia cursado a Escola Militar do Brasil. No Rio Grande do Sul esta política atingiu radicalmente a estrutura do Exército em sua guarnição mais forte, ao ser ordenado que o Batalhão de Artilharia, ao comando do Major José Mariano de Mattos fosse aquartelar em Rio Pardo. José Mariano era carioca formado pela Escola Militar. Na República Rio Grandense para cuja adoção ele influenciou decisivamente, depois da vitória de Seival, em 10 Set 1836, pela Brigada Liberal de Antônio Neto.

Mariano de Mattos foi o autor do brasão que figura na bandeira da República Rio-Grandense. Esta bandeira, com o respectivo brasão, foi adotada para o Rio Grande do Sul pelos constituintes de 1891. Este assunto foi abordado em nosso livro "Símbolos do Rio Grande do Sul"... Próximo ao final da Revolução, Mattos foi preso em Piratini por Chico Pedro, também conhecido pela alcunha de Moringue, mais tarde Barão de Jacuí. Foi mantido preso em Canguçu, base de operações de Moringue, em cadeia que este mandara construir como "quarto de hóspedes para os farrapos", como ironicamente divulgava. Finda a Revolução José Mariano de Matos foi o Ajudante-General de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas em 1851-52 e ao retornar ao Rio retomou sua carreira. Mais tarde, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império. Faleceu em 05 de janeiro de 1866.

O Major João Manuel Lima e Silva tio de Caxias, por irmão de seu pai o Brigadeiro Lima e Silva, possuía o curso da Escola Militar e comandava a unidade de Infantaria do Exército em Porto Alegre que foi transferida com ele para São Borja e para lá se deslocando, estacionou em Rio Pardo, por falta de condução para seguir para seu destino. Ele foi um dos que opinou pela proclamação da República Rio-Grandense pela qual foi eleito o primeiro general farroupilha. Comandou o Exército Farrapo em Pelotas, com vistas a reconquista da cidade de Rio Grande, até sofrer ferimento no maxilar, deformador de seu rosto, sendo

obrigado a ir tratar-se no Uruguai. Terminou sendo assassinado em São Borja de onde foi exumado e sepultado com toda a pompa e circunstância em Caçapava, onde mais tarde seu túmulo foi profanado por imperiais e seus ossos espalhados pelos campos.

Esta introdução serve para se entender a ação dos dois e de seus comandados em Rio Pardo para a eclosão da Revolução Farroupilha.

Revoltados com ações sutis contra o Exército visando o seu enfraquecimento ou erradicação, passaram a conspirar uma revolução. Vale lembrar que os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro eram oficiais de Estado-Maior do Exército e que em data recente haviam comandado unidades de Cavalaria do Exército, respectivamente em Jaguarão e Alegrete e que elas com a de Bagé haviam sido enfraquecidas radicalmente pelo Governo, por reduzirem seus efetivos de cerca de 800 homens para cerca de 100. E os dois Bentos estavam revoltados com esta situação.

A Bento Gonçalves cabia na época o comando da Guarda Nacional do RGS, integrada por estancieiros, fazendeiros e charqueadores e mais pessoas que conseguissem mobilizar e que estavam revoltados com o aumento imposto sobre a lúgua de campo e com impostos escorchantes sobre o charque gaúcho, beneficiando o charque dos uruguaios e argentinos inimigos de ontem.

A Guarnição do Exército do Rio Grande do Sul era a mais poderosa do Império. E estes desgostos com impostos somados aos de militares do Exército e da Guarda Nacional, serviram de combustível para o 20 de setembro de 1835. Estas ações foram decididas numa reunião maçônica em Porto Alegre no dia anterior em que estavam presentes Bento Gonçalves e José Mariano de Matos.

A proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, também foi decidida em uma reunião maçônica, aproveitando o êxito da vitória farrapa de Seival. O Coronel do Exército Joaquim Pedro Soares (1770-1850), herói farroupilha esquecido pela História, era veterano no Exército Português. Participou das lutas para expulsar Napoleão da Península Ibérica e foi quem organizou o Corpo de Lanceiros Negros Farroupilha, e o estudamos em O Exército Farrapo e os seus chefes ,v1,p.168/170. História é verdade e justiça!

Em Rio Pardo os majores do Exército José Mariano em João Manuel fundaram, em 7 de abril de 1835, no 4º aniversário da Abdicação de D. Pedro I a Sociedade Defensora, agitando as questões aqui abordadas, terminando 17 dias mais tarde, em 24 de abril de 1835, ocorrendo o assassinato do juiz Casemiro de Vasconcelos Cirne, às 9 da manhã. Juiz que processava acusados de promoverem agitação política em Rio Pardo. O major José Mariano foi acusado de envolvimento, não provado, na morte do juiz e foi enviado preso para Porto Alegre onde era deputado provincial. Esta participação do Exército na Revolução Farroupilha até bem pouco não abordada pela historiografia a conclui em nosso

citado livro O Exército farrapo e seus chefes elaborado depois de detida pesquisa em fontes primárias na coleção Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha, iniciada em 20 de setembro de 1835 evoluiu, em 11 de setembro de 1836, para a proclamação da República Rio-Grandense que duraria cerca de 9 anos e que influenciaria 44 anos mais tarde a Proclamação da República Federativa do Brasil, proclamada sob forte influência de oficiais que atuaram na Questão Militar no Rio Grande do Sul ao tempo em que o Marechal Deodoro da Fonseca, em 1886, fora o presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul e lá recebera a influência republicana de Júlio Prates de Castilhos e de Assis Brasil.

Indo para o Rio de Janeiro o Marechal Deodoro e seu grupo fundaram o Clube Militar no ano seguinte em 1887. Em 1888 influíram decisivamente na abolição da escravidão, ao protestarem com o uso do Exército como capitão-de-mato para perseguir escravos fugidos. E finalmente em 1889, três anos depois da vitoriosa Questão Militar no Rio Grande do Sul proclamarem a República Brasileira, já com 120 anos e que caminha para duplicar os anos de duração do Império.

Tanto influiu a República Rio-Grandense na adoção da República no Brasil que os constituintes gaúchos de 1889 adotaram como símbolos do RGS a bandeira, brasão e hino da República Rio-Grandense.

A República Rio-Grandense não foi só feita e conduzida por gaúchos. Dela participaram com destaque dois fluminenses oficiais do Exército José Mariano de Matos e João Manoel Lima e Silva, três mineiros que foram ministros da República, Domingos José de Almeida de Diamantina, Ulhoa Cintra, de São João d'el Rei, Cel de Cavalaria do Exército, e José da Silva Brandão, de Ouro Preto. E no campo militar ao lado dos gaúchos generais Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro e Antônio da Silveira atuou o injustiçado paulista de Sorocaba General Bento Manoel Ribeiro.

(x) Presidente da AHITMTB/IHTRGS

Atividades do IHTRGS

No período de 09 a 17 Set o Pres. da AHITMTB/IHTRGS, Cel Bento, veio ao RS. Em Rio Grande, em cerimônia realizada no 6º GAC, condecorou com a medalha do Mérito Histórico Farroupilha os historiadores João Marinônio Carneiro Lages e Flávio Azambuja Kraemer. Em Canguçu, condecorou os historiadores Armando Ecíquo Peres e Cairo Moreira Pinheiro. Em Porto Alegre, em cerimônia realizada no CMPA, condecorou o Cel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo e o Major da BMRS André Luiz Woloszyn, ambos membros do IHTRGS. Entregou diploma de Colaborador Emérito da AHITMTB ao Cmt CMPA Ten Cel Thiovanne Piaggio Cardoso. O Cel Bento, dirigindo-se a oficiais e alunos do CMPA presentes à citada cerimônia destacou a importância da participação de oficiais do Exército

na Rev. Farroupilha, e a Instituição (o EB) como preservadora das fontes sobre a citada Revolução. Esteve, também, em visita ao Reitor da UFRGS, Dr. José Carlos Ferraz Hennemann, ao Cmt do CMS Gen Carlos Alberto Pinto Silva e ao Cmt da 3ª RM Gen Marco Antônio Longo.

Edição comemorativa dos vinte anos do IHTRGS

Nº 30 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

CANABARRO EM PORONGOS

- diversas abordagens -

César Pires Machado(*)

SUMÁRIO

Introdução /...

Alfredo Ferreira Rodrigues - 1898 /...
Alfredo Varela - 1899 /...
Alfredo Ferreira Rodrigues - 1901 /...
Alfredo Varela - 1933 /...
Walter Spalding - 1934 /...
Othelo Rosa - 1935 /...
Fernando Luis Osório (Senior) - 1935 /...
Augusto Tasso Fragoso - 1938 /...
Henrique Oscar Wiederspahn - 1980 /...
Morivalde Calvet Fagundes - 1984/...
Ivo Caggiani - 1992 /...
Moacyr Flores - 2004 /...
Raul K. M. Carrion - 2005 /...
Considerações finais /...
Referências /...

INTRODUÇÃO

As rivalidades estabelecidas entre lideranças republicanas, a exaustão de recursos, o não-reconhecimento da República Rio-Grandense por outras nações, a crescente superioridade das forças imperiais e a irrefreável insatisfação da população em geral com a continuidade daquela revolução que já durava quase dez anos eram alguns dos acontecimentos que já vinham prenunciando o epílogo da epopéia farroupilha.

De acordo com tratativas de pacificação, Antônio Vicente da Fontoura, representando os farroupilhas, deveria sair do acampamento de Porongos no dia 14 de novembro de 1844 para se encontrar com o Barão de Caxias e depois seguir para o Rio de Janeiro, onde continuariam as negociações. Nos alvares desse dia, o acampamento do exército farroupilha, com aproximadamente 700 homens junto a Canabarro, foi atacado pelas forças sob o mando de Francisco Pedro de Abreu (Moringue), compostas por mais de 1.100 homens. As baixas

farroupilhas elevaram-se a mais de 100 mortos e 14 feridos. Foram presos 233 republicanos, dentre os quais 35 oficiais e o ministro da fazenda, como também foram resgatados diversos imperialistas até então prisioneiros. As perdas excederam às expressivas quantidades de cavalos, armas e munições tomadas pelos imperialistas. Dentre os que escaparam estavam Canabarro, Neto, Silveira, Fontoura e outros graduados chefes, alguns sem terem lutado (Wiederspahn, p. 67-68).

Depois do Combate de Porongos, Francisco Pedro estimulou a distribuição de cópias de uma carta com autoria atribuída a Caxias, de modo a indicar a existência de traição por parte de Canabarro e Lucas (AHRS, FR-11).

O conteúdo dessa carta, como a seguir se vê (Spalding, 1957, p. 269-271), atingia duas lideranças das mais importantes para a continuidade da revolução e que ainda não haviam experimentado os desgastes produzidos por intrigas de que foram vítimas Bento Gonçalves e outros (Varela, v. 6, p. 249-251).

Ilustríssimo Senhor - Regule suas marchas de maneira que, no dia 14, às duas horas da manhã, possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia, no cerro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento, de dia, devendo ficar bem certo de que ele haverá de passar a noite nesse acampamento. Suas marchas deverão ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustarão suas observações sobre o lado oposto.

No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, principalmente de gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro.

A relação junta é das pessoas a quem deve dar escapula, se, por casualidade, caírem prisioneiras.

Não receie a infantaria inimiga, pois ela haverá de receber ordem de um ministro e de seu general em chefe, para entregar o cartuchame sob pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, nem levemente, desconfiar, nem mesmo os outros, que pedem que sejam presos, pois bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio, que nos levará, em poucos dias, ao fim da revolta desta Província.

Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, casado, não lhe reviste sua bagagem, nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a do Canabarro.

Se, por fatalidade, não puder alcançar o lugar onde lhe indico, no dia 14, às horas marcadas, deverá desferir o ataque para o dia 15 às mesmas horas, ficando bem certo de que neste caso o acampamento estará mudado um quarto de légua, mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14.

Se o portador chegar a tempo de que essa importante empresa se possa efetuar, V. S^a lhe dará seis onças, pois ele me promete entregar em suas mãos este ofício até às quatro horas da tarde do dia 11 do corrente.

Além de quanto lhe digo nesta ocasião, já V. Sa deverá estar bem ao

fato do estado das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez.

Todo o segredo será indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento, certo de que não abusará deste importante segredo.

Deus guarde a V. Sa - Quartel General e do Comando em Chefe do Exército em marcha nas imediações de Bagé, 9 de novembro de 1844. - Barão de Caxias.

Ilmo. Sr. Coronel Francisco Pedro de Abreu, comandante da 8a Brigada do Exército.

Teria Canabarro traído seus companheiros farroupilhas?

A supracitada carta seria apócrifa e constituía arma psicológica concebida pelo astuto Chico Pedro?

Passados mais de 160 anos, ainda persistem controvérsias sobre o tema.

Este texto examina sucintamente trabalhos de alguns autores sobre esse assunto, publicados em diferentes épocas. Apresenta também algumas reflexões sobre o convênio de Ponche Verde. Expõe algumas conclusões, sem pretensão que sejam definitivas. Trata-se apenas de uma modesta contribuição para o debate.

O Autor

ALFREDO FERREIRA RODRIGUES - 1898

Em 1898, Alfredo Ferreira Rodrigues produziu um texto sob o título "Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos", que também foi publicado no ano seguinte, no almanaque anual do qual era organizador (Rodrigues, 1899, p. 215-272).

Sobre esse trabalho, vale reproduzir o que o próprio autor comentou depois de passados dois anos de sua publicação (Rodrigues, 1901, p. 227-242).

Como o tratado de paz tenha sido considerado por alguns historiadores uma imposição decorrente da traição de Canabarro, que entregou, no dizer deles, o seu exército à matança sem defesa, no cerro de Porongos, estudei muito especialmente as circunstâncias que rodearam este fato, reunindo testemunhos e documentos, no intuito de elucidar esse ponto até hoje controvertido. Pela confrontação dos documentos, pela elucidação dos testemunhos recolhidos, pelas próprias contradições do tratado de paz e pelo mistério em que o governo imperial o procurou conservar, como desairoso que era para ele, fui levado à conclusão de que em Porongos houve uma surpresa, porém não uma traição. Era tal a minha convicção que cheguei a negar a possibilidade da existência de um documento que provasse a traição de Canabarro.

O documento a que se referia Ferreira Rodrigues era a carta de Caxias para Chico Pedro, reproduzida na introdução deste trabalho.

Como é sabido, dentre os argumentos então usados pelos que acusavam Canabarro, era também mencionado o fato de este ter mandado recolher a

munição de alguns corpos do exército no dia 13 de novembro de 1844, véspera do ataque de Porongos (Rodrigues, 1899).

Em defesa de Canabarro, dentre outras alegações, o autor divulgou uma versão do Cap. José Pacífico Rodrigues, que foi preso em Porongos. Segundo esse capitão, no dito dia 13, alguns oficiais que não conheciam os termos da pacificação ameaçavam desligar-se do exército e fazer guerra de recursos. Sabedor disso, Canabarro teria mandado retirar cartuchames de alguns corpos, nos quais não confiava integralmente na oficialidade (idem, p. 267-268).

ALFREDO VARELA - 1899

Em janeiro de 1899, esse autor publicou no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro uma substancial matéria que contraditava de forma veemente o trabalho de Ferreira Rodrigues, antes referido. Apresentava reprodução da carta de Caxias para Chico Pedro, de cuja existência Ferreira Rodrigues duvidara (Rodrigues, 1901).

Varela havia encontrado cópia da tal carta nos arquivos de Domingos José de Almeida, então em poder de seus descendentes. Também aduzia argumentos, de modo a patentear a validade de tal cópia, além de reproduzir testemunhos que reforçavam a tese da traição de Canabarro (Rodrigues, 1901).

João Amado, sargento farroupilha preso em Porongos, declarou ter ouvido a leitura da carta que deixava clara a combinação existente entre Caxias e Canabarro. Bernardino de Almeida, filho do ministro farroupilha José Domingos de Almeida, inclinava-se a entender que seu pai possivelmente acreditasse na traição de Canabarro (Rodrigues, 1901).

O farroupilha Manoel Alves da Silva Caldeira, em carta de dezembro de 1898 para Varela, condenando Canabarro, criticava os historiadores Araripe, Assis Brasil e Ferreira Rodrigues por defenderem aquele general farroupilha (AHRS, CV-3102).

José Gomes Jardim (Beco), que fora companheiro de Canabarro na ala farroupilha dita “minoría”, admitia que este, querendo livrar-se dos que eram contrários à pacificação, teria permitido o massacre de Porongos (Varela, p. 500).

As argumentações robustas e articuladas impressionavam sobremodo.

A mácula dirigida à memória de Canabarro parecia irretorquível.

ALFREDO FERREIRA RODRIGUES - 1901

Profundamente convencido da inocência de Canabarro, Ferreira Rodrigues não desanimou diante da exuberante contradita de Alfredo Varela. Entendia que não bastava a apresentação de documento como a cópia da carta atribuída a Caxias. Era necessário examinar sua autenticidade, a confiabilidade do documento (Rodrigues, 1901).

No exame dessa carta, Rodrigues identificava contradições e

inconsistências, dentre as quais podem ser destacadas:

- Caxias registrava grande preocupação com sigilo, quando ele próprio não tinha necessidade de ter citado os nomes de Canabarro e Lucas; bastava a ordem para Chico Pedro, ou então referir combinação, sem indicar protagonistas;
- a ordem de manutenção de segredo para Chico Pedro foi flagrantemente descumprida por este, que distribuía cópias da carta, além de permitir a leitura da mesma, até diante de presos, como foi o caso do referido João Amado;
- a impossibilidade absoluta de prever em detalhes diversos acontecimentos efetivamente ocorridos no ataque de Porongos sugeria que a carta tivesse sido escrita após o referido ataque (*idem*).

Estava esse autor disposto a publicar apenas as suas desconfianças e conjecturas sobre a autenticidade da carta quando, de onde menos esperava, surgiram decisivos esclarecimentos (*idem*).

Manoel Patrício de Azambuja, motivado pela leitura dos ataques de Varela à memória de Canabarro, encaminhou esclarecedora carta a Ferreira Rodrigues. Identificou-se como parente próximo de Chico Pedro, tendo integrado as forças comandadas por este de 1838 a 1845, e atestava a falsidade da carta apresentada por Varela, de cuja confecção teve detalhadas e inequívocas informações. Relatou ter recebido uma explicação de Félix de Azambuja Rangel de que a referida carta era uma ardilosa criação de Chico Pedro, com intenção de atingir o prestígio de Canabarro, considerado pelo imperialista como o único chefe farroupilha capaz de dar continuidade à revolução. Acentuou que Rangel, participante do ataque de Porongos, conforme consta em ordem do dia de Caxias, era seu cunhado e compadre e também parente próximo de Chico Pedro, de quem fora ajudante de campo e amigo inseparável. Acrescentou que também ouvira a confirmação disso diretamente do próprio Chico Pedro, quando marchavam para Jaguarão, e este lhe explicou sobre a autoria “da bomba que tinha lançado no seio dos farroupilhas” (AHRS, FR-11).

Mais adiante, Manoel Patrício de Azambuja, então com 77 anos de idade, informou que Rangel, já com 82 anos, vivia em Rio Pardo. Comunicou também que mandaria a Rio Pardo seu filho, Fabio Patrício de Azambuja, mais tarde Marechal do Exército Brasileiro, sobrinho e afilhado de Rangel, para tomar depoimento do tio e padrinho (*idem*).

Sob o título “Ataque de Porongos - Apontamentos de Félix de Azambuja Rangel tomados por Fábio Patrício de Azambuja”, foi produzido um documento que teve suas folhas rubricadas por Manoel Patrício de Azambuja, à guisa de autenticação (*idem*).

Rangel iniciou seu relato confirmando a surpresa em Porongos. Referiu as marchas, à noite e que Canabarro, ao ter sua vanguarda atacada, usou a expressão “é o bodinho do Fidélis”, segundo a qual demonstrou imaginar que se tratava apenas da vanguarda de Chico Pedro, comandada por Fidélis Paes da Silva (*idem*).

Informou que Chico Pedro fez sua parte sobre o combate, dirigida a Caxias, distante uma légua de Porongos, onde também entregou 300 prisioneiros para um batalhão de infantaria, a fim de serem levados para Rio Grande. Discorreu sobre a liberação do boticário e sua mulher, que levavam as canastras de Canabarro, o que Chico Pedro só foi saber depois, pela explicação de um oficial farroupilha que fora preso (idem).

A seguir, Rangel relatou que estava presente junto a Chico Pedro, no Passo do Pequeri, quando este combinou com o Major João Machado Moraes a falsificação da referida carta. Reproduziu o diálogo ocorrido entre ambos e descreveu os subseqüentes procedimentos de elaboração da mesma. Informou que, em Piratini, Chico Pedro apresentara a carta a Caxias, descrevendo seu plano. Este determinou que seu secretário tirasse cópia, assinou e devolveu a Chico Pedro. Referiu o encontro de Chico Pedro com Manoel Rodrigues Barbosa,¹ republicano exaltado, que fez diversas cópias da carta, astuciosamente estimulado pelo Moringue (idem).

Rangel também fez detalhadas referências às atitudes de Chico Pedro, visando intrigar Canabarro com sua infantaria. Informou que também estava presente quando Chico Pedro determinou a soltura de um oficial farroupilha, em quem inculcou uma intriga para ser levada às hostes de Canabarro, o que motivou o recolhimento de cartuchames, já referido (idem).

A carta de Manoel Patrício de Azambuja, que também encaminhava o relato de Félix de Azambuja Rangel, foi firmada na Estância de Santa Marta, em São Gabriel, em 6 de agosto de 1899 e encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (idem).

Quando Ferreira Rodrigues publicou esse trabalho, expondo os testemunhos de Manoel e Félix, informou onde estes estavam residindo e que dispunha dos referidos documentos para serem consultados por quem tivesse dúvidas a respeito.

Esse trabalho explicava de forma clara, não só os acontecimentos de Porongos, as causas das concepções equivocadas das testemunhas de Varela, mas também identificava os descaminhos que levaram este autor (Varela) a tão grave engano.

ALFREDO VARELA - 1933

Depois de décadas de pesquisas e exaustivos estudos, Alfredo Varela, em 1933, lançou sua clássica e extensa obra *História da Grande Revolução - o cyclo farroupilha no Brasil*, composta por seis volumes. Nessa obra, com a modéstia própria dos sábios, Varela admitiu seu equívoco, representado por seu trabalho de 1899, antes referido. Também, convencido da inocência de Canabarro, adotou as conclusões de Ferreira Rodrigues, divulgadas em 1901 (Varela, v. 6, p. 499-

Vereador integrante da primeira composição da Câmara de Piratini (AHRs - Os 14 municípios farroupilhas - Atos de criação - 1985.).

500).

WALTER SPALDING - 1934

Nesse trabalho, referindo as memórias de Francisco Pedro de Abreu, o autor registrou (Spalding, 1980, p.218):

Chico Pedro não relata, aí, o caso da carta falsa que mandou escrever com o fim de desmoralizar Canabarro.

A propósito, recomendou a leitura de sua obra *Farrapos*, onde discorre sobre a história da elaboração da referida carta, de acordo com o trabalho de Ferreira Rodrigues, publicado em 1901 (Spalding, 1957, p. 265-275). De forma curiosa, porém, em uma nota de rodapé, alterou a cronologia da feitura dessa carta (idem, p. 271).

OTHELO ROSA - 1935

Esse conhecido autor, em *Vultos da Epopéia Farroupilha*, obra publicada em 1935, defendendo a memória de Canabarro, consignou (Rosa, 1935, p.61):

[...] acusação tremenda de uma feia traição à República, assacadiha que chegou a infiltrar-se nas páginas da história [...].

Mais adiante, registrou:

[...] a façanha de Chico Pedro se realizou na vigência de um armistício implícito.

Em outra parte, referiu que a tese de Ferreira Rodrigues restou documentalmente comprovada (idem).

FERNANDO LUÍS OSÓRIO (Sênior) - 1935

Esse autor era filho de um importante protagonista da Revolução Farroupilha, o Gen. Osório, de quem possivelmente tenha recebido valiosas informações.

Destaca-se a seguinte parte desse trabalho (Osório, 1935, p. 158):

O desastre do exército republicano em Porongos foi unicamente devido a um descuido de Canabarro, que não supunha o inimigo tão perto, e a uma astúcia a mais de Francisco Pedro.

AUGUSTO TASSO FRAGOSO - 1938

Esse trabalho, embora não se detenha no exame do assunto em questão, ressalta o tino guerreiro de Francisco Pedro, ao que credita o sucesso obtido por este na “surpresa de Porongos” (Fragoso, 1938, p. 293).

Citando Araripe, Fragoso informa que, ao iniciar sua missão na Revolução Farroupilha, em 1843, Caxias dispunha de 12 mil homens bem fardados, armados e municados, o que era mais da metade da força militar total do Império na época (idem, p. 278).

Reproduz documento, exigido por Caxias, de acordo com o artigo 1º das *informações reservadas* que o barão recebera, e que foi enviado para a Corte, por ocasião da ida de Fontoura para o Rio de Janeiro. Nesse documento, os líderes

farroupilhas deveriam historiar as razões da dissensão e reivindicar a paz, como podemos ver (idem, p. 266-267):

[...] e obter do Governo Imperial a Paz, porém uma Paz que, não manchando de ignomínia esta distinta porção da Grande Família Brasileira, nem o Sábio Governo de sua Majestade Imperial e Constitucional, imponha um dique fundamental ao estrangeiro audaz, que pretende fulminar a ruína desta Terra e do Brasil Inteiro.

Acampamento de Porongos, 13 de novembro de 1844.

Jose Gomes de Vasconcelos Jardim - David Canabarro - João Antônio da Silveira e Antonio Neto.

Caxias teria informado, porém, que esse documento foi assinado no dia 15 e que ele o recebeu no dia 16 (idem).

Fragoso reproduz a ata de pacificação, de 25 de fevereiro de 1845. Nela podem ser destacados os seguintes tópicos (idem, p. 268-269):

- foram lidos ofícios de Bento Gonçalves e de Vasconcelos Jardim;
- foram apresentados para os oficiais presentes os 12 artigos que significariam as concessões obtidas junto ao governo imperial;
- Canabarro colocou-se à disposição dos oficiais para dar informações sobre o exército, a fim de poderem decidir sobre a continuidade ou não da guerra;
- a decisão pela paz foi adotada por unanimidade, de acordo com as condições que foram apresentadas “e todas mais que pudessem conseguir do Barão de Caxias”. Assinaram os generais Canabarro, Neto e Silveira, alguns coronéis e tenentes-coronéis, o Major Vicente da Fontoura e mais sete majores, além do ministro Lucas de Oliveira (idem).

HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN - 1980

O trabalho intitulado *O Convênio de Ponche Verde* também aborda a surpresa de Porongos. No tocante a esse assunto, o autor transcreve importantes documentos, dentre os quais importa referir a carta de Manoel Alves da Silva Caldeira, enviada para Ferreira Rodrigues em 1898, e os depoimentos de Manoel Patrício de Azambuja e de Félix de Azambuja Rangel, já antes referidos (Wiederspahn, p. 67-79).

As concepções desse competente autor sobre o tema podem ser extraídas das transcrições que seguem (idem, p. 70 e 79):

A respeito desta surpresa de Porongos há uma série de coincidências que chegariam a atingir Canabarro, ao ponto de suscitarem sérias suspeitas de haver sido a mesma executada em conluio dele com o Barão de Caxias e até com Antônio Vicente da Fontoura, embora se tenha posteriormente conseguido *desfazer tais suspeitas de modo cabal e definitivo* (grifo nosso).

[...]

Para nós, pessoalmente, continuaremos a atribuir o desastre desta surpresa de Porongos apenas à omissão e ao desleixo de Canabarro, *mas nunca a uma traição premeditada, em conluio com Caxias* (grifo nosso).

O capítulo que trata do convênio de Ponche Verde, propriamente dito, tem o sugestivo título “A realidade: uma anistia ampla camuflada”, onde se pode observar (idem, p. 114-115):

Verdade é que até hoje nossos historiadores sulinos que se dedicaram, em seus livros e escritos, especificamente à Revolução Farroupilha, sempre consideraram aquele convênio como se tivesse sido o resultado de ajuste como de potência a potência, não raro como um tratado de paz. Mas um tratado, seja ele qual for, mais ainda um de paz, traz sempre as assinaturas de plenipotenciários das partes interessadas, enquanto a ata firmada em 25.2.1845, em Ponche Verde, só traz as assinaturas dos generais, coronéis e majores republicanos para tal convocados e lá reunidos, [...].

Esse autor também apresenta as *Instruções Reservadas*, subscritas pelo ministro da guerra imperial, e que limitavam as atribuições de Caxias relativamente à pacificação, mas cujos termos eram claramente atentatórios aos brios farroupilhas.

No artigo primeiro, podemos observar (idem, p. 13):

No caso que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as armas, o General-em-Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas somente por meio de petição assinada pelos principais Chefes, dirigidas a Sua Majestade o Imperador, e concebidas em termos respeitosos, que em nada ofendam ao decoro da Nação e aos princípios fundamentais da lei do Estado.

Esta prescrição foi atendida conforme se vê no texto retro sob o título “Augusto Tasso Fragoso - 1938”.

O artigo 5º determinava (idem):

Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentados serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo Imperial, que lhes dará conveniente destino.

No entanto dentre os 12 artigos das concessões apresentadas em Ponche Verde, o 4º rezava (Spalding, 1957, p. 291):

São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na revolução.

O autor demora-se tratando de um decreto que foi enviado para Caxias, pelo ministro da justiça, juntamente com as ditas *informações reservadas*. Tratava-se de um decreto de anistia coerente com as ditas instruções, do que Caxias estava autorizado a dar publicidade, tão logo os farroupilhas peticionassem a dita anistia (Wiederwspahn, p. 14).

É importante fixar que os termos desse decreto é que consubstanciariam o caráter impositivo da pacificação por parte do império.

Referindo buscas efetuadas no Museu Imperial de Petrópolis e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, examinando “Coleção de Leis do Império”, informou

(idem):

Quanto ao decreto de anistia, mencionado no artigo 2º destas *Instruções Reservadas* e que com estas fora enviado pelo Ministro da Justiça para o Barão de Caxias, existe indubitavelmente algum mistério em torno de seus dizeres, pois nem sequer consta publicado nas coleções de leis e decretos imperiais da época e isto, por algum motivo relevante, talvez por ser atentatório aos brios dos combatentes farroupilhas [...].

Wiederspahn (p. 16) chama a atenção para essas contradições entre documentos relacionados com a pacificação e adverte:

[...] há, ainda hoje, muito a ser desvendado para que não nos afoitemos em admitir uma espécie de conluio entre o Barão de Caxias, assessorado pelo então Cel. Manuel Marques de Souza - futuro Conde de Porto Alegre - o próprio Gen. David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura, ex-ministro farroupilha da Fazenda e um dos principais delegados da República Rio-Grandense para os preliminares do convênio de Ponche Verde.

A seguir esse autor registra (idem):

O grande mérito do futuro Duque de Caxias, bem como o de seu principal assessor de então, o depois Conde de Porto Alegre, foi de haver compreendido a situação, assumindo ele a responsabilidade pessoal de admitir como necessária a adaptação daquelas *Instruções Reservadas* até mesmo ultrapassando em parte o que lhe tinha sido autorizado pelos ministros imperiais, do que resultariam os 12 itens das concessões, que pareciam partir dos próprios líderes republicanos, os farroupilhas, após consultas mútuas entre as duas partes. Se a isto se decidira é porque sabia poder contar com o beneplácito de seu Imperador, no que não se iludira, já que D. Pedro II não usou de suas prerrogativas de Chefe de Estado Constitucional para anular no todo ou em parte as referidas concessões, premiando-o com a graduação no posto de marechal-de-campo e elevando-o da dignidade de barão à de Conde de Caxias. Durante toda a sua permanência como presidente imperial do Rio Grande do Sul, lamentavelmente apenas por pouco tempo, o novo conde fez o possível para corresponder à confiança nele depositada pelos que o haviam indicado para continuar neste cargo, para que fossem cumpridos da melhor maneira os 12 itens das concessões acima citadas, apesar de certa oposição de alguns ministros e de muitos dos áulicos da Corte.

Detalhando essas dificuldades, o autor refere os óbices relativos ao artigo 4º das concessões, que previa a liberdade dos escravos das forças farrapas, o que era considerado afrontoso pelos escravocratas de então. Confirma que Canabarro fez a entrega de 120 soldados escravos para Caxias, os quais ficariam confinados na Fazenda Imperial de Santa Cruz, “*inicialmente* como escravos estatizados” (grifo nosso). Aduzindo relevantes informações sobre esse particular, registrou ainda (idem, p. 17):

Não querendo o Barão de Caxias assumir o papel de um capitão de mato, acabou concedendo a todos eles a alforria prometida antes de fazê-los embarcar para a Corte, embora com a condição de não retornarem às províncias sulinas. Para tal considerou-os como se fossem beneficiados pelo aviso ministerial de 19.11.1838, que prometera a liberdade

a todos soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às autoridades imperiais. Mesmo assim, ainda se pretendeu congelar estas alforrias ao chegarem eles no Rio de Janeiro, sendo efetivadas somente ante o alarde surgido no Legislativo da parte de alguns dos mais exaltados da bancada liberal opositora.

Eram estes soldados afro-brasileiros do Corpo de Lanceiros e de um Batalhão de Caçadores do exército republicano.

MORIVALDE CALVET FAGUNDES - 1984

Em *História da Revolução Farroupilha*, o Gen. Morivalde escreveu um capítulo com o título “Houve traição em Porongos?” (Fagundes, p. 372).

À semelhança de Varela, apresentou alguns detalhes sobre a marcha de Chico Pedro indo para Porongos (idem, p. 373):

Os preparativos de Moringue foram meticulosos; rações cosidas, para jornada de 5 dias; cuidadoso envolvimento em trapos dos freios e mais adereços metálicos da gente montada, para que a marcha fosse absolutamente impressentida [...]

Em sucinta descrição do combate, onde também se observa o efetivo atribuído a Canabarro em Porongos, registrou (idem):

A surpresa gerou pânico. Só houve tempo para fuga desabalada, a pé ou a cavalo, em pêlo. Canabarro tinha a seu lado Neto e João Antônio, e um efetivo de cerca de 1000 homens.

Depois de referir-se a diversos autores, faz um registro com características de posicionamento pessoal sobre o tema (idem, p. 374).

Já houve quem quisesse atribuir a Canabarro uma mancomunação com Caxias, para acabar de uma vez com a revolução.

Contra isto, já se rebelaram historiadores do quilate de um Alfredo Ferreira Rodrigues e do dr. Vilhena de Moraes.

Observa-se que o autor coloca no passado a existência de quem atribuía mancomunação ente Canabarro e Caxias. Em seguida, porém, refere-se a Moacyr Flores como um autor que admite traição de Canabarro. Essa indefinição acentua-se, como se pode ver na transcrição que segue (idem, p. 375):

Como estou escrevendo uma história de homens e certamente também de heróis, mas, indubitavelmente, não de santos, nem de deuses, as contradições e as dúvidas ficam registradas, como peças da realidade e da verdade histórica, que não deve ser um panegírico, nem uma detração, [...].

Logo a seguir, insinua definir-se, mas muda o foco (idem).

Minha opinião pessoal sobre o caso é que, para o destino dos homens e dos povos, o móvel dos atos humanos é insignificante, ante o acerto de seus resultados, das suas conseqüências e dos seus produtos finais.

Terminando o referido capítulo e novamente citando Vilhena de Moraes, Morivalde parece contradizer-se com relação a esse famoso biógrafo de Caxias (idem).

O grande escritor patricio E. Vilhena de Moraes, do Instituto Histórico,

deixou inédito um trabalho, que deve estar em poder de seus descendentes, onde discorrendo sobre “Caxias no Rio Grande”, faz a pergunta: Foi Canabarro um traidor?

Pelo visto, o autor não conheceu o tal trabalho de Vilhena, senão teria informado sobre a resposta.

De qualquer forma, uma pergunta se impõe: Vilhena, juntamente com Ferreira Rodrigues, rebelou-se ou não contra as detrações de Caxias e Canabarro?

Em outro capítulo, o autor aborda acontecimento muito pertinente ao assunto em exame. Relata o encontro de Dionísio Amaro com Caxias, quando este, através daquele, encaminhou carta para Bento Gonçalves, programando tratativas de pacificação, e acrescenta (idem, p. 382):

Dionísio não somente notificou a Canabarro o bom desempenho que haviam tido suas propostas, como também *ficara combinado* com Caxias que as operações, nesse tempo, seriam unicamente *aparatosas*, pois que ele, em face das imperiais instruções, não podia fazê-las cessar de todo, sem que a paz estivesse feita (grifos nossos).

Diante disso, o autor admite a existência do que chamou de “armistício consentido” antes do ataque de Porongos. A isso, Othelo Rosa havia se referido como “armistício implícito”.

Certamente, tal situação influiu na desatenção de Canabarro em Porongos.

IVO CAGGIANI - 1992

Esse autor, em *David Canabarro: de tenente a general*, fez algumas considerações sobre circunstâncias do ataque em Porongos que podem ajudar na reflexão.

Ao chegarem em Porongos, as forças de Canabarro eram compostas de aproximadamente 1.200 homens. Em torno dessa localidade, três colunas do exército imperial eram formadas por 5.400 homens. Chico Pedro, com seu efetivo reforçado por Caxias, dirigia-se a Porongos, em marchas noturnas para não ser pressentido por Canabarro. Três dias antes do ataque em Porongos, uma pequena partida farroupilha defrontou-se com a vanguarda dessa força. Canabarro disso foi informado, mas entendia que Chico Pedro marchava para juntar-se ao grosso do exército imperial (Caggiani, p. 135-136).

É importante lembrar que o efetivo costumeiro de Chico Pedro era de 500 homens (AHRs, FR-11), o que possivelmente Canabarro estivesse considerando.

Caxias, também sabendo do ocorrido no dia 11, e temendo que Canabarro fosse ao encontro de Chico Pedro, determinou ao Ten.-Cel. Fonseca para se aproximar dos farroupilhas em outra frente, de forma a desviar a atenção de Canabarro, o que conseguiu. Canabarro deslocou 400 homens de Porongos para

reforçar Portinho que se antepunha a Fonseca no Quebracho, onde tirotearam. Assim, Canabarro reduziu significativamente seu efetivo em Porongos e, com a atenção voltada para o lado do Quebracho, descuidou-se de Chico Pedro que avançava por outro lado com mais de 1.100 homens (Caggiani, p. 136).

Conforme citação desse autor, Ferreira Rodrigues, baseado na ordem do dia de Caxias, de nº 170, e em depoimentos de três legalistas que participaram do evento, descreveu o ataque de Chico Pedro, o que, a seguir, está parcialmente transcrito (idem, p. 137-138).

Um esquadrão de 40 homens, não mais, que contornou as posições dos republicanos, correndo com a rapidez do raio sobre os piquetes avançados que abafou sem lhes dar tempo de despejar um tiro ou soltar um grito de alarme, cai de chofre sobre o exército desprevenido, atroando os ares com brados de vitória. A frente deles vem o temível Fidelis Pais, o vanguardeiro e o braço direito de Chico Pedro, e o segue o esforçado Manduca Rodrigues, já então famoso por atos de inaudita temeridade.

Ao primeiro ímpeto do ataque, sucede no acampamento uma confusão indescritível. Correm soldados de todos os pontos, atônitos e assombrados, enquanto embalde procuram alguns oficiais organizar as fileiras.

- É o Moringue! É o Moringue! É o grito de todas as bocas.

A onda humana que se espalhou em várias direções, tentava ganhar distância para se refazer, fugindo a perseguição daquele punhado de bravos. Ninguém os supõe tão poucos, julgando vir ali toda a divisão imperial.

Mas eis que a onda se despedaça de encontro a uma barreira inesperada. É o próprio Chico Pedro, que, emboscado com o grosso de suas forças, esperava o resultado do ataque para surgir pela frente dos que fogem.

A situação é terrível. Os farrapos, passado o primeiro momento de estupor, cobram ânimo e dispõem-se a morrer lutando. Teixeira, o bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia ao próprio Garibaldi, reúne os seus lanceiros, o 4º regimento de linha e alguns esquadrões afrouxam, mas os imperiais se multiplicam, surgem de todos os pontos. Segunda carga, mais impetuosa, mais desesperada, é também repelida.

É este o sinal da debandada geral. Em vão os chefes chamam os soldados ao dever, dando-lhes o exemplo. Nada os contem e o exército como por encanto se dissolve, arrastando consigo ainda aos que querem lutar. Apenas alguns grupos mantêm-se, resistindo e neles o combate se trava a arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo. Ouve-se o tinido do ferro contra ferro e ecoam a espaços alguns tiros isolados, que o ardor da peleja não deixa tempo de morder os cartuchos e carregar as armas. É uma carnificina sem nome, um desbarato completo. [...]

Nesse mesmo trabalho, sob o título “Defesa póstuma”, o autor consignou (idem, p. 243):

Até 1900 a tradição sul-rio-grandense ainda punha certas dúvidas sobre a correção do procedimento de David Canabarro no episódio farroupilha de

Porongos. Mas, nesse ano, o mestre dos historiadores estaduais, Alfredo Ferreira Rodrigues, apresentou, pelas páginas de seu notável ALMANAQUE HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, a definitiva absolvição do general farroupilha (grifo nosso).

MOACYR FLORES - 2004

Dentre diversas obras desse autor, propositadamente selecionado por sua respeitabilidade e merecido prestígio, interessa destacar *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde* (Flores, 2004).

Esse trabalho, também por constituir expressiva discordância com os anteriormente referidos, demanda exame especial e confronto com argumentações antes colocadas.

Nas explicações introdutórias, o autor adverte (idem, p. 8):

O tema é difícil, pois tenho que modificar conceitos e interpretações de fatos e dados que já escrevi no passado. Novos documentos manuseados, ignorados por outros historiadores, me obrigam a reformular os fatos sobre o combate no acampamento dos Porongos e sobre a anistia concedida pelo Império do Brasil, e dando a verdadeira dimensão do chamado Tratado de Paz de Ponche Verde, que nunca existiu.

Convém acentuar que, em obra anterior, o autor já firmara suas convicções sobre ocorrência de traição em Porongos (Flores, 1984).

A seguir, são examinadas e confrontadas as razões que parecem ser as principais dentre as que levaram o autor a admitir a existência de traição em Porongos.

Ingresso de Canabarro na maçonaria

O ingresso de Canabarro, em 1840, em loja maçônica de Alegrete, comprometida com a paz da Província, teria influído em seu ânimo de pacificação, e conclui conforme se vê (idem, p. 57 e segs.):

Assim o governo, a maçonaria, Joaquim Guedes da Luz e David Canabarro estavam motivados para estabelecerem a paz, menos Bento Gonçalves da Silva que estabelecia condições.

Cabe lembrar que Bento Gonçalves também era maçom. Aliás, era Venerável da Loja Filantropia e Liberdade, sediada na Rua da Igreja, em Porto Alegre. A ata nº 67, de 18-9-1835, registra as presenças de Bento Gonçalves, Vasconcelos Jardim, Pedro Boticário e outras lideranças farroupilhas² nessa loja.

Dante de Laytano, citado por Caggiani, informou (Caggiani, 1992, p. 97):

Bento Gonçalves foi grau 33, o que representa a maior dignificação maçônica, e também membro supremo do Grande Conselho.

Convém também especificar que Bento Gonçalves estabelecia condições

enquanto existia algum equilíbrio de forças. Quase às vésperas da pacificação, Bento Gonçalves escreveu para Canabarro, onde se pode ver (AHRS, 1985, p. 258):

[...] resta-me repetir-vos: a paz é absolutamente necessária [...]; uma conciliação é sempre preferível aos azares de uma derrota [...] (grifo nosso).

Carta de Manoel Alves da Silva Caldeira, de 1898

As informações enviadas por Caldeira foram usadas em 1899 por Varela, no trabalho posteriormente renegado pelo mesmo. Dentre outras informações, Caldeira conta que a fazendeira, D. Manuela, irmã do Gen. Neto, tendo sido alertada por um peão sobre a presença de Chico Pedro nas proximidades, pediu para um vizinho, Pereira, avisar seu irmão em Porongos. Este avisou Neto que o encaminhou para Canabarro, tendo ocorrido o seguinte diálogo (Wiederspahn, 1980, p. 74):

- Você viu o Moringue? Pereira respondeu negativamente. Canabarro: - E então, como é que diz que é o Moringue? Pereira disse como sabia. Canabarro: - Você não está mentindo? Pereira era homem sério e ficou desapontado. Canabarro perguntou-lhe de que lado era o vento. Pereira disse de que lado estava, então Canabarro disse: - O Moringue sentindo a minha catanga aqui não vem. Marche para a sua casa e não ande espalhando esta notícia aterradora aqui no acampamento.

Possivelmente seja por isso que o autor concluiu (Flores, 2004, p. 58): Quanto à surpresa de Porongos cai por terra, pois Canabarro fora avisado da aproximação de Francisco Pedro de Abreu.

Isso também deve ser confrontado com o que está referido no texto relativo a Caggiani. Canabarro, considerando que as forças de Chico Pedro eram as costumeiras, isto é, de 500 homens, e não as aumentadas por Caxias, que as elevou a mais de 1.100 homens, poderia facilmente entender que Chico Pedro não o atacaria com um efetivo significativamente menor do que o seu. Chico Pedro estaria simplesmente buscando junção com o grosso do exército imperial, o que também era absolutamente compatível com o sentimento de um armistício, admitido por Othelo Rosa e Morivalde Calvet Fagundes.

Carta de Caxias para Chico Pedro, datada de 9-11-1844

Essa carta, também referida pelo autor como “documento CV 3730” (Coleção Varela), é a mesma carta, cuja falsidade Ferreira Rodrigues já demonstrara em 1901, com os depoimentos de Manoel Patrício de Azambuja e Félix de Azambuja Rangel, antes referidos, o que também foi aceito pelo próprio Varela, primeiro usuário desse documento.

Com base nesse documento, o autor concluiu (idem, p. 59):

[...] que Canabarro e Lucas de Oliveira estavam cientes do ataque: [...]

Invocação a Domingos José de Almeida

A seguir o autor ressalva que vários historiadores lançaram dúvidas sobre a autenticidade do documento supracitado e, mais adiante, coloca (idem, p.61):

O documento CV 3730 é tido como falso, porque no alto consta a palavra cópia, no entanto o ministro Domingos José de Almeida, que tentou desvendar a tal “surpresa de Porongos”, escreveu que viu e copiou o documento original da ordem de Caxias, que estava em poder de Francisco Pedro.

Também esse argumento foi usado por Varela no trabalho de 1899, por ele mesmo depois renegado. A propósito, vários historiadores, não apenas lançam dúvidas, mas denunciam a falsidade da dita carta, com base em testemunhos já referidos e não contestados. Assim, parece realmente ser irrelevante a existência da palavra cópia no dito documento. O que é relevante é ser cópia de uma carta falsa.

Cabe também lembrar algumas vinculações pertinentes. A tal cópia da carta examinada por Varela estava em poder de Bernardino de Almeida, filho de Domingos José de Almeida e genro de Beto Gonçalves. Isso adquire especial relevo pelo fato de Almeida e Bento Gonçalves, ao final da revolução, serem adversários políticos, senão inimigos, de Canabarro.

A falta de explicações de Canabarro

Canabarro nunca teria dado explicações sobre Porongos, o que significaria uma confissão de culpa.

Trata-se de argumento antigo, também usado e renegado de forma pioneira por Varela. Em torno disso, no entanto ocorre algo muito curioso. De um lado, Canabarro era condenado por não ter dado explicações, de outro, salientavam o fato de Chico Pedro não ter referido a tal carta em suas memórias.

Quem pode provar que Canabarro nunca deu explicações? Impossível provar a inexistência do fato.

Mas, na preservação do debate, que se admita o fato de Canabarro não ter dado explicações.

É interessante referir que essa postura de Canabarro poderia receber esclarecimentos. Dar explicações significa corroer a autoridade, do que Canabarro era muito cioso (Varela, 1933, v. 6, p. 218). Depois de décadas de proações em guerras, era perfeitamente admissível que Canabarro se julgasse acima de tal intriga e desobrigado de explicações.

Essas suposições, porém, não são desprovidas de base fática. Examinando as correspondências de Canabarro, quando em comando da Guarda Nacional, também perceberemos mutismos e laconismos. Meses antes da invasão paraguaia de 1865, Canabarro alertava o presidente da Província sobre tal possibilidade. Repetidamente encareceu a necessidade de aumento do efetivo sobre seu comando. Criava novos corpos da Guarda Nacional e era forçado a

dissolvê-los porque o governo não implementava providências junto à pagadoria. Quando se consumou a invasão, Canabarro recebeu repetidas promessas de reforço da parte de Tamandaré e de Osório, que não se efetivaram, porque estes socorriam a Argentina. Osório, em correspondência de 7-7-1865, reiterava o envio de reforços e encarecia que Canabarro não deveria arriscar a pequena força sob seu comando, diante de milhares de paraguaios bem armados e municiados (AHRS - Fundo Guarda Nacional, Lata 440, Maço 33). Mas Canabarro foi levado a conselho de guerra.

Que explicações dadas por Canabarro são amplamente conhecidas?

Não invocou as solicitações tempestivas de providências, nem transferiu culpas a superiores ou companheiros. Em carta para o presidente da Província, de 28-2-1867, já tendo reassumido seu comando, Canabarro fez um passageiro comentário sobre banalização de conselhos de guerra e lamentou estar velho e adoentado, o que o privava de oferecer uma maior contribuição à pátria (idem). Continuou em silêncio, até porque morreu pouco depois.

Sobre Ponche Verde, o autor dedica a dúzia final de páginas do livro.

No início dessa parte, o autor usa novamente Almeida como testemunha da “traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”. Considera que, confrontando o decreto de anistia, de 18-12-1844 com o ocorrido em Ponche Verde, prova que houve traição em Porongos.

Mais adiante, descreve o quadro de dificuldades em que se encontrava a República (Flores, 2004, p. 67).

O governo da República não dispunha mais das coletorias para cobrança de impostos e nem podia pilhar o gado dos legalistas. Num processo lento, os farrapos combatentes estavam divididos em pequenos grupos e limitados ao território do atual município de D. Pedrito. Depois de tantos anos de guerra, a população sul-rio-grandense estava exausta, com as charqueadas destruídas, o comércio estagnado, pontes demolidas, escolas fechadas e campos criatórios vazios. Ninguém mais queria lutar ao lado dos farrapos. Era melhor aceitar a paz do Império, que significava segurança, comida e trabalho.

Descrevendo fatores que dificultavam a conciliação, cita a necessidade de indenizar monarquistas pelos confiscos de que foram vítimas. Também refere que os farroupilhas sentiam-se como integrantes de uma nação independente e que a Corte considerava-os como rebeldes. Dessa forma, farroupilhas queriam um tratado de paz, e o império oferecia uma anistia.

Mais à frente, reproduz trecho de um ofício de Caxias para o ministro dos negócios do império, onde o barão comunicou que Marques de Souza, acompanhando Fontoura à Corte, poderia informar pessoalmente as verdadeiras circunstâncias da Província e sobre os meios para terminar a guerra. Logo após, o autor coloca duas questões (idem, p. 69).

Por que Caxias não enviou um relatório por escrito sobre “as verdadeiras circunstâncias da Província” e sobre sua opinião de terminar a guerra civil?

Por que não podia divulgar o que estava sendo tratado com Davi Canabarro?

Wiederspahn, que descartou traição em Porongos, também teceu considerações a respeito. Pode-se contrapor que, dentre as respostas possíveis, a mais simples seria: porque mandou à Corte o então Cel. Marques de Souza, seu auxiliar direto, pessoa de sua confiança, conhecedor da situação, o que dispensava a feitura de relatórios. A segunda questão, porém, parece indicar que esse fato está sendo considerado como prova de que efetivamente houve traição em Porongos.

Certamente que outras conjecturas são possíveis. Observe-se a transcrição que segue (Wiederspahn, p. 86).

A modificação na atitude inicial dos ministros decorrera da maneira como o Cel. Marques de Souza soubera se desincumbir pessoalmente da missão que recebera do Barão de Caxias junto a D. Pedro II, em audiência particular e reservada que conseguira com o seu soberano e sem a presença de um daqueles.

É possível que Caxias, tangenciando a má vontade ministerial, estivesse buscando respaldo para as concessões que deveria fazer, o que, convenhamos, não enseja concluir por traição em Porongos.

Continuando, o autor refere ofício de Caxias em que este admitia a continuação da guerra “se algum pequeno favor não for concedido aos principais chefes” e acrescenta (Flores, 2004, p. 70):

Um dos pequenos favores foi a indenização aos chefes rebeldes, realizada pela comissão presidida por Antônio Vicente da Fontoura, conforme recibos que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Na penúltima página, mas retomando esse mesmo assunto, o autor ainda colocou (idem, p. 78):

Antônio Vicente da Fontoura chefou a comissão encarregada de efetuar os pagamentos das dívidas da extinta República. Bento Gonçalves da Silva recebeu 4.800\$000 rs; Antônio Vicente da Fontoura, 1.085\$000 rs; Bernardo Pires, 1:130\$046; Domingos José de Almeida, 4.016\$000. A lista é longa, incluindo comerciantes, fazendeiros, oficiais, soldados e viúvas (CV-4887).

A bem da clareza, cabe obstar que não ocorreram apenas “indenização aos chefes rebeldes”, o que o próprio autor confessou nesta última transcrição quando acrescentou “comerciantes, fazendeiros, etc.”.

Aliás, nessa segunda transcrição, percebe-se uma certa modificação de conceitos. Em diversas partes do terço final do livro, o autor enaltece Bento Gonçalves, referindo-o como defensor de escravos, incapaz de entrar em conluios com Caxias, em contraste com Canabarro, que é considerado um traidor e participante de escusos arranjos. Vê-se na transcrição anterior que não aparece

Canabarro, mas é apresentado Bento Gonçalves, como participante de um conluio, sob sutil alusão de venalidade.

Na época, com o somatório das indenizações acima referidas, seria possível comprar algo em torno de mil “reses de criar”.

Nesse tocante, porém, o que mais chama a atenção diz respeito ao documento referido: CV-4887. Esse documento relaciona 334 indenizações, das quais as maiores não estão entre as quatro citadas pelo autor, mas entre as 330 não referidas.

Depois de mais uma alusão à existência de conluio entre Caxias e Canabarro, o autor faz uma pergunta (idem, p. 69):

Em 20-11-1844, o barão de Caxias escreveu ao ministro da Guerra, Manuel Antônio Galvão, que no dia 15 recebeu um papel de Fontoura, junto com cópia, assinado pela maioria dos chefes rebeldes. Não seria esse papel com os dez itens que são considerados como um tratado de paz, elaborado pelos farrapos?

Possivelmente seja o papel cujo conteúdo está antes parcialmente transcrito sob o título “Augusto Tasso Fragoso - 1938”, e que atendia ao 1º artigo das *Instruções Reservadas* de Caxias.

Terminando, o autor ainda destaca (idem, p. 78):

Com a assembléia de 25-02-1845, em Ponche Verde, os militares republicanos depuseram as armas, votando pela petição de anistia, pois na ata não consta o que foi discutido ou pactuado.

Observa-se que, mesmo “não constando”, o autor prefere concluir que votaram um pedido de anistia. Conforme também referido antes, em “Augusto Tasso Fragoso”, tal ata, de forma sucinta, refere ofícios de Vasconcelos Jardim e de Bento Gonçalves, intervenção de Canabarro e discussão das 12 cláusulas das concessões obtidas.

RAUL K. M. CARRION - 2005

O trabalho desse autor, intitulado *Revolução Farroupilha*, é um pequeno texto, porém, com alta densidade (Carrion, 2005).

Além de historiador, o autor é ocupante de cargo público eletivo, o que, com honestidade, esclarece plenamente, informando também suas ligações com o marxismo (idem, p. 3).

Atribui caráter simplório e anacrônico às análises que não “enxergam” o sentido progressista da luta farroupilha, representado pelas participações de negros, índios, mestiços e brancos pobres (idem, p. 1-2).

Com relação ao tema em exame, já na parte introdutória, o autor cita “traição em Porongos” (idem, p. 1).

Um dos capítulos desse livro apresenta o título “Traição em Porongos e

massacre dos lanceiros negros” (idem, p. 19).

Nesse capítulo, que inicia informando “conluio entre David Canabarro e o Duque de Caxias”, o autor baseia suas conclusões de modo semelhante ao observado no trabalho de Varela, de 1899, e no de Flores, de 2004. Assim, refere a dita carta de Caxias para Chico Pedro, argumentos de Almeida, testemunho de Caldeira, desarme dos negros em Porongos, enfim, alegações já apresentadas e examinadas no presente texto (idem, p. 19-24).

É adequado registrar que, em parte anterior a esse capítulo, o autor informou que, referente à “traição em Porongos”, baseia-se quase que integralmente no ensaio que produziu em 2003, sob o título “Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha” (idem, p. 3).

Quanto ao destino final dado aos escravos enviados para a Corte, diverge de Flores, transcrevendo opinião de Araripe, como se vê (idem, p. 17):

Em um ponto, porém, sempre foram coerentes e leais. Servindo-se dos escravos para defender a liberdade por eles apregoada, não os abandonaram no último momento da luta, esforçaram-se com o governo imperial para que esses infelizes não voltassem ao cativeiro. Embora o governo imperial reconhecesse o perigo da legitimação da alforria dos que com as armas na mão conquistavam, em um país cujo primeiro elemento da sua produção era o escravo, deixou-se não obstante dominar pelos sentimentos filantrópicos, que mais tarde deviam, com tanta glória para o Brasil, manifestar-se na lei da libertação do ventre da mulher escrava. Os soldados da república, recrutados na escravidão, conservaram no Império a condição de liberdade por exigência dos caudilhos da rebelião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porongos

Com relação ao ataque de Porongos, observa-se que nas referências bibliográficas de Flores aparece apenas um dos trabalhos de Alfredo Ferreira Rodrigues, aquele publicado em 1898³ (Flores, 2004, p. 65), o que também se nota no trabalho de Carrion (2005).

Vale lembrar que quando esse trabalho de Rodrigues teve as primeiras publicações, não eram conhecidas as declarações de Manoel Patrício de Azambuja e de Félix de Azambuja Rangel, que revelaram a falsidade da referida carta de Caxias para Chico Pedro. Depois dessas revelações, publicadas por Ferreira Rodrigues em seu Almanaque de 1901, os testemunhos de Caldeira, Amado e Almeida perderam valor, pois se alicerçavam na ilusória autenticidade da carta, cuja falsidade restou provada, tanto que Alfredo Varela mudou suas convicções, aceitando as conclusões de Ferreira Rodrigues.

Uma reflexão se impõe. Por que Flores e Carrion teriam novamente trazido a lume testemunhos pioneiramente usados por Varela e depois renegados por

³ No presente trabalho está referido *Almanaque de 1899*, p. 215-272.

este? Desconheceriam o trabalho de 1901, que nulifica os argumentos deles, ou não o aceitam?

A única hipótese admissível é a segunda, mas infelizmente nada esclareceram a respeito. Transportaram-se para o século XIX, relegando sem explicações o trabalho de Ferreira Rodrigues, de 1901, que, no entender da maioria dos autores, é o melhor sobre o assunto.

Wiederspahn informa a presença de 700 farroupilhas em Porongos, por ocasião do ataque (Wiederspahn, p. 67-68). Caggiani informa um efetivo de 1.200 homens com Canabarro. Também, repetindo outros autores, informa o envio de 400 homens para reforçar Portinho (Caggiani, 1992, p. 136). Como Portinho já estava com 100 homens antes de ser reforçado, chega-se também à quantidade de 700 homens, no que há concordância com Wiederspahn. Flores, mencionando ordem do dia de Caxias que se baseava em Chico Pedro, registra “mais de mil” (Flores, 2004, p. 59).

Além de diversos argumentos já referidos em diferentes partes deste texto, talvez importe reprisar uma singela colocação de Félix Rangel. Menciona ele que, ao clarear do dia, atacaram a *vanguarda* de Canabarro em Porongos (AHRs, FR-11). Ferreira Rodrigues, na embasada descrição do ataque em Porongos, registrou textualmente: “[...] com a rapidez do raio sobre os *piquetes avançados* [...]” (grifo nosso). Como essa vanguarda era composta por muitos escravos, muitos destes foram os mais atingidos, não por serem escravos, mas por comporem a vanguarda, que estava colocada na zona de contato entre as facções. Certamente somava-se a essa circunstância o arrojo e temeridade que caracterizavam as ações de Teixeira Nunes, de seu corpo de lanceiros negros e do batalhão de caçadores, empenhados em confronto tremendamente desigual e insustentável.

Sem dúvida, trata-se de um lamentável e trágico episódio, incluso infelizmente em uma desgraça maior ainda, que era a própria escravatura.

As circunstâncias que antecederam o ataque de Chico Pedro, a descrição desse ataque por Ferreira Rodrigues, as importantes manifestações de apoio à tese deste autor e os decisivos testemunhos apresentados pelo mesmo tornam inaceitável a idéia da existência de traição em Porongos.

Essas reflexões podem ser enriquecidas se o leitor tiver presente que, dentre outros, alguns movimentos e organizações de afros-descendentes, por razões estratégicas, dão especial realce aos trabalhos que informam a existência de traição em Porongos.

Ponche Verde

Parecem corretas as ponderações de Wiederspahn e Flores sobre a impropriedade da designação de “Tratado de Paz de Ponche Verde”. O que um chamou de anistia camuflada, o outro chamou de farsa.

É inegável a grande diferença entre os limites fixados pelas *Instruções Reservadas* para Caxias e as cláusulas apresentadas em Ponche Verde. Basta atentar para que, segundo as cláusulas de Ponche Verde, os farroupilhas nomeariam o presidente da Província e os escravos receberiam liberdade. Nas instruções recebidas por Caxias, não era prevista a designação de presidente, e os escravos deveriam ser enviados para a Corte. Isso originou o que está sendo referido como simulação.

Não foi essa, porém, a única vez no Rio Grande do Sul que o mediador de pacificação extrapolou as atribuições. É difícil as contingências de guerras serem totalmente previstas em gabinetes.

Não é aceitável que a simulação havida em Ponche Verde constitua prova de traição em Porongos.

Caso não tivessem ocorrido as baixas de Porongos, isso em nada mudaria o imenso desequilíbrio de forças que logo determinaria o fim da guerra, com ou sem pactos e simulações.

Cabe também considerar que, em 20 dias ou menos após o ataque a Porongos, Canabarro já havia recuperado seu efetivo. Félix Rangel informa que Chico Pedro, dispondo de apenas 500 homens, alguns dias após o ataque de Porongos, solicitou auxílio a Fernandes, que estava em Cachoeira, para atacarem Canabarro, o que só com sua força não faria porque os farroupilhas eram mil homens (AHRs, FR-11).

É muito provável também que, mesmo sem as baixas de Porongos, seriam cumpridas as exigências da Corte sobre os escravos. Já beirando o desarmamento, Caxias dispôs suas forças e passou ordens para acostrar Canabarro, caso este relutasse em entregar os escravos. Fatalmente seriam capturados ou mortos entre três fortes contingentes imperialistas.

Quanto ao destino final dos escravos encaminhados para a Corte, por alegadas razões de segurança, o que antes é mostrado apresenta controvérsias; porém, não parecem suficientemente robustos os minoritários argumentos que descartam alforrias.

É admissível a existência de apreensões e desconfianças, entre Canabarro e parte de suas forças relativamente às tratativas de pacificação e ao próprio destino da guerra cujo fim se insinuava. Mas, mesmo desconsiderando razões de caráter, não se detecta, nitidamente, motivação plausível para que Canabarro tenha cometido a ignomínia de que alguns o acusam.

Os registros de alguns autores antes referidos, sobre a pacificação, induzem a outras considerações. Assim, considerando que: (a) existem dúvidas, segundo Wiederspahn, sobre a publicação do decreto que constituía a referida anistia; (b) houve inegável bilateralidade nas tratativas que culminaram com a pacificação; (c) sabidamente, Caxias teria se esmerado no cumprimento do que foi prometido em Ponche Verde; logo, a pacificação não teve caráter impositivo

aos farroupilhas.

Assim como em Ponche Verde foram apresentadas concessões em desacordo com as ditas *Instruções Reservadas* de Caxias, para o ministério imperial foram enviadas informações que atenuavam o aspecto altaneiro das posturas farroupilhas.

A frase constante no final da ata de Ponche Verde, em que se observa a expressão “e todas mais que pudessem conseguir do Barão de Caxias”, sugere que os farroupilhas negociavam com Caxias e não com a Corte.

Diversas ocorrências ficam bem explicadas, admitindo-se que a paz de Ponche Verde decorreu de persistentes esforços conciliatórios desenvolvidos, de um lado por Caxias, com o respaldo do imperador, e de outro, pelos interlocutores farroupilhas. A conciliação deveria ser feita de modo legalmente adequado, preservando a imagem do imperador e do governo imperial, bem como atendendo às justas reivindicações e à dignidade farroupilha, o que não era tarefa simples.

É relevante considerar que, não fora a tal simulação de Ponche Verde, possivelmente a guerra terminaria em imensa e terrível mortandade.

Talvez por isso, a frase de Canabarro: “o tempo me há de justificar”.

Observa-se que alguns autores, Varela em primeiro lugar, entendiam que, com essa frase, Canabarro se referia a Porongos (Rodrigues, 1901); tudo, porém, leva a crer que ele se referia a Ponche Verde.

A história jamais o desculparia, nem a Caxias, caso tivessem participado de perversa programação de um massacre. Deve desculpá-los, sim, por participarem de uma simulação que salvou milhares de vida, o que demanda elementar senso de justiça dos juízes dessa história.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.

----- . *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Corag, 1985a.

----- . *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985b.

----- . *Os 14 municípios farroupilhas: atos de criação*. Porto Alegre: [s.n.], 1985.

CAGGIANI, Ivo. *Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CARRION, Raul K. M. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: EST, 1984.

FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

----- . *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 2004.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-45) narrativa sintética das operações militares*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

OSORIO (SENIOR), Fernando Luis. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos*. In: *Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1899*. Rio Grande: Livraria Americana, 1899. p. 215-272.

----- . David Canabarro e a surpresa de Porongos. In: *Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1901*. Rio Grande: Livraria Americana, 1901. p. 227-242.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

SPALDING, Walter. *Farrapos*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1957.

----- . *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução - o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O Convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 1980.

Fontes primárias:

AHRS. Arquivo Particular de Alfredo Ferreira Rodrigues. FR-11.

AHRS. Arquivo Particular Alfredo Varela. CV-01 a CV-10.884.

AHRS. Fundo Guarda Nacional.

Nº 31- Ano 2006 - Especial 20 anos do IHTRGS – Cel Cláudio Moreira Bento

Neste número:

- Transcrição de um trecho do livro “Amores de Canabarro”, de Othelo Rosa;
- Transcrição de um trecho do livro “Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul”, de Luigi Nascimbene.

OTHELO ROSA, CANABARRO E PORONGOS

Excerto do livro “Amores de Canabarro”, de Othelo Rosa

Luiz Ernani Caminha Giorgis (organizador)(*)

A SUPREMA RAZÃO

Ribas do Candiota. Clara, linda manhã de primavera. Sol lustroso e bom. Gorgeios de aves. Seis homens, sisudamente, deliberavam. Falava, cada qual, por sua vez, pausado e grave. Sem que eles o quisessem, as suas palavras revestiam-se de solenidade.

Canabarro. Netto. Um velho, reforçado de corpo, de olhos inteligentes, com uma grande tristeza estampada na fisionomia: José Gomes de Vasconcellos Jardim, vice-presidente da República. Um homem alto, simpático, de olhos grandes e bondosos, com uma expressão de lealdade e de bravura em todo o seu tipo genuíno de gaúcho: João Antônio da Silveira, general, comandante da 2ª divisão. Dois ministros: Manoel Lucas de Oliveira, de estatura baixa, desembaraçado, de fronte espaçosa e olhar expressivo; Padre Chagas, mais alto, inquieto, nervoso, único que, de quando em quando, interrompia o interlocutor. Gomes Jardim falou:

- Façamos, pois, o acordo. Bento Gonçalves, que não pode vir, está por ele. Temos sido infelizes: vencidos em Pirajú, vencidos em Sant’Ana... - Teve um silêncio penoso; e, com esforço, com emoção indisfarçável, arrematou: - Sou pela paz. E disse Antonio Netto: - A província está esgotada. O Rio Grande tem sofrido muito. Para assegurar o futuro, a prosperidade da minha terra, estou pronto a um

sacrifício. Dentro de condições honrosas, aceitarei a paz.

Manoel Lucas de Oliveira acrescentou: - Aceito-a também eu. Voltaremos, sem desdouro, à comunhão nacional. Não somos uns vencidos: e a semente está lançada...E João Antônio: - Para uma paz imposta pelo governo do Império, com sacrifício dos nossos direitos, e dos nossos companheiros de luta, só tenho uma resposta: é esta. - E bateu, com gesto varonil, no punho de sua espada. - Paz de irmãos, paz de homens de bem, de igual para igual, útil ao País e útil ao Rio Grande, esta terá o meu voto.

Para Chagas já expressara, em frases incisivas, intercaladas no diálogo, o seu pensamento: estava pelo acordo em bons termos, com o governo de Pedro II.

E Canabarro falou: - Quem nos propõe a paz é o Império. Muitas vezes recusei-a. Pelas armas não seremos vencidos nunca. Piraju, Sant'Ana, escaramuças sem importância. Os caramurus jamais aniquilarão os republicanos rio-grandenses, forçando-os a pedir misericórdia. Hoje, porém, aceito a pacificação, pactuada com dignidade. E sabem porquê? De um bolso interno da blusa tirou um papel dobrado e passou-o aos circunstantes. Um a um, em profundo silêncio, leu o documento. Canabarro prosseguiu: - É uma carta de Rosas. Faz mau juízo de nós, o malvado ditador de Buenos Aires. Oferece o seu auxílio à República de Piratiní em dinheiro, cavalos, armas e munições, em troca do nosso auxílio a ele, em guerra que vai fazer contra o Brasil. Um trato com o diabo...

- Há que dar-lhe resposta, exclamou, assomado, João Antônio; mas Canabarro interrompeu-o, com um de seus intraduzíveis sorrisos: - Já lhe dei a resposta, amigo. Conheço bem a minha gente. Respondi a Rosas que, no dia em que os castelhanos aparecessem nas nossas fronteiras, aí encontrariam os farrapos ombro a ombro com os imperialistas, para defender da invasão estrangeira, como bons brasileiros, o chão da nossa Pátria! Sorriram, todos, desopressos, orgulhosos. Canabarro achegou-se a Gomes Jardim e inquiriu:

- O major Antônio Vicente da Fontoura poderia ser o nosso emissário, o nosso representante junto ao Governo do Império. Já estive com o Caxias. É homem sabedor e bom republicano. Que lhe parece? Gomes Jardim aquiesceu, com um gesto leve de cabeça.

NO SERRO DOS PORONGOS

E as notícias de próxima paz adejavam sobre eles, quando os farrapos acamparam no serro de Porongos. Dias antes, nas confluências do Candiota, como narramos, ficara assentada a mediação. Vasconcelos Jardim, vice-presidente da República em exercício, Canabarro, comandante-em-chefe, Manoel Lucas de Oliveira, ministro, e os generais Antônio Netto e João Antônio, em reunião a que fora presente a figura inquieta e nervosa do Padre Chagas, haviam resolvido entabular negociações para um acordo com o governo do Império, em

vista dos promissores resultados da conferência preliminar que em Bagé se realizara, em 06 de novembro, entre o Barão de Caxias, Antônio Vicente da Fontoura e o mesmo Padre Chagas, e principalmente das ameaças, que aumentavam dia a dia, das bandas do Rio da Prata. As atoardas corriam entre as fileiras. E fora sob tais auspícios que a marcha se fizera, nos últimos dias, guiada pelo valoroso Portinho, vanguardeiro de porte e nomeada.

Sítio desolado e agreste, de vegetação mirrada e rarefeita, e solo pedregoso, aquele serro dos Porongos. Na harmonia e na beleza da campanha gaúcha, ele destoa e sobressai, numa saliência desconsolada e triste. E teria, de certo, para os farroupilhas que sobre ele armaram as suas barracas e os seus fogos acenderam a significação de um mau presságio, se a alma não lhes sorrisse a esperança de uma paz feita com honra. Parece, entanto, que ali estanciaram, desde o general ao mais humilde soldado, de coração desopresso. A vigilância afrouxara um tanto: o velho guerreiro, outrora de afamada precaução e diligência, sem par, enredado, em malhas de paixão funesta, deixara de ser o chefe incansável que tudo previa e a tudo provia, com argúcia e zelo incomparáveis: e tal, e tão alto exemplo, influía e pesava sobre todo o exército. Demais, já havia entendimentos de paz; e essa contribuiria, sem dúvida, para que sobre os negócios da guerra diminuíssem as cautelas. Sem embargo, não eram boas as notícias que os chasques traziam ao Quartel-General republicano.

Portinho, que avançara até o Quebracho, guerrilhava. Canabarro enviou-lhe reforço, ficando em Porongos com força pequena, não excedente de 600 homens. E a 13 de novembro chegara a triste nova de que o valente Manduca Polvadeira como um valente morrera, em peleja renhida com gente de Chico Pedro, o ardiloso “Moringue”, que de Pelotas avançava, com hostes numerosas. Antônio Netto, suspicaz, entrou a receiar ataque e desastre. E foi, nesse mesmo dia 13, à barraca de Canabarro, transmitir-lhe os seus receios e as suas previsões.

Belo tipo de homem, o proclamador da República de Piratini. Não sendo de alta estatura, era robusto, de porte erecto e elegante, que ele fazia destacar com um maior cuidado no vestuário. Tinha maneiras distintas, que revelavam excelência de cultura sobre os seus pares. A fronte, espaçosa e ampla, e o olhar sereno e firme, denotavam decisão e energia. Andava habitualmente fardado, montando cavalos finos, aperados com luxo. Era notória, aliás, a sua predileção pelas “carreiras”, que o cancioneiro do tempo lembrava nessa quadra:

“Senhor Netto, vá s’imbora,
Não se meta a capadócio.
Vá tratar dos parelheiros
Que fará melhor negócio”.

Canabarro, na sua barraca, ouvia um de seus ajudantes de ordens - Pereirinha - que lhe estava fazendo o relato das notícias levadas ao

acampamento pelo último próprio, quando Netto chegou. Levantou-se o general em chefe e recebeu, de boa sombra, o vencedor de Seival. Não eram das melhores as relações entre os dois cabos de guerra. Da luta, de que resultara a renúncia de Bento Gonçalves e a ascensão de Canabarro, e que envolvera Netto, chefe do estado-maior daquele, restara, entre eles, malquerença mal dissimulada. Nobremente, Netto, em prol da República, calara ressentimentos e prevenções e se submetera ao comando de David, seguindo o admirável exemplo de desprendimento e de superioridade moral de Bento Gonçalves, a esse tempo também subordinado, na hierarquia militar, ao tenente que sob as suas ordens combatera, em 1827, na 2ª Brigada de Cavalaria, na batalha do Passo do Rosário.

Netto expôs ao general as suas dúvidas. Não lhe parecia o local muito apropriado para uma permanência mais alongada do exército. Era pequena a força farrroupilha que restava em Porongos. Na direção de Bagé, Portinho estava em contato com os imperialistas. Do lado oposto, era evidente a aproximação do inimigo, de que era prova certa o recontro do bravo Polvadeira com Fidelis Paes, o conhecido vanguardeiro de Chico Pedro. Era de receiar-se, assim, que o “Moringue” estivesse a tecer uma de suas velhas tramas, no intento de bater os farrapos em Porongos, antes da junção de outros elementos. (grifo do Org.) Julgava conveniente, portanto, que se mudasse de acampamento, marchando-se em direção de outras forças farrapas, ou que se tomasse precauções maiores, no sentido de evitar um golpe de surpresa do adversário. Canabarro ouviu atentamente, com um leve sorriso a perpassar-lhe nos lábios grossos, de cabeça sempre um pouco baixa, sem fitar o interlocutor. Demorou a resposta: sorveu, antes, uma ou duas vezes, o chimarrão que estava tomando, em uma linda cuia, guarneçada de prata:

- “Homem, amigo Netto, si o “Fuinha” (Moringue) nos tirasse d’aqui, nada perdíamos: os campos estão magros e feios e o gado anda na espinha... Mas o Chico Pedro está muito longe: por mais que force as marchas, demora a chegar. E a mim, general Netto, a astúcia do homem não assusta: nunca me surpreendeu, e nunca me surpreenderá”.

Netto, certa vez colhido de inopino e desbaratado por Chico Pedro, compreendeu a ironia dessas palavras. Inalterável, porém, limitou-se a replicar:

- “O general saberá como deve proceder, melhor que ninguém. Se fiz a advertência, fui levado por informações de algumas pessoas recém-chegadas ao acampamento, e pelo meu interesse por uma causa, que é de todos nós”. Nas últimas palavras, a seu pesar, a voz tremia- lhe um tanto. Canabarro percebeu a irritação latente e procurou acalmá-la, jeitoso:

- “Bem sei, amigo, bem sei. E muito lhe agradeço o aviso. Olhe, vamos tomar este amargo que o Joaquim está cevando e conversar melhor”.

Daí por diante foi cordial a palestra. E quando Netto retirou-se, Canabarro, batendo-lhe alegremente no ombro, proferiu esta frase, que a tradição guardou e rememora: -"Não há perigo, general. O Moringue, sentindo a minha caatinga, não vem cá"! Os oficiais que estavam em torno riram gostosamente. Netto sorriu, com discreta polidez. E, despedindo-se, tomou o rumo de sua barraca. A tarde caía, merencórea, sobre o sítio desolado e agreste de Porongos. Mais triste parecia ele, no quietismo imenso do crepúsculo. E o silêncio das coisas pairava, presago, sobre o acampamento, há pouco cheio de vozes, de rumores e de vida. Netto, de cenho carregado, deu ordem para que se pegasse, sem tardança, os animais, e assim passasse a noite a sua gente: de cavalos pela rédea.

A SURPRESA

E a noite desdobrou sobre a paragem agreste de Porongos o seu burel de sombra. Ao brilho incerto das estrelas tremeluzentes em um céu sem luar, dormia o acampamento. Aqui e ali, em derredor de fogões ainda acesos, pequenos grupos de retardatários chimarreavam, palestrando sobre o assunto do dia, que era a próxima paz. Antônio Vicente da Fontoura, sabiam-no todos, aprestava-se na sua barraca para seguir no outro dia para o acampamento do Barão de Caxias, d'onde partiria para o Rio de Janeiro como embaixador da República de Piratiny junto ao governo do Império. E os velhos, gloriosos legionários gaúchos teciam, em torno desse fato, variados comentários. A alguns, docemente sorria a idéia do retorno ao rancho, há tanto abandonado, e à família, mal entrevista, há anos, no intervalo das refregas. Descriam, outros. Que se poderia esperar desse governo, que do Rio Grande se esquecerá sempre, ou dele se lembrará apenas para impor-lhe sacrifícios, vexações de toda a ordem? A submissão absoluta e vergonhosa dos Farrapos? Não a teria ele, certamente, refletiam os soldados farroupilhas, olhando as usas lanças, como se nelas vissem a salvaguarda suprema do seu direito e da sua liberdade. Não pactuariam assim, com desaire e desonra, os chefes impeterritos que durante dez anos tinham emblegado soberbamente a alma heróica do Continente. Estava longe, a paz...

E a noite avançava, na sua ronda de treva e de silêncio. Noite propícia à cobardia das emboscadas, ao imprevisto das surpresas desumanas. Não a aclarava a luz do luar, esse luar aberto e bom que se despenha, como uma benção, sobre as coxilhas gaúchas: nem tão pouco a escuridão era insondável. Ao brilho difuso das estrelas, as coisas todas tomavam formas extravagantes e bizarras, indefiníveis ao mais prescrutador olhar. A pouco e pouco ia morrendo todo o rumor, no campo farroupilha. A respiração ofegante de centenas de homens entregues a um sono profundo de fadiga, perdia-se no espaço, como esquisita cadência. De vez em vez, um pio sinistro de coruja recortava a noite, como agourenta advertência.

E os farrapos dormiam, mais tranqüilos, porque a esperança da paz sobre eles adejava...Entretanto, pela sombra da noite, passava um ruído presago,

confuso, indistinto. Não se ouvia, é certo, o retinir de armas, nem o tropel de patas de cavalos, nem o ruído metálico das barbelas e dos freios; mas alguma coisa avançava, irreconhecível e fantástica, sobre o acampamento.

Na barraca do general em chefe havia luz. À porta, a um lado, Joaquim, o escravo fiel, velava, envolto no seu velho “bichará”. De súbito, a figura hercúlea de Canabarro exsurgiu, cautamente: prescrutou em torno; e deslizou depois, sutilmente, até desaparecer em outra barraca...Joaquim, o velho escravo, seguira atentamente, de olhos bem abertos, o vulto do general, até vê-lo diluir-se na sombra daquela tenda misteriosa...Abanou repetidas vezes, e tristemente, a cabeça; e nesse instante pareceu-lhe ouvir, longínquo, na linha afastada das sentinelas, o estertor de angústia de um homem surpreendido. Soergueu-se nos arreios. Escutou, algum tempo. E depois, caminhando de leve entre os soldados que dormiam ao relento, foi ao lugar em que estava, amarrado à soga, o baio ruano de Canabarro, enfrenou-o e trouxe-o para perto da barraca, quietamente, e quietamente ali ficou, como um cão fiel.

Noite velha. Dormiam os farroupilhas, no sítio desolado e agreste de Porongos. E tão fundo era o seu sono, que a esperança da paz acalentava, que não pressentiram a morte que deles se avizinhava, embuçada na treva e na perfídia.

Súbito, de um dos lados do acampamento, que entestava aí com um pequeno pinheiral, rumorejante à brisa da madrugada, ouviu-se um grito de alarma, seguido de imediato por um surdo rumor de cavalgada, de luta, de entrevero. E sobre o campo dos farrapos caiu o pânico, e a confusão caiu. Os soldados, mal despertados ainda, erguiam-se estonteados, sem compreender bem o que se passava, até que ouviram, da banda de onde viera o alarma, vozes que bradavam, em tom de desespero: - O “Moringue”! O “Fuinha”! Chico Pedro, o temível Chico Pedro, surpreendia enfim, o vigilante Canabarro! Durante quatro noites marchara celeremente, ocultando de dia a sua força nos matos e restingas; amarrara os punhos das espadas e as barbelas dos freios; proibira os soldados de fumar; e assim viera, sorrato e cauto, despertar tragicamente o acampamento, cujo sono uma esperança de paz acalentava...Fidelis Paes, o seu terrível vanguardeiro, suprimindo além, no golpe da surpresa, sentinelas descuidosas, insinuara-se de manso, com tática felina, no campo adormecido: e foi já tendo entre eles inimigos que os farrapos despertaram. Nem todos: muitos deles passaram, sem um gesto, para o sono final. E os que acordavam, na alucinação do trágico momento, ou caíam como heróis, em peleja desigual e rápida, ou viam-se aprisionados, sem tempo sequer de sopesar uma arma. Refluíram, da direita, os farrapos que tentavam ainda combater, em um lance de homérica bravura: e foi então que do lado oposto surgiu o próprio Chico Pedro, à frente de força maior, entre o fragor de descargas sucessivas. Era a surpresa total, o envolvimento do exército farroupilha, a derrota inevitável: chegara a hora

tremenda do “salve- se quem puder”.

Netto, num olhar de águia, relanceou a situação. À frente de seus homens, únicos apercebidos para o prélio, opôs ao inimigo a resistência humanamente possível, assegurando aos demais algumas possibilidades de luta e retirada. Em meio da confusão e da desordem inenarráveis era admirável vê-lo, no dorso do seu brioso douradilho, de espada em punho, na heróica tentativa da salvação de seus irmãos d'armas. Os seus olhos perscrutavam ansiosamente a escuridão: onde estavam Canabarro, João Antônio, generais como ele, cujo aprisionamento, ou cuja morte, seria para a República perda irreparável?

E foi então que o lutador glorioso estacou, emocionado, fremente de orgulho, diante da sagrada grandeza desse sacrifício. Eram os lanceiros negros da República, os escravos humildes do Rio Grande. Havia conseguido reunir-se muitos deles: e à voz vibrante de Teixeira Nunes, o seu legendário comandante, enfrentaram soberbamente o inimigo numeroso e forte. Enfrentaram-no: e sobre esse núcleo de homens o inimigo se despenhou, por muitas vezes, e por muitas vezes recuou, aterrado ante esse assombro de bravura. E enquanto os lanceiros negros, sem pavor da morte, pelejavam, obrigando o atacante a concentrar-se para vencê-los e dominá-los, os farrapos organizavam a retirada dos restos do seu exército.

Joaquim, a ordenança, mal se ouvira o grito de alarma, levando pela rédea o baio ruano, correria para a barraca misteriosa em que, horas antes, desaparecera Canabarro. O General em chefe surgia em breve à porta da barraca. Prestara ouvidos ao tumulto, que crescia, e às vozes distantes; a exclamação: “o Moringue!” chegara até ele. Atônito, dera dois passos à frente, como quem não acreditasse. Um suor de angústia rorejou-lhe a fronte, ao compreender a realidade, a brutal, dolorosa, realidade da situação: deixara-se colher, inerte quase, num ataque de surpresa e via, naquele horrível instante, os seus soldados debandarem, perseguidos como feras, ou inutilmente caírem, em peleja sem esperança. Instintivamente, segurou as rédeas do cavalo, que a ordenança levava. Uma brusca indecisão, porém, tolheu-lhe os movimentos: olhou com aflição para a barraca de onde saíra...Tudo compreendeu Joaquim: correu em busca de mais cavalos, amarrados perto. E não tardou que um vulto de mulher desaparecesse na treva, em precipitada, frustrânea tentativa de fuga. Um oficial, montado, correria para Canabarro: era o seu ajudante de campo, Pereirinha (Antônio Caetano Pereira). Outros seguiram-no. Canabarro cavalgou o seu baio ruano; desembainhou a espada; e atirou-se, a galope, para o lugar em que a gente de Netto, combatendo ainda, retirava em relativa ordem, seguida pelos lanceiros negros de Teixeira, que recuavam lentamente, palmo a palmo, vendendo caro a vida. Em torno, estertores de morte; brados de angústia; ameaças terríveis; choques corpo a corpo; exclamações de vitória; tropel de cavalos; rebrilho de espadas e de lanças; estridor de descargas espaçadas.

Mais de cem cadáveres de republicanos juncavam a terra pedregosa do sítio sinistro de Porongos. Mais de trezentos prisioneiros ficavam entre os legais e, entre eles, cerca de trinta oficiais, e um ministro da República (José Francisco Vaz Vianna, ministro da Fazenda); armamento numeroso, grande cópia de munições, cavahada grande, arquivo, e até gloriosas bandeiras tricolores, constituíam os troféus da vitória dos caramurus. Batido, destroçado, o exército farroupilha, reduzido a menos da metade, afundava no mistério da noite. Era um fantasma que infundia medo, sem embargo da derrota: não o perseguiu o inimigo triunfante, cujo maioral astuto (Moringue) escreveria mais tarde que não o fizera por estarem estranzilhados (estafados) os cavalos das forças legais.

Nota do organizador: conforme Alfredo Ferreira Rodrigues: “Nesse mesmo dia (Canabarro) oficiou a Caxias, declarando estar disposto a continuar de novo a luta, em vista do inesperado ataque de Chico Pedro, exatamente quando ele estava cuidando da partida dos negociadores da paz. Caxias, admirando a arrogância e a altivez daquele homem que, não se querendo confessar vencido, abria mão da paz pactuada...”

O CARTEL DO FARRAPO

Ao meio-dia de 14 de novembro de 1844, na recosta de uma coxilha, no município de Piratini, Davi Canabarro, general-em-chefe das forças farroupilhas, contemplava silenciosamente os destroços do exército da República de Piratini. Não era mais um acampamento. “Aduar de ciganos”, o chamaria alguém. Uma aglomeração desordenada de homens. Poucos fogões acesos, onde se assava um ou outro pedaço de carne. Na retirada precipite e tumultuosa, tudo se extraviara e tudo se perdera. Os vencidos iam, pouco a pouco, reunindo-se naquele sítio, em que aguardariam a chegada da gente de João Antônio, que menos sofrera no desastre, que seria o núcleo da recomposição do exército farrapo, e que estava mui próxima. Canabarro olhava silenciosamente a cena. A seu lado, pensativo, o general Netto, a si mesmo perguntando o que faria, em face da derrota tremenda, o comandante-em-chefe. Na fisionomia expressiva e rude de Davi exteriorizavam-se claramente as emoções de sua alma. Se revelava um sofrimento concentrado e fundo, revelava também uma resolução firme, quase feroz.

- Tinha razão, general Netto. Deixei-me pegar, como um recruta.
- Na guerra, como na guerra (sic). Todos nós estamos sujeitos a um revés.
- Tive culpas. Não as nego. Descansei demais na boa fé dos caramurus: não se poderia esperar um ataque de surpresa quando já estávamos em negociações de paz. Mas se o Caxias pensa que nos mete medo, e que lhe vamos pedir misericórdia, engana-se. Chamou um de seus ajudantes; e determinou que se expedisse imediatamente ao Barão de Caxias o seguinte ofício:

“O exército republicano tinha sido atacado de surpresa, no Serro de

Porongos, e destroçado, justamente na noite em que os farrapos, acreditando na lealdade do adversário, viam o seu emissário, no acampamento, preparando-se para seguir para o campo inimigo, a ultimar entendimento de concórdia; vencidos os republicanos, em encontro de tanta monta, pareceria que aceitavam a paz forçados, incapazes de continuar a resistência e a luta; os republicanos do Rio Grande, porém, fossem quais fossem as circunstâncias em que se encontrassem, não pediriam benevolência ou piedade ao governo do Império; em tais condições, o general-em-chefe dos farroupilhas declarava ao comando superior do exército legal que tinha por terminadas e rotas as negociações de paz entabuladas, e que as operações de guerra seriam desde aquele momento intensificadas”.

Foi este o soberbo cartel de desafio lançado ao Império do Brasil por Davi Canabarro, no dia 14 de novembro de 1844, de uma encosta de coxilha, no município de Piratini, à frente de 200 gaúchos, quase desarmados, quase a pé! E o Império recuou, assombrado, deixando na arena o guante desses heróis: Caxias, mais uma vez monologando, que homens de tal porte nunca seriam submetidos pelas armas, respondeu a Canabarro que o ataque se fizera porque não se ajustara nenhuma suspensão de armas; que Chico Pedro não tinha conhecimento das negociações iniciadas; e que ele, Caxias, estava disposto a continuar o entendimento, nas mesmas bases e condições estabelecidas antes da surpresa de Porongos - réplica que evitou a ruptura do acordo, e permitiu a viagem de Antônio Vicente da Fontoura ao Rio de Janeiro.

Assinado o ofício, que Netto aprovou com alegria, Canabarro dispôs que se mandasse ordem a todas as partidas republicanas para se reunirem em um ponto dado; e que se desse ciência a Bento Gonçalves do ocorrido, para que este operasse também a junção da sua força.

-Mal chegue o João Antônio, vamos sair em perseguição do “Moringue”, general. Elle fez muitos prisioneiros e terá que dividir a sua gente, para tirá-los de perto de nós. E aí lhe cairemos em cima. O desastre parecia ter infundido novas energias em Canabarro. Desdobrava-se, incansável, a sua atividade. Nunca parecera tão confiante, tão seguro de si, do que nesse dia, que todos suporiam de desconforto e desânimo. Era realmente de bronze a vontade desse homem. Pereirinha fez-lhe o balanço da derrota. Mais de cem mortos; cerca de trezentos prisioneiros, afora aqueles que porventura tivessem logrado escapar-se e que viriam, lentamente, reunir-se ao exército; grande cópia de armamento e munições; arquivo; cavahada...

- Com a chegada do João Antônio, e de outros grupos, nos rebuscaremos de tudo que nos falta. Hoje mesmo teremos de marchar.

- Entre os prisioneiros, ficaram o cirurgião João Duarte e a mulher, ajuntou, com alguma malícia nos olhos, o ajudante de campo. Quase imperceptivelmente, Canabarro estremeceu.

Mais carrancudo, depois de breve pausa, acrescentou: -Nada lhes acontecerá. O

Duarte é esperto...

Em um alto próximo, surgiram cavaleiros: avançadas de João Antônio. A elas se seguiu, em breve trecho, o grosso da força, em marcha acelerada, que os farrapos, aqueles indômitos soldados, receberam com “vivas” e aclamações alegres. E Canabarro, com Antônio Netto e o general recém vindo, esteve combinando os planos da campanha que se ia reiniciar, com entusiasmo e atividade maior, embora o desastre que todos acreditariam fatal para a República. Têmpera de aço, a dos varões de 35!

Nota do organizador: conforme Felix de Azambuja Rangel, ajudante de campo de Chico Pedro: “Canabarro deixou no campo 300 prisioneiros e, entre eles, um indivíduo de nome João Duarte, (...) com sua mulher e duas canastras, a quem Chico Pedro deixou ir-se, por haver dito ser o médico das forças de Canabarro”.

NÃO CONVÉM MULHERES...

À meia-tarde desse mesmo dia, lentamente se aproximava do sítio em que tinham concentrado os farrapos, uma carretilha - aquela carretilha que acompanhava o exército republicano, ao início desta narrativa, nas margens do Sarandy. Dentro dela, João Duarte e Maria Francisca. Havia caído prisioneiros das forças imperiais. A tentativa de fuga, que o negro Joaquim propiciara, frustrara-se de todo: perdidos na confusão e na treva, tinham ido parar justamente às mãos do atacante.

Quando aclarara o dia, Chico Pedro, percorrendo o campo do combate, surpreendera-se vendo aquele casal, melancolicamente postado junto a uma canastra. Perguntara quem era. E João Duarte lhe respondera ser o cirurgião das forças de Canabarro, o que foi confirmado por outros prisioneiros. O terrível “Moringue” meditou por instantes: lembrou de que lá, entre os vencidos, haveria feridos, carecendo de assistência. E afinal, na sua voz aflautada e fina, gritara ao farmacêutico: - Pois se é cirurgião, vá tratar dos feridos da sua gente. Está solto: vá embora. João Duarte não esperara segunda ordem: reapossou-se rapidamente da sua carretilha, nela meteu a mulher e as canastras e afastou-se imediatamente de Porongos, na direção aproximada que os farrapos tinha tomado. Adiante, fácil lhe foi obter informações. E a ele se agregaram mesmo alguns fugitivos, que se tinha atrasado.

Ao embarque das canastras não se opusera ninguém, no acampamento legal, na suposição de que elas contivessem medicamentos, ou objetos pessoais do cirurgião e de sua mulher. Horas depois, quando se tornara impossível qualquer perseguição, um oficial republicano, em tom de gracejo, disse a Chico Pedro: - Coronel, o Sr. Mandou embora o cirurgião e deixou que ele levasse as canastras? O futuro Barão de Jacuí confirmou. - Pois antes deixasse ir a mim, do que aqueles baús: neles estava grande parte da correspondência do General Canabarro. Praguejou o Moringue, dando-se aos diabos pela inadvertência. Em um gesto que era habitual, bateu repetidas vezes com o pé direito no chão. Olhou

ainda, com uma derradeira esperança, a linha do horizonte. Era tarde. E Chico Pedro gracejou também, com o seu alegre prisioneiro: - Eu devia mandar bota-lo nas quatro estacas, por me ter informado tão foras de horas. Prefiro, porém, mandar dar-lhe um churrasco: vocês, os rebeldes, andam meio desbarrigados. João Duarte, que entregara as rédeas da parelha a um dos soldados fugitivos que se lhe ajuntara, ia rindo sozinho da peça que pregara ao "Fuinha". Se este adivinhasse quantos papéis de importância estavam ali, naquelas duas canastras...E antegozava a satisfação de Canabarro, quando ele lhe restituísse aqueles documentos, salvos do naufrágio pela sua astúcia. Ia triste, Maria Francisca. Uma sombra de apreensão velava os seus olhos negros e profundos. Respondia por monossílabos às indiscretas expansões do marido. E fechava-se em grande mutismo, olhando vagamente a paisagem, a desolada paisagem daquele recanto do Rio Grande.

Canabarro salvara-se. Ouvira, no campo legal, que nenhum dos generais republicanos ficara prisioneiro. Pensara-o perdido, naquele instante terrível em que ele saíra da sua barraca, e dos seus braços, para a confusão e para o tumulto indescritível daquele furioso combate na treva. Salvara-se, do inimigo. Para ela é que talvez estivesse para todo o sempre perdido. Compreendia nitidamente a situação delicada em que, há muito tempo, se encontrava. A má vontade, a antipatia dos farrapos, que à sua influência atribuíam certas fraquezas, certas negligências e desacertos de Canabarro. Era cada vez maior, mais evidente, mais agressiva. Canabarro, até então, resistira às alusões, às indiretas de seus companheiros de armas, conservando-a a seu lado. Ainda o faria, agora? A surpresa de Porongos fora golpe doloroso e profundo, de conseqüências enormes. Ela assistira à remoção dos cadáveres de republicanos, que excediam de cem. Ela vira o número extraordinário de prisioneiros de prisioneiros. E destes sentira, cravados nela, olhares de aversão e de ódio, como se a responsabilizassem pela derrota. Tal sentimento deveria estar, mais do que nunca, generalizado entre os farroupilhas. E o capítulo de acusação tornava-se agora tremendo, indestrutível.

E Davi? Que estaria passando na alma rude e violenta do caudilho? A sua fama de guerreiro era a coisa que mais prezava. De todos os chefes republicanos, era ele o único que não fora, até a véspera, colhido de surpresa pelo inimigo. Envaidecia-se com isso. E porque adormecera sobre o seu seio perfumado e quente esmorecera na atividade e na vigilância e deixara que um adversário manhoso infligisse aos farrapos uma derrota sangrenta! A consciência da sua responsabilidade deveria doer-lhe amargamente. Ela imaginava a revolta que estaria bramindo na alma impetuosa e bravia do amante. E Maria Francisca tinha medo. Já se divisava, perto, o lugar em que os farrapos tinham acantonado. Havia, entre eles, grande animação. Piquetes encostavam a cavallhada, que João Antonio levava, bem como outras pequenas partidas, que já se tinha reunido. E os

legionários da República, sonhando com desforra próxima, aprestavam-se febrilmente para iniciar a marcha. As previsões de Canabarro tinham se realizado, informavam os esculcas: Chico Pedro dividira a sua força. Parte dela seguia para Pelotas, conduzindo os prisioneiros. A outra parte, comandada pessoalmente pelo Moringue, tomara a direção de Piratini. Sobre esta iam atirar-se os farrapos. E ardiam pelo ajuste de contas com o famigerado Chico Pedro.

Canabarro dava as suas últimas ordens quando o cientificaram de que João Duarte chegara. Durante alguns minutos, caminhou sombriamente de um lado para outro. Mandou, afinal, chamar o cirurgião. E, em tom seco e breve, disse-lhe que as forças republicanas, diminuídas como estavam, e cercadas pelo inimigo poderoso, iam começar uma série de marchas forçadas, violentas. E, assim, deveria ele, na primeira povoação que passassem, deixar a sua mulher, que não poderia acompanhar o exército nas suas rápidas evoluções. Fisionomia fechada, num grande esforço íntimo, o general arrematou, quase desabridamente: - Não convém mulheres no acampamento. E dê lembranças à “dona”.

MORTE DE HERÓI

Em torno do fogão aglomeravam-se, indistintamente, oficiais e soldados. No rosto de todos, curiosidade e tristeza. No rosto de todos, curiosidade e tristeza. Sobre as brasas, a chaleira “chiava”. E duas cuias corriam a roda, com um chimarrão de topete. E o oficial farrapo, ajeitando o braço ferido, contou: - Não foi longe daqui. Ali, sobre o “Chasqueiro”, quase no passo. Tínhamos feito, sem novidade, a diligência que o general mandara. Na serra do “Padre Doutor” tinha se peleado um pouco. Coisa de nada. E já se vinha de volta, trazendo cavalhada boa. O Cel Teixeira, montado no lubuno, vinha calado e sisudo, como era jeito seu. Conversavam alguns que ele não queria saber de pazes com os caramurus. Não sei, mas o homem andava meio triste, meio esquisito. Alguma coisa, decerto, lhe bacorejava por dentro. Como o acampamento estivesse perto, ninguém pensava em encontrar inimigo por aquelas bandas. Pois o sotreta do Moringue estava nos espiando, dos matinhos, do arroio. E quando começamos a descer a coxilha, que dá para o passo, um bandão de imperiais se despencou por cima de nós, levantando polvadeira. Era gente “pra mais do pedido”. O chão tremia, nas patas dos cavalos. O coronel fechou a cara. Retirar, não se podia mais: gente de todo o lado. O remédio era brigar. Parada ruim, aquela. Um contra quatro. E nós, desprevenidos. Ninguém fugiu: a nossa gauchada botou mãos nos ferros e ali ficou, rodeando o coronel, pronta para “agüentar o tirão”. Teixeira me chamou e me disse: - Capitão, estamos mal. Eu vou pelear enquanto der, e você veja se pode ir se esgueirando, para salvar a cavalhada. Nem acabou de dar a ordem. Os imperiais já estavam misturados. E o entrevero se fechou. O coronel pegou da lança, levantou o lubuno no freio e se atirou contra o inimigo. Parecia um temporal, caramba! A lança do homem alumiava e abria claro nos galegos. Não houve um tiro: pura arma branca! E cada lançaço, e cada golpe de espada, de

estrompar um boi. Peleou-se de verdade. Os farrapos estavam como aspa de boi brazino: não se entregavam. Morriam ali, no duro, como homens de vergonha. E de vez em quando se via passar como um corisco o lubuno do coronel, no meio da desordem, e uma lança que alumiava. Parada ruim aquela: não havia coragem que chegasse. Até das macegas saía caramurú. E a nossa gente, no sacrifício, diminuindo, mermando... A voz daquele valente tremia de emoção represa. Um silêncio grande, solene, envolvia o grupo. As cuias de mate estavam esquecidas nas mãos dos ouvintes atentos e comovidos.

- Foi então que eu vi, pela última vez, o meu coronel. Um grupo de imperiais caiu sobre ele. Cercaram-no. E o homem, em cima do lubuno, se defendia como um tigre. O Manduca Rodrigues foi se chegando, se chegando, sorrateiro. Eu entendi o plano daquele maleva e cerrei esporas no cavalo para ir morrer com o meu comandante. Não pude. Quebraram-me o braço, lanceram-me o pingo e eu tive de ir recuando o brigando, para não cair nas mãos inimigo. Fui recuando, e fui vendo.

Vocês se lembram daquele negro alto cheio, de corpo, que era da confiança do coronel? Preto macanudo, de mais brio que muito branco. Quando viu o chefe cercado pelos caramurus, lançou-se contra eles como uma fera, e deu o que fazer. A dentadura do negro rebrilhava, no sarilho. E antes que o matassem, mandou vários para o outro mundo. De nada valeu. Estava escrito aquilo. Não tinha volta. O Manduca Rodrigues foi se chegando. Teixeira percebeu. Acuado como estava, tentou ainda atirar o lubuno para o lado dele. A lança se quebrara. E era de espada que o homem peleava, levando por diante os galegos. Parecia que tinha breve... Vi ainda, naquele entrevero doido, a cara do coronel. Tinha um riso escarninho, de provocação e de desprezo. Quando ele virou-se para um lado, o Manduca atirou-lhe a lança, firme e direita. O coronel retorceu-se, ferido. E a um prisco do lubuno, caiu do cavalo. Choveram os imperiais em cima dele. Em um último arranco, o homem se ergueu, cheio de sangue, e o inimigo mais perto conheceu ainda o fio da sua espada. Furiosos, desesperados, os caramurus gritavam: mata, mata! Não vi mais nada. Com o coração apertado, fui recuando e brigando. O oficial farrapo calou-se. E, na sombra do grupo, um gaúcho emocionado disse: - Morreu como um homem, o coronel Teixeira. Morte assim é de fazer inveja!

DERROTA DE CANABARRO NO CERRO DOS PORONGOS

(Excerto do livro de Luigi Nascimbene, Capítulo III, pág. 244)

Aquela depois, pela qual depois os imperiais mais se envaideceram, de 14 de novembro de 1844, no Cerro dos Porongos, onde Canabarro, sendo o general líder, pouco prático daquele lugares, não conseguiu, naquela marcha noturna, chegar onde tinha planejado, tendo errado o caminho. Por causa disso, ao alvorecer, com a gente cansada, enquanto dava-lhes confortos, foi inesperadamente atacado pelo inimigo, levando os republicanos a pior, derrotados

ficaram aqueles invencíveis corpos dos liberais, que jamais perderam alguma ação, por desigual que fosse.

DEFESA DE CANABARRO PELA AÇÃO DE PORONGOS

Destas derrotas vale fazer menção, porque conhecida por todos a invencibilidade destes bravos, era um tanto suspeita os atos de Canabarro pelas suas freqüentes relações com o Barão de Caxias, surgindo em muitos a dúvida que por traição fosse acontecido aquele caso, mas eu me certifiquei nos mesmo lugares com os chefes republicanos que participaram daquele conflito e com outros também contrários ao Canabarro, e não teve nenhum tipo de suspeita, embora se fale de uma carta, a qual eu não vi, e nem consegui certificar-me da sua existência, posso porém garantir de ter conhecido intacta a honradez de Canabarro entre as pessoas de ambos os partidos, isto vale para conservar o seu crédito.

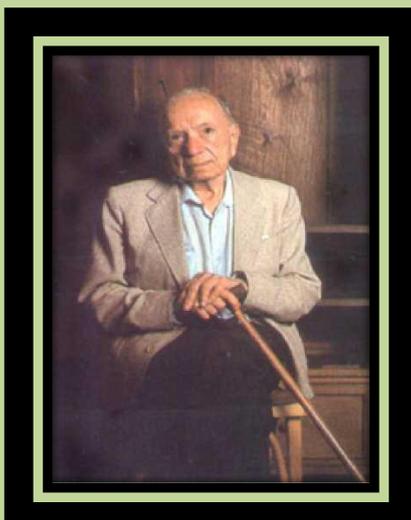
Nota do editor: Luigi Nascimbene era italiano. Foi doutor em Física Matemática, engenheiro e arquiteto hidráulico, além de membro da Direção de Pontes e Estradas de Milão. Este trabalho foi realizado por volta de 1850, em Montevideo, e faz parte de um trabalho bem maior: “História de La América Meridional”, publicado em Paris em 1860. Nascimbene veio para Buenos Aires em 1829, permanecendo viajando pela região do Prata até 1854, período em que esteve no Rio Grande do Sul, época da Revolução Farroupilha, quando pode observar aquela revolução e escrever sobre ela. A tradução foi feita pelo Irmão Elvo Clemente, da PUCRS, e a obra foi publicada pelo Governo do Estado do RS, com a parceria do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), em 2002...

Luiz Ernani Caminha Giorgis (Organizador e Editor)
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DOS VINTE ANOS DO IHTRGS

Nº 32 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

O ESPÍRITO MILITAR DO POETA MÁRIO QUINTANA



O poeta Mário Quintana estudou como interno no Colégio Militar de Porto Alegre, onde foi Cabo de Esquadra de Infantaria do Batalhão Colegial e depois soldado voluntário do atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado, de Santa Cruz do Sul, para participar da vitória da Revolução de 30 e de sua consolidação na Capital Federal. Em sua infância, em Alegrete, e adolescência no Colégio Militar de Porto Alegre (1919-23), vivenciou as fortes emoções das revoluções de 1893, 1923 e 24, que envolveram e tiveram forte impacto em Alegrete, bem como as histórias de seu heróico avô, o Capitão Médico do Exército Cândido Manoel de Oliveira Quintana, herói da Retirada de Laguna na Guerra do Paraguai e tronco da família Quintana em Alegrete. Perguntado qual o epitáfio que teria sido ideal para si o poeta respondeu: *"Morreu heroicamente em ação, ao comando do Marquês de Caxias, na conquista da Ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868"*.

Cel Cláudio Moreira Bento
Presidente da AHIMTB e do IHTRGS

O COMBATE DE PORONGOS - UM ASSUNTO QUE JÁ HAVIA TRANSITADO EM JULGADO NO TRIBUNAL DA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Cel Cláudio Moreira Bento(X)

Tem dominado a Mídia contemporânea no Rio Grande do Sul, a tese de que Davi Canabarro traiu os guerreiros negros, infantes e lanceiros negros farrapos, no Combate de Porongos. Tese baseada em um ofício forjicado, num quadro de guerra psicológica e que alguns escritores rio-grandenses equivocadamente afirmam que o Barão de Caxias teria enviado ao guerrilheiro imperial Ten Cel GN Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro ou Moringue) do qual, salvo melhor juízo, pioneiramente, ensaiamos a biografia em **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**, Brasília: IHTRGS/EGGCF, 1989, com apoio, em parte, em abordagem do General Souza Docca e no magnífico **Campos Realengos**, do falecido historiador Raul Pont, que foi membro do IHTRGS.

Abordagens estas sem o direito de resposta, ou do contraditório, que nos foi negado, predominando a tese de traição de Canabarro, tão celebrada, a ponto

do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Regional do RGS, sediado no Solar que pertenceu ao Conde de Porto Alegre, haver organizado um Concurso para um monumento em Porongos. Falsa tese que até se projetou no magnífico Programa Globo Rural, ao este abordar o combate de Porongos, na série de excelentes reportagens sobre Tropeirismo de Mulas. Tese citada que na obra a seguir, por um equívoco de seu autor, sem mencionar a obra e o local onde eu teria afirmado ser ela procedente ou verdade histórica. Possivelmente por haver lido ou escutado alguém insistente em colocar na minha pena palavras que eu disse e que não escrevi. Minha tese, que reproduzo ao final, é inteiramente contrária àquela que o historiador José Machado Leal em seu livro, que muito apreciei: **Rio Grande do Sul - história e tradições** (Porto Alegre: Evangraf, 2006) afirmou como minha opinião, à página 65:

“Segundo Cláudio Moreira Bento, a página que mais envergonha a história rio-grandense é a traição de Porongos, quando a tropa fora desarmada por ordem do comando alegando suspeita de traição...”

Página mais vergonhosa foi o massacre por degola de inermes republicanos por federalistas em Rio Negro na Revolução de 93 e o massacre, depois, de federalistas inermes por republicanos, em Boi Preto, na mesma Revolução. Agora, o membro-efetivo da Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, da AHIMTB no Rio Grande do Sul, o historiador César Pires Machado, em plaqueta: **Canabarro em Porongos - diversas abordagens** (Porto Alegre: Est Edições, 2006), lançado em reunião da AHIMTB/IHTRGS em 21 de junho de 2006 no Colégio Militar de Porto Alegre, rebateu a falsa tese de traição, com precisão inquestionável, com o apoio em Alfredo Ferreira Rodrigues (1898-1901), Alfredo Varela (1889 e 1933), Walter Spalding (1934), Othelo Rosa (1935), Fernando Luiz Osório (1935), General Augusto Tasso Fragoso (1938), Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan, General Morivalde Calvet Fagundes (1984), Ivo Caggiani (1992), Moacyr Flores (2004), Raul K. M. Carrion. E, a nosso pedido, deixou de fora nossas opiniões, que a seguir reapresento. Ele inicia a sua introdução escrevendo: “As rivalidades estabelecidas entre as lideranças republicanas, a exaustão dos recursos por endividamento interno e externo e irrepreensível insatisfação popular, com a continuação da revolução que já durava quase 10 anos, eram alguns acontecimentos que vinham prenunciando o epílogo da Revolução”.

Foi nesta fase, e logo depois do insucesso na conquista de São José do Norte, ao que nos parece, foi que entraram em cena *“os demônios de todas as revoluções”*, um bando confuso atrás de um responsável. E o eleito foi Davi Canabarro. E o General Morivalde Calvet Fagundes, sobrinho do General Souza Docca, assim definiu os demônios das revoluções, com base num autor estrangeiro cujo nome não lembrou com segurança:

“Toda a ação revolucionária carrega em seu bojo os elementos da sua

própria destruição, como sejam as contradições, as insatisfações, os desejos divergentes, as ambições incontroláveis, a calúnia, a inveja etc”.

E este quadro, penso, havia se instalado no seio da Revolução Farroupilha, ao ponto de ser transferido para Canabarro, por seu reconhecido valor militar, o Comando do Exército, sendo antes obrigado a ingressar na Maçonaria, como o comprovou seu biógrafo e parente Ivo Caggiani em seu livro **“Canabarro”**. E a carta forjicada, ou forjada por Chico Pedro de Abreu, visava minar o comando de Canabarro, para o indispor com os farroupilhas, pelo mesmo ser considerado o único, no momento, capaz de liderar, como consumado guerrilheiro gaúcho, a reação farrapa. E cumpriu o seu papel.

César Pires Machado baseia a sua tese, da não traição de Canabarro, nas declarações de Alfredo Ferreira Rodrigues no seu **Almanaque** de 1901, com as quais, em 1933, Alfredo Varela concordou em sua extensa obra **História da Grande Revolução** - por convencido da inocência de Davi Canabarro. Historiadores contemporâneos não atentaram para isto. Ou não quiseram, segundo o autor César.

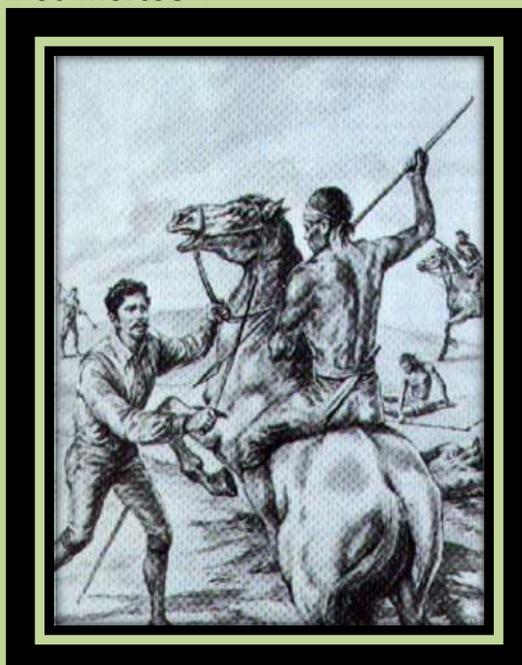
Estes dois autores, por si só, justificam a inocência de Davi Canabarro, que historiadores gaúchos contemporâneos insistem, na falsa tese de traição de Canabarro, o que contaminou e dominou grande parte do Rio Grande do Sul, a ponto de se inaugurar um monumento aos Lanceiros Negros em Porongos, em Pinheiro Machado, no contexto de uma manipulação da História, acusada por alguns de ideológica! Lanceiros Negros que começamos a exaltar em 1971 em nosso livro **A Grande Festa dos Lanceiros** (Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971), obra que aborda a inauguração do Parque [Histórico](#) Marechal Luiz Osório onde, motivado pela presença ali de réplica do lanchão farroupilha Seival, tratamos da participação dos **Lanceiros** na República Juliana e nesta, entre seus participantes, do canguçuense Cel Joaquim Teixeira Nunes em “Um lanceiro republicano farrapo e os seus comandados” e “Os Lanceiros negros farrapos e a Abolição”, etc.

Ao estudá-los, à luz da Arte e Ciência Militar achamos, na sua forma de atuação, uma solução originalíssima, como uma forma hoje reservada a ataques de blindados. E continuamos estudando e divulgando a sua atuação que visava, de lança em punho, consolidar suas liberdades nos campos de batalha.

Em 1972, como adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do seu Estado-Maior, participamos da elaboração da **História do Exército Brasileiro-perfil militar de um povo** (Rio de Janeiro, EME, 1972, 3v), onde sugerimos uma homenagem aos bravos lanceiros negros gaúchos, os quais, por sua resistência a todo o custo salvaram, em Porongos, sob a liderança do Cel Joaquim Teixeira Nunes, à causa da Revolução Farroupilha, possibilitando que ela continuasse até a paz honrosa de Dom Pedrito. E pedi à minha senhora que fizesse alegoria sobre a resistência dos lanceiros negros em Porongos, sob a liderança de seu comandante Cel Joaquim Teixeira Nunes. Alegoria que foi publicada no volume 2 da citada **História do Exército**, pagina 478, com a

seguinte legenda:

“Neste encontro, os lanceiros negros farrapos, ao comando de Teixeira Nunes, salvaram o Exército Farrapo do desastre total e juncaram o campo de batalha com 80 mortos”.



O próximo passo foi abordá-los em nossos livros, premiados no Biênio da Colonização e Inspeção do RGS em 1975:

- **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS, 1635-1879** (Porto Alegre: A Nação S.A. / Instituto Estadual do Livro, 1975): 2º lugar;

- **O Negro e descendentes na Sociedade do RGS, 1635-1975** (Porto Alegre: Grafosul / IEL, 1975): 1º lugar, e 1º prêmio em Concurso Nacional.

Livros ora reproduzidos e distribuídos, em fascículos, pela Universidade de Caxias do Sul por iniciativa do ilustre acadêmico da AHIMTB professor Mário Gardelin, membro efetivo do IHTRGS. Este último foi prefaciado, a nosso convite, pelo ilustríssimo afro-brasileiro Deputado Carlos Santos, que chegou a governar interinamente o Rio Grande do Sul, de igual forma que o líder farrapo afro-brasileiro Cel José Mariano de Mattos, como o ilustre afro-brasileiro Alceu Colares governou o Rio Grande por eleição. Mais tarde, em artigo, em Fev1993, p. 10 do **Diário Oficial - Leitura**, de São Paulo, o escritor Mário Maestri, que tem defendido a traição de Canabarro em Porongos, destacou que nosso livro, ao lado da obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso eram os dois melhores trabalhos sobre o negro no RGS.

Em 1983 produzimos **Canguçu, reencontro com a História - Um exemplo de reconstituição de memória comunitária** (Porto Alegre: IEL, 1983), com prefácio de Luiz Carlos Barbosa Lessa, o filósofo do tradicionalismo gaúcho, no qual biografamos o Cel Joaquim Teixeira Nunes e o Ten Farroupilha Manoel Alves Caldeira que foram: o comandante do Corpo de Lanceiros Negros e o porta-bandeira do mesmo corpo no vitorioso combate de Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, sobre o qual, nos seus 150 anos, em Encontro do IHTRGS, em Rio Pardo, lançamos plaqueta intitulada **Sesquicentenário do combate de Rio Pardo** (Rio de Janeiro: IHTRGS, 1988). Trabalho que se constituiu numa análise pioneira do mesmo, à luz de fundamentos e princípios da Arte Militar. Trabalho reproduzido

no segundo volume de nosso **O Exército farrapo e os seus chefes**, junto com o combate do Seival com o mesmo enfoque. Obra a abordar adiante.

E hoje Teixeira Nunes, considerado pelo General Tasso Fragoso como a maior lança farrapa, e mais o Ten farrapo Caldeira, foram consagrados como patronos de cadeiras da Academia Canguçuense de História. O primeiro, por natural de Canguçu e o segundo, natural de Cerrito e por haver residido em Canguçu depois da Revolução Farroupilha, onde fundou no interior um Clube Republicano. E ali ele escreveria suas **Memórias** sobre a Revolução Farroupilha e publicadas em parte pela **Revista do IHGRS** em 1921, usadas por diversos historiadores pioneiros desta Revolução: Alcides Mendonça Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinino de Almeida. No meu caso, tirei real proveito de suas análises judiciosas sobre o verdadeiro perfil dos líderes militares farrapos no citado **O Exército Farrapo e os seus chefes**.

Em 20 de setembro de 1985, no sesquicentenário do início da Revolução Farroupilha, lançamos edição especial do evento, bastante ilustrada no **Diário Popular** de Pelotas, que fez a seguinte chamada: *“Uma edição para ficar na História. Guarde-a para seus filhos ou netos, lembrando o ano 2035. Edição com 23 páginas com 50 ilustrações”*.

Em 10 de setembro de 1986, centenário do combate de Seival, fundamos em memorável e concorrida cerimônia, no auditório da Escola Técnica Federal em Pelotas, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), com a finalidade *“de levar a efeito mutirão permanente, visando a preservação, a pesquisa, o culto e a difusão, com a maior penetração popular, da história, tradições e folclore do Decênio Heróico, com o concurso governamental, de empresários, comunidade em geral, historiadores, tradicionalistas e folcloristas rio-grandenses”*.

E isto ele vem realizando há 20 anos, através de encontros em municípios gaúchos, e agora divulgando seus trabalhos através de seu informativo **O Gaúcho**, mas sem apoio da mídia gaúcha, a não ser do jornal **Tradição**, ao tempo do saudoso e incansável tradicionalista Edson Otto, e mais, do **Diário Popular** de Pelotas, ao tempo de Clayr Rocheford e ainda do **Platéia** de Sant’ana do Livramento, ao tempo de Ivo Caggiani. Os três, membros-efetivos do IHTRGS, lamentavelmente falecidos.

Em 1988, no centenário da Abolição, participamos de um concurso literário, promovido pela Biblioteca do Exército sob o título **O Exército e a Abolição**. Tiramos o primeiro lugar e nosso trabalho foi publicado na revista **A Defesa Nacional**, com destaque na sua capa e em seu nº 738, Jul/Ago 1988, às p. 7/30. Sobre o referido trabalho, proferimos palestra no IHGB, em 20 de abril de 1988, no contexto do Simpósio promovido sobre a Abolição. Recordo que a seção foi presidida pelo General Edmundo de Macedo Soares, então historiador, e que fora o construtor da CSN em Volta Redonda, e desta cidade. Foi a sua última aparição pública pouco antes de falecer.

Dentre as nossas sete conclusões sobre o tema reproduzimos as seguintes: 1ª - Que a contribuição do negro e seus descendentes foi maciça, marcante e efetiva no campo militar, para ajudar a integrar os brasileiros num país

de dimensões continentais, cristão, e talvez a maior democracia racial, em que pese detectar-se, vez por outra, sem justificação científica, manchas de preconceito, de discriminação racial e até de racismo.

2ª - Que apesar das manchas mencionadas, a situação do Brasil é invejável, a concluir-se de Arnold Toynbee que foi considerado o maior historiador ocidental. Em **A Sociedade do Futuro** ele escreveu:

“A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo veja o exemplo do Brasil, México, Paquistão e Havaí e venha a abandonar este preconceito em relação às diferenças raciais”.

Foi neste contexto que a contribuição militar dos lanceiros negros farrapas foi efetiva para uma paz honrosa e para a projeção da República Rio-Grandense na nossa centenária República Brasileira.

E com apoio em Henrique Oscar Wiedersphan em **O Convênio de Ponche Verde**.(Porto Alegre: IEL, 1979), a 5ª conclusão:

5ª - Que o Duque de Caxias, atual patrono do Exército e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, é um destacado pioneiro abolicionista. Isto por haver assegurado a liberdade, ao final da Revolução Farroupilha, por sua conta e risco, contrariando instruções superiores, a 120 lanceiros. Ação que Caxias praticou 43 anos da Lei Áurea.

Durante todo este tempo não havia ressurgido a falsa tese da traição de Canabarro em Porongos. E, caso tivesse havido traição, desmoronaria o orgulho nativista pela Revolução, por estarem presentes naquele episódio várias outras lideranças farrapas que seriam co-responsáveis pela traição e não são citadas. Foi em 1991 que publicamos a obra **o Exército Farrapo e os seus chefes**. (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991. 2v). Baseamo-nos, em grande parte, em dados inéditos colhidos nos 12 preciosos volumes dos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Nele evocamos, com maiores dados, lideranças farrapas esquecidas, como os já citados Cel Teixeira Nunes, Ten Manoel Alves da Silva Caldeira e Cel Joaquim Pedro Soares, este veterano nas lutas contra Napoleão na Península Ibérica, o qual, em realidade, foi quem dispôs as tropas em Seival para o jovem de 33 anos, Antonio de Souza Netto. E foi quem sugeriu, organizou e comandou inicialmente os Lanceiros Negros em Seival. Batalha esta vencida pela Brigada Liberal de Netto, que resultou da transformação do Batalhão da Guarda Nacional do amplo e novel município de Piratini. Brigada constituída de % de guardas nacionais do Piratini -sede, % do distrito de Canguçu, % do distrito de Cerrito e % do distrito de Bagé (até o Piraí). Distritos que se tornaram os atuais municípios de mesmo nome. História é verdade e justiça. Esta é a verdade histórica!

Ao final estudamos, à luz dos fundamentos da Arte Militar e pioneiramente as vitórias farrapas de Seival e Rio Pardo onde brilharam os lanceiros negros. Em

1994 abordamos o assunto na **História da 3- Região Militar - 1808-1889 e Antecedentes** (Porto Alegre: 3ª RM, 1994).

Em 2003 publicamos a obra **Caxias e a Unidade Nacional** (Porto Alegre: AHIMTB, Metrópole, 2003), em comemoração aos 200 anos de Caxias, patrono do Exército e da nossa Academia e que presidiu o Rio Grande do Sul por duas vezes, onde realizou administração memorável estudada por Walter Spalding e Moacyr Flores e que reproduzimos e ampliamos no citado **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**.

Em **Caxias e a Unidade Nacional** tratamos destes assuntos sobre os lanceiros negros farrapos e consideramos Caxias pioneiro abolicionista, 43 anos antes da Lei Áurea. Isto por haver Caxias, segundo Wiedersphan em seu **Convênio de Ponche Verde**, assegurado a liberdade aos escravos que haviam lutado em troca de sua liberdade no Exército Farrapo e os incorporados como livres à Cavalaria Ligeira do Exército destacada no Rio Grande do Sul. Abolição, vale lembrar, provocada pelo Clube Militar sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, há pouco egresso da Presidência do Rio Grande do Sul, onde liderou a Questão Militar, e por protestar pelo uso do Exército como capitão-de-mato. Mas os efeitos “dos demônios das revoluções” mencionados no início, com apoio na carta forjada por Chico Pedro, intrigando Canabarro com os farrapos, numa bem sucedida operação de guerra psicológica, como hoje seria classificada, continuaram atuando até hoje, inclusive como instrumento de manipulação político-ideológica, diminuindo a grande projeção da contribuição do negro na Revolução, transformando-os de admiráveis heróis guerreiros ou de Suíços da América a miseráveis explorados. Com isto não concordamos. Heróis guerreiros, foi o que concluímos ao escrevermos no nosso livro, citado, **O Negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul**. Livro em retribuição a um gesto nobre do Deputado Carlos Santos, que foi o único parlamentar gaúcho a deixar o seu lugar e vir ao meu encontro me cumprimentar pelo 2º lugar que obtive com meu livro **Hipólito da Costa - O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira**, em concurso promovido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e Associação Rio Grandense de Imprensa (ARI). Livro ora publicado com o patrocínio da FHE-POUPEX, sob a égide da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, e lançado na ARI.

Estudando as **Memórias** de Chico Pedro publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS**, em 1921, nada ele refere à traição de Canabarro, quando poderia tê-la confirmado, se ela tivesse realmente ocorrido, conforme abordamos no já citado **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias**.

Durante a Guerra do Uruguai (1864) e início da Guerra do Paraguai, enquanto o Exército havia se internado no Uruguai, o comando da fronteira gaúcha com o Uruguai ficou a cargo de tropas locais improvisadas mobilizadas por Chico Pedro, e a fronteira com a Argentina por tropas locais improvisadas

mobilizadas por Canabarro. E de costas um para o outro estavam dois inimigos desde a intriga de Porongos, mas ambos admiráveis como os maiores especialistas em Guerra à gaúcha, junto com Bento Manoel Ribeiro.

Nesta fase, Canabarro foi vítima de outra grande injustiça, por não ter impedido que invasores paraguaios penetrassem por São Borja e atingissem, sem nenhuma reação de sua parte, Uruguaiana. Era então vítima de “uma guerra de alfinetes”, que não era a sua praia.

Esta estratégia ele já havia usado em 1841 contra o General Manoel Jorge, que saiu a campo com o Exército para com ele travar uma batalha campal e chegou ao destino destituído do comando, com enorme número de deserções, uma quantidade de doentes, falta de cavalos, etc. Enfim, um grande desgaste de sua tropa, ao percorrer o Rio Grande como um pneu, rodando de um lado para outro sem nada encontrar. Em resumo, um fracasso militar!

E Canabarro tentou realizar isto com Caxias. Pois no comando do Exército Farrapo durante 16 meses ele foi perseguido pelo Barão de Caxias, que tinha como subordinados, em duas frentes, Chico Pedro, com sua base de operações na atual cidade de Canguçu, e Bento Manoel na fronteira com o Uruguai. O Barão de Caxias perseguiu Canabarro por 38 léguas, por toda a fronteira sudoeste, sem conseguir encontrá-lo e obrigá-lo a um combate.

O Tenente Caldeira, que o acusou de traição em Porongos, por ouvir dizer, e vítima da intriga de Chico Pedro, assim traçou o perfil militar de Canabarro, que registramos ao biografá-lo no citado **Exército farrapo e seus chefes.v.1** “Canabarro foi o general mais severo da revolução. Mantinha ordem e boa disciplina nas forças que comandava. Era um general muito arrojado. Não era ilustrado, porém era muito perspicaz, enérgico e muito audaz. Era muito respeitado. O inimigo sempre o considerava bom guerreiro. Marchava com denodo na frente de Caxias, sem que este bravo general conseguisse batê-lo em campo raso. Ele possuía a melhor gente da fronteira com ele”.

Mais adiante Caldeira referiu: “Canabarro era um homem de caráter muito severo. Era valente a toda a prova e muito perspicaz. Durante a revolução nunca foi derrotado. Somente em Porongos perdeu parte da tropa que comandava”. Quando Caxias estava em seu encalço ele mais severo se tornou. Chegava a dizer aos oficiais faltosos, caso repetissem faltas, que ele lhes dava duas alternativas, prisão ou liberdade de desertar para Caxias, e apontava para o acampamento imperial. Era homem de poucas palavras e positivo. Sua vontade era de ferro”.

Garibaldi, o herói de dois mundos afirmou: “Canabarro era rude na aparência, mas de excelente coração”.



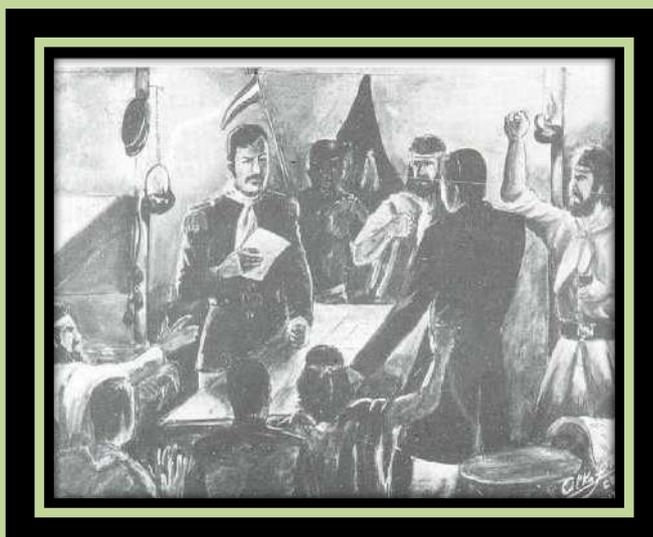
Antônio Vicente da Fontoura assim depôs sobre Canabarro: “Ele era laborioso, ativo, e enérgico, prevendo as marchas e os planos do inimigo e suprindo a nudez e provação do soldado. Em marcha, ora num flanco ora no outro, ou à retaguarda, e logo à frente, fazendo conservar a ordem dos esquadrões e a regularidade das colunas, infundindo ao soldado enregelado pelo frio um novo brio (moral) e uma audácia, mesmo no rigor da estação no inverno”. O Monsenhor Pinto de Campos, um dos primeiros biógrafos de Caxias, escreveu: “Havia incontestavelmente em Canabarro talento guerreiro, auxiliado por muita energia, decisão e concepção militar variada e vasta. Era um Proteu, revestindo-se de mil formas e imaginando constante e sucessivamente novos ardis”. E por isto era muito respeitado, como militar, por Caxias.

Como um homem com este perfil iria trair seus homens em Porongos? Como um general deste nível, pouco depois da surpresa de Porongos, se apresentaria à luta com um Exército de 1.000 homens? Enfim, a sua inocência foi comprovada em 1901 por Francisco Ferreira Rodrigues, e transitou em julgado na obra **A Grande Revolução**, de Alfredo Varela, em 1931 (Porto Alegre: Liv. Globo, 1933. 1ª ed). Creio que foram os historiadores que mais se aprofundaram na pesquisa e divulgação do Decênio Heróico.

Desde menino, na escola, e depois Brasil afora, ouvíamos a sua consagração patriótica por haver assim respondido, segundo a tardição ao Ditador Argentino que lhe ofereceu apoio em sua luta contra o Império em momento difícilimo para os farrapos:

“Recusamos sua proposta! Com o sangue do primeiro argentino que ousar atravessar a nossa fronteira assinaremos a Paz com o Império”.

Atitude que procuramos melhor divulgar com uma alegoria, a seguir, que fizemos publicar em **O Exército Farrapos e os seus chefes** e na **História da 3- Região Militar. v.1.**



Achamos **A Casa das Sete Mulheres** um grande sucesso, e que ora esta sendo reprisada, mas uma fantasia notável, que conservou a espinha dorsal da Revolução. E, creio, tenhamos cooperado indiretamente com ela, através do ator Douglas Simon, que representou nela, com dignidade, o personagem Cel Joaquim Teixeira Nunes. Fomos por ele procurados, por conhecer pela Internet, que havíamos escrito sobre o personagem. E lhe fornecemos o máximo de subsídios sobre o seu personagem e seus bravos lanceiros negros farrapos que, com satisfação, os vi representados na mini-série. Lamentamos, como historiador, que busca na História Verdade e Justiça, as figuras caricatas e desmoralizantes que a mini-série apresentou dos generais Bento Manoel Ribeiro e Davi Canabarro, dois heróis da Integridade, da Soberania e da Unidade do Brasil no Sul, os quais são linchados profissional e moralmente. Os descendentes de ambos se sentiram humilhados com o desrespeito à memória manipulada de ambos, sem amparo nas fontes confiáveis da História do Rio Grande do Sul, em especial a de Bento Manoel Ribeiro, o maior general da Revolução Farroupilha. General que foi defendido da condenação popular injusta pelo grande brasileiro Osvaldo Aranha, cujos argumentos reproduzimos, ao sintetizar biografia de Bento Manuel no livro **O Exército Farrapo e os seus chefes** v.1, às p.124,125, com apoio em seu artigo “A Revolução de 35 e a Unidade Nacional”, na revista **Província de São Pedro**, nº 5 , às p 10/12. Razões de defesa que poderão melhor ser apreciadas em nosso livro, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, **História da 2- Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua**, sediada em Uruguaiana, em fase final de elaboração.

E a injustiça contra ele e contra Canabarro, de traição aos seus soldados negros, se repetiu na fita de Vídeo **A Ferro e Fogo - a Saga das guerras e revoluções do Rio Grande do Sul**, na interpretação de um professor universitário gaúcho afro-descendente, com o qual procuramos dialogar, sem sucesso. E no memorial do Rio Grande do Sul, na antiga Agência de Correios de Porto Alegre, encontra-se exposta, como verdadeira, uma cópia da carta forjicada, realizando o seu grande papel manipulador da verdade histórica, na cabeça desavisada dos visitantes. Carta que foi incluída, com dúvidas, na obra **Ofícios do Barão de Caxias na Revolução Farroupilha**, editado pelo Exército. Ofício cujo teor e estilo contrastam com os dos outros ofícios.

Estes desencontros históricos dão razão a estas palavras, inscritas num painel no Museu da República, próximo do quarto onde o presidente Getulio Vargas decidiu o seu fim:

“Ser o passado comparável a uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas, que é o rio da **História**. Esta, fruto da razão e da análise isenta das fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos.

O outro é um rio cheio de curvas e meandros e de margens indefinidas e inseguras e, por vezes, com perigosos alagamentos. Este é o rio do **Mito**. E este, fruto das paixões humanas, das fantasias, da ignorância, das vinganças, da calúnia, das manipulações, das deformações, dos preconceitos e da injustiça, etc”.

Esta injustiça conquistou foros de verdade dentro do princípio “de que uma mentira, de tanto ser repetida, transforma-se em verdade”. E isto me faz lembrar a calúnia como um saco de penas jogados ao vento, que será impossível juntá-las todas. São lamentáveis as conseqüências, por mascarar e confundir nos gaúchos a real identidade e perspectiva histórica do Rio Grande do Sul que, aos poucos, vai deixando de ser “o recanto da tradição e querência amada, pelas vitoriosas manipulações de sua verdadeira História e Tradições. É lamentável!

A seguir, nosso trabalho, que não foi acolhido por um jornal gaúcho, que não menciono, negando-me o direito de resposta ou de contraditório, à falsa tese de traição de Canabarro em Porongos. Isto não é Liberdade de Imprensa. Apelo que os jornalistas gaúchos, orgulhosos de sua relevante função social de bem informar, meditem nesta questão, não invadam a função social do historiador e ajudem a evitar que o Rio Grande do Sul se transforme, no tocante à sua Memória Histórica, uma nau sem rumo à deriva na tempestade, que não sabe aonde está, de onde veio e para onde vai. Apelo que sabemos inútil, mas que tinha de ser feito.

Transcrição de matéria a seguir.

OS SOLDADOS NEGROS FARRAPOS NA SURPRESA DE PORONGOS E NO CONVÊNIO DE PONCHE VERDE

Cláudio Moreira Bento(x)

Em 16Nov2004, a Mídia do Rio Grande do Sul, através, principalmente, do jornal **Correio do Povo**, deu amparo, sem o contraditório, a interpretações históricas "revisionistas" radicais, apresentando Davi Canabarro como traidor dos negros farrapos de Infantaria e Cavalaria, na Surpresa de Porongos. Isto "por se deixar surpreender, mediante acerto com o Barão de Caxias". Surpresa feita pelo famoso guerrilheiro imperial Chico Pedro ou Moringue, futuro Barão de Jacuí", com vistas a matar os índios, mulatos e negros farrapos que poderiam prejudicar o processo de paz em curso. "Vejam que absurdo histórico criminoso”!

Henrique Oscar Wiedersphan, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e hoje patrono de cadeira na Academia Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), em seu livro, original e pioneiro, **O Convênio de Ponche Verde**. (Porto Alegre: EST/Sulina/Universidade de Caxias do Sul, 1980),

escreveu:

"A respeito desta surpresa de Porongos há uma série de coincidências que chegariam a atingir Canabarro, ao ponto de que suscitaria séries suspeitas de haver sido o mesmo executado em conluio dele com o Barão de Caxias e até com Antônio Vicente de Fontoura, embora se tenha posteriormente conseguido desfazer tais suspeitas de modo cabal e definitivo".

E a base da acusação foi um ofício bem forjicado (falsificado) por Chico Pedro, como sendo assinado pelo Barão de Caxias para ele, no qual este lhe ordenava que atacasse Canabarro, pois este não resistiria, conforme combinação entre ambos. E mais, que ele aproveitasse "para atacar e eliminar os mulatos, negros e índios farrapos e poupasse sangue branco".

E esta falsidade, atribuída a Canabarro, fez o efeito esperado entre os farrapos, num quadro de Guerra Psicológica, os quais em parte passaram a considerá-lo um traidor, até por interesse político escuso e como descarrego ou fuga de responsabilidades pelo insucesso militar da revolução, que seria colocado assim na conta de Canabarro, "pelos demônios de todas as revoluções" segundo Morivalde Calvet Fagundes, o autor do mais completo livro sobre o Decênio Heróico. Ou seja, perto do fim do fracasso de uma revolução, ocorre a caça de um bode expiatório, e no caso em tela foi eleito Canabarro.

E o ofício falsificado, que tantas injustiças provocou à bravura, à honra e, até hoje, à memória histórica de Canabarro, teve a seguinte origem:

"Chico Pedro, em perseguição a Canabarro, e acampado no Pequeri, falou ao seu Major de Brigada João Machado de Moraes: És capaz de imitar a firma do Barão de Caxias? E ele respondeu: - A letra é boa e talvez eu possa imitar. Então vamos fazer uma intriga contra Canabarro. Pois ele é o único que pode sustentar a Revolução. Portanto, vamos fingir um ofício assinado por Caxias para mim, dizendo que no dia tal eu vá atacar Canabarro e derrotá-lo, visto haver entre o Barão de Caxias e Canabarro e oficiais deste um convênio".

Escrito o ofício com a assinatura de Caxias falsificada Chico Pedro, ao passar em Piratini, pela casa de Manoel Francisco Barbosa, mostrou-lhe o ofício falsificado. E este, republicano extremado, mordeu a isca. E exaltou-se, copiou o dito ofício e o distribuiu. A intriga planejada fez o efeito desejado que até hoje perdura, sem que sejam analisadas as heróicas vidas de Canabarro e Caxias, que negam a capacidade deles fazerem tal acordo, bem como os oficiais subordinados a Canabarro. Mas, Félix de Azambuja Rangel, em seu relato na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 1º e 2º trimestre de 1928, p. 36-47, comprova a armação feita para abalar a confiança dos farrapos em Canabarro, o comandante de seu Exército, pelo seu grande e indiscutível valor militar como mestre consumado da Guerra à gaúcha, como demonstramos em sua biografia em nosso **O Exército farrapo e os seus chefes** (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, 2v), onde o estudamos, junto com as

demais lideranças militares farrapas, ao lado dos comandantes imperiais e do Barão de Caxias, o pacificador, em D. Pedrito atual, da Revolução Farroupilha e, mais do que isto, da Família Brasileira, há 10 anos em luta fratricida.

Esta histórica controvérsia se presta a dar razões a quem o desejar, de absolver ou condenar Canabarro, partindo de considerar o citado ofício como forjicado ou como verdadeiro. E documentos forjicados como este tem sido comuns na História do Brasil, como **As cartas falsas**, atribuídas ao presidente da República em 1922 e que provocaram a Revolução de 1922. E, hoje, as falsas fotos do jornalista Wladimir Herzog, publicadas pelo **Correio Braziliense**, que provocaram e ainda provocam negativos reflexos na vida nacional, no instituto da Anistia e na harmonia do Governo, sem que o jornalista responsável por esta grande barriga jornalística tenha sido responsabilizado por seu irresponsável e criminoso erro. E isto menciono com a autoridade de quem em 21 de abril de 1972, no início das comemorações do sesquicentenário da Independência escreveu artigo sobre Hipólito José da Costa, o patrono da Imprensa Brasileira que editara o Correio Braziliense na Inglaterra antes da Independência.

Creio que escrevemos pioneiramente sobre os lanceiros negros farrapos interpretando que em Porongos eles salvaram, numa reação a todo o custo, com seu sangue, suas vidas e bravuras à Revolução Farroupilha, impedindo uma rendição incondicional. E assim, deram fôlego à Revolução para que esta conseguisse condições honrosas. Mas outros preferem explorar o episódio como traição aos negros e assim estimular talvez a luta de classes e o baixo astral.

Por falta de apoio na Mídia, que não nos dá oportunidade de resposta ou de um contraditório em busca da verdade para seus desavisados leitores manipulados, abordamos o assunto na Internet, na Mídia Independente e no site GOOGLE, em “A surpresa de Porongos”, junto com outros autores como Paulo Bento Bandarra e Luiz Ernani Caminha Giorgis, que procuraram desfazer esta intriga, sem sucesso.

Quanto aos negros no Convênio de Ponche Verde, ou combinação de Ponche Verde, há 43 anos da Lei Áurea, deve-se considerar como premissa básica a afirmação de Ortega y Gasset: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias!”

As circunstâncias na época eram de escravidão, apoiada no ordenamento jurídico da Constituição de 1824. E que os farrapos lutaram até onde foi possível para assegurar a liberdade dos negros que lutaram em suas forças e ajudaram no campo de batalha a prolongar a Revolução quase 10 anos. Que Instrução Reservada recebida por Caxias o autorizava a conceder ampla anistia aos farrapos. Mas no seu artigo 5º ela estabelecia que “os escravos que fizeram parte das forças rebeldes serão remetidos a Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará conveniente destino”. E que o Convênio de Ponche Verde estimulava em uma de suas cláusulas:

“São livres e como tal reconhecidos todos os cativos que serviram a Revolta”.

Segundo Henrique Oscar Wiedersphan na sua obra citada:

"Canabarro entregou 120 soldados negros farroupilhas que o Barão de Caxias alforriou (libertou) com apoio no Decreto de 19Nov1938 que prometia liberdade a todos os negros farrapos que desertarem e se apresentarem às autoridades imperiais".

Para Wiedersphan, os lanceiros entregues por Canabarro em Ponche Verde foram incorporados como livres à Cavalaria do Exército no Rio Grande do Sul. Outra versão foi que Caxias os fez embarcar como livres para o Rio de Janeiro com a condição de não mais retornarem ao Rio Grande do Sul. E que, mesmo assim, se pretendeu, no Legislativo do Império, dar última forma a estas alforrias (liberdades) ao chegarem os Lanceiros Negros no Rio de Janeiro, não sendo efetivadas, somente ante o alarde ocorrido no citado Poder Legislativo de parte de alguns dos mais exaltados da bancada liberal".

Acreditamos que estas questões históricas precisam ser aclaradas de vez pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo como base suas preciosas fontes sobre o tema e mais os livros de seus distintos sócios. E isto se impõe, para tentar esclarecer por completo esta controvérsia que envolve as honras do Barão de Caxias, de Davi Canabarro, de Chico Pedro, de Vicente da Fontoura, da oficialidade farroupilha, os quais não depuseram sobre Porongos, e Chico Pedro, que poderia tê-lo feito em suas **Memórias** não o fez. E sobre esta versão de movimento no Congresso para tornar sem efeito as alforrias, ou de traição dos soldados negros remetidos para o Rio, o ilustre senador gaúcho Paulo Paim talvez pudesse conseguir que este fato fosse apurado nos excelentes arquivos históricos do Congresso que eu conheci ao lá tirar um Curso de Arquivologia na Câmara Federal em julho de 1972.

Tem sido uma controvérsia há mais de 160 anos usada politicamente, e na atualidade, até ideologicamente, para alimentar uma luta de classes, baseado num fato que representa uma pretensa, talvez, mancha negra, a confirmar, no meio de uma enorme e bela planície nevada que foi o Decênio Heróico, que consiste na mais bela tradição gaúcha, comemorada anualmente na Semana Farroupilha, e que se projeta na nossa centenária República do Brasil. É sabido que o Marechal Deodoro da Fonseca foi Presidente do Rio Grande do Sul e seu comandante das Armas e que de lá saiu, tendo muito conversado com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil. Este, o pioneiro na abordagem da Revolução, como hoje ela é cultuada no Rio Grande do Sul. E no Rio, com a assessoria de oficiais gaúchos, que levou do Sul, fundou o Clube Militar em 1887, forçou a Abolição em 1888, ao se manifestar contra o uso do Exército como capitão-de-mato. No ano seguinte proclamou a República.

Escrevemos este artigo com a autoridade que penso haveremos adquirido como autor dos livros **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul, 1625-1975** (Porto Alegre: Grafosul/IEL, 1976), **O Exército Farrapo e os seus chefes** (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1971, 2 v.), **Porto Alegre -memória dos sítios farrapos...**(Brasília: EGGCF, 1989) e como biógrafo do Duque de Caxias na obra **Caxias e a Unidade Nacional** (Porto Alegre: AHIMTB, 2003), etc.

Por oportuno, apelamos à Mídia gaúcha, se isto for possível que, para reforçar a Democracia Brasileira e consagrar na prática o direito de resposta ou o contraditório, que dêem oportunidade à publicação de opiniões discordantes, para

que seus usuários formem a opinião correta e não sejam manipulados, por ouvirem só um lado. Aliás, ouvir os dois lados era uma característica da liderança de Canabarro. E mais, que historiadores em geral, especialmente os gaúchos, se apliquem em detalhar os nomes e destinos dos negros farrapos, com base em documentos que devem existir no Senado onde hoje atua com brilho o ilustre senador Paulo Paim que, nos pareceu, endossa a tese de traição, em que pese, como historiador, haveremos fornecido elementos a um seu assessor que nos procurou. E que os rio-grandenses afro-descendentes cultuem os feitos dos lanceiros negros e suas projeções heróicas na construção do Rio Grande do Sul, o que levantamos com ênfase em nosso livro **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**. Livro que foi prefaciado pelo notável deputado negro Carlos Santos, que chegou até a governar os gaúchos como seu governador interino, e que ali falou representando todos os negros e seus descendentes gaúchos. Homem distintíssimo e glória de uma raça que, em cerimônia na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi o único a deixar seu lugar e vir nos cumprimentar pela nossa pesquisa premiada em 2º lugar pela citada Assembléia e Associação de Imprensa do RGS. Pesquisa referente ao nosso trabalho em concurso literário por elas promovido, intitulado **O gaúcho fundador da imprensa brasileira** (Hipólito da Costa) publicado em 2005 e lançado no Auditório da Associação de Imprensa do Rio Grande do Sul, comentado pelo jornalista Raul Quevedo, que muito se devotou ao estudo e divulgação da obra de Hipólito da Costa.

Enfim, que os negros gaúchos e seus descendentes não se liguem nas interpretações ideológicas de baixo astral que dominaram as comemorações de Porongos em 2004, potencializadas por parte da Mídia. E sim, que se liguem nas interpretações de alto astral sobre a contribuição do negro e descendentes gaúchos na construção da sociedade do Rio Grande do Sul e, em especial, de sua gloriosa história militar, onde soldados negros chegaram a ser denominados "Os suíços da América". E por fim que os comunicadores sociais respeitem a função social do historiador e não tentem substituí-los, como não desejariam, e conseguiram, que outros, não pertencentes à sua função social, roubem este seu papel. Aliás, condição que conquistaram com a nossa participação acidental em 1968, ao encaminhar pleito na Rádio Mundial Rio de um grupo de jornalistas ao Ministro do Trabalho Jarbas Gonçalves Passarinho, que o submeteu ao Presidente Arthur da Costa e Silva, que prontamente o aprovou, com fortes reações de empresas de Mídia. E mais, que assegurem o contraditório, dando vez e voz aos historiadores, não os esmagando e os alijando da Mídia, coerente com as afirmações de que "a História é a mestra da vida e a mestra das mestras". E mais, que História é verdade e Justiça. Do contrário, estarão acelerando uma marcha ré de volta à Idade Média, sob um autoritarismo preconceituoso disfarçado com pele de Democracia. Creio que meu apelo não será ouvido e

atendido, mas o registro para a História, para que alguém um dia o perceba. História é Verdade e justiça, características fundamentais para preservar a identidade e perspectiva histórica do Rio Grande do Sul e, no caso, do Brasil República, para a qual os lanceiros negros contribuíram com seu sangue, vidas, privações e humilhações durante a Revolução Farroupilha.

Nota: O **Jornal Inconfidência** nº 98, dedicado aos 203 anos do Duque de Caxias, em trecho de mensagem intitulada “A nossos leitores” faz o seguinte diagnóstico desta situação de manipulação da História do Brasil que, ao que parece, se verifica neste caso do Combate de Porongos:

“A História de uma nação é um bem por demais precioso, a ser preservado a todo o custo e cultuada permanentemente. Não podemos permitir que esta Memória, conquistada com o sangue, e o sacrifício de seus heróis, seja profanada e deturpada por interesses ideológicos alienígenas e pela falta de ética de historiadores, políticos e jornalistas, enganando seus leitores, alunos e ouvintes, quanto aos fatos ocorridos e registrados em documentos oficiais fidedignos, íntegros e autênticos”.

Situação que aos poucos vai se revertendo, e mais o seria, se a Mídia fosse em realidade fiel à Liberdade de Imprensa, ou uma rua de duas mãos, assegurando o direito de resposta ou do contraditório.

(x) Fundador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do RGS e das academias Piratiniense e Canguçuense de História, correspondente do CIPEL, IHGRGS, IHGPel, Instituto Histórico de São Leopoldo e o de São Luiz Gonzaga, etc.

O ESPÍRITO MILITAR NO POETA MÁRIO QUINTANA

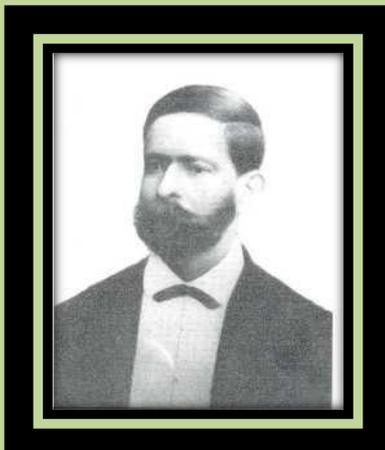
Cláudio Moreira Bento

Pouco conhecidas e divulgadas são as ligações do poeta Mário Quintana com a vida militar e a influência desta em seu espírito e em sua vida.

Ele era neto do Capitão Médico Cândido Manoel de Oliveira Quintana, herói da Retirada de Laguna, na Guerra do Paraguai, e chefe do Serviço de Saúde da tropa que participou daquela épica operação militar. Ele e o Capitão Médico Dr. Manoel de Aragão Gesteira, ao lado do qual foram depositados seus restos mortais no Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha, no Rio, foram os dois heróis que resistiram até o fim da Retirada, dos 12 médicos que iniciaram aquela operação militar, imortalizada internacionalmente, em francês, na pena de Alfredo de Taunay. Eles prestaram desvelada e comovente assistência aos coléricos da coluna. Coluna da qual participou como artilheiro o porto alegreense João Thomaz Cantuária, ilustrado soldado que comandou a 3- Região Militar em 1896 com a missão de consolidar a Paz de 93 firmada em Pelotas. Foi Ministro da Guerra a seguir. Em 1898 foi o primeiro Chefe do Estado-Maior do Exército, órgão criado pelo filho de Bagé

Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet como Ministro da Guerra, e filho do heróico Marechal Emílio Mallet, patrono da Artilharia do Exército. O marechal Cantuária é denominação histórica da 6- Região Militar, por iniciativa do Gen Div João Carlos Rotta quando comandante daquela região, o qual como comandante da 3- Região Militar teve a iniciativa de criar e nos encarregar de desenvolver o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul que já conta com 13 livros publicados. Entre eles, merece destaque a História da 3- Região Militar, criada junto com o atual Estado do Rio Grande do Sul em 1807 e que completarão em 2007, 200 anos de existência.

Terminada a Guerra, o Capitão Manoel Quintana chegou em Alegrete incorporado ao 3º Regimento de Cavalaria, Unidade Militar que, terminada a Guerra do Paraguai, lá permaneceu até 1876 e que, por transformações, fusões e denominações posteriores, aquartelado em Jaguarão, resultou no atual Regimento Osório, de Porto Alegre. O Dr. Quintana passou a residir e a trabalhar na Enfermaria Militar de Alegrete, ali vivendo até falecer, onde deixou sua descendência e, nela, o hoje seu neto famoso Mário Quintana.



O General Alberto Martins da Silva biografou o Capitão Quintana em seu livro *Cândido Manoel de Oliveira Quintana* (Brasília: Thesaurus Ed. 2002), resumindo na 4ª capa a projeção, a seguir, do heróico avô do poeta Mário Quintana:

“O Capitão médico Cândido Mariano de Oliveira Quintana, herói da retirada da Laguna, nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1829, foi integrante da Coluna Expedicionária formada para combater a invasão paraguaia de Mato Grosso, participando da famosa Retirada da Laguna. Enfrentou, na longa caminhada, a fome, as doenças e a falta de medicamentos, com coragem, estoicismo e patriotismo. Na vida civil radicou-se em Alegrete, tendo sido o tronco de grande família que ali construiu. Hoje seus restos mortais repousam no monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na cidade do Rio de Janeiro”.

Mário Quintana nasceu em 1906, cerca de 18 anos depois do falecimento de seu heróico avô. E muito aprendeu sobre o avô com o seu pai farmacêutico, que também o alfabetizou usando como cartilha o jornal *Correio do Povo*.

E foi influenciado pelas histórias de seu heróico avô na Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, e mais as da Revolução de 93 em Alegrete, como a Batalha de Inhanduí e a tomada e incêndio da ponte do Ibirapuitã. Nesta época, dos 13 aos 19 anos, de 1919 ao início de 1924, adolescente, o poeta

Mário Quintana cursou, como interno contribuinte, o Colégio Militar de Porto Alegre, no Casarão da Várzea.

E ali acompanhou o desenvolvimento de um período revolucionário, as revoluções de 1922, 1923 e 1924, com fortes repercussões no Corpo de Alunos, e que envolveram, como a de 93, mais duas vezes, expressivamente, seu berço natal: Alegrete. Revolução que, neste particular, bem como a citada de 93, abordamos em nosso livro em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis - História da 2^a Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua. (Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Metrópole, 2006), o 13^o volume do Projeto História do Exército da Região Sul, que estávamos desenvolvendo desde 1994.

Foi no Colégio Militar de Porto Alegre que o poeta iniciou sua carreira literária como colaborador de sua histórica revista Hyloea.

E no Colégio Militar de Porto Alegre ficaram os seguintes registros burocráticos de sua passagem por ali, em sua adolescência, segundo dados fornecidos pelo Museu Casarão da Várzea, através do Cel Araújo e do já citado Cel Caminha, professor de História daquele Colégio Militar.

“Em 1^o de abril de 1919, satisfeitas as exigências regulamentares, Mário Miranda Quintana foi incluído no Colégio Militar de Porto Alegre como aluno interno contribuinte e classificado no 1^o ano. Em Dezembro, nos exames finais, foi aprovado plenamente: com grau 8 em Francês, grau 7 em Português, grau 6 em Aritmética, e simplesmente com grau 5 em Geografia e Desenho, tudo do primeiro ano. Nos exames práticos foi aprovado plenamente com grau 7 em Ginástica (hoje Educação Física) e simplesmente com grau 4 em Infantaria. Em 1^o de abril de 1920, foi transferido da 1- Companhia para a 2-, por conveniência do serviço. Em 20 de abril foi promovido a cabo de Esquadra de Infantaria, para o Batalhão Colegial. Em dezembro, nos exames finais foi reprovado em Desenho e aprovado simplesmente com grau 4 em Português e Aritmética e Geografia. Em 1921, nos exames de 2- época, foi reprovado em Desenho. Em setembro, a pedido de seu pai, Celso de Oliveira Quintana, foi desligado do Colégio Militar. Em abril de 1922 foi reincluído como aluno interno contribuinte. Em dezembro, nos exames finais, foi reprovado em Álgebra e Geografia e aprovado plenamente com grau 4 em Aritmética, plenamente com grau 7 em Português e com grau 8 em Francês. Em março de 1923, nos exames de 2^a época, foi reprovado em Álgebra e aprovado simplesmente com grau 5 em Geografia. Em dezembro, nos exames finais, foi reprovado em Álgebra do 3^o ano. Em 28 de janeiro de 1924 foi desligado do Colégio Militar de Porto Alegre, conforme pedido de seu correspondente.”

Foram seus contemporâneos de 1919 a 1923 no Colégio Militar dois presidentes da República, Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Médici, e um vice-presidente, Adalberto Pereira dos Santos.

Um pouco antes de ele ingressar no Colégio Militar ali se formaram os futuros presidentes Arthur da Costa e Silva e Humberto de Alencar Castelo

Branco. O presidente Eurico Gaspar Dutra estudou um ano no Casarão da Várzea, ao tempo em que ali funcionou a Escola de Guerra. O presidente Getúlio Vargas não estudou no Casarão da Várzea e sim em Rio Pardo na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, na virada do século 19 para o século 20, conforme abordamos no livro **Escolas Militares de Rio Pardo 1856/1911**. (Porto Alegre; AHIMTB/IHTRGS. Metrópole, 2005), porém ali serviu como Praça no 25º Bl, após ter sido desligado daquela Escola. Obra em parceria com o citado historiador Cel Caminha. Nele desfizemos dúvidas relacionadas com o injusto desligamento de Getúlio Vargas daquela Escola, junto com outros 19 companheiros, por culpa da atuação de um inábil e imprudente instrutor, cuja ação levou a serem punidos 100 cadetes dos 200 da Escola. Instrutor assim julgado por antigos alunos que atingiram os mais altos postos e projeção no Exército, como os marechais Mascarenhas de Moraes, Pantaleão Pessoa e César Obino, os dois últimos também punidos. Mascarenhas de Moraes, já havia ido para a Escola da Praia Vermelha e Pantaleão Pessoa pertencia a outra companhia que não foi envolvida no incidente.

Mário Quintana foi obrigado por motivos de saúde a desligar-se do Colégio Militar em janeiro de 1924. Em 1930 surgiu-lhe nova oportunidade de retornar à vida militar. Apresentou-se como voluntário no 7º Batalhão de Caçadores, atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado - Batalhão Gomes Carneiro, Santa Cruz do Sul, que se encontrava em Porto Alegre em 3 de outubro de 1930, atendendo ao apelo "O Rio Grande de pé pelo Brasil!". E seguiu para o Rio de Janeiro, via ferroviária, para apoiar a derrubada do presidente Washington Luiz e a consolidação da Revolução de 30 na capital federal.

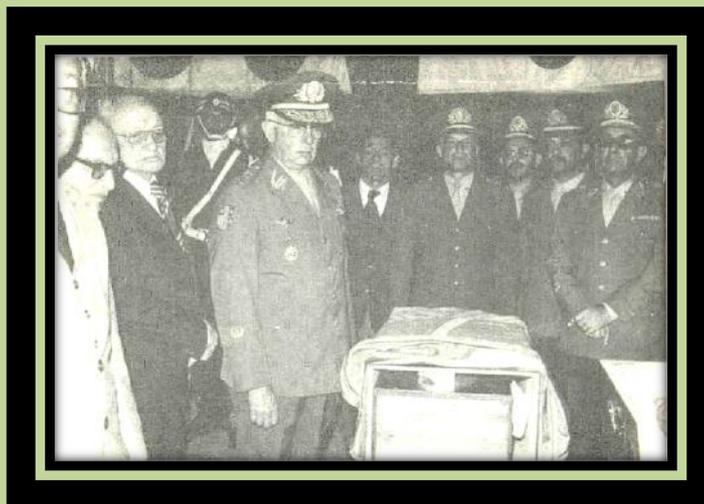
Na capital, permaneceu por cerca de 6 meses como soldado da Revolução de 30, retornando em 1931, onde retomou, em Porto Alegre, a sua consagrada carreira de poeta.

Em 1978 ele retornou ao Rio de Janeiro representando a sua família nos atos de translado de seu heróico avô de Alegrete para o Rio de Janeiro, onde nascera, e para ser colocado, com pompa e circunstância, no Monumento dos Heróis da Laguna, na Praça General Tibúrcio na Praia Vermelha.

Na ocasião fez entrega às autoridades que organizaram a cerimônia, de toda a documentação militar do avô, conservada com orgulho por sua descendência.

E o poeta acompanhou todo o cerimonial de translado desde Alegrete, passando por Porto Alegre e até o Rio de Janeiro, a bordo de um avião da FAB.

E se hospedou com toda a Comissão encarregada do trabalho no Hotel do Clube Militar na Lagoa, tendo mencionado que possuía grande orgulho da participação do avô na Retirada da Laguna, mas que até então desconhecia a sua consagração pelo Exército Brasileiro com um de seus heróis.



Na foto, da esquerda para a direita, o terceiro é o poeta Mário Quintana, representando a sua família no traslado de seu avô, herói da Retirada da Laguna, cuja urna com seus restos mortais estão à frente do Gen Ex José Pinto, presidente da cerimônia e comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste. No fundo, dos 4 oficiais, o segundo é o historiador do Serviço de Saúde do Exército, Alberto Martins da Silva, então major médico e hoje general inaugurou na AHIMTB, cadeira do acadêmico da ABL e seu co-estaduano da Paraíba e acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares.

O traslado contou com todo o apoio da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no comando do General Ivan de Souza Mendes e foi idealizada, planejada e conduzida pelo Major Médico Dr. Alberto Martins, aluno daquela Escola de Altos Estudos Militares e hoje General Alberto Martins da Silva, o historiador do Serviço de Saúde do Exército e acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), onde ocupa a cadeira General Aurélio de Lyra Tavares. Este, foi Ministro do Exército, embaixador do Brasil na França e acadêmico da Academia Brasileira de Letras (ABL) e que, certa feita, foi visitado pelo poeta em campanha para ingressar na citada ABL.

E contou-nos o acadêmico General Lyra Tavares que ele recebeu o poeta com imensa satisfação. E que na ocasião sua senhora, filha de Cachoeira do Sul, preparou-se para receber o poeta com um café e um prato de sonhos, tradição gaúcha. E ao passar o prato de sonhos ao poeta ele se saiu com esta tirada: - "Muito obrigado, minha senhora. Como eu, um poeta, poderia comer sonhos? Seria um sacrilégio?"

Mas o poeta não foi aceito pela Academia Brasileira de Letras, circunstância que teria lhe provocado a seguinte reação. -"Eles passarão! Eu, passarinho!". Em realidade é indiscutível a merecida fama do poeta passarinho, em comparação com as dos que se opuseram ao seu ingresso na ABL.

De seus contatos com a vida militar por cinco anos como aluno do Casarão da Várzea, como soldado de Infantaria voluntário na Revolução de 30, das influências das histórias de seu avô na Retirada da Laguna e das revoluções de

93, 23 e 24 que envolveram Alegrete, e ainda a de 30, em que foi soldado voluntário, conclui-se de seu espírito militar, sintetizado nesta sua afirmação (abaixo), ao lhe ser perguntado qual o epitáfio que gostaria de ver gravado em seu túmulo, ao que teria respondido:

“Mário Quintana”

“Tombou heróicamente em combate, ao comando do Marquês de Caxias, na conquista da Ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868”.

(x) Cel Cláudio Moreira Bento, natural de Canguçu-RS, fundador e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) e das academias Canguçuense (ACANDHIS) e Piratiniense (ACAPIR) de História, e correspondente do CIPEL. End: Rua Florença, 266 - Casa da Palmeira Imperial. Bairro Jardim das Rosas - 27.580-000, Itatiaia, RJ. E-mail: ahimtbrasil @ resenet.com.br

**DELEGACIA DA AHIMTB PARA O RIO GRANDE DO SUL - DELEGACIA
GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA**

1. Relação de membros

- Dr. Aécio César Beltrão (Médico), Cel Altino Berthier Brasil, Major BM André Luiz Woloszyn, Capitão BM Aroldo Medina, ST Reformado Carlos Fonttes, Cel Carlos José Sampaio Malan, Gen Carlos Patrício Freitas Pereira, Jornalista Carmen Lúcia Ferreira da Silva, Cel Celso Jaloto, Dr. César Pires Machado (Agrônomo), Cel Edmir Mármora Júnior, Dr. Eduardo Cunha Müller (Advogado), Cel Ernani Medaglia Muniz Tavares, Dr. Flávio Anastácio de Oliveira Camargo (Agrônomo), Cel Flávio Martins Pinto, Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo (Dentista), Dr. Frederico Euclides Aranha (Advogado), Cel Geraldo Lauro Marques, Major Dentista Reformado Hélio Ricardo Alves, Cel Ivo Benfatto, Dr. Jorge Babot Miranda (Economista), Dr. José Carlos Teixeira Giorgis (Advogado, Desembargador aposentado), Veterano da FEB José Conrado de Souza, Cel Juvêncio Saldanha Lemos, Bacharel em História Srta. Katy de Siqueira, Cel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, ST Reformado Osório Santana Figueiredo, Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (Cientista Político, Professor da UFRGS), Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, Cel Ruy Collares Machado, Sgt Sandro Camargo.

2. Diretoria

- **Coordenador: Cel Caminha;**
- **Secretário: Dr. Flávio Camargo;**
- **Tesoureiro: Cel Araújo;**
- **Arquivista: Cel Flávio;**
- **Bibliotecário: Cel Caminha.**

Nº 34 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

20 ANOS DO IHTRGS

O IHTRGS, através deste órgão de divulgação, ultrapassa as fronteiras do Rio G. do Sul para, em preito de gratidão e respeito aos gaúchos Gen Emílio Garrastazú Médici e Cel Walter Kluge Guimarães, transcrever o trabalho deste, o Cel Guimarães, sobre a participação da AMAN nos fatos de 31 de março e 01 de abril de 1964 no eixo da Via Dutra. O testemunho do Cel Guimarães não é um simples registro, mas um chamamento aos defensores da Pátria e um retorno espiritual aos umbrais da vetusta AMAN, berço da nossa formação. As palavras do então Gen Bda Emílio Garrastazú Médici, proferidas há mais de 40 anos, ainda hoje fazem eco nas nossas consciências, mesmo naqueles que não participaram dos referidos acontecimentos.

- Não o esqueçamos! -



APRESENTAÇÃO

Este é um relato sucinto narrado pelo então Capitão Walter Kluge Guimarães, Instrutor do Curso de Cavalaria, focalizando, apenas, as 24 horas vividas pelo Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras na Revolução de 1964.

Quer o narrador, mesmo com falhas possíveis resultantes de esquecimento, pelo tempo passado, prestar um tributo de admiração, AQUELES que viveram com ele este dia.

São fatos narrados: a emoção vivida desde o recebimento da missão pelo Instrutor Chefe do Curso de Cavalaria e Comandante do GT (Grupamento Tático), então Major Ernani Jorge Corrêa e seus comandados; o particular entusiasmo ao cumprir a missão de reconhecimento — importante missão da arma — que lhes foi ensinada e que assinala o desdobramento da vanguarda; a delicada situação vivida pela patrulha de ponta quando do primeiro contato com as forças oponentes; a ocupação da posição defensiva; as dificuldades inerentes ao terreno

e a ausência de meios de comunicações, obrigando-lhes ao uso de viaturas civis em trânsito como meio de informação; a organização da posição defensiva, utilizando meios da Construtora Camargo Corrêa, como forma de bloqueio; o cair da noite e a tensão de combate; a substituição do Grupamento de Cadetes, prevista por forças regulares e que não foi feita;

24 horas em posição e saída da posição no dia seguinte, desgaste do combatente; e retorno à Academia.

HOMENAGEM

ÀQUELES que, no Vale do Rio Paraíba, deram contribuição decisiva à Revolução de 1964, para a sua vitória.

SUMÁRIO

01	O entardecer, a noite do dia 31 e a decisão de empregar a Academia	2
02	Constituição do Grupamento Tático (GT): missão, comando e emoções	3
03	Início do cumprimento da missão: desdobramento da vanguarda	4
	Proclamação do Comando da Academia	4
	Primeiras situações - O jogo da verdade	5
04	Primeiro contato com a força oponente	6
	Ocupação da posição defensiva	6
	Dificuldades na instalação e operação da posição defensiva	6
05	Proclamação às Escolas Naval e da Aeronáutica	7
06	Acolhimento da bateria oponente que passa ao nosso lado	7
07	Chegada do Gen ÂNCORA à posição, para conferenciar com o Gen KRUEL	8
08	Fatos marcantes da situação defensiva	9
09	Retorno à Academia	9
10	Posfácio	9

O ENTARDECER, A NOITE DO DIA 31 E A DECISÃO DE EMPREGAR A ACADEMIA

Ao final do dia 31 de março de 1964 realizava-se, na Catedral de Resende, a cerimônia de casamento do Ten Flávio Acauan Souto com a Srta Joana Mara Junqueira, local onde se encontravam, em 1º uniforme, expressiva leva de Oficiais, seus amigos.

Concluída a cerimônia religiosa nos deslocamos da Igreja para a sede do CIMAN (Círculo Militar das Agulhas Negras) para a recepção e cumprimentos.

Não chegamos a saborear o bolo de noivado, eis que as notícias veiculadas pelo rádio, avolumaram-se. Quando chegamos ao Círculo Militar informavam que tropas do Exército de Minas Gerais deslocavam-se em direção ao Rio de Janeiro, dizendo assim, que a Revolução estava começada. Incontinenti foi determinado que nos recolhessemos à Academia, ainda em primeiro uniforme, como nos encontrávamos.

Gestões eram feitas acerca da posição a ser tomada pela Academia com relação a revolução. Havia uma grande tensão, particularmente entre os seus

Oficiais.

Cerca de 2300 horas encontrava-me na ante-sala do Corpo de Cadetes onde, em sala contígua, estavam o General Médici, o Cel Antônio Jorge Corrêa e o Cel Moacyr Barcellos Potyguara, quando tocou o telefone. Era o General Amaury Krueel, Cmt do II Exército, desejando falar com o Gen Médici, Comandante da Academia. Do telefonema: “Solicitava o General Amaury, após ter informado que aderira à revolução, o concurso de tropas da Academia para garantir a passagem de suas forças no desfiladeiro de Queluz”.

Informa então o Gen Médici que suas tropas regulares, no caso o Batalhão de Comando e Serviços, estava todo empregado na manutenção da ordem em Resende, foco de domínio político do então Governador Badger da Silveira, político militante do PTS. Comprometeu-se, contudo, com o Gen Amaury em assegurar a passagem de suas forças por Resende.

Ao encerrar o seu contato telefônico, virando-se para os Oficiais presentes, assim se expressa o Gen Médici, com a fisionomia visivelmente empalidecida: “Acabo de me definir com o Gen Amaury — vou empregar a Academia”.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPAMENTO TÁTICO (GT), MISSÃO, COMANDO, EMOÇÕES

Ato contínuo, o Gen Médici acompanhado do Cel Antônio Jorge Corrêa (Sub-Comandante da Academia) e do Cel Moacyr Barcellos Potyguara (Cmt do Corpo de Cadetes) encaminharam-se para o Gabinete de Comando para planejar o emprego da Academia.

Foi então constituído um Grupamento Tático Operacional (GT) com os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações para, em operações ao longo do Vale do Rio Paraíba, se oporem às tropas que, do Rio de Janeiro, demandavam ao Sul.

Início de cumprimento de missão: 0600 horas de 01 de abril. PI — Portão da Academia.

Decidido o emprego da Academia, cerca das 2400 horas desloquei-me para minha residência para trocar o 1º uniforme pelo uniforme de campanha. Ao chegar em minha casa notei que as luzes, não só da minha como também aquelas de casas vizinhas, estavam acesas. A tensão das famílias era grande em face do noticiário radiofônico.

Já em uniforme de instrução minha esposa perguntou-me onde iria; respondi-lhe que sairia em patrulha pela cidade de Resende e imediações. Ao entrar no quarto para armar-me encarei meus filhos menores que dormiam e, logo a seguir dirigi-me ao Jeep que me levaria de volta à Academia. Adentrando no Jeep não olhei para trás, para não sucumbir à emoção. Foi nessa ocasião que me perguntei: Valerá a pena defrontar-me com tropas regulares da Vila Militar, então superiores em equipamento e armamento? A resposta veio imediatamente - SIM -

o que vou combater são tropas que, a mando superior, defendem a idéia de impor um regime alheio a formação cristã e democrática do povo brasileiro - o Comunismo. Lutarei para preservar o País Cristão de meus filhos impedindo a sua comunização - com o risco da própria vida.

De regresso à Academia, cerca de 24 horas e 30 minutos, recebi a missão do Instrutor Chefe do Curso de Cavalaria, Major Ernani Jorge Corrêa, de ir à Ala (alojamento) acordar os Cadetes, uniformizá-los e conduzi-los para o Parque do Curso.

Em chegando ao Parque os Cadetes foram armados e equipados e o Curso constituído como vanguarda do GT (Grupamento Tático), sob meu comando.

O Major Ernani assume o comando do GT. Ao distribuir os Cadetes pelas viaturas disponíveis verificou-se que o seu número era insuficiente para transportá-los. Todos queriam participar. Foi difícil convencê-los que iriam em um segundo escalão.

A seguir, o Cel Antônio Jorge Corrêa, tomando por PC (Posto de Comando) uma mesa de concreto, em frente ao último pavilhão de baias do Curso de Cavalaria, deu a missão ao Comandante do GT Operacional.

Sobre uma das cartas do Vale do Paraíba que mostrava a região de Barra Mansa colocou o seu pingalim dizendo: “aqui o Senhor, com o seu GT, vai barrar as tropas que vem do Rio”.

Dada a disparidade das possíveis forças beligerantes perguntou-lhe o Cmt do GT: “mas é para barrar mesmo?” Tendo-lhe então sido respondido: “infelizmente, meu irmão, é para barrar mesmo; utilizarás todos os meios que estiverem ao seu alcance para tanto”.

A seguir, foram ultimados os dados da ordem e fixado como início de cumprimento da missão a passagem no PI - Portão Monumental da Academia - às 0630 horas de 01 de abril.

INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO, DESDOBRAMENTO DA VANGUARDA

Assumi o Comando da Vanguarda do GT para as operações e, após haver abastecido as viaturas com o pouco de gasolina que restava na Academia, cruzei o PI no horário previsto. Consta que as viaturas que integravam o restante do GT, em razão da falta de combustível, abasteceram-se nos postos civis de Resende, usando o sistema de requisição.

Transposto o PI, e quando alcançava o bairro Paraíso, desdobrei a Vanguarda em dois escalões:

- um de Reconhecimento, para localizar a posição das tropas vindas do Rio, e
- outro, de apoio ao Escalão de Reconhecimento.

Assim demos início às operações no Vale do Paraíba, com vistas a atingir, como primeiro objetivo, a região de Barra Mansa.

PROCLAMAÇÃO DO COMANDO DA ACADEMIA

Iniciado o movimento ao longo do Vale do Paraíba foi, pelos meios de comunicação disponíveis, lançada a proclamação do Comando da Academia, do seguinte teor:

Irmãos em Armas! Porque a AMAN empunhou armas em defesa da democracia.

Aqui estão os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar.

A AMAN, ao adotar a atitude que tomou e que nossa presença aqui materializa, pensou principalmente na validade eterna dos princípios de disciplina e hierarquia que tem sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a mocidade militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir a seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário, dignificar a farda que vestimos, através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria.

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos, que no fundo cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos, nossa atitude significa também a tentativa patriótica de tentar evitar o desperdício de energias que, talvez, venham a ser necessárias à defesa de nossos lares e das tradições que tem marcado a nossa existência.

Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu. A Academia, por seus Cadetes e seus Orientadores diretos, aqui está disposta a cumprir, na íntegra, tudo quanto nos tem sido ensinado como sagrado e proveitoso para a Pátria. Não tenteis cortar sem maior ponderação tantas vocações capazes de gerar, para a condução dos destinos do Brasil, os Chefes de que carece a grande nação a que todos, com orgulho, pertencemos.

Militares do Exército Brasileiro: que não seja esta a via dolorosa para vossas consciências e para a herança de vossos descendentes.

Unidos teremos todos a gratidão da Pátria: se nos desaviermos, por certo o Brasil um dia nos condenará como autênticos dilapidadores do poder energético que tantos sacrifícios custaram a nossos antepassados.

Irmãos: que a Bandeira Brasileira, que tremula altaneira nos nossos mastros e reflete os sentimentos cristãos de nossos corações, nos cubra a todos e inspire nossas ações neste momento grave de nossas vidas tão úteis e necessárias à grandeza do nosso querido Brasil.

PRIMEIRAS SITUAÇÕES - O JOGO DA VERDADE

Ao atingirmos a localidade de Ribeirão da Divisa, região assinalada por grandes depósitos de enxofre, a céu aberto, e sede de uma indústria de fabricação de oxigênio engarrafado, a patrulha de ponta interceptou uma viatura militar (Jeep) conduzindo um Oficial Veterinário portador de uma mensagem do Comandante do 7º BIB ao Comandante do Destacamento e desejando deste um contato telefônico com aquele. Tendo cerrado à frente o Cmt do GT determinou um alto curto enquanto se deslocava para o interior da indústria para o contato telefônico. Como os empregados da indústria encontravam-se a frente do prédio, temi que o Maj Ernani pudesse ser aprisionado. Perguntei-lhe então como proceder se ele fosse aprisionado. Respondeu-me que deveria prosseguir no cumprimento da missão. Estabelecemos então um prazo máximo de 10 minutos para o seu retorno. Obviamente que não deixaria - sem resgatá-lo - ao término do prazo se ocorresse a prisão.

Decorridos 11 (onze) minutos estava o Maj Ernani de retorno, relatando o que o Cmt do 7º BIB lhe dissera: “que diferentemente do que estava previsto, sua unidade não estava operando na Via Dutra tamponando o eixo de modo a retardar o deslocamento das tropas do Rio, visto que sua unidade fora empregada na proteção e na segurança da Usina de Volta Redonda, ameaçada de ser atacada e incendiada”.

Por ocasião desta pequena parada, reunido o Curso de Cavalaria, aproveitei para esclarecer o Curso de nossa missão. Lembrei-lhes, inicialmente que, por ocasião de uma sessão de instrução na Academia sobre Hierarquia e Disciplina, deixei de responder a uma pergunta: “se achava de bom tom as reuniões do Presidente da República com os sargentos no Automóvel Club do Brasil como prova de quebra de hierarquia?”.

Evitávamos na ocasião, quando em instrução, comentários sobre a situação política. Que hoje ali nos encontrávamos para dar uma resposta, em combate se preciso, a procedimentos como aquele, que atentavam os princípios de organização, respeito e harmonia das Forças Armadas.

Logo a seguir, um dos Cadetes perguntou-me que forças enfrentaríamos no prosseguimento. Pelas informações disponíveis, respondi-lhe **verdadeiramente** que seriam tropas do Grupamento de Unidades-Escola do Exército, bem equipadas e armadas. Prossegui dizendo: “que ao acordá-los, e a seguir trazê-los para o cumprimento de uma missão não tendo especificado do que se tratava, nem tão pouco contra quem, como agora o faço, pergunto-lhes: - “se alguém não estiver disposto para prosseguir providenciarei sua evacuação para a Academia”. Não houve manifestação de desistência, todos se mostraram dispostos para o prosseguimento.

PRIMEIRO CONTATO COM A FORÇA Oponente

Recomeçamos a marcha de aproximação com o desdobramento inicial - Escalão de Reconhecimento e Escalão de Apoio ao reconhecimento.

Transposta a cidade de Barra Mansa e, logo a seguir, ao alcançar uma elevação (possivelmente altura do km 112), decidiu o Ten Mendonça, acompanhado do Cadete Tito, observar o terreno a jusante da linha de elevações, para complementar a observação da patrulha. Abandonando o Jeep no corte do terreno, galgaram a elevação para uma melhor vista do terreno. Neste momento, elevaram-se de posições já ocupadas no terreno, um Aspirante a Oficial e um sargento que os imobilizaram com suas metralhadoras .45. Decorridos instantes, sem uma palavra das partes, o primeiro a falar foi o Aspirante a Oficial que assim se expressou: “Tenente, o Sr. dentro de nossas linhas?”. Recuperando a iniciativa assim falou o Ten. Mendonça: “quem está comandando esta posição?” ao que redargüiu o Aspirante: “o Major ...”, “então chame o Major para parlamentar”, retrucou o Ten Mendonça. Ao virar as costas o Aspirante, para chamar o Major, disse o Ten Mendonça ao Cadete Tito: “vamos embora”. Ato contínuo, dirigiram-se à viatura, deixando sem iniciativa o sargento, e voltaram para junto do Escalão de Reconhecimento informando sobre a localização avançada das tropas do Rio.

OCUPAÇÃO DA POSIÇÃO DEFENSIVA

Informado ao Comandante do Grupamento Tático, foi decidido instalar o Curso de Cavalaria em posição defensiva avançada, com a missão de retardar as forças oponentes nas linhas de alturas que cobriam pelo sul as instalações da Usina Barbará, fabricação de canos de ferro fundido sem costura.

O limite esquerdo da posição assentava-se na elevação próxima ao canteiro de obras e depósito de máquinas da firma Camargo Corrêa e o seu limite direito no início da antiga estrada Rio — São Paulo que demandava a fábrica de caldeiras a vapor Babcock..

À frente da posição, sobre a BR Rio - São Paulo, estendia-se a ponte de concreto transversa que levava à cidade de Barra Mansa.

DIFICULDADES NA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA POSIÇÃO DEFENSIVA

A configuração física do terreno ocupado apresentou dificuldades, superadas em verdade, à instalação e operação da posição defensiva do GT, em particular para as peças de artilharia, o que lhes obrigaria a execução do tiro vertical. A extensa rede de energia elétrica, de alta tensão, que permeava todo o vale faria sentir sua influência sobre a aparelhagem de regulação do tiro. A precariedade de meios de comunicação próprios para a região iriam dificultar sobre modo as ligações com os elementos da retaguarda. As comunicações da linha de frente com a retaguarda se efetivaram apenas com o deslocamento de viaturas. Como não deveríamos impedir totalmente o fluxo de viaturas civis que demandavam a

São Paulo, bloqueei apenas meia pista, valendo-me das máquinas de terraplanagem da firma Camargo Correa, em depósito próximo à posição.

As informações sobre o deslocamento das tropas oriundas do Rio, a seguir me eram fornecidas pelas viaturas civis que provinham do Rio. Muitas viaturas que na posição avançada chegavam, após um diálogo, voltavam até o belvedere Viúva Graça, ponto turístico à retaguarda da posição oponente, para trazerem informações mais precisas.

A voluntariedade e o desejo de colaborar em informações se fazia sentir de forma efetiva pelo elemento civil.

PROCLAMAÇÃO DO COMANDO DA ACADEMIA À ESCOLA NAVAL E DE AERONÁUTICA

Proclamação dirigida, principalmente, aos colegas da Escola Naval e de Aeronáutica.

Irmãos das Forças Armadas:

Os Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras, ao deixarem os bancos escolares onde, com dedicação e desprendimento, preparam-se com sacrifícios diuturnos para a preservação dos valores fundamentais da Sociedade Nacional, o fazem com o legítimo orgulho de poder contribuir, embora no início de sua vida militar, com sua parcela de desassombado patriotismo e inexcedível altruísmo para a permanência de nossa querida Nação em seus invejáveis desígnios históricos.

Neste momento, dirigem a todos os integrantes das Forças Armadas, e de modo especial e fraterno, aos seus colegas da Escola Naval e da de Aeronáutica, um patético apelo para que ombriem consigo neste momento histórico que o povo brasileiro vive, em busca de tranqüilidade na Ordem e da Justiça, valores inalienáveis de uma sociedade organicamente estruturada.

Em troca desta inestimável solidariedade, os Cadetes de Caxias oferecem toda a pujança de seu brio de jovens idealistas e toda a determinação de se esforçarem, até além da medida de suas forças, para a manutenção dos princípios religiosos, morais e culturais que sempre constituíram traços inconfundíveis da civilização pátria e apanágio glorioso de nossos antepassados.

Que se meschem os símbolos da Pátria ao pulsar de nossos ardentes corações para que em breve possamos perceber os acordes maviosos da paz, da união e do respeito a tudo quanto aprendemos a honrar e glorificar, tornando-nos aptos a, juntos, proclamarmos a vitória do Brasil.

ACOLHIMENTO DA BATERIA OPONENTE QUE PASSA AO NOSSO LADO

Cerca de 1300 horas de 01 de abril, encontrando-me à frente da posição, notamos o deslocamento de uma viatura militar em direção à posição, em alta velocidade. A dificuldade inicial de identificar sua intenção deixou-me na dúvida

de comandar a abertura de fogo.

Porém, em um instante, a percepção de um pano branco acenando deu-me a premonição de que poderia ser elemento em missão de paz. E de fato o era. Tratava-se do Cap Willy Seixas, acenando com sua camiseta branca de educação física, conduzindo uma bateria do Grupo Escola de Artilharia que fez ultrapassar a posição das linhas oponentes e passava para o lado da Academia. Ao recebê-lo, visivelmente agitado, na posição declarou-me da necessidade de seu pronto acolhimento uma vez que os sargentos das peças estavam presos na boléia das viaturas.

Acolhida na posição a bateria, indiquei ao Cap Willy Seixas o caminho para a Academia, pela dificuldade de conservar os elementos presos na posição defensiva.

Tendo chegado à posição o Cap Adyr Correa da Cunha, encarreguei-o de conduzir a bateria e seus elementos à Academia, onde ficou alojada no estádio Mark Clark.

É de se ressaltar que a dificuldade inicial de identificação na linha de frente quando da aproximação das viaturas da bateria e o não comandamento de abertura de fogo, vai repetir-se com a posição da Infantaria, à minha retaguarda, pela falta de eficientes meios de comunicação em nossas posições iniciais.

Tão logo a bateria foi acolhida, em nossa posição surge uma viatura isolada conduzindo um sargento do Grupamento de Unidades Escola portando uma mensagem escrita para ser entregue ao comandante da bateria. A mensagem por mim recebida era de autoria do E2 do Grupamento Escola e determinava que a bateria retornasse imediatamente à sua origem.

Após a leitura, encarando o sargento portador da mensagem, assim me referi: “Sargento, você tem um minuto para fazer meia volta, retornar e dizer ao seu chefe que venha buscar a bateria”.

Ao relatar o fato ao Cel Moacyr Barcellos Potyguara, que havia chegado à frente, este pediu-me para guardar consigo a mensagem escrita.

CHEGADA À POSIÇÃO DO Gen ÂNCORA, PARA CONFERENCIAR COM O Gen KRUEL

Às primeiras horas da tarde do dia 01 de abril fui alertado que passaria pela minha posição o Gen Âncora, Comandante do I Exército, então nas funções de Ministro do Exército, no impedimento de seu titular, para um encontro na Academia com o General Amaury Krueel, Comandante do II Exército.

Ao se aproximar da posição a viatura parou e identifiquei no seu interior o Gen Âncora e o seu Chefe de Gabinete o Gen Enio da Cunha Garcia. O Gen Enio abriu a janela do seu lado e, encarando-me, assim se expressou: “Ué, você por aqui?”. Ato contínuo, em poucas palavras, respondi-lhe com firmeza: “General, o Senhor conhece o caminho para a Academia, portanto não vou mandar

acompanhá-lo, passe”.

Soube, a posteriori que, na Academia, o Gen Âncora já era esperado pelo Gen Kruel e que, no diálogo, este guardara superioridade em razão da pronta movimentação e chegada de suas forças à região. Após o encontro, o Cel Obino Lacerda Álvares, do Estado-Maior da Academia, foi à frente da posição e informou da trégua acordada entre os Chefes em Operações. Acertado ficou que as duas forças em litígio manteriam suas posições sem dar um só passo mais à frente, e não disparariam um só tiro. Acertado, também, que as tropas da Academia seriam substituídas em suas posições pelas tropas oriundas de São Paulo, que já teriam alcançado as construções da futura pousada Fernão Dias, na região de fábricas (saída de Resende).

Caiu a tarde, começando a escurecer, e não fomos substituídos, pela alegação de dificuldades de substituição à noite. Permanecemos em posição até a manhã do dia seguinte, 02 de abril.

FATOS MARCANTES DA SITUAÇÃO DEFENSIVA

Às 0200 horas de 02 de abril, em uma ronda pelas posições, encontrei numa delas - sobre a ponte transversa do Rio Paraíba, à frente da posição - o Cadete Luiz Cesário da Silveira que, inquirido da situação, assim respondeu, com suas mãos empunhando a Metralhadora Browning .45: “por aqui ninguém passa Capitão”.

A superioridade da força oponente não era considerada e não intimidava a ninguém.

Pela manhã do mesmo dia, quando saímos de posição para sermos substituídos pelas tropas de São Paulo, notava-se a fisionomia dos substituídos, visivelmente empalidecida, barba muito crescida e uniformes rasgados pela ação da vegetação (unha de gato) - era o estresse causado por uma noite em posição, sem dormir e a tensão de um possível combate.

Importa ressaltar que no cumprimento da missão recebida e desempenhada pelo Curso de Cavalaria são dignos de registro a coragem, a disciplina militar, sem que tenha ocorrido um só deslize, o desprezo ao perigo e o entusiasmo no cumprimento da importante missão.

RETORNO À ACADEMIA

Substituídos na posição em 02 de abril, pela manhã, pelas tropas do 5º RI, após o café servido no corte da estrada Rio-São Paulo, preparamos o regresso à Academia.

Em lá chegando a tropa foi inspecionada no largo fronteiro ao Portão Monumental da Academia pelo seu Comandante, Gen Médici. Após a inspeção, a tropa desfilou entre alas de familiares e funcionários civis desde o portão de entrada da Academia até o saguão principal, sob uma comovida recepção e de

seus aplausos. Encerrava-se a participação de uma tropa de Cadetes em operações no Vale do Paraíba com uma formatura no Pátio Ten Moura e a leitura da Ordem do Dia do Comandante da Academia, onde se destaca:

“Após 29 anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranqüilidade de nosso país. Vós o fizestes com pleno sucesso e com admirável galhardia. Que, por isso, a História Pátria lhes reserva uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo país que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado. Cadetes: pela história, atingis os umbrais da glória”.

POSFÁCIO

O cumprimento da missão imposta ao Grupamento Tático envolveu para sua Vanguarda, também a missão de Reconhecimento — com vistas à localização e retardamento das forças oponentes.

Importa redizer que a missão de reconhecimento exige do executante: audácia, coragem, desprezo ao perigo, vivacidade, rapidez e oportunidade da informação. O reconhecimento levado a efeito pela Vanguarda para localizar a tropa que do Rio demandava São Paulo, ao longo do Vale do Rio Paraíba, proporcionou aos Cadetes integrantes da Vanguarda, o cumprimento, em uma situação real, da específica e importante missão da Arma de Cavalaria — Reconhecer e Informar.

Nota

O IHTRGS, através desta publicação, homenageia a nossa preciosa escola de formação, a Academia Militar das Agulhas Negras, bem como o seu comandante da época, um dos mais exemplares generais do nosso exército, além de um dos melhores presidentes que este país já teve, o insigne Gen EMÍLIO GARRASTAZÚ MÉDICI. Homenageia, ainda, e agradece, ao prezado Cel Walter Kluge Guimarães, que é o autor do livreto do qual se originou esta publicação.

A AHIMTB e o IHTRGS estão certos de que este trabalho é extremamente oportuno na atual quadra que vive o nosso país.

Luiz Ernani Caminha Giorgis - Cel Inf EM
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Nº 35 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

BOAVENTURA FERREIRA - VAQUEANO

Juarez Nunes da Silva(*)

O tempo que nos faz custado, por certo é remédio para muitos males. Para uns vivos, é lenitivo pras dores das pisaduras deixadas no lombo, que

carregou pares de anos; para outros, é uma carreira perdida campeando regalos. Mas, há aqueles que o tempo é uma fieira de madrugadas, que pouco importa a quantia, mas que a cada aviventar do trafugueiro no fogo de chão, para o primeiro mate da aurora, ele sente que o tal tempo poderia levá-lo apenas embuçalado, mas livre para poder manotear se fosse preciso, pois o que derruba as taipas de pedra não é o tempo, mas os coriscos do céu. Pois, entre estes tauras, havia Boaventura Ferreira, um homem rústico que nem porteira, pegado assim no campo sem grosear os cascos, mas direito como listra de poncho. Era morrudo como touro alçado e tinha a tez e os olhos claros. Sempre bem vestido, quase sempre com seu pala, todo pacote, era notado por onde cruzava.

Boaventura Ferreira se criou lá para os lados de Cambará do Sul, mas não tinha paradeiro certo, se dando mais a levar uma vida de vaqueano, debaixo do seu chapéu. Viveu nos tempos que a “gravata colorada” enlameava as carquejas dos campos com sangue. Aliás, não era bem o que ia dizer, mas os corredores viviam assinalados do banditismo daquela época, com marcas de desrespeito semeadas pelas coxilhas, como nas cercas de arame cortadas a facão, gado carneado e retirado só o costilhar e, volta-e-meia, algum trabuzana jogado em alguma várzea, pastoreado pelos corvos, beneficiado por algum pica-pau castilhistas - quase sempre levavam a fama das degolas do lugar. Mas, Boaventura Ferreira não tomava partido da “revolução” para que pudesse preservar o legado dos seus ancestrais, que era buscar aquilo que a razão mandava, o que era certo e honesto, nem mais, nem menos.

Naqueles idos, os donos das “pelegas” estavam com os seus “ter” dentro dos alambrados. Ou se era fazendeiro, ou peão destes, ou então, seguia o seu rumo como um tapejara, sendo patrão do próprio destino. Boaventura Ferreira era um destes últimos, e seus ouvidos não estavam afeitos a receber ordens. Portanto, por ser vaqueano e dono do seu destino, se ajustava a comitivas de tropas que cruzavam pela serra. Há quem diga que sabia contar quantos cupinzeiros haviam por aqueles pastos. Se tivesse carnação, marcação de gado ou castração de touro, não considerava uma changa, mas diversão, chegando até obrar pelo gosto de saborear uma costela assada ou bagos na brasa. Era um homem de poucas palavras, a não ser quando assuntava com paciência aos moços e, aos mais velhos, mostrava o consentimento ou a contrariedade apenas no olhar, que era como a luz do sol que atravessa num “upa” a água do açude. Poucos o viram sorrir, mas é certo que, no retrechar das tropas, deve ter rido de si mesmo, nos “recuerdos” que lhe avizinhavam a memória. Preferiu cruzar os dias sem muitos aprochegos com os viventes, pois como diz o ditado: “é mais fácil andar de pés descalços entre caraguatás, do que caminhar a trilha do diz-que-diz, onde o boato planta fatos e a malícia colecciona espinhos”. Não lhe agradava assistir índio retovado, levantar grimpa por “poca cosa”; evitava meter-se em engrólios, mas se houvesse “percisão”, sovava a tala do mango. O que lhe

deixava como cruzeira na cria era assistir atos de injustiça.

Mas, na carreira do tempo, sempre há os desafios. Certa feita, Boaventura Ferreira acabava por terminar uma empreitada de levar umas cabeças de gado de uma internada para outra, e resolveu ir até o bolicho da vila, “pramode” fazer o seu sortido e mudar para os vícios do dia-a-dia. Ao chegar à frente do rancheiro, montado num picaço quilinudo, daqueles de se lavar com um bochecho d’água, sentiu o cheiro de gangolina no ar. Enquanto prendia o animal no varejão do amarrador, presenciou três índios maulas empurrando um negro velho ensangüentado da soleira da porta para fora do bolicho, ao mesmo tempo que lhe açoitavam a cara, atracados como porco em lavagem.

Aquela covardia lhe deixou azedo como pêssego do mato. Enrestado da barbaridade que se passava, com muito jeito pediu que acabassem com aquela injustiça. Foi como acoar em sombra de corvo e quem está montado na razão, não precisa de esporas e já foi alçando o mango pela tala, deitando roça nos aspas-tortas, que afocinhavam o chão a trompaço de argola. Os boca-brabas se emulitaram dentro do bolicho e quando Boaventura cruzou o baldrame, eles se oitavaram no balcão e sacaram das xerengas. Quem mete cavalo em passo cheio, está sujeito a nadar e a “cosa” ficou osca: a argola do mango provocou sérias pisaduras na cara dos aruás que não afrouxaram o cogote na primeira palanqueada e o entrevero evoluiu pra um quebra-quebra que o bolicheiro sumiu como umbigo de gordo. Por final, Boaventura Ferreira frouxou a tamina de mango e deixou que os troviscados se fossem à la cria.

Pois, as pelegas que reservara para mudar uns munícios ele acabou deixando pro bolicheiro por conta dos estragos. O negro velho? Bateu a plumagem e nem deixou rastro. Mas, quando o lamaçal do chiqueiro é grande, é sinal que o porco é taludo. Não é que aquela peonada era de um tal de Onório Lamão, um fazendeiro proprietário de algumas sesmarias de terras, algumas compradas, outras tomadas, e pra encurtar o relato, homem que devia se evitar dar as costas de tão ladino. Pois enquanto a galinha lambe a orelha, o tal Onório já sabia do sucedido e, inquilizado, prometia de retovar de brasino a paleta do Boaventura.

Bueno, cavalo de campo não bebe água em balde e nem se atola em tremedal pra matar a sede. Boaventura Ferreira de nada temia, mas mantinha tenência ao cruzar caminhos de escoteiro. Levava sempre ao alcance do palmeio os instrumentos para rudes cirurgias ou tratamentos pra “afastar encostos” de quem precisasse: a faca de palmo e meio, um legítimo ‘schimitão’ que soltava línguas de fogo de meia braça e o mango de tala mui sovada. Mas o tempo se ia a galope e cada vez mais os relatos que devia ser de somenos importância sobre a surra que os peões levaram no bolicho, fugiam dos conformes, ganhavam novos enredos e se encobriam de peleia desumana: Boaventura já estava prometido de morte pelos peões de Onório Lamão.

Mas, os marcas-borradas andavam nos garrões de Boaventura, mas não conseguiam agaturrá-lo, e nem por isso ele deixava de ir e vir pelos corredores, montado no seu picaço de cola comprida, que movia as patas traseira e dianteira do mesmo lado, atravessando, numa marcha de cavalo de general: uma estampa que dava bonito retrato. Pois, a coisa ia indo assim, não fedia e também não tinha bom cheiro, como bosta de pomba. As carreiras tinham escasseado, pois a “revolução” dos pica-paus e maragatos tinha arrebanhado a peonada que sabia montar. Restava ao picaço, que também era bueno de carreira, só as lidas das tropeadas.

Eis que logo anunciaram a tão esperada Festa de São Roque, padroeiro de uma paróquia lindeira dali. Chegado o dia da tal festa, era hora de parar um pouco de pelar mondongo e entreter as meninas dos olhos. Então, Boaventura Ferreira foi se chegando como pastor de zorrilho, cuidando de longe aquele povaréu feliz, como se tomassem mate com rapadura.

Boaventura era mais conhecido que marca de fazenda velha, e tinha o respeito que precisava. Bombeou para os quatro ventos e não viu ninguém da tal pandilha do Onório. Engraxou a faca numa costela gorda, dobrou o cotovelo a vontade, presenciou os carteados de truço, mas não quis fazer costado, para não se enredar nas quartas. Naquele dia, estava com o semblante pronto para gacionar. E o que é bom deu início num ronco de cordeona de voz trocada. Gaita e prenda é uma combinação falquejada nos galpões do céu. Tratou de campear uma chirua e a sorte não lhe foi madrasta: tava ali uma caficha e fachudaça prenda, ansiosa para o prazer de uma contra-dança. Tal qual um feitiço pinchado no peito, Boaventura foi aliviando o pala. Em seguida, aprumou o nó do lenço maragato, ajeitou a prateada do lado esquerdo, entregou o ‘schimitão’ e o mango para o bolicheiro guardar, afilou a ponta do chapéu com as duas mãos, e se foi, pisando bem ensebadas botas lajeanas em direção àquela criação bem feita de Deus. Foi feitiço duplo, pois a menina-moça ficou a mirar aquela estampa bem apresentada de chirú, vindo em sua direção em “tilins” cadenciados das “chilenas”. Numa conversa de improviso, como tento de arame, já enlaçou a pinguancha e saiu numa rancheira valseada. Foi amor à primeira vista. Com os sorrisos engessados, eles dançaram muitas marcas. Talvez tenha sido a única vez que alguém viu um sorriso no rosto de Boaventura Ferreira.

Numa tomada de “forgo”, saíram a caminhar por volta do salão da paróquia até que chegaram num rústico galpão. E os desejos são maiores que a vontade e os dois se emulitaram ali pra dentro, transformando aquele rude abrigo numa alcova de amor por poucos quartos de hora. Mas se o Diabo não comparece na festa, pelo menos envia essência de enxofre pra não ser esquecido. Pois não é que a prenda era a filha querida do tal Onório Lamão? E não é que a peonada do Onório havia recém chegado à festa e enxergaram o Boaventura com a filha do patrão, ladeando a cerca de uma lavoura de milho?

Boaventura também os viu e não se apertou: cumprimentou-os, de longe, gestualmente. Ginete que não se apruma nos bastos, descamba pro chão, e foi se indo ao bolicho recolher o 'ferramental' que pedira pra guardar. Bueno, a festa pra ele estava no arremate e não era dia de carnação pra sentir cheiro de sangue. E pra findar os assunteios, se foi saindo com um "até mais ver" prá linda prenda que acabara de ter como sua.

O que era bom, já havia terminado há muito tempo. Onório Lamão ao saber do acontecido ficou mais sem graça que vaca encilhada. Passado uns pares de lua, o enxofre do tihoso fazia o seu efeito: a prenda ficou prenha do Boaventura. Aí sim, Onório ficou mais contrariado que gato a cabresto. Mandou fazer um rancho nos fundos das suas terras e lá internou a prenda embarrigada, que chorava de arrancar soluços das pedras. Exigia agora, que mandassem o Boaventura para a invernada do nunca mais.

Boaventura Ferreira soube do ocorrido e ficou invocado tal qual cusco que lambeu graxa. Aguardava o momento de correr o marfim. Daquele dia em diante, seus sentidos se voltavam para aquele fundão de sesmaria - muita coisa dele estava lá e ele não tinha como chegar.

Mas deixa estar que, numa comitiva que fizera parte até Tubarão, soube por um gurupi que chegara uma tropa de gado de Onório Lamão. O capataz da tal tropa, de marca quente, alardeou que ia ficar de campana na subida da serra para apanhar o perseguido. Boaventura ficou a trocar orelhas e não deixou a sua sombra esfriar a terra: se foi serra acima e ficou à espera do tal, calmo como água de poço, esperando o laço do balde. Horas correram e o capataz apareceu. Boaventura se postou na sua frente e foi direto: "Tô aqui, vivente!" e disparou um tiro certo no meio das 'idéias' do tal e já tratou de enterrar a casca do infeliz.

E foi assim por uma pontada de anos, dando mangaços aqui, disparando lobunas ali e o perigo começou a mermar, que até parecia já ir para o esquecimento. Desde o encontro com aquela prenda, Boaventura andava como cotiara que perdeu o veneno - lhe faltava algo: o brilho do rosto dela e o desejo de ver o fruto daquele amor, que estava impedido de ver. Eis que num baile de ramada, para afogar as mágoas, acabou num relambório com duas "pelos largos". A meia-guampa, ele seguiu com elas para uma tapera velha. É certo que não houve descuido, mas ele foi seguido pelos peões de Onório. Boaventura Ferreira por certo não descuidaria, se não quisesse. Talvez fosse a hora de por fim aquela acoria louca que lhe tomava o peito.

Era um anoitecer igual a qualquer outro. Enquanto o capim ondulava como trigal maduro sob o vento, os calaveiras enfiaram as pontas das comblains de carregar pela boca pelas frestas da tapera e dispararam uma carga de fuzilaria contra Boaventura e as gurias. Tudo ali terminava antes de terminar. Depois de muitas horas, conhecidos se aproximaram do local e de lá tiraram os corpos sem vida.

Boaventura fora enterrado envolto num couro de boi brasino, quem sabe por que também brasinou o tempo do seu jeito, sob uma cruz de camboim falquejada. Boaventura Ferreira nunca se abatau diante do perigo ou se afrissurou ante ao abantesma da perseguição injusta. Era um homem de um tempo difícil e seguia o seu próprio tino, sem se apartilhar com patrão ou facção política, sobrevivendo a miles desavindos, por que tinha cerne de inhaduvá.

A árvore foi abatida, mas deixou o aroma correndo pelas gargantas dos aparados, mais a semente no seio daquela prenda que foi exilada nos fundos da sesmaria. Os frutos se espalharam na sua descendência, levando a essência do seu cerne, como lascas do mesmo pau. A memória de Boaventura Ferreira é lembrada nas atitudes e no semblante daqueles que levam o seu nome. Um Ferreira que dali descende demonstra a disciplina do patriarca; apego pelas coisas simples; respeito e humildade, mas firmeza nas decisões; gosto pela vida alegre, mas respeitosa; apego à verdade e justiça; forte sentimento solidário e mais que tudo, um amor desmedido a terra-mãe. Quiséramos ter nossos campos povoados com gente desta cepa forte, como o de Boaventura Ferreira - quiçá o Urugui ainda seria uma invernada riograndense.

Concurso Literário Gaúcho - ENART 2006
Modalidade Conto - PREMIADO 2º LUGAR

(*) O autor é nascido a 27/03/61, em São Francisco de Paula - RS. É Administrador de Empresas, com bacharelado em Ciências Contábeis pela UCS, pós-graduado em Controladoria financeira e custos. É capitão R/2 do EB (arma de artilharia). É membro da ADESG, da AHIMTB, do INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RGS, do Conselho Diretor do MTG e Sócio do CTG IMIGRANTES E TRADIÇÃO de Caxias do Sul - RS. Autor de diversos projetos culturais no âmbito do MTG. Pesquisador, palestrante e divulgador de matérias sobre usos, costumes, tradição, folclore e história do RGS, nos jornais, tv e rádios locais. Premiado em 4 edições do ENART na modalidade "Conto Literário Gaúcho" e 'Causos Gauchescos de Galpão'. Foi representante da delegação gaúcha no FEFOL 2003 (festival de Folclore) de Olímpia - SP, como palestrante (matéria publicada na edição do FEFOL). Integra a Equipe de Avaliadores do MTG para concursos Estaduais de Prendas e Peões Farroupilhas do RGS. Foi Patrão, Coordenador de invernadas, conselheiro do CTG, da 25ª RT, coordenador cultural e atualmente dança na invernada veterana (do qual é fundador) do

CTG Imigrantes e Tradição. Recebeu as menções: Diploma "João de Barro", outorgado pelo MTG; Medalha do "Mérito Farroupilha", do Instituto de História e Tradições do RGS; Título de "Peão de Honra", do CTG Heróis Farroupilhas; e Título de "Patrão de Honra", do Recanto da Tradição do 3º GAAAé.

Pequeno glossário de termos gauchescos usados no texto

Abantesma - fantasma, assombração; Acoar - latir, ladrar; Afrissou - de afrissurar-se, apressar-se; Agaturrar - agarrar, apanhar; Á la cria - ir embora, fugir; Aproximos - relações, contatos, convivência; Aruá - indivíduo brigão; Baldrame - nas construções: peça de madeira colocada sobre os alicerces para o apoio dos barrotes do assoalho; Botas lajeanas - feitas em Lajes, SC; Brasino - em brasa, vermelho; Bueno de carreira - bom de corrida de cavalo, veloz; Caficha - bonita, vistosa, linda; Calaveira - viciado em jogo de azar, trapaceiro; Changa - pequeno trabalho, biscate; Chirua - china, cabocla, mulher; Comblain - arma de fogo longa e antiga, de carregar pela boca; Costilhar - a parte da carne que cobre as costelas da rês, que é carne muito saborosa; Cruzeiro na cria - a cobra urutu em época de acasalamento; Cusco - cachorro campeiro; Embuçalado - com o buçal, enganado, iludido; Emulitar - alusão à mulita (tatu), esconder-se; Engrólio - trapaça; Enrestado - farto, saciado; Fachudaça - muito linda, bonita, formosa; Gangolina - ameaça de revolução, conflito; Gavionar - tornar-se arisco, fugir; Gravata colorada - alusão aos revolucionários de 1893; Grosear - limar os cascos; Gurupi - intrometido, alcoviteiro; Inquizilado - incomodado, zangado; Lindeira - vizinha; Manotear - coicear, dar golpes; Marca-borrada - alusão ao animal mal marcado a ferro em brasa, indivíduo velhaco, tramposo; Maula - ruim, de má índole; Morrudo - grande, corpulento; Munícios - gado de corte que ia à retaguarda das tropas em deslocamento, para alimentação; Osca - feia, escura, preta; Pandilha - bando, grupo; Pelegas - dinheiro; Picaço - o cavalo preto com patas brancas; Pinguancha - moça, rapariga; Quilnudo - com crinas abundantes; Relambório - banal, sem graça, comum; Retovado - forrado com couro, figurado: fingido, falso; Retrechar - andar devagar, lento, com preguiça; Schimitão - o revólver Smith&Wesson; Tamina - surra; Tapejara - guia de caminhos, vaqueano; Taura - valente, arrojado; Tenência - cuidado, precaução; Tilins das chilenas - o tilintar das esporas do tipo chilenas; Trabuzana - homem destemido, valente, brigador; Trafugueiro - tição, pai-de-fogo; Tremedal - pântano, atoladouro; Trompaço - choque, golpe, trombada; Truiscado - embriagado; Xerenga - faca velha;

Luiz Ernani Caminha Giorgis - Organizador - Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

**Homenagem do IHTRGS ao falecido historiador e tradicionalista
Major ANGELO PIRES MOREIRA (1913/2006)**

Nº 36 - dezembro de 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

Major ÂNGELO PIRES MOREIRA (1913-2006)

Faleceu em Pelotas em 25 de novembro de 2006 o historiador e tradicionalista gaúcho **Ângelo Pires Moreira**, personalidade de expressiva atuação como historiador pelotense, articulista freqüente dos jornais **Diário Popular** e **Correio da Manhã** e tradicionalista destacado na **União Gaúcha J. Simões Lopes Neto**, personagem esta da qual foi um dos biógrafos e o tinha como patrono de cadeira nas **Academias Canguçuense de História (ACANDHIS)** e **Sul Rio Grandense de Letras**. Durante sua longa vida militar serviu, até ser transferido para a Reserva, no **9º Batalhão de Infantaria Motorizada - o Batalhão Tuiuti**.

Nasceu em 10 de outubro de 1913 em Canguçu, mas foi consagrado cidadão pelotense pelos relevantes serviços culturais prestados a Pelotas da qual se considerava filho adotivo. Foi um dos integrantes da família Moreira que revelou gosto e dedicação para a literatura, história e tradicionalismo.

Era seu bisavô José Inácio Moreira Filho que, jovem, foi Chefe de Gabinete do Ministro Farrapo Ulhoa Cintra. Em 1857, ao ser criado o município de Canguçu, foi para lá enviado como o seu primeiro serventuário de Justiça. Possuía intimidade com as letras. Eram seus filhos Franklin Máximo e Carlos Norberto Moreira, que colaboraram e colecionaram o **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul**. Esta coleção foi mais tarde herdada por Luís Carlos Barbosa Lessa e inspiração para a sua consagração como filósofo do Tradicionalismo Gaúcho e um dos gaúchos do século 20.

Entre as suas filhas, destaque para Amenaide Moreira, da qual descende Mário (Moreira) Barbosa de Mattos(seu neto), atual vice-presidente do Instituto Simões Lopes Neto.

De Carlos Norberto descendem os escritores (seus netos) **Ângelo Pires Moreira** e o autor, e seus bisnetos Luiz Carlos Barbosa Lessa, citado, e Clóvis Rocha Moreira. E de Franklin Máximo Moreira, veterano do Paraguai e fundador do Clube Harmonia, descende seu bisneto Cairo Moreira Pinheiro, o genealogista da família Mattos Moreira e também escritor e animador cultural. Menos Cairo, os demais constam do **Dicionário Bibliográfico Gaúcho**.

.O Major **Ângelo** deixou Canguçu para ingressar no Exército em 1931 tendo participado, como cabo, de Operações no Vale do Paraíba, integrando o então 9º RI e no combate a Revolução de 32. Fez o curso primário no Colégio Elementar em Canguçu, em antigo prédio transformado em 1957, no Centenário de Canguçu, em Casa do Centenário. E aí, conforme conluo de foto de 1927, foi colega de suas irmãs Sara e Leda, primas e irmãs Luiza e Carmen Bento, de Dulce Bento, Amália Schroeder, João Albano de Souza e Georgina Quadros, futura professora desta escola.

Ângelo aproveitou para tirar o Curso de Contador no Colégio Gonzaga, o que recorde como aluno pensionista de 1945/48. Mais tarde, em 1958, formou-se em Direito.

A História de Pelotas era a sua paixão. Já membro de alguns institutos históricos insisti com ele para que fundasse o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, colocando em suas mãos estatutos de instituições do gênero.

Ao servirmos como soldado e cabo da 3ª Cia de Comunicações, em 1950, acantonada em dois pavilhões atrás do Pavilhão de Comando do 9º RI o avistei diversas vezes. E então já era subtenente. Éramos então dois estranhos no ninho.

Em 1970 fui apresentado a ele, já na Reserva, por meu cunhado Agostinho Viana. E aí surgiu uma forte e longa ligação e afinidade cultural. E por seu intermédio comecei a escrever longos artigos históricos na Coluna **A Querência, da União Gaúcha J. Simões Lopes**, no **Diário Popular**. Ele era então destacado e ativo tradicionalista da citada União Gaúcha. E por muitos anos escrevi para a citada coluna matérias históricas por intermédio do Major Ângelo. Meus artigos de estréia na imprensa tiveram por título:

-As charqueadas de Pelotas - influência no povoamento do Sul - projeção econômica e social e como foram vistas por Saint Hilaire, Debret e Herbert Smith. 1º e 8 de março 1970.

- Canguçu por volta de 1780-1804. 15 março 1970. O 1º artigo foi minha estréia nas letras.

Em data recente, em visita que lhe fiz de pêsames, ele me entregou uma pasta contendo todos os originais dos meus trabalhos que intermediou na Coluna A Querência e me cedeu e copiei uma pasta de artigos escritos pela amiga e notável historiadora pelotense Heloísa Assunção do Nascimento, que tive o prazer, de junto com ela, ser agraciado pela Câmara de Pelotas com a Comenda J. Simões Lopes Neto, em 18Set1986.

Major Ângelo e D. Heloísa que tive o prazer de empossá-los sócios correspondentes da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) em 2001, no Quartel General da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, ao ali lançarmos nossa obra em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, a **História da 8-Bda Inf Mtz - Brigada Manuel Marques de Souza** (1º). Recordo que ali o Major Ângelo mencionou que o primeiro Estado-Maior, no Brasil, nos moldes atuais, foi criado em Pelotas pelo General Brown (que estudei na obra **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**, 1975), antes de partir para reforçar o Marquês de Barbacena na Guerra Cisplatina (1825/28).

Ele conhecia a fundo a História de seu querido 9º RI e gozava de excelente conceito com todos os militares da guarnição, pois era profundamente sério, ético e solidário.

O Major Ângelo era bisneto do simbolista farrapo Bernardo Pires, autor da primeira bandeira da República Rio Grandense. E a seu pedido, em 1971, produzimos o livro **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul**, Recife: UFRPE, 1971 e prefaciado pelo grande ambientalista professor J. Vasconcelos Sobrinho. Livro em que biografamos seu bisavô Bernardo Pires, ligado à criação

dos símbolos da República Rio Grandense. Personagem que faleceu em Pelotas com 101 anos, em 9 de novembro de 1891, no prédio 81 da rua Manduca Rodrigues, entre as ruas Gen Argolo e Avenida Bento Gonçalves. E a ele se deve a proposição vitoriosa feita ao Presidente da Província Cel Jerônimo Coelho para criar há 150 anos atrás o Município do Canguçu.

Em 1986, no curso das Comemorações do Decênio Heróico Farroupilha contamos com o seu notável concurso, como coordenador, para fundarmos o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Cerimônia que teve lugar em concorridíssima cerimônia no Auditório da Escola Técnica Federal de Pelotas, em 10 de setembro de 1986, no Sesquicentenário do Combate de Seival, que criou condições para a Proclamação da República Rio Grandense, no dia seguinte, no Campo do Menezes.

Feitos históricos no município de Piratini, marcado pela vitória da Divisão Liberal de Antônio Neto, constituída por forças recrutadas no vasto município de Piratini, então integrado pelos seus distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí. Esta é a verdade histórica. E teve o Major Ângelo destacada participação no 2º Encontro do IHTRGS que teve lugar, sob sua coordenação, na sede da União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, onde abordamos em conferência o assunto **Os sítios farrapos de Porto Alegre**.

Em 1988 ajudou na fundação da Academia Canguçuense de História, onde assumiu a cadeira João Simões Lopes Neto, o historiador de Canguçu em 1912, em Bosquejo Histórico de Canguçu na **Revista do Centenário de Pelotas em 1912**, nº 4. Presença do hoje consagrado autor tradicionalista a convite do Intendente Cel Genes Gentil Bento para registrar o centenário de Canguçu como Freguesia. Ocasão em que se destacou no fornecimento de informações a Simões Lopes Neto o intendente e Carlos Norberto Moreira, avô de Ângelo e do autor, conforme registrou Simões Lopes Neto. E aos 75 anos o Major Ângelo exerceu as funções de Vice Presidente da AHIMTB, as quais logo transferiu a Professora Yonne Maria Scherer Bento, por dificuldade de se fazer presente com frequência em Canguçu. E sua cooperação conosco foi valiosa ao consultar jornais de Pelotas e copiar assuntos de interesse da História de Canguçu que colecionamos, em encadernações indexadas que fazem parte do acervo da ACANDHIS.

Um dos seus pleitos ao Povo de Pelotas era a construção de um monumento ao Duque de Caxias, por ele haver, pessoalmente, depois da Pacificação Farroupilha “recolocado Pelotas no caminho do progresso”, o que foi motivo de pesquisa pessoal sua que transcrevi parte as p. 166/167 de nossa obra **Caxias e a Unidade Nacional**. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

“Pelotas que vinha num progresso notável ficou 8 anos acéfala, as atividades de suas charqueadas cessaram. Seu território trocou de mãos algumas vezes”.

Em 9 de janeiro de 1836 o **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro noticiou: “Estão ancorados em São José do Norte 39 barcos e 14 iates, guardando familiares que desampararam Pelotas, hoje totalmente deserta.”

Caxias determinou a reinstalação da Câmara de Pelotas e o início de seus trabalhos, o mais breve possível. Segundo o Major Ângelo esta ordem de Caxias “teve o poder de uma vara de condão, por despertar Pelotas de seu sonho letárgico de 8 anos.” E aqui deixou este seu sonho “que ele define com precisão no 4º volume de **Pelotas na tarca do tempo**.

O Major Ângelo produziu vários livros, cumprindo destacar: **A outra face de J. Simões Lopes Neto**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, O Civismo e o Espírito de João Simões Lopes Neto. Pelotas:Ed Universitária, 1999. **Pelotas na tarca do tempo**. Pelotas: Edição do autor, 1988/1990, 3 volumes. **O Tenente General Manoel Marques de Souza**. Este patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em sugestão que fizemos acolhida, proposta e aprovada e personagem por nós biografada em 2001 na já citada História da 8ª Brigada. Sua obra mais importante e original é a sua trilogia **Pelotas na tarca do tempo** e em especial seu terceiro volume abordando a Revolução Farroupilha em Pelotas, no qual merece destaque por revelar seu espírito idealista, sua sinceridade e honestidade, a Dedicatória, Agradecimentos e Nota Explicativa. Nesta, reclama do povo de Pelotas o seu dever de resgatar uma dívida de gratidão para com o Duque de Caxias.

Ângelo casou com Mercedes com a qual viveu pouco mais de 70 anos de casados. Ele pouco sobreviveria à sua companheira. Ao visitá-lo para dar nossos sentidos pêsames parecia que resistia bem a ausência de sua Mercedes e estava cheio de planos e projetos. Mais tarde, ao visitá-lo no Laranjal revelou a imensa falta de sua companheira de 70 anos, mas assim mesmo alimentava um sonho de inaugurar no **Correio da Manhã** uma Coluna da Delegacia da AHIMTB Fernando Luiz Osório, da qual era nosso Delegado e desenvolvida, em conjunto, por ele, pelo autor e por seus coordenadores, os historiadores Flavio Azambuja Kraemer e Cairo Moreira Pinheiro. Mas o destino o levou de surpresa!

Em face de idade de 101 anos atingida por seu bisavô Bernardo Pires insistimos que ele ultrapassaria esta marca. Ou brincávamos “que ele viraria o velocímetro”. Mas foi levado para o andar de cima aos 93 anos, batendo o recorde, creio, entre os homens da família Moreira.

Ângelo era membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e seu delegado em Pelotas, do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL), da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), da Academia Sul Rio Grandense de Letras e do CIPEL.

De Canguçu, sua terra natal carregou fortes influências e caras lembranças de sua infância, adolescência e início da juventude. E em especial lembranças

que o tornaram um tradicionalista como em doses variadas os demais Moreiras literatos citados no início.

Recordava muito da Chacrinha propriedade de nosso avô Carlos Norberto Moreira. E exaltava o seu pioneirismo como empresário, tendo dotado sua residência de modernas instalações sanitárias abastecidas por bombas d'água tocada por um cata-vento metálico que em 1936 já havia tombado, além da haver introduzido em sua casa um fonógrafo com discos cilíndricos, cujos remanescentes encontrei embaixo de um paiol de milho. Parte destas lembranças ele escreveu em 6 e 13 de abril de 1980, no **Diário Popular** e reproduziu na **Revista do Centenário de Canguçu em 2001** as p. 106/167. E a certa altura escreveu:

“Tamanha foi à influência do cinema em mim, quando guri em Canguçu, que cheguei a sonhar um dia ser um artista de cinema. O cinema era a grande e única janela de Canguçu para um mundo de fantasias!”

A exemplo da Sabadoyle, de Plínio Doyle no Rio de Janeiro, que reunia expressões da Literatura Brasileira ele criou a Quartângelo, que às quartas feiras à tarde reunia um grupo de historiadores pelotenses em apartamento de sua propriedade onde guardava seu precioso arquivo, cujo futuro esperamos seja guardado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas do que ele foi ou fundador o a presidiu por algum tempo. Seria uma lástima se este arquivo não for preservado!

Ângelo era filho de Ciro Moreira e Madalena Pires Moreira.

Aqui concluo esta homenagem ao prezado parente, amigo, irmão de armas no Exército e apóstolo da preservação, pesquisa, culto e divulgação da História, das Tradições e de valores morais, culturais e históricos. Atividade relevante para a preservação da identidade e perspectiva históricas de um agrupamento humano considerado. No caso dele, atuação esta relacionada com Pelotas, sua terra de coração e em menor intensidade com Canguçu, seu torrão natal.

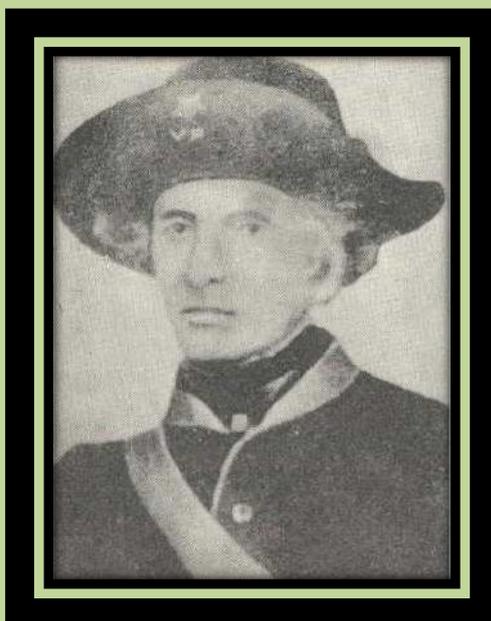
Pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) e Academia Canguçuense de História (ACANDHIS).

Cel Cláudio Moreira Bento – Presidente

A seguir algumas fotos alusivas ao homenageado, retiradas do Arquivo Conrado Ernani Bento.



Câmara de Vereadores de Pelotas em 20 Set 1985, conferência do autor sobre os 150 anos da Revolução Farroupilha, data em que o Diário Popular publicou extensa reportagem de nossa autoria. Ao Centro o autor, à sua direita o Gen Egeo de Oliveira Freitas, comandante da 8ª Bda Inf Motorizada e a nossa esquerda o Major Ângelo, Presidente do IHGPEL.



Bernardo Pires, veterano de Sete Guerras em seu uniforme de Guarda Nacional e, abaixo em três tempos: 1- Ângelo, atrás, aos 14 anos, aluno do Colégio Elementar. 2- cabo do 9º RI em Lorena-SP, aos 19 anos, no combate à revolução de 32 no Vale do Paraíba e 3- a cavalo, aos 20 anos, como 3º sargento, defronte à casa paterna a direita, ao lado do antigo Hotel Telesca.



Nº 37 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

ÍNDICE

Etimologia das graduações e postos do Exército;
A última batalha do grande guerreiro - Andrade Neves;

ETIMOLOGIA DAS GRADUAÇÕES E POSTOS DO EXÉRCITO (1500-2007)

Cel Cláudio Moreira Bento(*)

A nomenclatura das graduações e postos no nosso Exército é de caráter universal e apresenta pequenas variações. A referida nomenclatura, segundo raras fontes disponíveis, possui a seguinte etimologia:

Etimologia das graduações

Soldado: Deriva de sal, moeda corrente nas legiões romanas e de onde tem origem as palavras soldado, salário, soldo, soldado ou pessoa que é paga com sal. Consta que os legionários romanos recebiam o salário em sal.

Anspeçada: Tem origem no italiano, lancia spezzata (lança quebrada). Referia-se ao soldado transferido da arma montada para a arma a pé e que ali passava a possuir status superior ao soldado a pé. Existiu entre nós de 1500 a 1904. Os nossos anspeçadas eram dispensados da faxina. Só concorriam à escala de sentinela do portão das Armas e substituíam o cabo.

Cabo: Tem origem no latim “caput”, com o sentido de cabeça, chefe. Existe entre nós desde 1500 com o título de cabo de Esquadra, até reduzir-se a cabo, na República. Os grandes generais que se destacaram na História Militar tem sido chamados ou de cabos de guerra ou de grandes capitães da História Universal. Assim, Napoleão era chamado carinhosamente por seus soldados de “petit caporal” ou pequeno cabo.

Furriel: Tem origem no francês “fourrier”, de forragem (fourrage). Era o encarregado tradicionalmente do forrageamento dos eqüinos. Ela existiu até há

pouco tempo entre nós, sendo substituída pela de 3º sargento, passando a graduação furriel a designar uma função militar.

Sargento: Deriva do latim “servientes”, com o sentido de auxiliar, tendo originado os serventes de campo, de armas, de escudeiros e de cavaleiros. Esta graduação existe entre nós desde 1500 e, com a eliminação da de furriel, nas de 3º, 2º e 1º sargentos. Ficou célebre nesta graduação o sargento Wolf, herói da FEB. Sargento-ajudante era o mais antigo dos sargentos .

Cadete: Deriva do baixo latim capitettus, diminutivo de caput. Literalmente seria um pequeno chefe ou cabeça. Existiu entre nós, com foros de nobreza ou privilégio de nascimento, de 1757 a 1897. Foi restabelecido em 1931 para designar a graduação privativa dos alunos da Escola Militar e, desde 1945, da Academia Militar das Agulhas Negras, sempre com o sentido de companheiro ou de irmão mais moço dos oficiais, e com arma privativa - o espadim.

Etimologia dos postos

Alferes: Deriva do latim “aquila-feres”, ou o porta-águia, que era o estandarte distintivo das legiões romanas. O termo passou aos árabes como “alfaris-porta-estandarte”, de onde teria passado a Portugal e de lá ao Brasil. Ela existiu no Brasil até 1905, quando deu lugar à denominação “Aspirante-a-oficial”, que veio no bojo do Regulamento de Ensino de 1905. Com ele também foi extinta a graduação ou posto de alferes-aluno, criada em 1840 na Escola Militar do Largo de São Francisco, como estímulo ao mérito intelectual, face ao título de cadete que traduzia mérito de nascimento. Tornou-se célebre o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, hoje elevado a Patrono Cívico da Nacionalidade ou do Brasil. **Tenente:** Deriva do latim “tenens” - substituto de outrem e, no caso em tela, do capitão. Existe entre nós desde o Descobrimento. Tornou-se célebre entre nós o tenente Antônio João, patrono do Quadro Auxiliar do Exército.

Capitão: Deriva do latim, passando ao baixo latim, de caput a “capitanis”, o chefe ou o que comanda. Sempre existiu entre nós. Nele se imortalizaram Pedro Teixeira - o conquistador da Amazônia; frei Orlando - patrono do Serviço Religioso do Exército; Ricardo Kirk - o pioneiro e mártir brasileiro da aviação militar em operações de combate, herói do Contestado, e Tertuliano Potiguara - herói do Contestado e em San Quentin (França), na 1ª Guerra Mundial.

Major: Deriva de maior. Na Colônia, correspondeu ao posto de Sargento-Mór (Sargento- Maior), ou o auxiliar mais graduado do coronel e seu substituto. Se celebrizaram como sargentos maiores Antônio Dias Cardoso - atual patrono das Forças Especiais do Exército e Rafael Pinto Bandeira - conquistador da Fortaleza de Santa Tecla, em Bagé, e patrono do 8º Esqd C Mec, da 8ª Bda Inf Mtz, ambos mestres em guerrilhas contra o invasor, respectivamente no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Na Alemanha, o sargento-maior correspondia a uma graduação

de sargento. Conta-se que D. Pedro I ao organizar batalhões com mercenários europeus, colocou como sargento-maior ou subcomandante de batalhão, um mercenário alto, forte e imponente que havia sido sargento-maior (sargento) na Alemanha e lá havia sido açougueiro. Existiu no Exército, no Império, a função de Vago-Mestre, traduzida do alemão vagoon-meister (encarregado dos Transportes). E como Vago- Mestre ela figurava nos QOD.

Tenente Coronel: Tem o sentido de substituto do coronel. Ela surgiu no Império. Imortalizaram-se neste posto: José de Abreu - o anjo da Vitória nas guerras contra Artigas 1816-21; Francisco Pedro de Abreu, grande guerrilheiro gaúcho que auxiliou Caxias na Revolução Farroupilha; Vilagran Cabrita - patrono da Engenharia e Muniz de Aragão, da Veterinária.

Coronel: Deriva do italiano, com o sentido de “colonello” - o Comandante ou chefe de coluna. No Brasil Colônia, sob influência espanhola, correspondia ao mestre de campo de tradição romana. Magister militum, o comandante de tropa a pé e o magister equitum, o comandante de tropa a cavalo. O mestre de campo tinha o sentido de mestre dos campos ou dos acampamentos. Tornaram-se célebres nestes postos os restauradores de Pernambuco nas guerra holandesas: Antônio Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão - os dois últimos, honorários. Como os coronéis se tornaram célebres na Guerra do Paraguai, Emílio Luiz Mallet, patrono da Artilharia e Tibúrcio, então herói militar e popular, por sua intrepidez.

General: Advém do latim generalis. É o chefe ou comandante-geral. No Brasil designa o ciclo de oficiais gerais. Foi consagrado nesta designação na Guerra do Paraguai pelos soldados e pelo povo o general Osório, atual patrono da Arma de Cavalaria do Exército. Brigadeiro: Origina-se da palavra celta e italiana “briga” (luta, combate). Este posto existiu até a República quando mudou de denominação para General-de-Brigada. Consagrou-se como brigadeiro Antônio de Sampaio - o patrono da Infantaria e Andrade Neves - o Vanguardeiro da Guerra do Paraguai, e como general de Brigada João Severiano da Fonseca - patrono do Serviço de Saúde.

Marechal de Campo: Posto que existiu na Colônia e no Império, mudando na República para General de Divisão. Tornou-se célebre como Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca - o proclamador da República, e como General de Divisão Mascarenhas de Moraes que comandou a FEB, na Itália.

Tenente General: Existiu na Colônia e no Império. Foi substituído na República pelo posto de General de Exército.

(*) Presidente da AHIMTB e do IHTRGS (Compilado pelo Delegado da AHIMTB/RS, Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis)

(Continua)

A ÚLTIMA BATALHA DO GRANDE GUERREIRO

No ano do bicentenário de nascimento de José Joaquim de Andrade Neves, O Vanguardeiro, rendemos homenagens a esse grande militar brasileiro. O texto é baseado em um texto de TERRA, Eloy, 500 anos: crônicas pitorescas da História do Brasil, Sagra Luzzatto, Porto Alegre, 1999, págs. 24/25.

José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, nascido em 22 de janeiro de 1807 em Rio Pardo, foi um gaúcho que soube assumir posições firmes.

Na sua vida militar foi promovido a major, a comandante de cavalaria e até a brigadeiro e, em 1847, a coronel da Guarda Nacional.

Fiel às leis do país, ele via na Guerra dos Farrapos uma revolta contra a autoridade constituída. E por isso pegou em armas a favor do governo, comandando um corpo de cavalaria.

Quando a revolução chegou ao fim, Andrade Neves ocupava o posto de coronel, posição conquistada por sua dedicação e valentia no campo de batalha. As cicatrizes que tinha, retalhadas pelo corpo, eram testemunhas da sua bravura nos combates.

Resolveu então dedicar-se aos negócios da família, recolhendo-se à vida privada.

Mas quando já estava com 62 anos, o sangue do guerreiro voltou a se agitar nas suas veias. E Andrade Neves incorporou-se aos brasileiros que lutavam na Guerra do Paraguai. Com a mesmo ardor e valentia da juventude, assumiu o comando de um corpo de cavalaria, assaltando com bravura e destemor as trincheiras das tropas inimigas.

Aos 62 anos de idade, vencedor de dezenas de combates, exalou seu último suspiro em Assunção, no Paraguai, depois de longa e dolorosa agonia.

Na tomada de Lomas Valentinas, fora atingido por uma bala em um dos pés. Não havia recursos para controlar a infecção. Andrade Neves morreu, a 9 de janeiro de 1869, em Assunção, entre dores lancinantes e delírios de febre alta, que lhe traziam à mente as imagens dos tempos gloriosos em que ele comandava os ataques da cavalaria.

Suas últimas palavras foram ouvidas por seu ajudante-de-ordens, que ficara o tempo todo ao lado do guerreiro:

“Mais uma carga, camaradas!”

Academia de História Militar Terrestre do Brasil
Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara - Porto Alegre
Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul
www.resenet.com.br/users/ahimtb

Nº 38 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

**DISCURSO DO DEPUTADO FEDERAL WALTER PERACCHI BARCELOS POR
OCASIÃO DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA CONTRA-REVOLUÇÃO
DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964**

Sr. Presidente do Congresso Nacional, eminente Marechal Castelo Branco, supremo mandatário da Nação. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Congressistas, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, autoridades, meus Senhores, minhas Senhoras.

Designado por Vossa Excelência, Senhor Presidente Bilac Pinto, para falar nesta Sessão comemorativa do primeiro aniversário da Revolução de 31 de março, o que constitui uma honra para mim, estou certo de que V. Exa. não o faz senão pela segurança de que sou um daqueles parlamentares que mais se integram nos ideais e no espírito constitutivo da Revolução, pois, por outras virtudes, em qualquer dos meus demais pares teria V. Exa. feito melhor escolha.

Senhor Presidente e Senhores Congressistas, a surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, o qual até então se constituía na esperança mais viva do Povo brasileiro, levou o País a uma grave crise política e militar, provocada, sobretudo, porque o sucessor do renunciante não inspirava confiança e era tido como um homem despreparado para a alta investidura de Presidente da República, tudo sendo tentado para que o Governo do País não caísse em suas mãos.

O espírito legalista, porém, principalmente das nossas Forças Armadas, e a manobra política, que resultou na implantação do Parlamentarismo, pelo Ato Adicional nº 4, do Congresso Nacional, superando, em parte, a crise, permitiu que o Senhor João Goulart, Vice-Presidente eleito, fosse, afinal, empossado.

As esperanças de que o sistema de gabinete preservaria o País dos males que adviriam do Presidencialismo, sob a chefia do Senhor João Goulart, não tardaram a dissipar-se.

Um gabinete organizado sob medida, com ministros de formação presidencialista, inteiramente submissos aos caprichos e recalques do Presidente, que aceitara a mudança brusca do sistema de governo — mas com ele jamais se conformando —, tudo fizera para comprometer o sistema e, em perfeita sintonia com as reações do Senhor João Goulart, com este lançaram a campanha do plebiscito, que passou a se desenvolver através da mais intensa e custosa propaganda oficial de que há memória em toda a história política do Brasil.

A indiferença das oposições, que pareciam conformadas e, em última análise, desejosas de que o “Não”, fanaticamente defendido pelo Presidente Goulart, fosse, realmente, vitorioso, como de fato o foi, fortaleceu em muito a posição do Senhor João Goulart e dos seus adeptos e partidários.

Dir-se-ia que este procedimento das oposições constituía um estratagema

político, porque, conhecidas as deficiências do Senhor João Goulart e os seus comprometimentos na área militar, na do sindicalismo, já altamente comunizado e na do Comunismo internacional, seu Governo seria levado ao caos, provocando manifestações populares e obrigando as Forças Armadas a intervirem, para proscrever do poder um governo sem condições de conduzir o País aos rumos impostos pela conjuntura da época.

Este ou outro o objetivo das oposições, o que é fora de dúvida, entretanto, é que o longo espaço de tempo mediado entre a vitória do “Não” plebiscitário e a queda do Governo Goulart, propiciou tantos males ao Brasil, que ele quase sucumbe ao peso da anarquia administrativa, social, política e econômica, com graves reflexos no meio militar e, por pouco, não cai nas mãos do Comunismo audacioso, que se infiltrara em todos os setores da vida nacional, graças às facilidades e, por que não dizer, a conivência do próprio Governo.

A cubanização do País, já a esta altura, se processava a passos rápidos. Fidel Castro encontrara imitadores e apaixonados adeptos, que o Governo Goulart incentivava e aproveitava para suas investidas contra o regime democrático.

Mas, já agora, sem perceber que enfraquecera, inteiramente dominado por aventureiros e falsos chefes militares, o Senhor João Goulart, convencido, certamente, de que conseguira anestesiar toda a Nação, realiza o comício terrorista de 13 de março e, logo depois, insufla pessoalmente a indisciplina e estimula a subversão hierárquica nas Forças Armadas, deixando a descoberto suas intenções contra o regime democrático. Nunca se conheceu maior insensatez!

Foi a partir daí, que o patriotismo do povo e das Forças Armadas, com a cobertura parlamentar de grande número de Deputados e Senadores, que há muito vinham alertando a Nação, deu corpo à idéia de opor-se, a qualquer preço, àquelas intenções do Governo João Goulart. E a tolerância até então mal compreendida, julgada covardia, submissão ou conformismo, converteu-se em força de ação irresistível, caracterizada na perfeita harmonia entre povo e Forças Armadas, dando como resultante a Revolução de 31 de março.

E é para comemorar o primeiro aniversário desta revolução saneadora e redentora que, aqui, nesta Casa do Povo, hoje nos reunimos e, auspiciosamente, podemos afirmar:

A Revolução salvou o País, tranqüilizou a América e toda a área de nações anticomunistas e arrefeceu o ímpeto dominador do Comunismo Internacional.

Enquanto em Cuba se fez uma revolução para implantar o comunismo naquele país, que passou a ser base da infiltração nos demais países da América, aqui, no Brasil, a Revolução de 31 de março foi feita para barrar propósito idêntico do Governo deposto; foi deflagrada, para restabelecer, na sua plenitude, a Democracia Social e Cristã, criminosamente solapada por muitos que dela se

valeram para galgar as culminâncias do poder, quer na área do Legislativo, quer na área do Executivo, com repercussões no próprio Judiciário (Palmas.)

A propósito, para bem julgarmos a Revolução, no seu primeiro ano de ação governamental, para compararmos o que ela fez, com o que prometeu o Senhor Presidente Castello Branco, por ocasião de sua posse, perante o Congresso Nacional, repetiremos as palavras com que V. Exa., espontaneamente, se compromissou com a Nação:

“Promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que este bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do País. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Com este objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.”

Tarefa difícil, sem dúvida, que se propunha realizar, considerada a conjuntura geral do momento. É ainda S. Exa. o Senhor Presidente Castelo Branco que, a respeito, em sua mensagem anual de Governo, primeiro ano, assim se refere ao dilema em que muitas vezes se encontrou:

“Por uma dessas contradições tão freqüentes na História, houve, por vezes, que conciliar os sentimentos legalistas da Revolução com a inquietação dos que, movidos pelo mais acendrado patriotismo, pareciam inconformados com os lentos processos da ordem legal. Esta, entretanto, devemos afirmá-lo, jamais foi obstáculo a que se alcançassem os imperiosos objetivos revolucionários que, afinal, sempre prevaleceram.”

Revelando, de outra parte, sua irreversível formação democrática e cujo espírito, de logo, imprimiu em todo o seu Governo, afirma o Presidente Castelo Branco que o Governo Revolucionário se mantém intransigente ao acatamento às leis, em que pese a algumas incompreensões e liberalidades tomadas à sua sombra. Dentro da mesma ordem de idéias diz:

“Em abono dos que acalentaram a idéia de um regime ditatorial, capaz de propiciar à Revolução a desenvoltura de ação, os movimentos impossíveis dentro da legalidade, devemos reconhecer que bem fácil teria sido sua instalação, no momento do triunfo revolucionário. O difícil, no entanto, é imaginar-se que não se transformaria, rapidamente, num regime policial, cujos inconvenientes para a Nação seriam extraordinariamente maiores do que as dificuldades oriundas de uma ordem legal, como bem o compreenderam os responsáveis pelo movimento de 31 de março.”

Assim, legal e democraticamente instaurado, o Governo Revolucionário passou a atuar sem desfalecimento e a remover todos os obstáculos que se antepunham à normalidade constitucional do País. Buscando, com rara pertinácia e patrioticamente a harmonia com o Poder Legislativo, que sofrera, também, as deletérias conseqüências do clima criado pela situação anterior, logrou o Governo

Revolucionário, infundindo a confiança necessária, obter dele a mais decidida e legal cooperação. Teve, pois, quando, e, geralmente como o desejou e propôs, toda a legislação indispensável para cumprir os objetivos do seu Governo.

Graças, pois, a tudo isso, o País respira, hoje, em ambiente impregnado de tranqüilidade e segurança; de economia e finanças planejadas, que embora impondo, na sua aplicação inicial, algum sacrifício, já está alcançando suas reais finalidades e tende ao equilíbrio, tão reclamado e indispensável ao bem-estar do povo, particularmente dos trabalhadores; respira em ambiente de moralização política e administrativa, de respeito e de disciplina em todos os setores, particularmente nas Forças Armadas, constituídas em guardiãs intemoradas da nova ordem, da nova situação.

Pela confiança que inspira o Governo Revolucionário, outra é já, também, a posição do Brasil no exterior, onde a maioria dos países terminou reconhecendo no movimento de 31 de março o mais puro espírito democrático, fartamente demonstrado na ação e na conduta do Presidente Castelo Branco.

O Brasil, pois, transcorrido apenas um ano do movimento de 31 de março, é um país em ordem, em paz; é um país que infunde confiança e respeito, que permite prever o futuro; é um país que tem rumos seguros para sua economia, para suas finanças e para sua política social é um país que define a sua política exterior, sustentando-a dentro da tese mais conveniente aos interesses nacionais, sem qualquer xenofobismo, mas, diante do conflito ideológico, orientada pela ação básica de fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental, atitude que não invalida a prática de uma política exterior independente, “no sentido de que assim deve ser, por força, a política de um país soberano”, tal como a tem justificado, com muita propriedade, V. Exa. o Senhor Marechal Castelo Branco.

O Brasil é, hoje, um país em que “nacionalismo” é patriotismo, é inspiração para a grandeza e soberania da Pátria; não é mais combate sistemático aos países ocidentais, nem “opção em favor dos sistemas socialistas”; nacionalismo é hoje amor ao Brasil e à sua gente, tem sentido construtivo interno. (Palmas.)

O Brasil, nesses 12 meses de Governo Revolucionário eliminou a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa, que vinham caracterizando situações anteriores.

O Brasil, em uma palavra, se reencontrou mais rapidamente do que muitos poderiam esperar.

E qual foi o milagre? Um governo estruturado com homens capazes e austeros, sob bases seguras, assessorado por técnicos competentes, com um plano de ação bem definido e executado com firmeza e convicção; um governo em que as greves pré-fabricadas e a indisciplina nas Forças Armadas foram definitivamente banidas, em que as agitações estudantis cederam lugar à concentração nos estudos e à obediência e ao respeito aos mestres; um governo

em que os portos passaram a trabalhar, em que as ferrovias não conhecem mais interrupções no seu funcionamento; um governo em que os sindicatos se integraram nas suas verdadeiras finalidades, deixaram de ser explorados por pelegos e por políticos inescrupulosos; um governo em que a Previdência Social, moralizando-se, passou a satisfazer melhor suas finalidades. Um governo em que as reformas sociais, financeiras e políticas vêm se processando, democraticamente, sem demagogia e sem quaisquer agitações.

Quem não se recorda das perturbações e ameaças, sempre que, no passado governo, se cuidava da questão agrária; da questão bancária, que levou à greve o pessoal do próprio Banco do Brasil, em todo o território nacional; da questão tributária, que parecia levar o mundo a desabar; da lei do inquilinato, objeto da mais criminosa demagogia que já conhecemos; da lei de remessa de lucros, que quase criou um caso internacional; da regulamentação do direito de greve, que não conseguira vencer as barreiras dos que a não desejavam, para continuarem a rendosa indústria das greves encomendadas. Pois bem, toda essa legislação reformista, mais a reforma habitacional, a lei das incorporações imobiliárias, o salário-educação, votou o Congresso Nacional dentro dos prazos estabelecidos no Ato Institucional e na maior normalidade parlamentar, sem outras interferências do que as suscitadas pela própria conveniência de uma colaboração esclarecedora e que permitisse, tanto quanto possível, a melhoria da lei.

Constitui, sem dúvida, este capítulo do período revolucionário, um dos grandes méritos do movimento de 31 de março. Louvores, pois, também, ao Congresso Nacional. (Palmas.)

Senhor Presidente e Senhores Congressistas, quando da homenagem que a Câmara prestou às Forças Armadas, falando por delegação do Líder do PSD, Deputado Martins Rodrigues, tive ocasião de dizer que o 31 de Março não se fez apenas para depor um Presidente, cassar mandatos e suspender direitos políticos de comunistas e de corruptos, prender criminosos políticos e conspiradores; que a Revolução se fizera, também, porque o Governo deposto mostrava-se incapaz de oferecer soluções democráticas para os angustiantes problemas sociais e econômicos do povo brasileiro, bem como para estancar a inflação devoradora que tudo levava de roldão; que a Revolução se fizera, porque já não era mais possível suportar a desordem política e administrativa, a falta de autoridade, a indisciplina reinante em todos os setores, com completa subversão da hierarquia; que a Revolução se fizera, porque a ganância assaltava a bolsa do povo e o solidarismo humano desertara dos corações; as forças morais estavam sendo arrasadas e os bons costumes já eram ridicularizados; porque a dignidade do homem já não constituía mais credencial para julgamento de valor; que a Revolução se fizera, porque o nosso conceito de nação soberana e democrática vinha sendo abalado; que a Revolução se fizera, em uma palavra, porque o

colapso total nos ameaçava.

E acrescentava: deste momento em diante, pois maior é a nossa responsabilidade, é que a tarefa se impõe mais árdua e difícil; que o sacrifício, desprendimento e renúncia, deveriam forrar a quantos fizeram a Revolução, particularmente aos seus grandes chefes; que daquele momento em diante todos teríamos de provar que éramos capazes de dar soluções aos problemas sociais, econômicos e financeiros e aos de outra ordem, que visassem a melhor estruturar, política e administrativamente, o País; que, se isso não acontecesse, a Revolução teria sido frustrada nos seus maiores e reais objetivos.

Pois bem, Senhores, a Revolução não foi frustrada. A Revolução completa o seu primeiro ano inteiramente vitoriosa e com a glória de, apesar de algumas reações injustificáveis, perturbadoras e impatrióticas, haver preservado, inteiramente, o regime democrático.

Agora, por isso mesmo, as homenagens àqueles — homens e mulheres — que na rebeldia das ruas, na Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, prepararam psicologicamente a Nação, dando às nossas patrióticas Forças Armadas a motivação para a arrancada fulminante e restauradora de 31 de março.

Por isso, também, o preito de gratidão às Forças Armadas e os melhores louvores ao seu desprendimento e abnegada conduta. (Palmas.)

Mas, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, por que não envolver, igualmente, nas congratulações, o próprio Congresso Nacional, que como vimos, deu à causa revolucionária contribuição de alta valia, de elevado espírito público e de indiscutível sentido patriótico? (Palmas.)

Senhor Presidente e Senhores Congressistas. Congratulemo-nos, finalmente, com o próprio Brasil, pois, sem dúvida, foi ele o maior beneficiário do 31 de Março. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas, o orador é cumprimentado.)

Agradecemos a prestimosa colaboração do acadêmico Dr. Eduardo Cunha Müller, que nos proporcionou este texto.

Nota: Walter Peracchi Barcelos era Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e foi governador do Rio Grande do Sul.

A LIÇÃO DA ESPADA

Martim Afonso de Souza, por solicitação de seu pai, foi recebido como aluno no Castelo de Gonzalo de Córdoba, erudito e nobre espanhol, que lhe dedicou muitas atenções. Ali Martim Afonso aprendeu as artes da administração dos negócios e do comando dos homens. Concluída a temporada de aprendizado, Gonzalo de Córdoba resolveu dar um presente ao discípulo tão

aplicado. Colocou no pescoço de Martim Afonso um valioso colar de ouro.

O presente feriu o orgulho do jovem, que via naquele gesto nada mais do que uma retribuição aos muitos favores então prestados por seu pai ao nobre espanhol. E com firmeza, mas sem arrogância, tirou o colar do pescoço e devolveu-o a Gonzalo, dizendo que não poderia aceitá-lo. Gonzalo compreendeu a atitude do jovem Martim Afonso. Sentiu que estava diante de um verdadeiro fidalgo. Aceitou o colar de volta. Mas era preciso fazer alguma coisa para demonstrar ao jovem e estimado discípulo a admiração e o respeito que por ele tinha. E num gesto de rara fidalguia, tirou do cinto a própria espada e a entregou a Martim Afonso, como que se desculpando:

— Ora, senhor. Bem vos entendo. Em lugar de honrarias, deveis preferir as armas.

Martim Afonso esqueceu por alguns momentos as maneiras solenes e abriu um largo sorriso, aceitando com muita estima aquele inesperado presente.

Ao desembainhar a espada para sentir lhe o peso, reparou que havia inscrições nos dois lados da lâmina. Em um dos lados havia uma frase gravada no metal: “Não me saques sem razão”. E no outro lado, outra frase: “Não me embainhes sem honra”.

(Conforme Eloy Terra, Crônicas pitorescas da história do Brasil, Editora Sagra Luzzatto, Porto Alegre, 1999, págs. 32,33). (continua)

CLEVELÂNDIA DO NORTE, AMAPÁ

Pelo Major Dentista Reformado Hélio Ricardo Alves

Em 1973, eu passei 45 dias na Vila Militar de Clevelândia, nas margens do rio Oiapoque, a 300 metros da Guiana Francesa. É um lugar isolado do Brasil, com características próprias. Os soldados são recrutados na região, e, entre eles, vêm alguns índios. Aqueles praças podem permanecer até a passagem para a reserva, dependendo apenas da condição de saúde e do comportamento. Podem se casar, e é o que fazem. A Unidade lhes dá o terreno e a madeira da serraria própria, para construírem as suas casas, sem padrão definido. Uns fazem bonitos sobrados. O processo é o de ajuda mútua — mutirão — quase sempre dirigida por um colega experiente. É comum aquelas famílias terem muitos filhos. Conheci um com 10. E, para melhorar a situação financeira, alguns aprendem a fazer consertos e reparos diversos. Com o fechamento do armazém reembolsável, muitos instalaram, nas suas casas, um pequeno comércio de emergência. Eles eram chamados de “marreteiros”. Tudo que é consumido lá vem de Belém do Pará, de barco, por encomenda, e uma só vez por mês. Por incrível que pareça, a maior dificuldade daquelas famílias é encontrar um nome para os filhos recém-nascidos, que seja diferente daqueles comuns do norte e nordeste: Severino,

Severiano, Raimundo, Maria do Céu, Maria da Glória, Maria da Fé etc.

Posto isto, elas apelam para os modos mais bizarros possíveis. Uma jovem senhora copiou de uma lata de conservas: Análise nº tal, do D.N.S., para o nome da menina de Ana Lise; outra viu o filme Sissi, passado no rancho e gostou, quando lhe falaram que a atriz se chamava Romisnaider, e, sem dúvida, colocou-a na sua primeira filha. Mas o mais curioso foi o caso de um soldado ordenança do oficial-secretário. Ele disse: — Capitão, posso colocar o seu nome no meu filho que nasceu ontem? — Sim, pode, e até me sinto honrado.

Passados alguns dias, o soldado auxiliar trouxe a certidão de idade para a publicação em boletim, e lá estava o nome completo do capitão acrescido, no final, do seu sobrenome. O filho do soldado chamar-se-á, para toda a vida de Milton Meireles Silveira Machado. Certamente, por ser analfabeto pediu a um colega mais letrado que copiasse o nome do oficial e apresentou-o ao escrivão, na cidade próxima do Oiapoque (quatro mil habitantes, incluindo a periferia rural). Quase não há repartições públicas, e todos acumulam funções. Assim foi registrado sem muitas perguntas, pelo cabo da polícia, escrivão interino.

Aqui está uma pouquíssima parte da vida pitoresca de “um lugar tão longe que nem fusca tem”. (De Causos, crônicas e outras...Historietas militares, Vol 5) Em nome do Presidente da AHIMTB, Cel Cláudio Moreira Bento:

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Nº 39 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 200 ANOS DE NASCIMENTO DE GIUSEPPE
GARIBALDI, O HERÓI DE DOIS MUNDOS

GARIBALDI, O HERÓI DE DOIS MUNDOS E HOMEM DE AÇÃO DE SEU SÉCULO NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA.

Cel Cláudio Moreira Bento

Nasceu Giuseppe em Nizza, Itália, em 14Jul1807, há 200 anos, sendo o segundo filho do casal Domenico e Rosa Garibaldi.

Cedo se iniciou no mar, e revelou grande espírito aventureiro ao ser preso com outros meninos, na altura de Mônaco, em expedição marítima realizada à revelia dos pais. Aos 15 anos era marinheiro e fez a sua primeira viagem de San Remo a Odessa.

Ao passar por Roma tomou conhecimento da realidade de uma Itália dividida e dominada pelos austríacos e passou, então, a viver os problemas da pátria através de intensa leitura.

Em 1830, aos 23 anos, aderiu à sociedade secreta, “A Jovem Itália” de Giuseppe Mazzini, cujo programa era a Unidade e República italianas, tendo por

divisa “Deus e Povo, Pensamento e Ação”.

Ao ser apresentado a Mazzini, Garibaldi tornou-se carbonário (da Carbona), com o codinome Borel.

Fracassando a revolução de Mazzini, Garibaldi fugiu da Itália e atingiu Marselha, na França, onde leu haver sido condenado à morte em sua pátria.

Por algum tempo prestou serviços ao Bey de Túnis. Depois, retornou à Marselha para embarcar para o Brasil, o que fez a bordo do “Nautonnier”.

Ao transpor a barra do Rio de Janeiro ficou deslumbrado com a beleza natural do Rio de Janeiro, lamentando não ser poeta para descrevê-la.

No Rio, entrou em contato com os carbonários Luigi Rosseti, Carníglia, Cuneo, Torrizano e Castellini. E decidiu comprar um barco que batizou de “Mazzini”.

Também no Rio, quando em atividades comerciais, soube estar preso na Fortaleza de Santa Cruz o carbonário Conde Tito Lívio Zambecari, feito prisioneiro com Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, no rio Jacuí.

Em decorrência da visita a Tito Lívio, Garibaldi aderiu à Revolução Farroupilha. Armou então, secretamente, a “Mazzini” para realizar o curso no Sul.

Ao transporem, ele e outros, a Fortaleza de Santa Cruz e terem acenado para o Conde Tito Lívio, mudaram o nome do barco Mazzini para “Farroupilha”. E nele hastearam pela vez primeira, no mar, o pavilhão tricolor da República Rio Grandense.

Depois de deixarem o Rio, aprisionaram a barcaça “Luiza” e a levaram para o sul com os escravos apesados.

Em Maldonado, no Uruguai, o barco quase naufragou, em função do mau funcionamento de sua bússola, afetada pelo metal de fuzis colocados em local próximo.

Na Barranca de San Gregório, foram surpreendidos por um barco uruguaio hostil, sendo Garibaldi gravemente ferido, entre o pescoço e a carótida, por um tiro. E foi salvo por Carníglia.

Fugindo, remontam o rio Paraná, sendo acolhidos por Exague, governador de Entre Rios. Mas o substituto deste, ao conhecer a tentativa de fuga de Garibaldi, submeteu este a chibatadas pelo corpo e rosto, complementadas por torturas de toda a ordem, até libertá-lo em Gualeguai.

Garibaldi em Piratini, a capital farroupilha

Malgrado o curso no mar, Garibaldi foi para Piratini, a capital farrapa. E depois, através do atual município de Canguçu, berço do Cel Joaquim Teixeira Nunes, seu futuro companheiro na expedição a Laguna, atingiu o estaleiro farroupilha da margem sul da barra do rio Camaquã. Neste local, concluiria os barcos “Independência” e “Rio Pardo”, iniciados pelo norte-americano John Griggs. E com eles deu início a ações corsárias na Lagoa dos Patos. Aí,

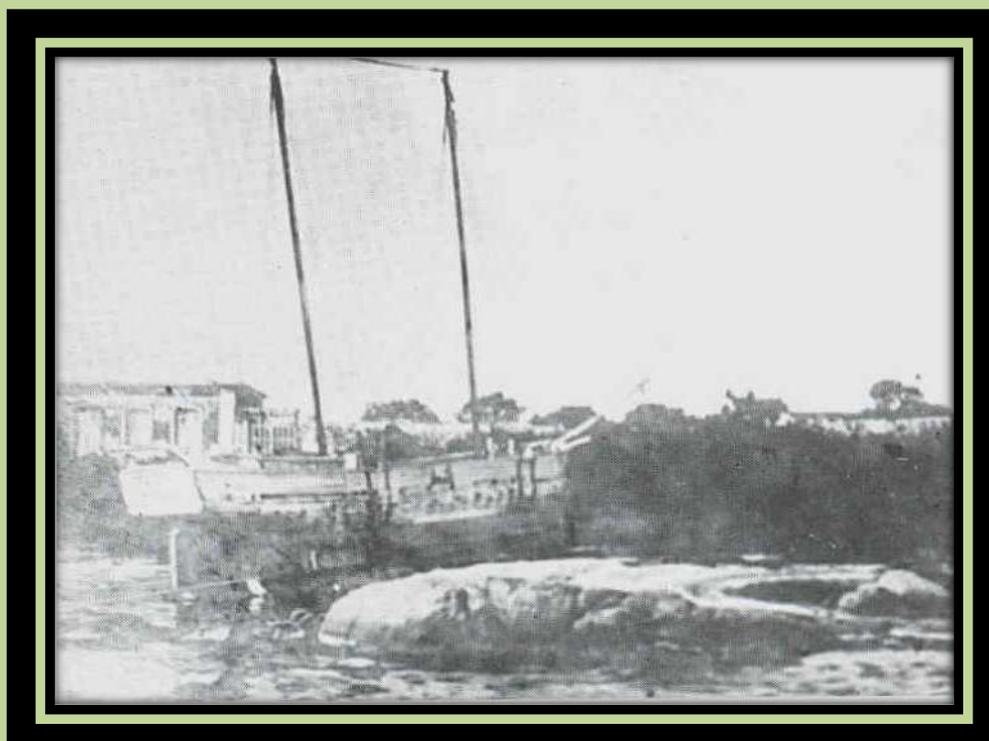
enamorar-se-ia da pelotense Manoela, sobrinha de Bento Gonçalves, e concluiria os barcos “Farroupilha II” e o lendário “Seival”, cuja réplica, deste último, foi mandada construir e introduzir no Parque Histórico Marechal Osório, em Tramandaí, pelo próprio Presidente do Brasil, Gen Ex Emílio Garrastazú Médici.

A seguir, Garibaldi, em expedição épica, transpôs estes barcos da Lagoa dos Patos para o mar, através da barra do Tramandaí, depois de rebocá-los por terra sobre enormes carretas especiais, tiradas cada, por cerca de 50 bois, num percurso de cerca de 15 km.

A caminho de Laguna, SC, naufragou o “Farroupilha II”. Garibaldi se salvou por milagre, mas perdeu dois amigos de infância, Caníglia e Matru. Estes, foram dois salvadores de sua vida: Caníglia em São Gregório e o preto Procópio no estaleiro de Camaquã, quando Garibaldi feriu no braço o chefe adversário que comandou o ataque, o temível e competente guerrilheiro imperial Francisco Pedro de Abreu. Abreu, futuro Barão de Jacuí era porto alegreense e conhecido como “Chico Pedro” ou “Moringue”.

Em Laguna, Garibaldi aumentou sua flotilha com mais cinco barcos além do “Seival”. E ali conheceu o grande amor de sua vida, a heroína Anita de Jesus, que o acompanharia em toda a sua sofrida odisséia, até tombar morta na Itália. Mas isto é outra história!

Depois de limitados sucessos, Garibaldi foi derrotado por completo na Batalha Naval da Laguna, sendo aprisionado intacto o “Seival”.



Os últimos dias do Seival, em Laguna com o nome de Garrafão, com parte de seu casco apodrecido apoiado na praia para não afundar. Um dos seus mastros se encontra no Museu de Laguna. (Foto cedida ao autor pelo historiador catarinense

Walter Fernando Piazza, ex presidente do IHGSC).

O “Seival” recebeu este nome em homenagem ao combate vitorioso dos farrapos em 10Set1836, e que culminou com a proclamação da República Rio-Grandense, ou do Piratini, no local denominado Campo dos Menezes, pelo vencedor desta batalha, o mais tarde general farrapo Antônio de Souza Neto. Fizemos um estudo deste combate, à luz da Arte Militar, no livro O Exército Farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1991. v,2. Combate vencido pela Divisão Liberal de Antônio Neto que resultara da mudança de nome do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, formado com homens mobilizados em seus distritos de Cerrito, Canguçu, de Bagé (até o Piraí), e também no distrito sede de Piratini. Esta Divisão era reforçada por um Corpo de Lanceiros Negros.

Por muitos anos existiu no Palácio Piratini um enorme óleo focalizando o combate de Seival e que se encontra hoje no Posto de Comando do Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar.

Em 10 de maio de 1986, sesquicentenário do Combate do Seival, que criou condições para a Proclamação da República Rio Grandense, fundamos em Pelotas, no auditório da

Escola Técnica Federal, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) que vem atuando há 21 anos.

Derrotado no mar Garibaldi, agora infante, integrando tropas do Cel. Joaquim Teixeira Nunes, rumou para o planalto catarinense, em companhia de Anita e Rosseti. E, creio, passaria um período dos mais difíceis, críticos e sofridos de toda a sua aventureira vida. Nesta ocasião, combateu a pé dentro de um mangueirão em Santa Vitória, no vale do rio Pelotas.

Como se isto não bastasse, foi derrotado no combate de Marombas, e perdeu-se de Anita, feita prisioneira. E ela, depois de fugir, reencontraria Garibaldi em Vacaria. Anita caminhara também cinco dias no interior de um matagal hostil, em situação quase que semelhante até atingir Lages, e depois Viamão, ou Vila Setembrina.

Próximo a Mostardas, onde nasceu seu filho Menotti, Garibaldi dirigiu a construção de barcos para atravessar meios de São Lourenço do Sul e cavalhadas de Canguçu, para a derradeira tentativa de conquista da barra do Rio Grande. O ataque a S. José do Norte fracassou, em razão do General Bento Gonçalves ter abdicado da possibilidade de vitória, ao custo de incêndio da praça e de eliminar vidas inocentes, crianças e idosos.

Tendo os imperiais forçado os farroupilhas a levantar o débil cerco de Porto Alegre Garibaldi, junto com seu filho de três meses, participaria do que se chamou de “Retirada Desastrosa”, através da mata bruta das encostas do planalto rio-grandense.

Nesta marcha infernal “na antecâmara do inferno”, em busca de um combate decisivo com o Gen. Labatut, deslocando-se a pé, dia e noite sem cessar, padecendo frio, fome, chuvas, atravessando rios transbordantes, alimentando-se de cavalos, muitos dos expedicionários não tiveram a ventura, após mil e uma peripécias e sofrimentos indiscutíveis, de atingir com vida São Gabriel, por terem perecido ao longo do caminho.

Poderão ajuizar dos sacrifícios que padeceram estes retirantes os que conhecem a hostilidade das matas e do relevo do planalto gaúcho e, ainda mais, no frio.

Garibaldi deixa a Revolução Farroupilha

Em São Gabriel, Garibaldi deixou a revolução e penetrou no Uruguai, “tropeando” 900 cabeças de gado, como pagamento de seus quatro anos de serviços prestados aos farroupilhas. E a seu lado, e a cavalo, duas grandes lembranças do Brasil: sua heróica Anita e, em seu colo, seu filho Menotti.

No Uruguai, Garibaldi lecionou Matemática. E nasceram mais três filhos. Regularizou a união com Anita, e vivenciou freqüentes momentos de extrema miséria, em função de seu idealismo.

Comandou a Esquadra Uruguiaia contra a potente e numerosa Esquadra de Rosas comandada por Brown, sendo completamente batido. Depois comandou uma Divisão de Voluntários Italianos, em Montevideú.

Depois de 14 anos na América, retornou à Itália, onde foi recebido com herói.

Na Itália, combateu, venceu e perdeu a sua Anita. E abortou mais uma vez o seu projeto de unificar a Itália. E mais uma vez o exílio: Gibraltar, África, EUA, América Central e o Peru.

Mas não esmoreceu. E de novo na Itália, lutou sob o calor de seu “poncho-pala” inspirador, e do qual, à maneira de Osório, o lanceiro legendário, jamais se afastava em campanha, por ser o símbolo que personalizava a liderança de ambos.

Garibaldi foi à encarnação do guerreiro que sabia que a guerra é feita de muitas batalhas e o importante é ser constante e vencer a última. Garibaldi conheceu, ainda vivo, a glória, em seu alto grau, após levar a vida real mais romanesca, sendo por isto considerado o homem de ação de seu século e o o Herói de Dois Mundos, ao lado de Victor Hugo, considerado o verbo.

Gozou da admiração de pessoas ilustres, como George Sand, Alexandre Dumas, que lhe redigiu as Memórias, Abraham Lincoln que lhe ofereceu o posto de general em seu Exército e, de Victor Hugo, que inclusive, lhe reservou quarto em sua moradia. Faleceu em 1882, aos 75 anos.

Na Itália, no auge de sua fama assim lembrou de seu companheiros da Revolução Farroupilha:

“E repassando na Memória as vicissitudes da minha vida no vosso meio, em 6 anos de guerra e de constante prática de ações magnânimas, como que em delírio exclamo: Onde estão estes belicosos filhos do Continente (Rio Grande do Sul), tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde estão Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro, Joaquim Teixeira Nunes e outros tantos lanceiros farrapos que não me lembro!

Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam seus ossos.

E vossas belíssimas patrícias (a mulher gaúcha) cubram de flores este santuário de suas glórias”.

Somente os restos mortais do Cel Joaquim Teixeira Nunes foram sepultados em local não sabido no município de Arroio Grande. Na mini-série A Casa das 7 mulheres ele foi muito bem representado pelo ator Douglas Simon e não foi linchado moralmente como os dois grandes generais farrapos Bento Manuel Ribeiro e David Canabarro.

Cláudio Moreira Bento, Cel Ref, natural de Canguçu e sócio correspondente do CIPEL. Fundou e preside o Instituto de História e Tradições do RGS e as academias: de História Militar Terrestre do Brasil, ‘Canguçuense e Piratiniense de História. End: Rua Florença, 266 - Jardim das Rosas, CEP 27.580-000, Itatiaia-RJ

bentocm@resenet.com.br

Site: www.resenet.com.br/users/ahimtb.

Historietas Militares - A BANDA DE MÚSICA POR ALTURA

Ao inspecionar uma unidade, um Coronel determinou que a banda de música entrasse em forma por altura. Não adiantou a explicação de que era necessária a posição adequada dos instrumentos no dispositivo da banda. Ele não aceitou as ponderações e até estranhou que essa providência ainda não tivesse sido tomada na OM. Exigiu que os músicos entrassem em forma por altura, o que foi cumprido. Mas o pior ainda estava por acontecer.

Com a banda em forma por altura, ele então virou-se para o Regente e disse:

- Pronto. Agora você pode redistribuir os instrumentos do jeito que for melhor.

Organizador: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS.

Nº 40 - Ano 2007 - Bicentenário de Andrade Neves – Cel Cláudio Moreira Bento

CANGUÇU, RS - SESQUICENTENÁRIO - 1857 - CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA MILITAR

Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente do IHTGRS

1 - CANGUÇU ANTES DE 1857 - UMA RETROSPECTIVA

As terras de Canguçu, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, pertenciam à Espanha. E Portugal, ao fundar a Colônia do Sacramento em 1680, infringiu o

Tratado de Tordesilhas, com base na infração do referido Tratado pelos espanhóis ao conquistarem as Filipinas.

Em 19 de agosto de 1737, o Rio Grande do Sul português foi fundado com o desembarque em Rio Grande da Expedição ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais. Este, a seguir, estendeu a conquista pelo litoral, até o Chuí e São Miguel, contrário ao estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Canguçu ainda era território espanhol e povoado pelos índios Tapes, originários de tapuias guaranizados.

Pelo Tratado de Madrid de 1750, Canguçu passou a ser português. Pelo referido Tratado, os Sete Povos das Missões passariam para Portugal, em troca da Colônia do Sacramento que passaria ao domínio de Espanha.

E de 1752 a 1754, teve lugar a Guerra Guaranítica, no Rio Grande do Sul, marcada pela revolta dos índios missioneiros, liderados por jesuítas, que se recusaram a deixar suas terras e transferir-se para a margem direita do rio Uruguai, forçados pelos exércitos demarcadores de Espanha e Portugal.

Na 2ª tentativa de penetrar nas Missões, remontando o Jacuí, foi criado em 1752 o Forte Jesus-Maria-José, origem de Rio Pardo, a primeira localidade portuguesa na Campanha. Ela foi a 2ª base militar portuguesa no Rio Grande do Sul. A 1ª foi Rio Grande. A partir daí, atravessando o território ocupado hoje por Canguçu, foi estabelecido um caminho de ligação destas duas bases. Caminho considerado o mais antigo do Rio Grande do Sul, segundo o General Paula Cidade. Em Canguçu, este caminho primitivo atravessava o Vao dos Prestes no Camaquã, dali atingia a Coxilha do Fogo, a seguir Canguçu atual e Morro Redondo atual. Daí descia até o rio Piratini, atravessava o São Gonçalo e depois atingia Povo Novo atual, e finalmente Rio Grande.

Na última expedição rumo as Missões foi criado o Forte São Gonçalo, na margem esquerda do rio Piratini, para proteção do Exército Demarcador de Portugal e, em especial, de sua linha de suprimentos e de comunicações, dos índios Tapes que habitavam a Serra dos Tapes, em Canguçu atual.

A demarcação do Tratado de Madrid fracassou! Os casais de açorianos que deviam ocupar as Missões se espalharam a partir do porto dos Casais (Porto Alegre atual) ao longo do rio Jacuí. Muitos descendentes desses casais povoariam Canguçu, Piratini, etc.

Em 1763 o governador de Buenos Aires, D. Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul. Antes dessa invasão, provenientes de Rio Pardo, a tropa de Dragões do Rio Grande, lá sediada, atravessou as terras de Canguçu para se dirigir além do Chuí e fundar a Fortaleza de Santa Tereza em território, então, de Portugal. Fortaleza construída precariamente sobre a areia e feita de faxina (cercas de pau a pique). Mas não puderam apresentar defesa compatível, face à desproporção das forças, e se rendeu Santa Tereza, ao comando do Cel Thomas

Luiz Osório, um grande injustiçado de nossa História. Ceballos prosseguiu sem reação até Rio Grande, que fora abandonado por seu governador Eloy Madureira, que não ofereceu resistência ao invasor. E Ceballos atravessou o Sangradouro da Lagoa dos Patos e conquistou São José do Norte.

Casais de açorianos, que haviam se estabelecido entre Povo Novo atual e o canal São Gonçalo, buscaram proteção nas terras de Canguçu. Outros procuraram por ali atingir Rio Pardo.

Canguçu atual já havia iniciado a ser povoado de 1752 a 1762 no vale do Piratini, onde se estabelecera a Estância de Luiz Francisco Marques de Souza, próxima à Vila Freire.

Como resistência, as serras dos Tapes e do Erval foram transformadas em base de guerrilhas portuguesas. Em Canguçu elas foram lideradas por Rafael Pinto Bandeira, sendo que a finalidade era atacar estâncias espanholas e trazer para nosso lado o gado vacum e cavalos apreendidos que eram colocados nos campos de Canguçu, na bacia do rio Camaquã, conforme consta em mapa da época. Elas atuavam com esta diretriz estratégica, vinda do Rio. **“A guerra contra o invasor será feita em pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais elas sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gado vacum e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação.”**

Era o despertar da Guerra à Gaúcha, na qual as terras de Canguçu tiveram papel importante, com base nas que atuavam na Serra do Tapes e, em especial, na atual Coxilha do Fogo, então conhecida como a Encruzilhada do Duro e de onde eram lançadas patrulhas para a cobertura dos passos do rio Camaquã, o das Carretas, do Marinheiro, do Vao dos Prestes, (então Camaquam de Baixo), e o da Armada.

Em 1773/74, o governador de Buenos Aires, D. Vértiz y Salcedo, com forte Exército que os espanhóis denominavam de Armada, invadiu o Rio Grande do Sul pela Campanha. Estabeleceu próximo a Bagé atual, o forte de Santa Tecla. Sua intenção era destruir as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Erval e depois dominar todo o Rio Grande do Sul. Mas foi derrotado por estas guerrilhas e Dragões do Rio Grande em Santa Bárbara. E aí capturaram recursos logísticos, essenciais para Vértiz y Salcedo prosseguir, provenientes das Missões. A seguir, uma de suas duas colunas que marchavam separadas foi derrotada em Tabatingai (próximo de Pântano Grande) por Rafael Pinto Bandeira.

Chegando defronte ao Forte do Rio Pardo, Vértiz y Salcedo sentiu que seria derrotado se prosseguisse. Então decidiu retirar-se com sua Armada para Rio Grande, tendo atravessado as terras de Canguçu à partir do passo, desde então, da Armada, no rio Camaquã. Passo que levou este nome por nele Vértiz y Salcedo ter sido induzido a cruzá-lo por Rafael Pinto Bandeira, ao invés do passo

Camaquã de Baixo, atual Vao dos Prestes. Travessia que Vertiz teve imensas dificuldades de cruzar tendo que, inclusive, construir uma passagem para passar seus canhões, sempre hostilizado pela guerrilha de Pinto Bandeira que o seguia e o hostilizava em sua retirada.

E por Canguçu atual a Armada do mexicano Governador Vértiz y Salcedo, Governador de Buenos Aires, passou com destino a Rio Grande, que a Espanha dominava há 10 anos.

Houve um plano do nosso Governador, Coronel Marcelino de Figueiredo, de atrair parte dos espanhóis para o corte do canal de São Gonçalo, para permitir um ataque a Rio Grande. Para isto, contaria com os guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e com os Dragões do Rio Pardo, do Cel Roncally, baseados em Canguçu, na antiga citada estância de Luiz Francisco Marques de Souza. O plano fracassou, mas expulsou os espanhóis de São José do Norte.

Em 1775 teve início a expulsão dos espanhóis de Rio Grande do Sul atual, que eles chegaram a dominar 2/3. Em 31 de outubro de 1775 foram expulsos do Forte São Martinho por Rafael Pinto Bandeira, acima de Santa Maria atual, forte que bloqueava o acesso português às Missões. Em março de 1776 Rafael Pinto Bandeira e Dragões vindos de Rio Pardo os expulsaram de Santa Tecla. E em 1º de abril de 1776, o poderoso Exército do Sul, concentrado em São José do Norte, reconquistou Rio Grande, há 13 anos dominada pelos espanhóis. Foi em 1º de abril, dia de São Francisco de Paula, nome inicial que seria dado a Pelotas, fundada por volta de 1780, a qual tem como padroeiro este santo.

Expulsos os espanhóis de Rio Grande, as terras de Pelotas e Canguçu foram liberadas ao povoamento. E por elas passaram Dragões de Rio Pardo que lutaram em Santa Tecla, com destino ao Taim, para ali resistir a outra pretendida invasão do General Ceballos. Passagem por Canguçu atual da qual o Major Patrício Correia da Câmara deixou circunstanciado relatório que publico na **História da 3- Brigada de Cavalaria Mecanizada**, Bagé, 2002.

Ceballos, agora Vice-Rei do Prata, com forte Esquadra e Armada (Exército) conquistou a ilha de Santa Catarina. Não conseguiu desembarcar em Rio Grande por ter sua Esquadra sido dispersada por ventos, mas conquistou em definitivo dos portugueses a Colônia Sacramento.

Os mais bem colocados vieram de Sacramento para São José do Norte, Rio Grande e Pelotas atual. E, entre estes, o menino Hipólito José da Costa, que se consagraria como o Patrono da Imprensa Brasileira. Os mais pobres, denominados Deslocados de Colônia, foram recolocados na Serra dos Tapes em pequenas propriedades.

Em seguida, a guerra terminou, com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, imposto pela Espanha a Portugal. Por ele as terras de Canguçu foram consagradas como de Portugal.

Em 1783, decorridos seis anos da expulsão dos espanhóis, Portugal criou a

Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, com sede em Canguçu Velho e cujas ruínas localizamos em 1972.

Em 1789, nova guerra se aproximava. Por medida de segurança acredito, a Real Feitoria foi transferida para São Leopoldo. E na fronteira com a Espanha, no vale do rio Piratini, foi fundada a Vila dos Casais, atual Piratini. Em Canguçu, a Real Feitoria produziu mais que em São Leopoldo. Antes, por volta de 1784, começou a ser demarcada a fronteira. O território entre o rio Piratini e Jaguarão estava indeciso a quem pertenceria.

Em mapa da época da Demarcação, de 1784, nas terras de Canguçu aparece só a referência a Cerro Partido, acidente geográfico importante que integra o nó orográfico onde nascem arroios que deságuam nos rios Piratini e Camaquã e na Lagoa dos Patos.

Em 1800, em face da guerra de 1801 que ameaçava eclodir, foi fundado Canguçu como Capela Curada e desestimulado o crescimento da área em torno da antiga sede da Real Feitoria, que passou a ser tratada de Canguçu-Velho, por ter sido criado Canguçu atual. Canguçu foi criado junto com Caçapava e Encruzilhada, municípios destinados a cobrir os caminhos de invasão espanhola ao Rio Grande do Sul.

Temia-se que Canguçu fosse atingida por invasão espanhola partida de Cerro Largo. E de Canguçu partir para reconquistar Rio Grande ou Rio Pardo. Este fora o caminho usado por Rafael Pinto Bandeira, para invadir o Uruguai atual com suas guerrilhas, contornando as fortificações espanholas em Santa Tereza e Santa Tecla.

Em Canguçu, como fiscal de Capela, foi colocado o segundo em Comando da Legião de Cavalaria, o Ten Cel Jerônimo Xavier Azambuja, antigo guerrilheiro de Rafael Pinto Bandeira. Esta Legião era comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza. Este, como tenente, fora o guia do assalto à Vila de Rio Grande e era grande sesmeiro na região de Cerrito. Hoje é patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, por nossa proposta vitoriosa.

Em 1801 estourou a Guerra entre Portugal e Espanha. Moradores de Canguçu e Capela Curada participam da conquista do território entre os rios Piratini e Jaguarão e da conquista do território de Santa Vitória, então Campos Neutrais pelo Tratado de Santo Ildefonso. Merece destaque o Ajudante de Cavalaria Ligeira Francisco Soares Louzada, estancieiro em Canguçu, próximo ao Passo do Marinheiro, e que tinha descentes em Canguçu. Louzada era natural de Resende-RJ, então fundada.

Por esta época, portugueses de diversas origens no Brasil se estabeleceram na Capela Curada de Canguçu, o que foi levantado em estudos dos genealogistas Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka Neves e Alda Maria Morais Jacottet. Estudos de onde podemos saber o nome e origens dos ancestrais canguçuenses de muitas famílias, muitos vindos de terras ao norte de São José do Norte. Estas

pesquisas, e mais a do genealogista Cairo Moreira Pinheiro, nos ajudaram a levantar minha genealogia em **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Mattos, Moreira e Bentos de Canguçu** publicada em 2006, sob a égide da ACANDHIS e que espero sirva de modelo a quem deseje levantar seus ancestrais.

Em 1812, Canguçu, junto com São Francisco de Paula (Pelotas atual), passou à condição de Freguesia.

Canguçuenses participam das Guerras contra Artigas de 1816 e 1820, cujos nomes não conseguimos apurar. A seguir participam da Guerra Cisplatina de 1825/28. E entre eles Joaquim Teixeira Nunes. Ao final desta guerra o Exército Brasileiro foi desmobilizado em Piratini, onde se fixaram os alferes Antonio Joaquim Bento (pai) e Vicente Ferrer de Almeida, com descendência em Canguçu. Antonio Joaquim era meu trisavô e pai de Antonio Joaquim Bento, o 1º professor régio para meninos do criado município de Canguçu.

A seguir, veio a Revolução Farroupilha, onde Canguçu teve grande destaque, omitido pela historiografia do Rio Grande do Sul, o que temos resgatado como ato de justiça na voz da História. Canguçu resistiu de 1835 a 1842, durante sete anos, as investidas imperiais que o reconheciam como “o distrito mais farrapo e de mais perigo de Piratini”. E em Canguçu foi a base, de 1842 até 1845, da Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Ten Cel Francisco Pedro de Abreu, Chico Pedro ou Moringue, que mandou construir uma cadeia que existiu até 1942 no local onde hoje se encontra o Teatro Municipal. E ele anunciava ironicamente que a havia construído “como uma casa de hóspedes para os farrapos”. Nela estiveram presos os coronéis farrapos José Mariano de Mattos, Joaquim Pedro Soares e Domingos José de Almeida. Jose Mariano presidira interinamente a República Rio-Grandense e em 1864 seria o Ministro da Guerra do Império. Joaquim Pedro era veterano em Portugal das lutas contra Napoleão. E Domingos José de Almeida foi o Ministro da Fazenda da República Rio Grandense.

Ao ser ocupado Canguçu pela Ala Esquerda do Exército Imperial teve fim a segurança que ela proporcionava a Piratini.

Em 1851-52 canguçuenses participam da Guerra Contra Oribe e Rosas e entre eles o Alferes Hipólito Pinto Ribeiro que foi elogiado pelo tenente coronel Manoel Luiz Osório por seu destaque como integrante de seu 2º Regimento de Cavalaria na batalha de Monte Caseros.

E em janeiro de 1857 foi criado o município de Canguçu, tendo como distrito Cerrito, que a Canguçu permaneceu vinculado por um século (1857-1957), ambos com destaque no combate de Seival em 10 de junho de 1836, que criou condições, no dia seguinte, para a Proclamação da República Riograndense, que durou quase 10 anos e que em 15 de novembro de 1889 inspiraria a Proclamação da República. Canguçu foi criado como o 22º município do Rio Grande do Sul, 120 anos depois da fundação do Rio Grande do Sul.

Assim procuramos, num grande esforço de síntese e de interpretação histórica, contribuir para a comemoração dos 150 anos do município de Canguçu, a qual não pude comparecer, como planejava, mas que nele sou representado por meu livro **Canguçu - reencontro com a História**, lançado dia 22 Jul, como nossa contribuição prestada em 50 anos de pesquisas aos 150 anos de Canguçu, e mais, pelos integrantes de nossa ACANDHIS, que desde 1988 me ajudaram nesta tarefa, a qual dediquei minha vida e realização maior como historiador militar brasileiro, por haver retirado a grossa camada de patina dos tempos que cobria a bela história de meu querido torrão natal.

II- CANGUÇU HÁ 150 ANOS, QUANDO DE SUA CRIAÇÃO COMO MUNICÍPIO

A Lei Provincial nº 340 de 28 de janeiro de 1857 criou o Município de Canguçu junto com o de Passo Fundo e acrescido do Distrito de Cerrito que pertencia a Piratini.

Canguçu foi o 22º município criado da então Província de São Pedro do Sul, em 27 de junho de 1857, pelo filho de Canguçu e então Presidente da Câmara de Piratini, o Comendador Manoel José Gomes de Freitas, lá nascido em 1811 e que foi o 1º historiador de Canguçu, cuja pesquisa serviu de base a João Simões Lopes para escrever o seu Bosquejo Histórico de Canguçu, em 1912, no centenário da Freguesia, na **Revista do Centenário de Pelotas** nº 12.

Sabe-se hoje que o município de Canguçu foi criado por gestões do herói e veterano de várias guerras e simbolista farrapo Bernardo Pires, com ilustre descendência em Canguçu, originários de Ciro Matos Moreira e Leão dos Santos Terres, os quais casaram com netas do herói farrapo citado, que biografamos a pedido de seu bisneto Major Ângelo Pires Moreira em 1971 em **Símbolos do Rio Grande do Sul**, pela Univ. Federal Rural de PE, bem como nas edições do **Diário Popular** de Pelotas, em sua coluna Querência em 3,10,17, e 24Jan71.

Gestões de Bernardo Pires junto ao Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, que presidiu a Província de 28/abril de 1856 a 8 de março de 1857 por cerca de 11 meses. Jerônimo fora o Ministro da Guerra ao final da Revolução Farroupilha. Era filho de Santa Catarina, e considerado o fundador da sua imprensa em 1831. Considero-o Pai da Engenharia Civil no Brasil.

Para administrar o município foram enviados para Canguçu os seguintes funcionários com tradição farroupilha: Vicente Ferrer Almeida, natural de Lavras, que lutou na Guerra Cisplatina no Exército Brasileiro, como alferes, ao lado de seu mais tarde cunhado Antônio Joaquim Bento (pai). Desmobilizados em Piratini em 1828 com a pacificação da Guerra Cisplatina com a Independência do Uruguai, eles ali casaram com duas irmãs Mattos de Guimarães, filhas de José de Mattos de Guimarães, português nascido em Guimarães e que construiu o primeiro moinho em Piratini e sua primeira igreja em 1812, a qual seria a que ali existiu durante a Revolução Farroupilha, no local da atual. Vicente Ferrer de

Almeida deixou descendência em Canguçu. Eram seus netos os irmãos Francisco Almeida (Chico Almeida), Samuel Almeida (Pinho) e Alteçor Almeida, avô de nosso ilustre ex-prefeito Odilon Almeida Mesko e presidente de Honra da ACANDHIS por duas vezes.

Como professor régio para meninos do recém criado município de Canguçu foi nomeado, pelo presidente da Província, Dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, mais tarde Visconde de Sinimbu, natural de Alagoas, o jovem professor Antônio Joaquim Bento (filho), por volta de 1855, e que seria o primeiro professor de Canguçu, criado em 1857. Neste ano, chegou à cidade, como Secretário da Câmara de Vereadores, Vicente Ferrer de Almeida, casado com a tia e madrinha de Antônio, irmã de sua mãe, Cecília de Mattos Guimarães Bento.

Antônio Joaquim (filho) nascera em Pelotas em 1835 e seu pai seria o primeiro professor de Alegrete, nomeado pelos farrapos, segundo o jornal **O Povo**.

Estudamos José de Mattos Guimarães, nosso tetravô paterno, e Serafim José da Silveira, nosso trisavô materno, em plaqueta sob a égide da ACANDHIS e IHTRGS em 2000, com o título: **Piratini, um sagrado símbolo gaúcho farrapo**.

Como primeiro funcionário da Justiça chegou José Ignácio Moreira, genro do citado Serafim José Silveira, Juiz de Paz que presidira a Câmara de Piratini por um tempo durante a Revolução Farroupilha, a qual, em realidade foi o Poder Legislativo da República Rio Grandense. José Ignácio e Pedro Moreira eram filhos de José Ignácio Moreira (pai), natural do Sul de Minas e que exerceu o cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes de todo o Rio Grande do Sul, menos da Jurisdição de P. Alegre. José Ignácio (filho), chegou a Canguçu com os filhos menores, entre eles Franklin Máximo, Carlos Norberto e Enéas Gonzaga Moreira, que tiveram em Canguçu atuação comunitária relevante. José Ignácio trazia experiência administrativa como secretário que fora do Ministro do Interior e Justiça Cel José Pinheiro de Ulhoa Cintra, natural de S. João D'el Rei, MG, também secretário de Bento Gonçalves da Silva e redator de seus manifestos e discursos. É possível que seu secretário José Ignácio participasse de alguma forma deste encargo. Em Canguçu, José Ignácio deixou enorme descendência, resultado do casamento de 5 filhos e filhas com cinco filhos e filhas do Ten Cel Theóphilo de Souza Matos, vereador que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai e cujos interesses em Canguçu deixou a cargo de seu amigo Prof. Antônio Joaquim Bento, o seu vice-provedor das irmandades existentes na Igreja N. S. da Conceição.

Cairo Moreira Pinheiro levantou a genealogia dos Mattos e Moreiras de Canguçu e nós completamos esta genealogia com os Bentos sob o título **Dos Lemes da ilha da Madeira aos Moreiras, Mattos e Bentos de Canguçu**.

Em matéria de genealogia de famílias canguçuenses nossa terra tem sido privilegiada através de trabalhos notáveis de Carlos Grandmasson Rheigantz, Ilka

Guittes Neves e de Alda Maria Morais Jaccottet, e também de Cairo Moreira Pinheiro.

Da 1ª Câmara de Canguçu pouco restou da memória de seus integrantes e somente pouco de Manoel de Jesus Vasques, uruguaio e comerciante, ligado à família Terres, cujo nome primitivo era Terra, como Maria Terra, mãe do mais tarde Cel Leão Silveira Terres, e que foi o primeiro intendente eleito de Canguçu. Desde cinco anos antes da criação de Canguçu seus filhos já eram batizados na pia batismal construída em 1851 pelo francês Marcelino Tolosan, seis anos depois da pacificação farroupilha.

Ao ser instalado o município de Canguçu, a vila possuía 458 habitantes, 42 casas térreas e 2 sobrados. O primeiro era na rua da Igreja ao lado da casa onde funcionou a Câmara de Canguçu e, com a Proclamação da República, a Intendência (até 1901), por cerca de 10 anos. O outro sobrado era no local onde funciona hoje a Câmara de Vereadores. Sobrado que foi consumido por um incêndio na noite de 13 de fevereiro de 1952 quando eu cursava o 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre. E participei ativamente das medidas de prevenção, para que não se alastrasse aos prédios vizinhos. No outro dia percorremos Canguçu recolhendo recursos para comprar novas ferramentas para um marceneiro da família Coutinho que havia perdido as suas, devoradas pelo incêndio. Recordo que entregamos a coleta ao Dr. Walter de Oliveira Prestes, pai dos acadêmicos Newton e Ione Prestes que havia sugerido a mim e a outros jovens aquela iniciativa.

A Câmara de Canguçu recebeu da Assembléia da Província a seguinte verba, num total de três contos e 40 mil réis assim distribuídos:

400 mil réis para pagar o Secretário Vicente Ferrer de Almeida; 200 mil réis para pagar o fiscal da vila; 150 mil réis para pagar o fiscal da vila de Cerrito; 200 mil réis para pagar o porteiro da Câmara; 200 mil réis para pagar o Guarda Municipal; 300 mil réis para pagar o aluguel da Câmara; 150 mil réis para pagar a limpeza da vila; 300 mil réis para mobiliar a Câmara e material de expediente; 300 mil réis para consertos das ruas e estradas.

Um conto de réis equivalia a mil mil réis, palavra difícil de pronunciar.

Canguçu, distrito subordinado a Rio Grande passara, junto com Cerrito, a integrar o enorme município de Piratini, criado em 15Nov1830 e instalado em 7 de junho de 1832.

O município de Piratini era enorme e assim permaneceu durante toda a Revolução Farroupilha até 1846, com a criação do município de Bagé pelo presidente da Província Barão de Caxias, hoje patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, que fundei em 1996 e a presido, e editora do livro sobre Canguçu que lancei como contribuição aos seus 150 anos.

A Piratini passaram a pertencer as terras limitadas ao Sul pelos atuais

arrosios Candiota, Taquara e Santa Maria. Ao Norte pelo rio Camaquã. A Oeste pelos arrosios Piraí e Camaquã Chico e a Leste pelo município de Pelotas. Piratini, ao ser criado, faziam parte dele os distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé (até o Piraí). Bagé foi distrito de Piratini por cerca de 16 anos (até 1846) e Canguçu por cerca de 27 anos, até 1857.

No interior do enorme território de Piratini durante a Revolução Farroupilha existem, hoje, os municípios de Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Candiota, Hulha Negra e Bagé.

Canguçu era considerado “o distrito mais farrapo e de mais perigo para os imperiais.

E sua contribuição à República Rio Grandense foi expressiva, mas que aos poucos mergulhou no esquecimento, o que temos procurado resgatar.

Bagé, durante a Revolução Farroupilha foi abandonada por insegurança, só restando duas senhoras que lá moravam.

Piratini teve sua segurança mantida graças a Canguçu, que resistiu ao domínio imperial durante sete anos (de 1835 a 1842), quando na vila de Canguçu se estabeleceu a Ala Esquerda do Exército Imperial ao comando do Tenente Coronel Francisco Pedro Brusque de Abreu (Chico Pedro ou Moringue), que usou Canguçu como sua base de operações. E isto foi esquecido pela memória histórica de Canguçu.

Em 10 de junho de 1836 ocorreu no município de Piratini a maior vitória farrapa em Seival seguida, no dia seguinte, da Proclamação da República Rio Grandense em Campo do Menezes, ainda em Piratini. E qual a tropa deste grande feito? Foi a Divisão Liberal de Antonio Netto, resultado da transformação do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, integrada por piratinienses de seus distritos de Canguçu, Cerrito e Bagé, mais o distrito sede de Piratini com % de Guardas Nacionais de cada distrito e mais os Lanceiros Negros farrapos, que se celebrizaram ao comando do canguçuense Cel Joaquim Teixeira Nunes, considerado a maior lança farrapa. Esta glória foi esquecida!

Em Seival e Campo dos Menezes surgiu a idéia de República, conquistada só em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da Republica, na qual Canguçu se insere com destaque em seus primórdios. Esta é a verdade histórica esquecida!

Esta é, pois, a verdade histórica relacionada com Canguçu, como outras tantas que mergulharam no esquecimento comunitário, e que levei 50 anos para resgatá-las, por estarem sob uma grossa camada de pátina dos tempos, onde jaziam sepultadas como se nunca tivessem acontecido. E o resultado deste esforço, reforçado em 1988 por sócios da ACANDHIS, é o nosso livro **Canguçu, reencontro com a História - um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Livro cheio de fatos relevantes das histórias regional, estadual, nacional e internacional que tiveram as terras de Canguçu como cenário, mas que

havia mergulhado no esquecimento.

Este livro me liberou daquela desagradável sensação de menino, mas com a alma e vocação de historiador, de haver nascido num lugar sem História, onde não havia acontecido nada de expressivo em Canguçu que se projetasse na historiografia regional, estadual, nacional e internacional o que provei sem procedência. E creio que o momento histórico de Canguçu é oportuno para que seus filhos interessados e que amam a sua terra natal, como seus filhos ali nascidos ou adotivos, que absorvam as lições contidas em meu livro e passem a proclamar, em contato com não canguçuenses de outras comunidades as glórias de nossa comunidade na construção do Rio Grande do Sul e do Brasil, na paz e na guerra.

Desenvolver a memória histórica é um dever do Estado e no caso do Governo do Município.

A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DE PORTO ALEGRE E A PENICILINA

Pelo membro da AHIMTB/IHTRGS Major Dentista Hélio Ricardo Alves,
recentemente falecido

O médico bacteriologista inglês Alexander Fleming, desde 1928, já havia observado, acidentalmente, que uma cultura de estafilococos sucumbia na presença de bactérias. Evoluindo as experiências, denominou de penicilina o produto de sua descoberta, capaz de combater infecções, mesmo que fosse altamente diluída. Fleming tratou de descrever no ***Journal of Experimental Pathology***, em 1929, os resultados do sensacional achado. A penicilina, que todos conhecemos, custou a ser comercializada. O sensacional antibiótico, não tóxico, chegou a P. Alegre, em forma de publicações, talvez em 1940, ao conhecimento do biólogo Dr. Nemoto (hoje nome de rua no 4º distrito), um japonês de grande prestígio no Departamento Estadual de Saúde do Estado do RS.

O Dr. Nemoto desenvolveu a penicilina e cedeu um frasco com 100 unidades ao 1º tenente médico da EPC Dr. José Corrêa de Barros, seu amigo, para que fizesse um uso adequado e lhe relatasse o resultado. O Dr. Barros mandou chamar um soldado do contingente que estava com blenorragia e que estava iniciando um tratamento com sulfanilamida.

Na ocasião, eu desenvolvia na EPC as funções de monitor de Educação Física, massagista desportivo, encarregado do serviço de fisioterapia e concorria na escala de enfermeiro. Talvez por aquelas multi-habilidades, eu fui escolhido para fazer as injeções do desconhecido produto, diluído em água destilada ou em soro fisiológico. A potência da penicilina era de 100 unidades, fracionadas em doses de 3 em 3 horas, para manter um concentração constante.

Surpreendentemente, em 48 horas, o paciente já não sentia as dores terríveis que sofre um infectado pelo gonococo ao urinar.

O Dr. Nemoto soube do excelente resultado daquele que seria o medicamento milagroso do século XX e que foi a causa do prêmio Nobel de

Medicina, concedido a Fleming em 1945.

Eu, na ocasião, cumpri simplesmente a minha tarefa, mas hoje sinto-me orgulhoso de haver sido, talvez, o primeiro a aplicar a penicilina no Brasil, e justamente na velha Enfermaria da EPC.

Fica aqui minha homenagem ao Dr. Nemoto.

E a ti, prezado amigo Hélio, a homenagem da AHIMTB/IHTRGS pelas inestimáveis contribuições à história, principalmente a de Porto Alegre. Que estejas bem, junto a Deus, e que Ele nos proteja a todos.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
Cel Delegado e Vice-Presidente da AHIMTB/IHTRGS
Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara/RS

Nº 41 - Ano 2007/Ago - Bicentenário de Andrade Neves – Cel Cláudio Moreira Bento

A ANTIGA COMANDÂNCIA MILITAR DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO SUL - BICENTENÁRIO DA 3ª REGIÃO MILITAR -

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

Em Decreto de 25 de fevereiro de 1807, assinado na cidade de Mafra, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João, desanexou a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul da capitania do Rio de Janeiro, erigindo-a em Capitania-Geral, com a denominação de Capitania de São Pedro. No mesmo Decreto, todo “o continente” ao sul da Capitania de São Paulo, ilhas adjacentes e o governo de Santa Catarina ficaram subordinados à nova capitania-geral. Nomeou, ainda, para seu governador e Capitão-General o conselheiro Dom Diogo Martim Afonso de Souza Telles de Menezes (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Sul, Caixa 18, doc. 7).

Sete meses depois, em Carta Régia de 19 de setembro de 1807, o Príncipe- Regente de Portugal oficializa o Ato anterior (citado), elevando a Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul à condição de Capitania-Geral, com o nome de **Capitania de São Pedro, desanexando-a** (grifo meu) do governo da Capitania do Rio de Janeiro. Na mesma Carta-Régia, o Príncipe confirma a nomeação do Conselheiro da Corte Tenente-General Dom Diogo de Souza como governador da nova Capitania-Geral, o qual tomou posse em 09 de outubro de 1809, recebendo as funções do então Governador Vice-Almirante Paulo José da Silva Gama (AHU, RGS, Cx. 19, doc.10).

Abaixo, a transcrição da Carta Régia:

“D. João, por graça Régia:

“D. João, por graça dos Algarves daquém e dalém mar, em África, Senhor da Guiné e da conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia etc. Faço saber aos que esta minha carta Patente virem, **que atendendo a grande distância em que fica do Rio-de-Janeiro a Capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul, e o aumento que tem tido há anos em população, cultura, e comércio, exigem pela sua importância quem possa vigiar de perto sobre os interesses de seus habitantes, da minha Real Fazenda: Sou servido desanexar este Governo da Capitania do Rio-de-Janeiro, a que até agora está sujeito, e erigí-lo em Capitania Geral, com a denominação de Capitania-de-São-Pedro, a qual compreenderá todo o Continente ao Sul da Capitania de São Paulo, e as ilhas adjacentes, e lhe ficará subordinado o Governo da ilha de Santa Catarina. E atendendo outrossim às luzes, zelo e fidelidade, com que o Conselheiro D. Diogo de Souza se empregou nos dois Governos de Moçambique e Maranhão: Sou servido nomeá-lo Governador, e Capitão-General (grifo meu) da sobredita Capitania-de-São-Pedro, por tempo de três anos, e o que Eu for servido: esperando me continuará a servir da mesma forma na criação e Governo desta nova Capitania Geral; com a qual haverá o soldo de quinze mil cruzados em cada ano, na conformidade das minhas Reais Ordens, e gozará de todas as honras, poder, mando, jurisdição e alçada, que tem, e de que usam os meus Governadores e Capitães-Generais dos Domínios Ultramarinos, e do mais que por Instruções e Ordens Régias lhe for concedido, com subordinação somente ao meu Vice-Rei, e Capitão-General de Mar e Terra do Estado-do-Brasil, como a tem os mais Governadores dêle. Pelo que mando ao Governador da Capitania do Rio-Grande-do-Sul, que ora é, ou a quem seu cargo servir, dê posse ao dito Conselheiro D. Diogo de Souza do Govêrno da sobredita Capitania-de-São-Pedro e a todos os Oficiais de Guerra, Justiça e Fazenda. Ordeno também que lhe obedçam e cumpram suas ordens e Mandados como a seu Governador e Capitão-General: E êle jurará em Minha Chancelaria na forma costumada, de que se fará assento nas costas desta. E antes que parta desta Corte Me fará Preito, Homenagem e Juramento em Minhas Reais Mãos pelo Governo da referida Capitania de que o apresentará Certidão de Meu Secretário de Estado. Em firmeza do referido Mandei passar a presente por Mim assinada e selada com o Selo Grande de Minhas Armas. Pagou de novos direitos um conto e quinhentos mil réis que se carregarão ao Tesoureiro deles a folhas cento e noventa três do livro quarto da sua receita e deu fiança no livro primeiro a folhas cento e trinta e sete verso a pagar do mais tempo que servir, como constou do conhecimento em forma registrado no livro setenta e cinco do Registro Geral dos mesmos Direitos a folhas quarenta verso. Dada na cidade de Lisboa, aos dezanove de setembro do ano do Nascimento de Nosso *Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sete.* -**

O Príncipe com guarda. - D. Fernando José de Portugal, Presidente Por decreto de S.A.R de o vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e sete. - Felipe José Stocqueler no impedimento do Secretário a fez escrever. - Mateus Rodrigues Viana a fez”.

O General Riograndino da Costa e Silva, em seu livro “Apontamentos para a História da 3ª Região Militar” (pág. 14, 2ª edição, ERMI/3, 1971), diz o seguinte:

“Passava, em tais condições, todo o denominado Território do Sul a ser uma Capitania independente, com governo autônomo e **comando militar não mais subordinado ao de qualquer outra** (grifo meu) das demais regiões do País”.

Mais adiante, na mesma página, frisa o general o seguinte:

“E o começo desse período de tanta significação, assinalado pela posse de Dom Diogo de Souza como Governador e Capitão-General em 09 de outubro de 1809, representa, também, **o marco inicial da história gloriosa da 3ª Região Militar, cuja criação oficial, em sua origem mais remota, assenta, indiscutivelmente, na mencionada Carta Régia de 19 de setembro de 1807**” (grifo meu).

Nas páginas seguintes, o Gen Riograndino tece considerações relevantes sobre Dom Diogo de Souza, sobre a 3a RM e também, no Capítulo V, sobre “O Rio Grande Militar anterior a 1809”.

Em tempo, na Apresentação do citado livro, o Comandante da 3a Região Militar, General FRANCISCO ESTELIANO BASTOS DE AGUIAR (1971), diz que a obra do Gen Riograndino visa: - “oferecer aos camaradas do Exército, particularmente aos que servem no território regional, um trabalho talvez único, o mais completo e mais documentado até agora conhecido, sobre o passado histórico-militar do Comando das Armas da antiga Capitania Geral, depois Província do Rio Grande do Sul, **que é atualmente o Comando da 3a Região Militar**” (grifo meu).

Sobre a transformação da Capitania e organização do Comando Militar (após 1807) diz o Gen Riograndino na página 35 do seu livro:

“Essa transformação resultou do grande desenvolvimento da terra e da importância que sua situação geográfica impunha ao Comando Militar das forças que a guarneciam, para a defesa e garantia indispensáveis aos direitos da Coroa portuguesa. E os acontecimentos verificados posteriormente ainda mais ressaltaram essa importância, até que Dom João resolveu criar a Capitania Geral de que trata a Carta Régia de 19 de setembro de 1807, **instituindo, simultaneamente, o Comando que até hoje perdura, na organização da 3a Região Militar**” (grifo meu). Com a elevação do Rio-Grande a Capitania Geral, **passou sua mais alta autoridade a desempenhar, ao mesmo tempo, as funções de Governador e Capitão-General**” (grifo meu).

Em 12 de julho de 1972, em palestra realizada para o Comando da 3a RM, o Gen Riograndino fala sobre a antiga “Comandância Militar”, quando diz o seguinte: “...sobre o Governo da Província do Rio Grande do Sul, que tinha este governo, em seu começo, o título de ‘Comandância’ e a autoridade que o exercia o título de ‘Comandante’. Ora, essas designações atribuídas à incipiente administração do velho Rincão de São Pedro e à sua mais alta autoridade de então parecem indicar que o território rio-grandense tinha como destinação, antes de mais nada, servir como reduto militar avançado, verdadeira praça de guerra em alerta incessante e permanente, para a defesa dos interesses da Coroa de Portugal neste extremo meridional de seus vastos domínios na América”. E mais adiante, sob o título O primeiro alto comando militar autônomo:

“...Assim é que a velha ‘Comandância Militar’, que era subordinada ao Governo de Santa Catarina até 1760, foi transformada em comando à parte, diretamente sob a autoridade do governador do Rio de Janeiro, a partir daquele ano, para melhor defesa e garantia dos direitos de Portugal Com a elevação do Rio Grande a Capitania Geral,

sua mais alta autoridade passou a desempenhar, ao mesmo tempo, as funções de Governador e Comandante Militar, com o título de Governador e Capitão-General. E é precisamente o Tenente-General D. Diogo de Souza que, assumindo a alta investidura a 09 de outubro de 1809, instala e inaugura no território do velho Continente **o primeiro alto comando militar autônomo, o mesmo alto comando que, na seqüência contínua de transformações sucessivas** (grifo meu), veio a se constituir, finalmente, na atual 3ª Região Militar”.

(Nota do Autor: esta conferência foi publicada pela 3a RM em caderno especial de 12 de julho de 1972).

Sobre os aspectos acima levantados pelo Gen Riograndino, é importante registrar que Dom Diogo de Souza, além de ter sido o primeiro governador independente do Rio de Janeiro, trouxe a incumbência de organizar um exército que deveria entrar na Banda Oriental (atual Uruguai) para assegurar a dominação espanhola sobre a região do Rio da Prata. Com efeito, a partir daí Dom Diogo organiza o chamado Exército de Observação, depois transformado, em Bagé (1811), em Exército Pacificador, com o qual investiu a Banda Oriental. Portanto, a 3a RM já nascia em ambiente bélico, como os acontecimentos posteriores comprovaram.

Conforme o Dr. Tarcísio Antônio Costa Taborda, em conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Porto Alegre, 08 de outubro de 1964, publicada pelo Museu Dom Diogo de Souza, Série II, Número II, 1966, Editora La Salle, Canoas, página 15, sobre as atividades de Dom Diogo durante o tempo decorrido entre a nomeação e a vinda da família real para o Brasil:

- “Enquanto permanece na Metrópole, D. Diogo de Souza trata com o Conselho Ultramarino a respeito da organização das forças militares necessárias à defesa da capitania, debatendo relatórios, mapas e sugestões enviadas por seus antecessores e obtendo aprovação, por Resolução Régia de 17 de outubro, de seu esquema defensivo, com a divisão dos corpos de cavalaria miliciana em quatro regimentos de oito companhias. Ainda na elaboração dos planos de defesa do Rio Grande, trata de obter um regimento de artilharia, para ter praça na ilha de Santa Catarina e na Barra e distrito do Rio Grande de São Pedro. Cuida também do “déficit” apresentado no exercício anterior e nota que ele desaparecerá no futuro com a arrecadação de receitas provenientes dos direitos afiançados na alfândega; do subsídio literário; dos direitos cobrados pela exportação dos charques, sebos e curtumes; das fábricas de pesca da baleia em Santa Catarina, e do comércio direto do reino e costa do leste, que não vinham sendo cobrados. Por outro lado, atenta para a reorganização da secretaria do governo, pedindo a criação de um lugar de secretário, outro de oficial, um amanuense e um porteiro, com o direito de fazer as nomeações, obtendo deferimento do ministro Visconde de Anadia. Com a sua colaboração, foi elaborado pelo Conselho Ultramarino a minuta de um regimento provisório, pelo qual D. Diogo de Souza deveria se reger no novo governo, e que seria ‘cumprido enquanto não se introduzir as alterações necessárias no regimento do govêrno geral do Brasil’. Esse estatuto, contudo, não chegou a ser aprovado por D. João, já que a 29 de novembro de 1807 sobreveio a invasão francesa, e a côrte se transferiu para o Rio de Janeiro”.

Portanto, antes da posse, ainda em Lisboa, Dom Diogo de Souza já trabalhava para adiantar expedientes, prover faltas, obter recursos, etc., em proveito das forças militares e da administração do RS, a saber:

a) em 10Out1807, envia ofício ao Secretário da Marinha e Ultramar (Visconde de Anadia) propondo a formação, em Santa Catarina, de dois regimentos de infantaria miliciana e um regimento de cavalaria miliciana (AHU, RGS, Cx. 19, doc. 21);

b) em 11Out, propõe a reestruturação do Regimento de Dragões e da Legião de Cavalaria Ligeira (AHU, RGS, Cx.19, doc. 22);

c) em ofício de 15Out, propõe vários oficiais para serem nomeados para a Capitania de São Pedro (AHU, RGS, Cx.10, doc. 16);

d) solicita, através de ofício de 15Out, “dois armamentos completos” para dois regimentos de artilharia, “dois armamentos e arreios” para dois regimentos de cavalaria e “conjuntos de espada” e “duas pistolas” para cada praça dos cinco regimentos de cavalaria miliciana (AHU, RGS, Cx. 19, doc. 36).

Ainda na mesma conferência do Dr. Tarcísio Taborda, acima citada:

“...Em 09 de outubro de 1809, na casa da Câmara em Porto Alegre, perante o ‘...Desembargador Ouvidor da Comarca, Juiz, Oficiais da mesma comarca, com a nobreza e povo e o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Paulo José

da Silva Gama, vice-almirante e governador desta capitania...’, o novo governador D. Diogo de Souza tomou posse no cargo”...

Nota do autor: o texto integral do auto de posse do novo governador está publicado nas Atas da Câmara da Vila de Porto Alegre e, também, na edição de 06 de junho de 1967 do jornal Correio do Povo, em Curiosidades da Vila de Porto Alegre-III, sob o título “Provisões de Dom Diogo de Souza”, de autoria do jornalista Kraemer Neto.

Neste mesmo texto, o citado Kraemer Neto diz o seguinte, ainda em relação às provisões de Dom Diogo de Souza:

“Inspetor do Trem de Guerra - Para o serviço de Inspetor do Trem desta vila, onde se há de proceder em todos os trabalhos de armamentos e apetrechos pertencentes à tropa, nomeio ao sargento-mor João Maria Xavier de Brito, que servirá o dito cargo debaixo de minhas imediatas ordens. Porto Alegre, 26 de maio de 1810. Dom Diogo de Souza”.

Por esta provisão é possível perceber claramente a preocupação de Dom Diogo com a Logística, principal razão de ser, hoje, da 3ª RM.

Em 1987, o Ministro do Exército baixou, através da Portaria nº 745, de 16 de julho, as **NORMAS PARA A PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO**. Estas Normas, baixadas através da Secretaria-Geral do Exército (SGEx) e do Centro de Documentação do Exército (CDocEx), além de várias outras disposições, publica, de cada uma das OM do EB, a sua “árvore genealógica”. Na página 61, quadro 1008, está publicada a origem da 3a RM, abaixo reproduzida:

Governo das Armas da Província do Rio Grande do Sul - 1821

Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul, 1830

5º Distrito Militar - Porto Alegre - RS - 1891

12a Região de Inspeção Permanente - Porto Alegre - 1908

3a Região Militar - 1915

7a Região Militar/5ª Divisão de Exército - Porto Alegre - RS - 1915

3a Região Militar/3ª Divisão de Exército - Porto Alegre - RS - 1919

3a Região Militar/3ª Divisão de Infantaria - Porto Alegre - RS - 1921

3a Região Militar - PoriL Alegre - 1944

Este quadro procura mostrar que a 3a Região Militar não teve sua origem em 1919, e sim, em 1821. Por razões não esclarecidas, a Portaria ignora a criação da Capitania-Geral em 1807 e, em conseqüência, os 14 anos anteriores, da estrutura militar antecessora da 3a RM que, a julgar pelas informações anteriores, era a chamada Comandância Militar da Capitania. Os historiadores antes citados, convictos, afirmam que, na verdade, a atual RM começou antes de

1821, ou seja, em 1807.

Quanto à criação, por transformação, da 3a RM/3a DE, em 1919, é de bom alvitre registrar que os 112 anos anteriores a 1919 constituíram um período em que se desenrolaram fatos históricos importantes, dos quais a 3a RM, independente do nome que tivesse, participou, direta ou indiretamente. Como exemplo, alguns:

1811/12 - 1ª Campanha da Cisplatina (1ª Guerra contra Artigas, com Dom Diogo de Souza);

1816/20 - 2a Campanha da Cisplatina (2a Guerra contra Artigas);

1825/28 - Guerra da Cisplatina;

1835/45 - Revolução Farroupilha/Guerra dos Farrapos;

1851/52 - Guerra contra Oribe e Rosas;

1865/65 - Guerra contra Aguirre;

1865/70 - Guerra do Paraguai;

1872/74 - Revolta dos Muckers;

1893/95 - Revolução Federalista;

1896/97 - Campanha de Canudos (Bahia);

1912/16 - Guerra do Contestado (SC e PR).

O Cel Cláudio Moreira Bento, sob os auspícios do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, idealizado pelo então Comandante da 3a RM, Gen Div JOÃO CARLOS ROTTA, produziu a obra **História da 3ª Região Militar**, em três volumes. À página 36 do volume I, o autor apresenta o que chamou de “A certidão de nascimento da 3a Região Militar”, onde diz o seguinte:

“A 3a Região Militar nasceu em 19 de setembro de 1807, junto com o atual estado do Rio Grande do Sul, por Carta Régia do Príncipe Regente Dom João. Carta Régia que certifica o nascimento conjunto do Rio Grande do Sul como governo independente e de sua guarnição militar subordinada desde então à atual 3a Região Militar”.

Diz, ainda, o Cel Bento, que a Carta Régia está também publicada na obra: WAGNER et FORTES. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1963, pág. 63.

O Gen Div Luís Felipe Médici Candiota, ex-Cmt da 3a RM, na Apresentação do III volume da História da mesma diz, à página 9:

“...Obra esta que completa a História da 3a Região Militar, **comando criado por Carta Régia do Príncipe Regente D. João, assinada em Lisboa em 19 Out 1807, junto com a** (grifo meu) **Capitania de São Pedro** (atual Rio Grande do Sul), tendo como Cap-Gen ou dirigente militar e civil, o conselheiro D. Diogo de Souza, e denominação histórica da 3a RM...”.

Inclusive, a galeria de ex-comandantes da 3ª RM inicia em 1809, justamente com Dom Diogo de Souza.

Nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, volume 12, página 114, da linha 26 à 34, está registrado o seguinte:

“O Chefe de Esquadra Paulo José da Silva Gama foi nomeado Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro pelo Aviso de 24 de julho de 1802, tomando posse em 30 de janeiro do ano seguinte; **sendo o último Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro** (grifo meu). Apesar da Carta Patente de 19 de setembro de 1807 (sic) haver elevado o Rio Grande de São Pedro à categoria de Capitania Geral, desanexando o seu governo da Capitania do Rio de Janeiro, somente em 1809, quando da posse de **Dom Diogo de Souza, o Rio Grande do Sul passou a ser governado por um Governador e Capitão General**” (grifo meu).

Na verdade, a Carta Patente, dirigida a Dom Diogo de Souza pelo Príncipe Regente, é de 4 de novembro de 1807, conforme transcrição do Livro 17, folhas 79 e 80 do Arquivo Histórico do RS. Na Carta Patente, Dom João repete as mesmas palavras da Carta Régia. Desnecessário se torna reproduzi-la aqui mas, a uma certa altura do texto, encontramos:

“...Esperando Me continuará a servir da mesma forma na Criação e Governo desta nova (grifo meu) Capitania-Geral, com a qual...”.

Temos assim dois documentos: uma Carta Régia e uma Carta Patente. Esta última deixa bem clara a criação de uma nova Capitania, reunindo os dois poderes, o militar e o civil.

O General Rinaldo Pereira da Câmara, patrono desta Delegacia da AHIMTB, em seu livro “O Marechal Câmara”, volume I, págs. 272/276, sob o título “SINOPSE DA HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, ATÉ 1893”, descreve a seqüência de nomes que o RS teve. Conforme o General Rinaldo:

- Capitania del-Rei1620 a1737;
- Comandância1737 a1760;
- Capitania-Subalterna do Rio Grande de São Pedro do Sul 1760 a1807;
- Capitania-Geral de São Pedro.....1807 a1823;
- Província de São Pedro1823 a1889.

Portanto, segundo o Gen Rinaldo, o nome do RS antes de 1807 era o de Capitania-Subalterna. Este nome diz bem da situação de dependência em relação à Capitania do Rio de Janeiro, vínculo que foi rompido com a desanexação política e militar, conforme a Carta Régia.

Sobre o atual comando enquadrante da 3ª RM, por oportuno, é bom registrar que, no II volume da História da 3ª RM, à página 364, o Cel Bento

descreve o advento do atual Comando Militar do Sul, quando diz o seguinte: - "Por Decreto-Lei 21.506, de 24 Jul 1946, foi **criada** (grifo meu) a Zona Militar do Sul (ZMS), em substituição ao Comando do 1º Grupo de Regiões, ficando a 3a RM e a 5a RM a ele subordinadas". E mais adiante: "O QG da ZMS passou a funcionar em Porto Alegre, no antigo QG da 3a RM, em 1º de março de 1953".

Por este documento, é lícito inferir que o atual CMS não é herdeiro da primeira estrutura militar criada em 1807, já que foi criado em 1946, estando assim fora de questão.

A Portaria Ministerial nº 745, acima citada, registra também, como é possível verificar na "árvore genealógica", que a 7a Região Militar/5a Divisão de Exército deu origem, **por transformação**, em 1919, à 3ª RM/3ª DE, sendo que antes, em 1915, já tinha havido uma 3a Região Militar, com este nome.

Assim, em 1919 nada foi criado, e sim, transformado.

Claro está que é relevante comemorar, em 2007, os 88 anos da RM, referidos a 1919, mas sem descurar, e comemorar também, condignamente, os 112 anos anteriores, que são extremamente significativos do ponto de vista histórico.

Ciente do salutar debate em torno do tema, dentro do mais elevado espírito de cooperação com os Comandos militares e buscando sempre valorizar os antecedentes históricos da 3a RM, a AHIMTB/IHTRGS, através da sua Delegacia para o RS, Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, vem manifestar o seu Ponto de Vista.

Isto posto, **e salvo melhor juízo**:

- a Carta Régia de 19 de setembro de 1807, do Príncipe-Regente de Portugal define com clareza a desvinculação política e militar da Capitania de São Pedro em relação à Capitania do Rio de Janeiro sendo, hierarquicamente, o documento mais importante, por ser originado diretamente de Dom João, o qual governava em nome da Rainha Dona Maria I, sua mãe, impedida por doença.

- até o momento não foi possível localizar, até porque pode ser inexistente, qualquer documento de fonte primária da época que expresse claramente a criação de uma estrutura militar nova, exceto a Carta Patente de 04Nov1807, acima citada, caracterizando-se assim a mesma estrutura anterior, ainda que constituindo o primeiro alto comando militar autônomo. Por outro lado, o Arquivo da 3a RM não possui documentos da época, mas somente a partir da década de 40 do século XIX.

- comemorar os 200 anos da 3a RM significa manter e fortalecer o forte vínculo existente entre o seu maior patrimônio histórico - Dom Diogo de Souza, o Patrono - e o Grande Comando Administrativo;

- a comemoração dos 200 anos significa reverenciar personagens históricos importantes, que construíram um Espírito de Corpo regional, como Caxias, Osório, Conde de Porto Alegre, Marquês de Alegrete, Joaquim Xavier Curado, Menna Barreto, Lima e Silva, José de Abreu, Bento Manuel Ribeiro, Davi Canabarro e tantos outros;

- finalmente, e ainda salvo melhor juízo, é necessário instar os órgãos competentes do EB a passar a reconhecer os 14 anos anteriores a 1821, período importantíssimo na história do RS e da 3ª RM, já que compreende as duas campanhas contra Artigas, o que consolidou o Espírito de Corpo do Grande Comando e teve, como consequência a incorporação, pelo Império, da Banda Oriental como Província Cisplatina;

- quanto ao Decreto de 1º de outubro de 1821, além de provisório, o mesmo não cria nenhuma estrutura nova, somente altera o nome da função "...ficando extinta a denominação de Governadores e Capitães Gerais".

(*) Cel Inf EM RRem EB 1º Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara/Porto Alegre
lecaminha@gmail.com

Bibliografia;

- CÂMARA, Rinaldo Pereira da, General. **O Marechal Câmara**, 3 Vol., Globo, Porto Alegre, 1964.
- COSTA E SILVA, Riograndino. **Apontamentos para a história da 3ª RM**, ERMI/3, Porto Alegre, 1971.
- (). **Conferência de Aniversário da 3ª RM**, 3ª RM, Porto Alegre, 1972.
- BENTO, Cláudio Moreira. **História da 3ª RM e antecedentes**, 3 v, Pallotti, Porto Alegre, 1999.
- MEIRELES, Mário M. **Dom Diogo de Souza, Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí**, Fundação Cultural do Maranhão, SIOGE/MA, São Luís, 1979.
- TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **DOM DIOGO DE SOUZA**, Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Editora La Salle, Canoas, 1966.
- Ministério do Exército. **Portaria Ministerial 745 - Normas para a preservação das tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro**, Secretaria-Geral do Exército/Centro de Documentação do Exército, EGGCF, Brasília, 1987.
- NETO, Kraemer. **Curiosidades da Vila de Porto Alegre-III, Provisões de Dom Diogo de Souza**, CORREIO DO POVO, 6 de junho de 1967, Porto Alegre, 1967.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, vol. 12, Porto Alegre, 1998.
- (_) **Carta Patente de 4 de novembro de 1807**, livro 17, fls. 79 V e 80.
- OSÓRIO, Helen, BERWANGER, Ana Regina, SOUZA, Susana Bleil de. **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa**. IFCH, UFRGS, CORAG, Porto Alegre, 2001.

Nº 42 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

FALECIMENTO DO ACADÊMICO GENERAL VENTURA NECROLÓGIO

Faleceu em 12 de julho o nosso ilustre e muito querido acadêmico General Domingos Pinto Ventura Júnior, que foi o último ocupante da cadeira Marechal João Batista Mascarenhas Moraes, na qual tomou posse em 20 de julho de 2002, em tocante cerimônia no Batalhão de Polícia do Exército - Batalhão Zenóbio da Costa, do qual fora o comandante na Contra Revolução de 1964 e onde era chefe amado por seus integrantes. O General Ventura integrou a FEB como capitão, servindo na primeira Polícia do Exército (PE), organizada por ocasião da Campanha da FEB.

Foi o primeiro Polícia do Exército, nomeado pelo General Zenóbio da Costa, ainda a bordo, no retorno para o Brasil. Ele teve notável desempenho para a vitória do 6º RI em Forno, conforme se conclui de seu último elogio nos campos da Itália.

“Louvo o Capitão Ventura pela apreciável capacidade de comando, inteligência, bravura e espírito de sacrifício demonstrados na ação de Forno, qualidades que o tornaram um elemento valioso para a vitória do 6º Regimento de Infantaria, o que redundou na rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, da Divisão Itália e da 90ª Divisão Panzer”.

Sua atuação na Força Expedicionária Brasileira foi bem reconhecida, tendo em vista as várias condecorações recebidas, entre elas a Medalha da Cruz de Combate de 2ª Classe, e a sua inclusão na Ordem do Mérito Militar, no posto de Capitão. Sempre modesto, costumava dizer no seu jeito simples:

“Não fui herói de coisa nenhuma!”.

Entendíamos o seu senso de dever, e respeitosa dele discordávamos. Antes de sua participação na 2ª Guerra Mundial, o Capitão Ventura já era um veterano de combate, pois ainda na Escola do Realengo havia lutado contra os revoltosos comunistas que, em 1935, tentaram sublevar a Escola de Aviação Militar. O seu pelotão foi o responsável pela prisão dos líderes da revolta.

Atuou durante 13 meses na Força Expedicionária Brasileira e, quando retornava, foi chamado à sala de armas do navio transporte Gen Mann, onde recebeu um encargo que iria transformar a sua vida e ditar o seu destino.

Na presença de vários oficiais, o General Zenóbio da Costa colocou em seu braço esquerdo o primeiro braçal da Polícia do Exército em tempo de paz. Este gesto deu início, simbolicamente, ao processo de estruturação e de consolidação da Polícia do Exército Brasileiro, conduzido posteriormente pelo Marechal Euclides Zenóbio da Costa e pelo seu ajudante-de-ordens, o então Major Ventura.

A história e a missão da Polícia do Exército Brasileiro se confundem com a

vida e o sonho do Marechal Zenóbio. Entretanto, o criador da PE deixou-nos um fiel seguidor, que deu continuidade ao trabalho de divulgação e de consolidação da Polícia do Exército.

O General Ventura nos deixou com mais de 93 anos, na mesma idade do General Carlos de Meira Mattos, que hoje terá aqui inaugurada cadeira especial. Sempre entusiasmado e vibrante nos gestos e palavras, e com o seu peito coberto de condecorações, o General Ventura representou um exemplo de soldado, de admiração e de respeito ao seu comandante-amigo General Zenóbio, à sua Polícia do Exército e, acima de tudo, de amor à Pátria.

O falecido acadêmico, General-de-Divisão Domingos Ventura Pinto Júnior, Ex-combatente da FEB, Ex-Comandante da PE, dedicou toda a sua vida à Polícia do Exército e à divulgação dos feitos dos ex-combatentes da FEB na Itália.

Ultimamente ocupava-se de cuidar dos interesses dos ex-combatentes do Brasil, como o haviam feito o patrono da cadeira que ele ocupava, o acadêmico emérito Gen Carlos de Meira Mattos e o acadêmico emérito General Plínio Pitaluga, o qual o Gen Ventura substituiu na Presidência do Conselho dos Veteranos de Guerra do Brasil, entidade que defende os interesses de todos os veteranos de guerras no Brasil.

Foi incansável a jornada cívica do Gen Ventura. Ele se deslocava pelo país inteiro para divulgar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e sobre o surgimento neste conflito, da Polícia do Exército Brasileiro. Sempre enfatizava que o Brasil foi a única Nação Sul Americana a participar ativamente nos campos de batalha da Europa.

Assim procedia motivado pelo desconhecimento, por parte considerável da população, sobre o envolvimento do Brasil neste conflito e a ausência deste tema nas escolas do país. E, desde 1993, promovia solenidades cívicas marcantes e com cerimonial próprio, da condecoração com a Medalha da Vitória. Medalha da Vitória acompanhada de um histórico, justificando os motivos que concorreram para a condecoração.

Nestas ocasiões, o Gen Ventura fazia presente em espírito o Mal Zenóbio, na figura de seu fiel amigo, o próprio General Ventura, formalmente como Vice-Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil-Seção Rio de Janeiro e informalmente como o primeiro Policial do Exército Brasileiro em tempo de paz.

Para facilitar o seu trabalho de divulgação, iniciou sua carreira literária muito cedo, através de observações e anotações. Entretanto, somente em 1988, juntamente com o Gen Plínio Monteiro, publicou seu primeiro livro, intitulado **História da Polícia do Exército-PE**, onde abordou a criação do embrião da Polícia do Exército Brasileiro, o Batalhão Marechal Zenóbio da Costa.

Em 1993, por ocasião da celebração do centenário de nascimento do Mal Zenóbio, produziu para a Academia Militar das Agulhas Negras uma monografia intitulada “**Vida militar do Marechal Zenóbio da Costa**”.

Em 1999, publicou o seu segundo livro, em parceria com o Cel Murilo Toscano, intitulado **General Zenóbio da Costa e sua atuação**, onde abordou a participação do Gen Zenóbio na Revolução de 1932 em São Paulo, na 2ª Guerra Mundial e na Polícia do Exército, no pós-guerra.

Não se dando por satisfeito, organizou recentemente o livro intitulado “**A Polícia do Exército Brasileiro**”, com o objetivo de resgatar um pouco mais a história da PE, com vistas a divulgar e integrar os Batalhões e frações de Polícia do Exército espalhados pelo país, bem como caracterizar a recente participação de Pelotões da PE na missão de paz das Nações Unidas no Timor Leste.

Apesar de pequeno, o conjunto de sua obra literária é de grande valor histórico militar terrestre e de reconhecido significado para as futuras gerações. Não obstante, se considerarmos o envolvimento do Gen Ventura na revolução de 35, na 2ª Guerra Mundial e na Contra Revolução Democrática de 64, quando era comandante do 1º BPE no Rio de Janeiro, veremos que se tratava de uma testemunha viva da nossa história.

E foi por sua obra notável que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil decidiu, como ato de justiça na voz da História, eleger o Gen Ventura para ocupar a sua cadeira Mal João Batista Mascarenhas de Moraes, ou seja, um patrono e soldado que dispensa apresentações e sobre o qual o novo acadêmico discorreu de forma emocionante. Foi condecorado como Comendador do Mérito Histórico Militar Terrestre em 22 de setembro de 2004, no IME, em ocasião que o nosso acadêmico general Paulo César de Castro foi condecorado como oficial da referida medalha.

Em nome do Colégio Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, nosso grande pesar pela perda deste nosso distinto acadêmico e guerreiro incansável da preservação e da divulgação da memória histórica da FEB e da Polícia do Exército. E votos de que seja bem recebido pelos dois heróicos acadêmicos nonagenários como ele, generais Meira Mattos e Plínio Pitaluga, com a satisfação do dever bem cumprido para com o Brasil e para com seus companheiros veteranos. Que descanse em paz, e que seu notável exemplo tenha seguidores entre os soldados do Exército Brasileiro, ao estudarem a sua bela saga como exemplar militar-cidadão brasileiro.

Aproveito a oportunidade para formular os nossos sentidos pêsames aos seus familiares.

Em nome de todos os integrantes da Academia de História Militar Terrestre do
Brasil

Acadêmico Emérito Presidente

Cláudio Moreira Bento

MMLC, 23 de julho de 2007 em sessão da AHIMTB

FONTE: Oração de recepção como acadêmico do Gen Ventura pelo acadêmico Flávio Camargo no Batalhão de Polícia do Exército no Rio de Janeiro.

Pela Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara/RS:
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
Delegado, Vice-Presidente da AHIMTB e do IHTRGS

Nº 43 – Agosto de 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

NECROLÓGIO DE HUGO RAMIREZ

O folclorista e escritor Hugo Ramirez faleceu em Porto Alegre, onde residia, na 4- feira, dia 01 de agosto. Foi velado no 35 CTG e sepultado às 1000 horas de 5- feira, dia 02, no Cemitério João XXIII. Familiares e amigos levaram-no à última morada. Ainda no 35 CTG, foi rezada uma missa de corpo presente.

Ramirez foi Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho em duas gestões, 1970 e 1971. Poeta, jornalista advogado, geógrafo e educador, produziu mais de 70 obras. Destaca-se o seu romance “Rio dos Pássaros”, reconhecido pela Academia Brasileira de Letras. Como poeta, foi um dos idealizadores da Estância da Poesia Crioula, em 1957. Na área tradicionalista do interior, foi fundador do CTG Galpão Campeiro, em Erechim. Em 2003, foi condecorado com a Medalha do Mérito Tradicionalista Barbosa Lessa, a mais alta comenda da área tradicionalista no Rio Grande do Sul.

Hugo Ramirez era uruguaianense. Nasceu em 12 de abril de 1922. Faleceu com 85 anos de idade. Deixou a esposa, nove filhos, netos e bisnetos.

Um dos trabalhos mais importantes de Ramirez é a **ICONOGRAFIA POÉTICA DO ÍNDIO DO RIO GRANDE DO SUL**, trabalho do qual fez também a **COORDENAÇÃO, SELEÇÃO E GLOSSÁRIO**. Desta iconografia destacamos as primeiras estrofes da seguinte poesia:

Em Defesa de Sepé Tiarajú

SEPÉ TIARAJU desperta
Do sono da imensidão...
Eis que vem um índio irmão
OTHELO ROSA chamado,
Dar um golpe amaldiçoado
Na raiz da tradição!

Tombaste empapado em sangue
Defendendo a tua terra,
A que o ibérico se aferra

Seja luso ou castelhano Pra ti são do mesmo pano! Nessa missioneira guerra. Era teu chão adorado, chão dessa brava indiada Que Sepé trazia aldeada, Que tu então defendias, Naquelas lutas bravias De nobreza consagrada!

Hugo Ramirez também foi autor dos Paradigmas da açorianidade no Rio Grande do Sul: a obra pioneira dos luso-descendentes.

Como membro da Casa do Poeta Rio-Grandense produziu, juntamente com outros colegas, a obra CASA DO POETA RIO-GRANDENSE, 40 Anos de Presença, editado pela Editora Alcance. Ramirez era também membro da Academia Rio- grandense de Letras (ARL) e Pós-graduado em História do RS. Foi também Secretário Geral da Comissão Estadual do Índio no Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul.

No campo da Literatura Brasileira, Hugo Ramirez foi autor do trabalho **O menino encantado**, na área de contos. Era membro do Partenon Literário.

Como colaborador da Revista RIO GRANDE CULTURA, nº 23, fez um trabalho, em março/abril de 1997, sobre os índios primitivos habitantes de Porto Alegre. Este trabalho foi realizado em colaboração com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL Pe. LANDELL DE MOURA e versa sobre os índios Guaibeguaras.). Nesta área, produziu o texto abaixo (síntese).

Apreciação Etimológica da Palavra Originária “Guaíba” (Origens prováveis da palavra Guaíba)

GUAÍBA, s. m. Geografia. Nome do estuário que banha a hoje metrópole do Estado do Rio Grande do Sul, cujos principais afluentes são o Jacuí (rio dos jacus; rio dos comedores de grãos); o Sinos (rio com curvas; em tupi guarani, tamanduateí); o Gravataí, (rios dos gravatás) Caí (rio da mata, dos bosques); e, entre os pequenos, o antigo Jacareí (rio dos Jacarés).

À frente da capital gaúcha, e de sua vizinha cidade de nome igual ao do caudal, Guaíba, é que o vasto curso d’água toma essa denominação, pois em sua origem é um prolongamento do Jacuí. Na verdade, no caso do substantivo sul-rio-grandense, não é pacífico o entendimento dos doutos. Pessoalmente, sugerimos duas outras plausibilidades: 1) GUA, YGUÁ (enseada, vale, recôncavo, baixada); - i, rio; ybá (fruto), vale dizer RIO DO VALE DAS FRUTAS; e 2) YGUÁ, GUÁ (enseada, vale, ahia), e YBÁ (ruim, difícil, sem peixe, não navegável), a abonar as hipóteses ENSEADA NÃO NAVEGÁVEL, ou de DIFÍCIL NAVEGAÇÃO.

Daí teria surgido guaibeguara, habitante do Guaíba, por aférese do sufixo, enguares.

Luiz Ernani Caminha Giorgis - Delegado da AHIMTB/RS

Nº 44 - Agosto de 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

CAXIAS, O PATRONO DA ANISTIA

Em Guararapes escreveu-se a sangue o destino do Brasil.

O de ser um só e não dois ou três hostis entre si.

Gylberto Freire

Durante o período monárquico brasileiro (1808 a 1889) eclodiram vários movimentos políticos-insurrecionais que poderiam ter resultado na fragmentação do território. A figura do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, pontificou em vários conflitos assegurando a paz e o cumprimento da lei e da ordem. Com justiça, e como reconhecimento, o seu cognome de Pacificador foi inicialmente sugerido pelo jovem imperador D. Pedro II, aliviado pelas ações empreendidas durante a regência, já no início do segundo império.

O clima de instabilidade política que perdurava desde D. Pedro I, agravou-se com a abdicação em 1831. Daí até 1840 contam-se 20 revoltas em nove anos. Na maior parte delas o povo, insatisfeito com as lideranças políticas, com a ausência do poder central e com a escravidão, recorria a confrontos de inspirações desagregadoras. Pode-se afirmar que era o germe do movimento republicano que nascia.

As ações no Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul deram a Caxias uma experiência sem par na pacificação de irmãos em lutas. Assim Caxias os considerava. Por isso não perseguia. Anistiava. Vencia com simplicidade e se impunha aos derrotados com uma grandeza sem igual.

No Maranhão e no Rio Grande do Sul Caxias reorganizou a tropa sob seu comando, instruiu-as e aplicou alguns princípios de guerra apropriados para cada região. Ao negociar a paz não abria mão da união de todos em torno de um único território e na defesa da monarquia.

Em São Paulo e em Minas Gerais o governo imperial viu-se na obrigação de enviar Caxias para o comando, a fim de rapidamente sufocar os focos de sedição, temendo que tais movimentos abalasses a novel investidura do imperador D. Pedro II. Na batalha de Santa Luzia - MG, em 20 de agosto de 1842, Caxias derrotou 3.300 revolucionários e pôs fim às lutas na região sudeste do Brasil.

Ainda no sul, pode-se afirmar que Caxias foi o primeiro abolicionista ao propor a alforria a todos os soldados negros que lutaram em ambos os lados. Caxias tinha a percepção de que as revoluções brasileiras eram desejos locais de ideais puros, na ânsia de liberdades e de oportunidades negadas por abusos de grupos dominantes de poder.

Ao completarmos, em 25 de agosto, 204 anos de seu nascimento, justo se faz ressaltar os feitos daquele que é, indiscutivelmente, o maior soldado brasileiro.

Luiz Carlos Loureiro - Coronel da reserva, ex-cmt do 25° BC (1998-2000)
Delegado da AHIMTB em Belo Horizonte

Operações Internas em que Caxias comandou ou participou

- Guerra da Independência, Bahia, 1823;
- Balaiada, Maranhão, 1838/42;
- Revolução Liberal de São Paulo, Sorocaba, 1842;

- Revolução Liberal de Minas Gerais, Barbacena, 1842;
- Revolução Farroupilha, Guerra dos Farrapos, RS, 1835/45;

Operações Externas

- Guerra contra Oribe e Rosas, Uruguai e Argentina, 1851/52;
- Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai), 1865/70.

Outras observações:

- (1) **Caxias foi senador vitalício pelo Rio Grande do Sul por trinta anos;**
- (2) **Quando da Balaiada, adotou um curumim como seu filho, trazendo-o para o Rio de Janeiro, onde o mesmo passou a fazer parte da família;**
- (3) **Na Balaiada, contraiu uma moléstia no fígado, pela água não potável, que o atormentou por quarenta anos da sua vida, até a morte (1880);**
- (4) **Tanto na Balaiada, como na Farroupilha e como na Guerra contra Oribe e Rosas, Caxias exigiu do Imperador que lhe fosse entregue não só o poder militar, mas também o civil, concentrando assim, em suas mãos os dois poderes, o militar e o político, no que foi atendido;**
- (5) **No Rio Grande do Sul, promoveu muitas obras públicas, melhorando o ensino, a saúde e a segurança pública. Caxias está presente na Santa Casa de Misericórdia, na Catedral Metropolitana, na Ponte dos Açorianos, no Mercado Público e nas seguintes ruas: Duque de Caxias, José de Alencar, Venâncio Aires, da República, entre outras.**

**Pela Delegacia da AHIMTB/IHTRGS/RS:
Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado**

BICENTENÁRIO DE OSÓRIO E DE TAMANDARÉ

Nº 45 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

O MARQUÊS DE POMBAL E SUA PROJEÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cel Cláudio Moreira Bento, Presidente da AHIMTB

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (1699-1782), nasceu em Portugal, com origem em família tradicional. Estudou Direito, História e Política. Seu tio, Cardeal da Mota, apresentou-o a Dom João V, que o enviou como embaixador para Londres e depois Viena.

Ficando viúvo, casou com a austríaca Leonor Daun, da antiga nobreza e bem mais moça do que ele. Dizia-se que tiveram um casamento feliz. A rainha de Portugal, Dona Maria (austríaca) tornou-se muito amiga de sua compatriota, protegendo Pombal, que já não era bem visto por Dom João V. Isto talvez tenha influenciado na sua escolha, aos 50 anos, por D. José I para seu ministro, e mais, a sua notável aprendizagem política internacional e administrativa em Londres, a qual colocaria em prática. Pombal conquistou a inteira confiança do rei e

monopolizou o poder, especialmente depois do terremoto de Lisboa, em 1755.

Tornou-se odiado pela nobreza e pelos jesuítas. O genovês João Batista Pele, que tentou assassiná-lo, foi punido com o esquartejamento, como regicida. Quanto ao visionário jesuíta Gabriel Malagrida, tido como suposto herege, Pombal mandou queimá-lo em fogueira.

De 1750 a 1777, por cerca de 27 anos, Pombal foi o virtual ditador de Portugal. Com a morte de Dom José I, em 1777, houve violenta reação contra Pombal, reação que passou à história como A Viradeira. Processado politicamente, Pombal foi declarado ser merecedor de castigo exemplar. Foi perdoado por Dona Maria I das penas corporais, morrendo poucos meses depois de terrível doença, na Quinta de Pombal, com cerca de 82 anos, depois de haver deixado o poder absoluto, como déspota esclarecido, cinco anos antes.

Pombal tentou impedir a evasão do ouro, retirado do Brasil, para a Inglaterra. Promoveu reformas na administração e no ensino, estimulou a indústria e o comércio e fortaleceu a posição internacional de Portugal. No tocante ao desenvolvimento do Brasil, sua expansão, consolidação geográfica e fortalecimento militar, este trabalho o demonstra.

Estimulou a exportação do açúcar e do fumo e entrou em conflito com os jesuítas que se opuseram militarmente à entrega dos Sete Povos das Missões a Portugal em troca da Colônia do Sacramento. Fato que provocou a expulsão dos jesuítas da América do Sul por Portugal e Espanha.

Segundo João Abel da Fonseca, que revelou as cartas secretas do Marquês de Pombal ao seu irmão Capitão-General do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o confronto de Pombal com os jesuítas na Amazônia teria sido em razão de estarem estes digladiando-se entre si na disputa por privilégios e opondo, à política portuguesa/espanhola, as congregações religiosas, “em especial a Companhia de Jesus, voltada para controlar a Amazônia, onde formaria um Estado de Deus independente da tutela de Portugal e Espanha”.

No Sul, os jesuítas haviam se oposto militarmente à entrega das Missões, da Espanha para Portugal, de acordo com o Tratado de Madri, subvertendo os índios, o que passou à História como Guerra Guaranítica, 1752-54. Os jesuítas, muito antes, no período da União das Coroas de Portugal e Espanha (União Ibérica, 1580-1640), haviam estabelecido as reduções jesuíticas de Itatins (no Mato Grosso do Sul), de Guairá (a oeste do Paraná) e Tape (Rio Grande do Sul), das quais foram expulsos pelos bandeirantes paulistas. Reduções estas que, em conjunto, teriam formado um Império Teocrático Guarani que o Marechal Solano Lopes, conforme mencionam alguns intérpretes, tentou reconstituir, ao invadir, durante a Guerra do Paraguai, o atual Mato Grosso do Sul por Dourados e o Rio Grande do Sul por São Borja.

Em 1755, Pombal criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para desenvolver a Amazônia, concedendo-lhe o direito exclusivo de

navegação, comércio de produtos da Amazônia e tráfico de escravos negros para substituir a escravidão indígena, por ele mesmo proibida, fato que provocou a revolta dos escravistas da Amazônia. No decorrer deste trabalho ficará mais clara a sua grande projeção na definição do destino brasileiro da Amazônia e no seu fortalecimento militar.

A ação do Marquês de Pombal, absolutista, mas considerada esclarecida, foi apoiada, entre outras ações, com apoio no Acadêmico Coronel João Ribeiro da Silva, em sua obra **O Brasil colonial e imperial**. Administrativamente, ação apoiada em razões de Estado. Na legitimidade real, baseada no princípio de nacionalidade e não em suposta origem divina. Na luta, para restaurar a fraca economia de Portugal, com política independente do controle inglês, principalmente. E basear sua política em princípios mercantilistas. No estreitamento das relações da metrópole com suas colônias, em especial com o Brasil, porque delas resultaria a sobrevivência de Portugal. E na rigidez do comércio da metrópole, no caso do Brasil, com monopólio exportador e importador, criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e a de Pernambuco e Paraíba em 1759, pois só o monopólio asseguraria a remessa de lucros para Portugal. Companhias que seriam extintas pela rainha D. Maria I.

E ainda, na transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, por razões estratégicas, face a problemas com os espanhóis, relacionados com a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, e posterior apoio à guerra contra os espanhóis, que invadiram e dominaram cerca de 2/3 do atual Rio Grande do Sul por cerca de 13 anos (1763-75), fato que abordamos amplamente na obra **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1996. Em reformas sobre cobrança de impostos, combate ao contrabando, etc. Na extinção das Capitânicas Hereditárias e fortalecimento do poder dos vice-reis. No estabelecimento da derrama, na mineração das Casas de Fundação e fixação de cotas anuais de 100 arrobas (1.500 kg). Na concentração, em Diamantina, do monopólio da extração de diamantes. A não tolerância a nenhuma interferência ou reação à autoridade real, do que resultaria a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por haverem desafiado as autoridades dos reis de Portugal e Espanha, o que resultou na Guerra Guaranítica (1752/54), já citada, que abordamos na História da 3ª RM, 1808-1889 e Antecedentes. Porto Alegre, Pallotti, 1994.

O período de Pombal como embaixador na Inglaterra e Áustria se constituiu em valiosa escola para o manejo administrativo e político de Portugal de 1750/77, período de grande movimentação no Brasil, e de definição e consolidação de suas dimensões continentais. Esta abordagem é importante para melhor se entender a nossa História Militar Terrestre da Amazônia.

Foi sob a influência do Tratado de Madrid de 1750 e sob o Rei D. José, que

o Marquês de Pombal, particularmente com o concurso de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão, que abrangia os atuais estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso, e também chefe plenipotenciário da Comissão de Limites de Portugal com a Espanha, consolidou a conquista da Amazônia Brasileira e, em especial, a expressiva parte da área hoje denominada Calha Norte, ao norte dos rios Japurá e Amazonas.

Além disso, os dois irmãos consolidaram a posse luso-brasileira de parte de Rondônia atual, onde asseguraram a ligação da Amazônia com o Mato Grosso, ou das bacias Amazônica e do Prata, através da liberação do caminho Belém-rios Amazonas, Madeira e Guaporé-Vila Bela-Cuiabá, alternativo para o escoamento do ouro de Mato Grosso.

Ao Marquês de Pombal, a História Militar Terrestre do Brasil está a dever o seu fortalecimento militar terrestre, a ocupação e a estrutura da defesa de nossas fronteiras, não só na Amazônia como também no sul e no Oeste. Isto, segundo se concluiu de Marcos Carneiro de Mendonça, no passado grande goleiro do Fluminense e depois assinalado historiador, em seus estudos **A Amazônia na Era Pombalina**. Rio de Janeiro, IHGB, 1963, 3 v. e **O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas na Amazônia**, RIHGB, v. 251, Abr/Jun 1961.

A administração pombalina consolidou a posse da Amazônia, conquistada pelo General Pedro Teixeira em 1539, com as seguintes providências militares:

-de construção: do Forte de Macapá (potencializado); do de São Joaquim, no Rio Branco; do de São José de Moarabitanas; do de São Gabriel da Cachoeira; do de Tabatinga; do de Mariuá (atual Barcelos); do de Bragança e do Príncipe da Beira, além de uma Guarda Militar na antiga missão jesuítica de Trocano (atual Borba), próximo da foz do Madeira, para funcionar como registro, impedir o descaminho de ouro das minas de Cuiabá, infiltrações norte-sul nas minas de Mato Grosso e para apoio logístico a viajantes autorizados entre a Amazônia e Mato Grosso.

A fortaleza de Macapá visava fazer face a pressões dos franceses. O Forte de São Joaquim, para fazer face a pressões dos holandeses o qual, mais tarde, serviria para conter pressões dos espanhóis e parcialmente dos ingleses da Guiana Inglesa. Os de Moarabitanas, São Gabriel, Mariuá (Barcelos, Tabatinga, Bragança e Príncipe da Beira para fazer frente a pressões de espanhóis que chegaram a estabelecer, na margem direita do rio Guaporé, as missões jesuíticas espanholas de São Miguel, Santa Rosa, São Simão e São Nicolau. Missões que foram removidas para o outro lado do Guaporé, proporcionando segurança e continuidade ao caminho fluvial luso-brasileiro Belém-Vila Bela-Cuiabá. Pressões que cessaram com a expulsão dos jesuítas da área pela Espanha. Na missão de Santa Rosa foi erigido o Forte Nossa Sra. da Conceição, depois mudado o nome para Forte de Bragança.

E completa Marcos Carneiro de Mendonça:

“Quanto às fortificações pombalinas da Amazônia, só tenho a reafirmar o que venho sustentando a respeito. Toda a imensa região das terras situadas ao norte do rio Amazonas, só não passou a ser terra de ninguém depois que o Gabinete do Marquês de Pombal fez ali construir as fortalezas e fortes de Macapá, São Joaquim, Moarabitanas, São Gabriel, Tabatinga e Príncipe da Beira”. Complementaríamos Carneiro de Mendonça acrescentando o Forte do Rio Negro em Barcelos (Mariuá), que foi uma espécie de Quartel-General da Demarcação da Amazônia.

Em 1758, o rei de Portugal, em carta a D. Antônio Rolim de Moura, o fundador de Vila Bela, em Mato Grosso, e um dos artífices da consolidação da conquista da Amazônia dizia, dos luso-brasileiros agentes desta obra ciclópica, algo semelhante ao que Winston Churchill diria dos pilotos ingleses da RAF, na batalha aérea travada contra Hitler: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”.

Dom José disse mais ou menos assim, ao referir-se à consolidação da conquista da Amazônia Brasileira sob sua égide, lembrando e assemelhando a saga amazônica às ações de Portugal na Índia Oriental:

“Onde tão poucos portugueses (luso-brasileiros) fizeram tantos e tão façanhosos progressos e dominaram tantas e tão numerosas ações”.

A abertura do caminho pelo Amazonas-Mato Grosso fora proibido por Dom João V, para impedir o descaminho do ouro e diamantes do rio Cuiabá. E mais, infiltrações estrangeiras na região de Cuiabá. Mas isto estava alimentando a ameaça de espanhóis de interromperem esta ligação com a instalação de missões jesuíticas na atual Rondônia. Missões que só não prosperaram por serem ameaçadas por criminosos homiziados na ilha Comprida do rio Aporé (Guaporé), os quais impediram os jesuítas de expandirem suas missões.

Para impedir a circulação entre a Amazônia e as minas de Cuiabá, e que estrangeiros atingissem estas minas, foi levantada a linha de ação de bem fortificar a entrada do Amazonas. Mas foi lembrado que os espanhóis achavam-se muito fortes no rio Mamoré, navegando a toda hora pelo rio Madeira, onde fundaram, por descuidos dos luso-brasileiros, diversas missões.

A fundação de Vila Bela (atual Mato Grosso) por Rolim de Moura mereceu do Capitão General do Grão-Pará Mendonça Furtado este estímulo quando disse...

“Não ter dúvida de que em pouco tempo será uma populosa cidade. E isto baseado no grande zelo e atividade que atribui ao seu fundador”. E completou: “Sobre o ponto de vista estratégico, o local onde fundou Vila Bela era impossível que fosse outro melhor. Principalmente, se o Rei Dom José I permitir a comunicação de Vila Bela com as minas de Cuiabá.

Vila Bela, situada na Bacia Amazônica, podia comunicar-se com as minas de Cuiabá, na Bacia do Prata, da seguinte maneira:

Existem dois rios navegáveis, o Alegre e o Aguapeí, tributários das bacias Amazônica e do Prata, e separados por uma planície de mais de duas léguas, através da qual se poderiam transpor cargas de Vila Bela para Cuiabá e vice-versa.

Além das citadas fortificações pombalinas da Amazônia, o Marquês de Pombal criou dois regimentos de infantaria, com mais de 500 homens cada um, para guarnecer Belém e a nova e poderosa fortaleza de Macapá. Esta, com dominância de vistas e fogos sobre o principal canal de acesso à Bacia Amazônica.

A definição do destino brasileiro de Rondônia muito está a dever à ligação fluvial Belém-Vila Bela, à construção dos fortes Bragança e Príncipe da Beira e à Guarda Militar e Registro de Ouro da atual localidade de Borba.

Antes das providenciais pré-demarcações do Tratado de Madri na Amazônia e da chegada do Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, os documentos dão conta da situação miserável das tropas, oficiais estropiados e ignorantes e sem noção de disciplina.

Mendonça Furtado recebeu de seu irmão duas difíceis missões:

1) Proibir a escravidão dos índios na Amazônia, cujo trabalho deve ser remunerado, e recorrer ao trabalho negro escravo africano.

2) Conseguir que os padres com excessivo poder temporal na Amazônia, possuidores de grandes patrimônios, abdicassem dos mesmos e ficassem restritos só ao poder espiritual.

Finalmente, a diretriz dos colonizadores, sempre presente e atual na luta pela Amazônia:

“Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios”.

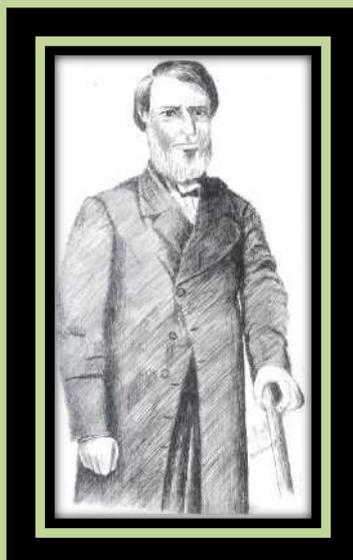
Fonte: BENTO, Cláudio Moreira, Cel. **Amazônia Brasileira - Conquista, consolidação e manutenção (1616-2003) - História Militar Terrestre da Amazônia**. Pág. 103/W9. AHIMTB, Metrópole, Porto Alegre, 2003.

Nº 46 - Ano 2006 – Cel Cláudio Moreira Bento

BARÃO DE URUGUAIANA

CARLOS FONTTES

*Delegado da Academia de História Militar Terrestre
do Brasil, Uruguaiana - Delegacia “Gen Setembrino de Carvalho”*



As grandes figuras da nossa história fogem através dos tempos, quando estudiosos tentam em vão buscar o conhecimento desses homens que ajudaram na construção do nosso município, como é o caso do **BARÃO DE URUGUAIANA** que, há pouco tempo, muitos desconheciam.

Esse ínclito político e magistrado brasileiro teve papel de grande destaque durante a rendição dos paraguaios em Uruguaiana.

Nasceu **ÂNGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ**, na então Província de Valença - Bahia, em 1812, vindo a falecer em Petrópolis- RJ, em 18 de janeiro de 1867.

Em 1834, formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, tendo sido colega de Conceição de Sinimbu e Nabuco de Araújo. De tendência política mais conservadora, recém formado, acompanhou as forças que combateram a Cabanagem em Alagoas e Pernambuco, onde brilhantemente tomou parte.

Em 1835, foi novamente nomeado Promotor Público em Salvador. De 1837 a 1843, Juiz de Direito de Jacobina. Em 1838, fora eleito Deputado à Assembléia Provincial da Bahia, tomando a iniciativa de uma petição ao Imperador, onde solicitou, e foi aprovada, a anistia aos revoltosos da Sabinada, embora estivesse politicamente em campo oposto.

Sobre ele comentara Joaquim Nabuco:

“Ferraz era na tribuna uma espécie de gladiador antigo, armado de rede que devia lançar sobre o adversário e do tridente com que procuraria atravessar-lhe a armadura. Possuía vasta erudição e uma competência administrativa excepcional. Talvez de todos os homens de Estado da Monarquia, tenha sido o único apto para ocupar qualquer das pastas com a mesma proficiência e mesmo, se as circunstâncias o obrigassem a tanto, todas a um tempo. A sua atividade era igual à sua capacidade.”

Em 1842 elegeu-se Deputado à Assembléia Geral, ficando até 1848, quando

então, foi nomeado pelo Imperador para Inspetor de Alfândegas do Rio de Janeiro, função a qual exerceu até 1855, desempenhando, também, a de Procurador Fiscal do Tesouro Nacional.

Conselheiro do Império até outubro de 1853, novamente Deputado pela Bahia, em maio de 1856, vindo depois a assumir no Rio Grande do Sul o cargo de Presidente da Província, de oito de março de 1857 a 24 de abril de 1859.

Um dos pontos culminantes de sua vida foi a sua indicação, em agosto de 1859, para a Presidência do Conselho de Ministros, onde acumulou a pasta da Fazenda e, interinamente, a do Império. Na sua gestão de dois anos, destacou-se, sobremaneira, sobre a reforma da Lei eleitoral, que foi aprovada sob o “gabinete Paraná”, onde foram ampliados os chamados círculos, os quais passaram a se constituir de três deputados. Tomou importantes medidas de restrição às missões e reformulação dos regulamentos fiscais e tarifas aduaneiras.

O máximo de sua carreira - que permaneceu nos anais da história de Uruguiana - foi quando Ferraz veio a ocupar a pasta de Ministro da Guerra, em pleno conflito do Brasil e Paraguai, em 1865. Assumindo em maio, permaneceu nas funções até outubro de 1866.

Na memorável data de 18 de setembro de 1865, estando as tropas da Tríplice Aliança em frente a então Vila de Uruguiana, com todo o seu dispositivo de combate pronto para a retomada desta Vila, o Comandante do Exército em Operações na Província do RGS, Ten Gen Manoel Marques de Souza (Conde de Porto Alegre), juntamente com o Imperador e com os Chefes das Nações Aliadas, que se encontravam em frente à Vila, (frente ao antigo cemitério - hoje “Parcão D Pedro II”), após vários fracassos, na tentativa de demover a força inimiga ora sitiada a se render, conferenciam a respeito de enviar alguém para levar as últimas condições impostas ao Ten Cel Antonio de La Cruz Estigarríbia, que comandava aquela força invasora.

Incontinenti, o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, se apresenta para tal missão. Acompanhado do Gen Caldwell, chefe do Estado-Maior, do Major Miguel Meirelles, Secretário, e do Oficial de Gabinete do Conde de Porto Alegre, Major Amaral, dirige-se o Ministro, em comitiva, para as linhas fortificadas, onde foram recebidos pelo próprio Estigarríbia e seu secretário, Major Salvanac, recebendo de viva voz pelo Ministro, as condições de rendição.

O chefe paraguaio pediu-lhe por escrito, a fim de conferenciar com seus oficiais do Estado-Maior e logo, após haverem trazido uma mesa, já dentro da Vila, foi feita pelo próprio Ministro a nota das condições de rendição, quando então, Estigarríbia, assinando sua capitulação, entrega ao Ministro suas armas.

A partir daquele momento histórico, com a participação do nosso futuro Barão de Uruguiana, o Ten Cel Estigarríbia já era um prisioneiro, quando foi levado pelo próprio Ministro, à presença do Imperador, que presenteou o Ministro

Ferraz com a espada de Estigarríbia.

Devido a este fato inusitado e de ampla envergadura, que muito honra a história desta cidade, o Governo Imperial agraciou o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 9 de outubro de 1866, com o título nobiliárquico de **“BARÃO COM GRANDEZA DE URUGUAIANA”**.

Eis como um baiano, que teve presença saliente na então Província de São Pedro do RGS e destaque merecido em nossa cidade, passou a ser o **“BARÃO DE URUGUAIANA”**.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
lecaminha@gmail.com

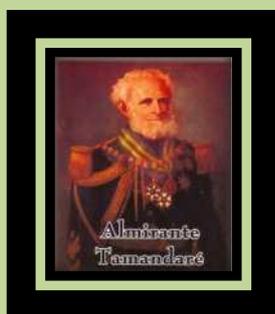
**20 anos do IHTRGS - 200 anos de Andrade
Neves**

Nº 47 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

**BICENTENÁRIO DO PATRONO DA MARINHA E DO 6º GAC DE RIO GRANDE,
SEU BERÇO NATAL**

Cel Cláudio Moreira Bento

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do IHTRGS



O Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré - O Nelson Brasileiro, é por tradição cultuado patrono da Marinha do Brasil, e hoje, no Exército, como denominação histórica, ou patrono, de seu 6º Grupo de Artilharia de Campanha. Pela Marinha, por ele **“...representar na História Naval Brasileira a figura de maior destaque dentre os ilustres oficiais de Marinha que honraram e elevaram a sua classe. E que, neste dia, deveria a Marinha render-lhe as homenagens reclamadas por seus inomináveis serviços à liberdade e união dos brasileiros, demonstrando que o seu nome e exemplos continuam bem vivos no coração de quantos sabem honrar a impoluta e gloriosa farda da Marinha Brasileira”**.

Pelo Exército, pela Força Terrestre considerá-lo o maior herói militar brasileiro nascido na cidade de Rio Grande, sede de seu 6º Grupo de Artilharia de Campanha.

Por seus quase 67 anos de heróicos, legendários e excepcionais serviços foi, por tradição, consagrado o patrono da Marinha, e a data de seu nascimento o Dia do Marinheiro.

O futuro Almirante Tamandaré ingressou na Marinha em 4 Mar 1823, aos 16 anos, tendo sido designado para servir a bordo da fragata “Niterói”, como praticante de piloto, e combateu na guerra da Independência, na Bahia, em 1823.

Terminada a guerra, em que se destacou, freqüentou por quase um ano a Academia Imperial dos Guardas-Marinha, até ser requisitado para embarcar na nau “D. Pedro I”, destinada a combater a Confederação do Equador, no Nordeste. Nestas ações se impôs à admiração e estima dos seus chefes, que atestaram que, ao tempo de sua participação na guerra da Independência **“já possuía condições de conduzir uma embarcação a qualquer parte do mundo”**.

Segundo Gustavo Barroso: **“Foi Tamandaré marinheiro do primeiro e segundo Império, que vira o Brasil Reino, guerreara na Independência, no Prata, tomara parte ao lado da lei em quase todas as convulsões da Regência, criara e legara a vitória no Uruguai e no Paraguai à Marinha, do segundo Império, assistira à Proclamação da República, à Revolta na Armada, pisara o convés de tábuas dos veleiros e na cobertura chapeada de ferro dos encouraçados, vira a nau e o brigue, o vapor de rodas e o monitor e a couraça e o torpedeiro destinada a vencê-la”**.

Tamandaré lutou na Guerra da Cisplatina (1825-28), inclusive no comando de dois navios, aos 20 anos, quando capturou em ação os barcos adversários “Ana” e “Ocho de Febrero”, além de haver lutado bravamente em Corales e Lara Quilmes.

Teve atuação febril no combate a Setembrada (Set 1831) e Abrilada (Abr 1832) e Praieira (1848) em Pernambuco, Sabinada (1835) na Bahia e Balaiada (1841), no Maranhão. Ali comandou as forças navais, quando, em apoio a Caxias, desempenhou ação decisiva no campo logístico e operacional.

Manteve ação brilhante direta na guerra contra Aguirre, em 1864, e destacada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70), até 22 Dez 1866.

Seu maior feito militar foi haver comandado a conquista da cidade oriental de Paissandú, em 1 e 2 Jan 1865. Vitória que assegurou ao Brasil posição estratégica de real valia na vigilância de fronteira, além de com ela abrir os portos à posse de Montevideú, conseguida com o acampamento do nosso Exército em Fray Bentos e de nossa Marinha no porto de Montevideú.

Em 11 Jun 1865 travou-se a vitoriosa batalha do Riachuelo, a maior batalha naval da América do Sul, vencida pela 2- e 3- divisões da Esquadra Brasileira, sob o seu comando, e então comandada pelo Almirante Barroso, que neutralizou a capacidade ofensiva estratégica do inimigo.

Tamandaré, depois de relevantes serviços no comando da Esquadra

Brasileira em operações, passou o comando da mesma, em Curuzú, encerrando, assim, mais de 30 anos de assinalados serviços à Segurança do Brasil, passando a prestar, até 20 Jan 1890, data de sua reforma, outras funções, depois de quase 67 anos de notáveis serviços à administração naval.

Tamandaré nasceu em 13 Dez 1807, em Rio Grande. Sua infância, meninice e parte da adolescência transcorreu debruçado no sangradouro da Lagoa dos Patos, onde desenvolveu grande habilitação em natação e aprendeu navegação. Inúmeras vezes cruzou o canal que mais tarde mapeou, como capitão, em vai e vem, entre as vilas de São José do Norte e Rio Grande.

Seu padrinho de batismo foi o legendário fronteiro Marechal Manoel Marques de Souza, precursor da Independência e que guiara, como tenente, as tropas de terra e mar que reconquistaram, em ação conjunta, ao comando do Tenente General Henrique Bohn, a partir de São José do Norte, a Vila do Rio Grande, em 1 ° Abr 1776, há 13 anos em poder dos espanhóis. Seu padrinho é hoje denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas, a qual é integrada pelo Grupo de Artilharia Almirante Tamandaré, com parada em Rio Grande, sendo hoje, a Brigada, comandada pelo Gen Bda Roberto Sebastião Peternelli.

O velho, experimentado, audaz, corajoso lobo do mar brasileiro, Almirante Tamandaré, âncora da lei, baluarte defensor da Nacionalidade, findou sua existência aos 88 anos, em 20 Mar 1897, no Rio de Janeiro. Dispensou honras fúnebres. Seis marinheiros de sua gloriosa e querida Marinha o transportaram da sua casa ao carro fúnebre. Tamandaré sublimou as Virtudes Militares de Bravura, Coragem, Honra Militar, Desprendimento, Devoção e Solidariedade. Sobre Solidariedade escreveu Gustavo Barroso:

“A esse homem, que nascera predestinado às lides guerreiras, o destino reservara miraculosas salvações de navios e pessoas. Fizera-as já no Rio da Prata, nas águas plúmbeas da Patagônia, acabava de fazê-las no Mar Dulce da Amazônia, fá-las-ia ainda nos mares da Europa e do Brasil”.

É com muita satisfação que a AHIMTB e o IHTRGS participam das justas homenagens a este grande herói através do Informativo O GAÚCHO.

(Foto de Tamandaré retirada do Caderno de História do Memorial do RGS, nº 34)

Reunião da AHIMTB e do IHTRGS no CMPA e Inauguração da Sala de Aula AHIMTB

Em setembro do corrente ano, foi realizada uma reunião da AHIMTB/IHTRGS no Salão Nobre do CMPA, com a presença do Presidente, Cel Cláudio Moreira Bento. Foram tratados diversos assuntos, entre os quais a produção de obras e textos por membros das duas entidades, o bicentenário de Osório em 2008 e distribuição de livros entre os presentes. A reunião contou, no final, com a presença do Cmt do CMPA, Cel Vasconcellos.

No prosseguimento foi inaugurada, pelo coronéis Vasconcellos e Bento, a Sala de Aula AHIMTB, situada no 2º piso da Ala da Frente do CMPA.

Abaixo, imagens dos dois eventos.



Reunião no Salão Nobre: da esquerda para a direita, Cel Edmir Mármora Júnior, Dr. César Pires Machado, Cel Juvêncio Saldanha Lemos, Cel Bento, Cel Caminha, Gen Egeo Oliveira Freitas, Cel Mauro da Costa Rodrigues e Dr. Aécio César Beltrão. O Cel Bento comunicou estar pronto seu livro "General Osório - o maior herói e líder popular brasileiro - e bastante adiantado seu livro -O Casarão da Várzea, 1885/2007- em parceria com o Cel Caminha.



Corte da fita de inauguração da Sala de Aula AHIMTB pelo Cel Bento e Cel Vasconcellos.



Interior da Sala de Aula AHIMTB: Cel Vasconcellos, Cel Bento, Cel Caminha e Dr. Aécio Beltrão



Alunos e alunas do CMPA - Casarão da Várzea - aplaudindo o ato de inauguração da Sala Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) por seu presidente Cel Bento, aluno do Casarão em 1951/52 e por seu comandante Cel Vasconcellos, assistidos pelo Cel Caminha, professor.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Nº 48 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

Cel Inf QEMA MÁRIO DAVID ANDREAZZA (1918-1988)



O Coronel Mário David Andrezza se insere na História da Amazônia Brasileira como o grande integrador dessa área estratégica ao restante do Brasil, por rodovias, na qualidade de Ministro dos Transportes por sete anos, de 1967 a 1974, e de onde sobressai a construção da Transamazônica, por ele inaugurada em 30 de janeiro de 1974, depois de cerca de três anos e sete meses de sua aprovação por Decreto-lei, em junho de 1970.

Além da Transamazônica, foi realização sua como Ministro dos Transportes, a rodovia Porto Velho-Rio Branco, na Calha Norte, inaugurada em outubro de 1971. Foi também iniciativa sua como Ministro dos Transportes a inauguração do asfaltamento das rodovias Belém-Brasília e Belém-São Luiz, empreendimentos que o consagram como o campeão da integração rodoviária da Amazônia, como o Marechal Rondon o foi de integração da Amazônia por telegrafia. Ações notáveis, de ambos, dentro da estratégia de "Integrar para não entregar" a Amazônia Brasileira.

Na inauguração da rodovia Pedro Teixeira, ligando São Luiz a Belém, por solicitação do DNER, produzimos a plaqueta "A conquista da Amazônia", Rio de Janeiro: DNER, 1973, que foi amplamente distribuída. Nela recordávamos a atuação de Pedro Teixeira na vitoriosa guerra de resistência contra os estrangeiros que haviam estabelecido fortificações e feitorias no interior da Amazônia. Capitão Pedro Teixeira que ao pesquisarmos, em Portugal, concluímos que ele possuía 66 anos e fora nomeado Capitão-Mór e General de Estado, para levar adiante a conquista da Amazônia, conforme registro no livro que citado ao final deste texto.

Como Ministro do Interior do Governo do General João Figueiredo, Andrezza foi o conferencista da abertura, em abril de 1979, do XI Ciclo de Altos Estudos da Amazônia onde fez declarações a respeito do Projeto Jarí, área de 36.060 km², explorada pela Jarí Florestal e Agropecuária Ltda, controlada pelo americano Daniel Ludwig onde Mário Andrezza destacou "as contribuições da Jarí no desenvolvimento de uma tecnologia para a Amazônia, desconhecida pelas empresas nacionais, até a implantação do Projeto Jarí".

Como Ministro do Interior conseguiu uma solução pacífica, em maio de 1984, após 42 dias de impasse, entre o governo e os índios Txucarramães,

motivada pelo seqüestro de uma balsa pública pelos indígenas, que interromperam o tráfico na BR - 080 e mantiveram como reféns nove funcionários da FUNAI, terminando com que a tribo do Cacique Raoni conseguisse a demarcação de uma área devoluta de 186.000 hectares, considerada sagrada para os índios, à margem direita do rio Xingu e, ainda, a demissão do Presidente da FUNAI.

Mário Andreazza nasceu em Caxias do Sul, em 20 de agosto de 1918, filho de Atílio e de Inês Corso Andreazza. Ingressou no Exército em abril de 1938 na Escola Militar do Realengo, onde foi declarado Aspirante de Infantaria em agosto de 1941. Lá, evidenciou a sua liderança ao ser eleito pelos seus colegas cadetes Presidente da SAM (Sociedade Acadêmica Militar).

Sua carreira teve o seguinte curso: 2º Ten, Ago 1941; 1º Ten, Abr 1943; Cap, Dez 1945; Major, Abr 1953; Ten Cel, Dez 1960 e Cel, Ago 1965. As três últimas por merecimento. Casou com D. Liana Urtiaga Andreazza com a qual teve dois filhos.

Freqüentou com destaque os seguintes cursos militares: a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra. Foi instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército e da Missão de Instrução Brasileira no Paraguai. Foi adjunto das 2ª e 3ª seções de Estado-Maior do III Exército (atual Comando Militar do Sul), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Com a Contra-revolução de 31 de Março de 1964, foi nomeado, como Tenente- Coronel, Oficial-de-Gabinete do Ministro da Guerra, General de Exército Arthur da Costa e Silva. Foi um dos arquitetos da candidatura do General Costa e Silva para substituir o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com a vitória do General Costa e Silva, o Coronel Mário Andreazza foi convidado a ser o Ministro de Transportes de seu governo, tendo sido empossado em 15 de março de 1967. E daí em diante liderou ciclópica obra de Engenharia, traduzida pelos seguintes empreendimentos, entre outros, com vistas à Integração e o Desenvolvimento Nacional: - Inauguração da 2ª etapa da Via Dutra Rio-São Paulo, 1964.

- Em março de 1969, inaugurou a BR 277, ligando Paranaguá-Assunção, concretizando um dos Corredores de Exportação, sonhados pelo notável geopolítico brasileiro Marechal Mário Travassos , que foi o primeiro comandante da AMAN.

- Construção da Ponte Rio-Niterói.

- Ponte sobre o arroio Chuí, ligando o Brasil ao Uruguai.

- Construção da malha viária no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes em 1971.

- Construção do Trecho ferroviário Uberlândia-Araguari, inaugurado em março de 1973, integrando Brasília, via ferrovia, à malha ferroviária nacional.
- Construção da rodovia entre Porto Seguro e Baía de Cabralia, onde fomos honrados com consulta histórica sobre o verdadeiro local da descoberta do Brasil, que opinamos por Cabralia, conforme consta na obra: MAIA, Augusto Cezar de Sá da Rocha. Do Monte Pascoal a Cabralia. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1973, p. 25. Obra na qual, em seu prefácio, o Ministro Andreazza escreveu:

"Faltava, entretanto restaurar a verdade histórica, ou tentar restaurá-la, tantas eram as versões em torno do roteiro de Cabral naquelas cercanias, a vista da terra, a ancoragem, os primeiros contatos. Ficamos confusos entre divergências que historiadores ilustres situavam sem esclarecê-la".

Realizamos a pesquisa para esclarecer esta insegurança histórica nos pronunciando pela descoberta do Brasil na baía de Cabralia, o que amparou a construção da rodovia asfaltada Porto Seguro-Cabralia, para cuja inauguração fomos convidados em função de nossa pesquisa.

Ao término do governo do General Médici, Mário Andreazza, recusou sua candidatura ao Senado pela Guanabara. Assumiu a Presidência da CEC - Equipamentos Marítimos e Industriais em Niterói e a Vice-Presidência da Companhia de Seguros Atlântica Boa Vista em São Paulo.

Em 1977 foi um dos principais articuladores da candidatura do General João Figueiredo à Presidência da República e do qual se tornou seu Ministro do Interior. Lançou-se candidato à sucessão do Presidente João Figueiredo, ao lado das candidaturas de Paulo Maluf e Aureliano Chaves. Candidatura que terminou com a solução do Governador de Minas Tancredo Neves, como Presidente da República, e José Sarney como Vice- Presidente, o qual teve que assumir a Presidência em decorrência do falecimento de Tancredo Neves antes de tomar posse no cargo .

Com o término do Governo do General Figueiredo, em 15 de março de 1985, deixou o Ministério dos Transportes e assumiu uma Diretoria do Bradesco Seguros. Pouco tempo depois faleceu em São Paulo, aos 70 anos, deixando sua marca inapagável na vida nacional e na luta para a conquista progressiva do Objetivo Nacional Permanente do Brasil: - Integração Nacional e nela a integração rodoviária do Amazônia ao Brasil -

A Transamazônica, com a qual tanto sonhou e construiu, no esforço de transferir do Nordeste do Brasil, "homens sem terra, para as terras sem homens", nos vales úmidos do Maranhão, Piauí e Amazônia, foi praticamente abandonada, cabendo a culpa a ser determinada por especialistas no assunto, mas temos certeza que este abandono lamentável da obra notável que lá realizou não será colocado historicamente na sua conta.

E os habitantes das margens da Transamazônica, testemunhas dos anos 1970/74 da construção da Transamazônica, guardam de Mário Andreazza uma lembrança de seu carisma, grandeza, patriotismo e empenho para tornar a Transamazônica uma realidade, que lamentavelmente de lá para cá foi deixada praticamente no abandono. Lamentável!

Para o seu estado natal, o Rio Grande do Sul, o nome de Mário David Andreazza, filho de Caxias do Sul, forma entre os dois heróicos gaúchos Plácido de Castro e Joaquim Caetano da Silva:

- o primeiro, filho de São Gabriel, ao qual muito se está a dever a incorporação do Acre ao Brasil;

- o segundo, diplomata filho de Jaguarão, Joaquim Caetano da Silva, autor da obra em francês em dois volumes L'Oyapock et L'Amazone, da qual se valeu o Barão do Rio Branco para defender os interesses do Brasil no Amapá, e assim obter laudo arbitral do Presidente da Confederação Suíça, favorável ao Brasil, emitido em 1900, incorporando em definitivo ao Brasil 260.000 Km², fatos que abordamos em nosso livro, solicitado pela Escola de Comando e Estado-Maior no comando do Gen Bda Paulo César Castro, Amazônia Brasileira-Conquista, Consolidação, Manutenção (História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003. Porto Alegre: AHIMTB/Metrópole, 2003, no qual abordamos as lutas internas e externas envolvendo a Amazônia, bem como as pressões e ambições internacionais sobre ela, das quais poucos brasileiros tem consciência, bem como a evolução da estrutura militar terrestre na Amazônia desde a fundação do Forte do Castelo em Belém até a criação do Comando Militar da Amazônia.

Nº 49 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

12 DE SETEMBRO DE 1963: O LEVANTE DE BRASÍLIA

Um testemunho e algumas observações - Ary dos Santos

(O autor é Cel Inf da Reserva - Turma de 1958)

Corria o ano de 1963. O quadro político-social brasileiro era, mais do que indefinido, extremamente confuso. Na área militar, a situação era intranquila pelas ações e omissões de um Governo que pouco produzia e, quando falava, somente se externava por ideais e símbolos da esquerda que arrastavam muitos incautos, com idéias falsas e, como sempre, com objetivos eleitoreiros.

Em Brasília, na época já capital, de direito, mas ainda não integralmente de fato, era esse o clima, por volta de agosto. A única Unidade do Exército aproximadamente completa na Capital era o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), herdeiro histórico do “Batalhão do Imperador”, que respondia pela segurança de todo o Distrito Federal valendo-se, para o cumprimento dessa extensiva e intensiva tarefa, do sistema de dupla-incorporação e do esforço de seus quadros para atender a todas as imposições. No quartel ao lado, onde se

ergue o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), agrupavam-se núcleos não só daquele futuro batalhão mas também de outras Unidades que iriam, com o tempo, enriquecer o efetivo militar do DF, além de um grupamento de pára-quedistas deslocados para Brasília a título de reforçar a segurança.

Na segunda quinzena de agosto, seca no auge, os oficiais do BGP, além de suas tarefas normais, foram chamados a atuar como Comandantes de frações de valor variável, inclusive dirigindo viaturas, para responder pelo patrulhamento das cidades satélites, tendo em vista que a Polícia Militar fora afastada dessa atividade em face de graves problemas ocorridos em algumas situações de conflito. Toda essa etapa de agitações, conduzidas e/ou induzidas pelos líderes locais da esquerda, concluiu, na noite de 03 de setembro, com uma concentração na Praça 21 de Abril, na Avenida W-3.

Como vários outros colegas, participara de todas essas atividades e preparava-me para alguns dias mais calmos quando, na madrugada de 04 de setembro, recebi um telefonema de São Paulo, avisando-me ser iminente a chegada do meu primogênito. Somente graças à boa-vontade de todos - pois na época não existiam cheques especiais, cartões e nem mais do que dois vãos diários para a capital paulista - consegui, via Rio, ver meu filho por volta das 14 horas, já com 6 horas neste mundo.

Terminados os dias de dispensa a que fazia jus pela legislação, retornei à Brasília, pela tarde de 11 de setembro, em um vôo que, mais compatível com meus proventos, fazia duas ou três escalas. Um incidente com o aparelho, deixou-me em São José do Rio Preto, onde a muito custo, consegui concluir, via Goiânia, o vôo para o DF, onde cheguei já à noite. Depois de um banho reconfortante e algumas providências para o dia seguinte, preparava-me para dormir, por volta das 22:30 horas, quando batidas na porta do quarto trouxeram-me, abruptamente, de volta à realidade profissional. Era o Sgt Borges, profissional exemplar e antigo, na função de Adjunto do Oficial-de-dia, avisando que havia estourado uma sublevação de militares de outras Forças e talvez o nosso quartel fosse um alvo. Aprontei-me de imediato, enquanto formulava algumas hipóteses. O fato é que, pelo cansaço e pelo envolvimento e emoção inerentes ao nascimento de um filho, não me aprofundara no noticiário dos últimos dias e mal soubera da cassação do mandato, pelo Judiciário, de um Sargento eleito deputado federal. Veio-me à mente, em primeiro lugar, a segurança dos integrantes do batalhão, dos quais cerca de 1200 soldados “granadeiros”, naquele horário em merecido repouso, e também das instalações, naquela época um quadrilátero totalmente permeável à uma ação dos sublevados, e apenas com uma sentinela em cada um dos seus vértices.

Não havia tempo para consultar alguém e nem conhecia a extensão e a

gravidade dos fatos, e só depois de algumas horas ficaria sabendo que apenas mais três Oficiais estavam no Quartel, um deles o oficial de dia. Mas éramos Oficiais (e Sargentos, que foram se incorporando às atividades) e não há Exércitos distintos. Assim, agimos como, por certo, agiriam, hoje, os Oficiais e Sargentos atuais, respeitando os valores da disciplina, da hierarquia e, sobretudo, da lealdade, os quais tem sido cultuados como orientadores da ação permanente da Força.

Saindo do meu alojamento, decidi-me a levar três soldados e um Cabo (Veloso) para simplesmente dobrar os postos existentes, o que efetuei em poucos minutos. Retornando à minha Companhia (2ª Cia de Fuzileiros) encontrei-me com o Cap. Francisco José Schimidlin de Castro e, após uma rápida troca de idéias, tomamos duas providências:

-ele, como responsável pelo setor de transportes, acionou todas as viaturas e as reuniu no pátio interno do Quartel, aumentando a segurança do precioso material e, ao mesmo tempo, deixando-o em condições de pronta utilização quando necessário;

-da minha parte, mandei “tocar alarme e preparar” (basicamente acordar, colocar o uniforme e se armar) à 2ª Cia de Fuzileiros, verificando os sargentos que estavam presentes para comandar os pelotões e, em seguida, tomei a mesma providência quanto à 4ª Cia de Fuzileiros. Saberíamos mais tarde que toda essa agitação - viaturas e pessoal - foi determinante para que os rebelados, que já se achavam no fundo do quartel, relutassem em tentar conquistá-lo.

Informado da presença do Maj Hernani de Azevedo Henning, oficial do Estado-Maior do batalhão, no Pavilhão de Comando, fui ao seu encontro, ocasião em que, com sua calma e eficiência habituais, me informou da presença muito provável de rebelados na área do fundo do Quartel. Rapidamente, lhe dei conta que reforçara os dois postos no fundo do quartel e, agora em desabalada carreira, retornei aos dois locais onde, para minha tranqüilidade, os encontrei sãos e salvos e a postos, como determinado, providenciando para que permanecessem mais próximos do aquartelamento. O cabo Veloso, a quem eu dera uma área para se instalar, decidira recuar um pouco mais, obedecendo a instrução militar recebida, de fugir à claridade da lua, o célebre “ver sem ser visto”. Em toda minha vida profissional poucas vezes uma instrução teve um efeito tão importante...

Como combinara com o Maj Henning, determinei que a 4ª Cia se desdobrasse nos fundos (lateral oeste) do Quartel com ordens taxativas de prender e, se necessário, atirar em quem se aproximasse. Nesse desdobramento, e em operações futuras, destaco a atuação do Sgt Barros, daquela subunidade, pelo pronto atendimento às determinações e transmissão de confiança aos jovens soldados. O mesmo procedimento foi adotado em relação à 2ª Cia que foi

desdobrada na lateral Norte do batalhão, então um espesso cerrado e onde, muitos anos mais tarde, eu estaria me instalando como E-3, no quartelamento da 3a Bda Inf e, antes de passar para a Reserva, seria Subchefe e Chefe de importante seção do Gabinete do Ministro do Exército. Coincidências...mas valem ser lembradas, pois, durante todos esses anos, mudaram minhas atividades, permaneceram porém - ativos ou latentes - os mesmos problemas que, com nuances diferentes, atormentam o Brasil, até os dias atuais, mantendo-se o Exército voltado sempre para suas missões constitucionais.

Enquanto diversos oficiais e sargentos chegavam ao BGP, no quartel da PE o seu Cmt e alguns Oficiais resolveram, por desconhecerem a situação, entrar pelos fundos do quartel, quando foram presos pelos revoltosos e conduzidos à Base Aérea de Brasília, local controlado pelos revoltosos e cárcere dos oficiais. Dois tenentes da PE, entretanto, Haraldo de Oliveira (Turma de 1957) e Eduardo de Oliveira Fonseca (Turma de 1958), entraram normalmente no seu quartel e, horas mais tarde, conforme depoimento verbal feito a mim, organizaram um destacamento e se dirigiram para o DTUI (Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos), equivalente a uma central telefônica do DF, situada na Asa Sul, quadras 400, até então em poder dos amotinados. De fato, durante a noite e parte da madrugada, os quadros sublevados da Marinha e da Aeronáutica, passaram a controlar não só esse órgão como também assumiram prédios militares na Esplanada dos Ministérios, além de se instalarem com farto armamento nos fundos dos já citados quartéis do Exército. Os dois tenentes reassumiram o DTUI, de forma vigorosa e até um pouco fora dos padrões habituais, chegando a perseguir alguns militares amotinados que debandaram em correria pelas quadras. Em situações excepcionais, impõe-se iniciativa do Cmt e também medidas excepcionais. Na área dos quartéis, lenta e seguramente, alargou-se o cerco defensivo das duas companhias em torno do BGP, objetivando garantir a inviolabilidade do mesmo.

O Cmt do BGP, Cel. Raymundo Netto Corrêa, deslocou-se para a esplanada, assumindo, no prédio do Ministério do Exército, o Comando da 11ª Região Militar, tendo em vista que o seu comandante - Gen Fico - encontrava-se fora da guarnição. Com ele seguiu, entre outros, o Ten André Leite Pereira Filho (Turma de 1959), com um efetivo de soldados granadeiros para reforçar a guarda daquele ministério. Quando esse pelotão preparava-se para formar o perímetro de segurança do Ministério, três ou quatro amotinados que controlavam o vizinho Ministério da Marinha, investiram, atirando contra o mesmo. Naturalmente os soldados, em seu inesperado “batismo de fogo”, se protegeram, aguardando ordens, enquanto o Ten. André, tomou a posição deitado e, depois de concluir a montagem da metralhadora Madsen que estava próxima, passou a atirar contra

os atacantes. Com o passar dos segundos, refeitos da surpresa, os soldados da guarda e outros do reforço recém-chegado também reforçaram o fogo, obrigando os atacantes a reflúem para o seu prédio, com algumas baixas.

O Sub-Cmt do BGP, Cel Inf Antonio Barbosa de Paula Serra, assumiu o comando operacional do BGP e, já garantida a segurança física do aquartelamento, organizou a coluna motorizada constituída por caminhões militares e ônibus civis transportando o maior efetivo possível do BGP, tendo à frente, em posição para eventual tiro horizontal, os canhões da Bateria Independente de Artilharia, para a ação de limpeza final na Base Aérea e na Área Alfa (Marinha). Quando iniciamos o deslocamento, cerca de 0900 horas, no pátio do BPE a tropa pára-queda ali aquartelada fazia treinamentos para “controle de tumultos” não havendo, entretanto seu emprego prático nas ações.

A tropa dirigiu-se, na direção Sul, pelo EPIA (Eixo Principal de Indústria e Abastecimento), via que praticamente faz parte da ligação do Sul com o Norte e Nordeste do Brasil, fixando seu Cmt, como primeiro objetivo a liberação da Base Aérea. Para isso determinou-me que, com um pelotão, cumprisse uma proteção do flanco da tropa, na Rodovia 040/020, próximo ao cruzamento com a avenida que, dali, se destina à região do Aeroporto. Estabeleci as medidas necessárias, face ao controle dos passageiros dos veículos, e a uma possível ação por parte dos revoltosos, vindos do sul, pela mesma rodovia. Foram tomadas todas as medidas para tal, embora o efetivo fosse um tanto reduzido e a missão envolvesse atividades de controle policial e, simultaneamente, atividades de combate, pois deveria ficar em condições de um embate com eventuais grupos de amotinados oriundos da área Alfa. Isso incluía, principalmente, o posicionamento das metralhadoras e a “amarração” (fixação dentro de certos limites) do seu tiro, evitando que um eventual tiro livre atingisse pessoas não envolvidas no conflito.

Na Base Aérea, foram libertados os oficiais presos, os quais, ainda conforme relatos verbais, “deveriam aderir ao movimento em 24 horas ou serem executados” justiça almejada pelos líderes esquerdistas como padrão para o País o que, de certa maneira, se repete até os dias atuais. Durante essa fase, o Cel Serra, reavaliando a minha missão inicial e conhecedor de outros dados sobre o efetivo da Área Alfa (objetivo 2), houve por bem enviar para meu auxílio, sucessivamente, os pelotões comandados pelos Ten Fernando Cardoso (Turma de 1959) e Ten Augusto César Monteiro Teixeira Coimbra (Turma de 1960). Com mais dois pelotões a meu comando pude, realmente, rearticular melhor o dispositivo, pois o eventual embate com tropas de amotinados vindas em sentido contrário seria uma hipótese bastante desconfortável para um pelotão apenas. A missão prosseguiu com os incidentes normais como a detenção temporária de duas pessoas - um civil e um militar - mas sem maiores problemas, durando três

horas até o retorno do grupamento do Cel Serra.

Reiniciado o deslocamento, atingimos a pista de acesso à Área Alfa (Marinha), onde, pela madrugada, um modesto estafeta motorizado de uma empresa fora metralhado pela guarda dos amotinados. O reconhecimento efetuado indicou que os integrantes daquela corporação estavam em forma, desarmados, comandados por um Sub-Oficial, aguardando a chegada do comboio para se render. Feito o contato, aproximadamente 200 amotinados, no decorrer do final da tarde, foram enviados presos para o Ministério do Exército, onde permaneceram detidos para as conseqüentes averiguações legais. Executamos o reconhecimento da área do aquartelamento, o que deixou claro o saque efetivado contra um depósito de armamento, e a guarnecemos para o nosso pernoite. Finalmente, por volta das 2030 horas, consumimos a primeira refeição daquele dia, que fora memorável em todos os sentidos. Não deve ser esquecido que, nessa segunda parte do deslocamento, em clara demonstração de amor à sua Força, incorporaram-se ao nosso grupamento, em trajes civis, com suas armas pessoais e um carro particular, quatro oficiais daquela base da Marinha, em estreita e útil cooperação com o desenvolvimento do nosso trabalho.

Em menos de 24 horas, o Exército, basicamente representado pelo BGP, dera uma brilhante demonstração de Disciplina, Eficiência e Lealdade, sob o exemplo de seus Cmt - Cel Raymundo e Cel Serra - e com a dedicação de vários oficiais e sargentos que, em conjunto e mesmo em ações isoladas, expuseram suas vidas. Foi particularmente o BGP a única Unidade constituída a debelar o movimento sedicioso, com a participação de frações da Bateria Independente e da PE. Outras unidades e efetivos poderão ter contribuído, a posteriori, nas atividades de rescaldo das operações, mas a repressão foi totalmente conduzida pelo citado batalhão. Outros oficiais, sargentos e praças do BGP tiveram suas participações efetivas e, com certeza, tão ou mais importantes, mas não temos conhecimento suficiente dos fatos para agregá-los a esse testemunho. Deve ser ressaltado, entretanto, que mesmo agindo isoladamente, a atitude e a atividade desses profissionais convergiam para um ponto único final em face da existência, na formação dos profissionais da guerra do princípio fundamental da *“Unidade de Doutrina”*. No decorrer das operações, como é cabalmente demonstrado no texto, as condições permitiram que aflorasse outro princípio básico, que é o da *“Unidade de Comando”*, que surge na atuação do Cel Raymundo, Cmt do BGP, ao assumir o Comando Militar do Planalto e, do Cel Serra, Sub-Cmt do BGP, ao assumir o Comando Operacional das ações.

Encerramos esta síntese, para compartilhar com os leitores algumas observações referentes aos fatos citados e muito pertinentes, considerando-se a atual conjuntura brasileira. A primeira delas é de que o BGP deu uma vigorosa

demonstração do seu preparo e, como Unidade de Infantaria, da real liderança de seus oficiais sobre suas frações, acompanhados com dedicação profissional pela maioria maciça de seus sargentos. Daí julgamos mais justo titular o infeliz evento gerado pela esquerda de **“Levante de Brasília”** e não de outro nome que, mesmo genericamente, pudesse ligá-lo à classe dos sargentos, o que seria uma afronta àqueles profissionais que, particularmente no âmbito do BGP, demonstraram a excelência de seus papéis, exercidos na plenitude do amor à Instituição. Quanto aos soldados, em sua maioria do interior de São Paulo, imbuídos dos sentimentos de brasilidade e de respeito às autoridades, participaram, como militares e como verdadeiros cidadãos, dessa página brilhante da História Militar, confirmando assim o conhecido dito do Gen Osório de que “é fácil a missão de comandar homens livres, basta indicar-lhes o caminho do dever”.

Ainda hoje, temos o prazer de vez por outra, contarmos com alguns deles e, nessas oportunidades, sempre aflora o orgulho natural de terem cumprido a missão que se impunha. Jovens ainda, com 19 ou 20 anos, já haviam atendido ao primeiro chamado legal da Pátria quando se incorporaram a um Quartel, no ainda desconhecido Centro-Oeste, longe do conforto de suas residências e da companhia de seus familiares e, no evento narrado, cumpriram, na prática, com o único juramento profissional que impõe como limite máximo o sacrifício da própria vida...ao serviço da Pátria e a defesa de sua honra, integridade e Instituições! Traçaram eles aos seus pósteros a conduta reta de que o atendimento à hierarquia, à disciplina e à lealdade são perfeitamente compatíveis com a camaradagem entre todos, independente de postos e graduações.

Resta ainda uma dúvida: qual a justificativa para que o Exército e, em especial, o BGP, não comemore uma data tão cara e plena de ensinamentos para todos os militares? Não se constituíram esses fatos em exemplo concreto e louvável de Lealdade, Hierarquia, Disciplina e Eficiência? Não é do conjunto de fatos como esse que se constitui a História - de uma Unidade e, em consequência, de todo o Exército - e se fundamenta a Tradição, valor inquestionável para uma Instituição e para uma Sociedade que desejamos forte, ampla e segura?

Reconheçamos que, à época, Brasília era ainda algo remoto, tanto na mídia quanto na mente do brasileiro e, até mesmo, na de muitos colegas. Mas se analisarmos, com a clareza que o tempo aprimora, veremos que o Exército e, em especial o Batalhão da Guarda Presidencial, deixou claro, como numa espécie de *avant-première*, seis meses antes do Movimento de 64, qual a posição a ser tomada, em relação à tentativas de qualquer ideologia totalitária que tentasse se impor no Brasil. E como “não há Exércitos distintos” e “ao longo da História, temos sido sempre o mesmo Exército de Caxias, referência em termos de ética e de

moral, alinhado com os legítimos anseios da sociedade brasileira”, em que pesem as dificuldades eventuais, temos a tranqüilidade necessária para acompanhar e, se necessário, até mesmo participar do desenrolar da História, dentro do quadro da contínua cooperação do nosso Exército que, após 1985, sob a alegação de ser o “Grande Mudo”, vinha correndo o risco de transformar-se no “Pequeno Omisso”.

Brasília, 04Set2007 E-mail : santosary@uol.com.br

Edição: Delegacia da AHIMTB/RS - Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel - Delegado
(lecaminha@gmail.com)

Nº 50 - Ano 2007 – Cel Cláudio Moreira Bento

MATEANDO COM OS SANTOS

**2º Lugar no Encontro de Artes e Tradição Gaúcha - ENART 2007 - Categoria
Conto Literário Gauchesco - Juarez Nunes da Silva (*)**

O dia... era como todos os outros, mas apenasmente, era uma quarta-feira. A hora? Nem pra tarde, nem pra manhã, pois o “poncho dos pobres”, dependurado no barrote mais alto do mundo, bem no centro, alumia a orbe como candelabro de catedral, sem espalhar sombra pra lado nenhum. Quente? Uma barbaridade, pois eu estava suando mais que cavalo gordo em véspera de chuva, seguindo a passos largos aquele peão pilchado de branco, que até tinha ares de posteiro. O tal, de olhar muito firme, nariz apontando pro céu, como a querer cheirar essências divinas, estava à minha frente num passito aligeirado de lançador de bochas, quando derrepentemente, surge por detrás da coxilha a quinha de um varandão - um capricho da arte da carpintaria, feito de tábuas de pinheiro nativo. Por sinal, me parecia até um comprido galpão de CTG, bom pra se dançar afigurado. Fiquei inquieto como galho de sarandi no vento, ao ver na crista da cumeeira, bem instalado, um corvo solito. Aliás, corvo sempre anda em comitiva e aquele estava de escoteiro! Até ‘percurei’ em volta, bombeando alguma carcaça de rês ou novilha morrida de alguma peste, mas... nada vi que justificasse a presença do indesejável mangrulho carniceiro. E fui me chegando pra porta do varandão, despacito, e naquela de cuidar da ave de capa preta, perdi de vista o meu sinuelo de pilchas brancas. Postei-me em frente à entrada, que nem porta existia, e o que vi, me deixou faceiro como calhanda em varal de charque: no atravessar o baldrame, havia um fogo de chão, com um trafugueiro de angico queimando na pressa de manter a água do mate no ponto. Escarrapachado num cepo acobertado por um pelegão de merino, tava lá um índio velho, trajado com uma roupagem esquisita - até parecia artista de película antiga, numa calma e serenidade como tarde em ressolana.

Gritei um “Buenas Tardes” de ecoar nos quatro cantos do rancho, e já levei

um pito: “Tchê, por mais que meu cabelo entordilhado denuncie, eu ainda não sou surdo... e... proseie mais baixo pra não anarquizar a reunião que se passa no aposento ao lado! Mas te abanque criatura, sorva um mate, e qual é a tua graça?” Apanhei a cuia estendida e sem perder o entono, respondi forte, novamente: “Salustiano!” Bah! O meu grito deve ter doído nele como fincada de espinho de juá, que o tal me deu uma daquelas olhadas de capincho gordo. No soflagrante, antes que levasse outra carraspana, já perguntei: “E vosmecê, como se chama?” Sério como estampa de viúva, ele me respondeu: “Expedito!” Pra mim, foi como uma picada de mutuca. Daí que eu entendi a “parecença” do tal e o porquê do corvo solitário: vestido com uma túnica bege, pouca armadura, capa encarnada, sandálias trançadas até a altura dos joelhos... era o próprio Chefe Legionário Romano estampado nos santinhos que andam por aí...o Santo Mártir da décima-primeira hora, o Santo Expedito das causas urgentes! Meu Deus, será mesmo que eu tinha batido com a alcatra nas carquejas - tinha sido carregado com os pés pra frente - e estava mateando no céu? E não é que perigava ser verdade? Daí que me dei conta do assucedido no intróito da minha chegada por aqui. Pois lhes digo. Num upa, quando me dei por conta uns pares de minutos atrás, tava eu extraviado numa bicha de gente, interminável como sermão de padre em festa de padroeiro - uma gentama que brotava que nem água em manancial. E eu, encolhido como tripa na brasa, ia sendo levado por aquela turba que se acotovelava e esfolava os “garrão” num empurra-empurra medonho. Pra dizer a verdade, não sabia do que se tratava e nem o que eu fazia por ali, até que ouvi uma voz me chamando: “Oh, ooh, tu aí tchê! É... tu mesmo, que tá mais sério que cusco em chalana! Te aprochega pra cá! “ Me fiz de desentendido, pois fiquei sestroso que nem graxaim vendo o galinheiro aberto, receoso de sair dali e perder a minha vez na tal bicha, que nem sei pra que servia. Logo à minha direita, um vivente com voz de leiloeiro de feira agropecuária, insistia: “Tchê, tu acha que eu sou vesgo? É pra ti mesmo que eu tô olhando! Venha pra banda de cá!” Pois seja o que o “Lovado” quiser e sai daquele entrevero. Foi aí que eu enxerguei um “baita” balcão, da altura de uns dois andares, longe de onde estava há uma légua de distância. Havia alguém lá em riba esfolando os cotovelos, mas eu nem pude ver o semblante da tal autoridade e, nem “percisou”, pois o índio velho que me tirou da bicha me confidenciou: “Aquele lá... de melena e barba branca é o dono da chave.” Pensei, “que chave?” E o outro respondeu: “A chave do céu, tchê, e tu não te bobeia que eu te boto de volta neste “redevu” e tu corre o risco de não ser apartado pelo velho Simão!” Fiquei acoquinado e achei aquela charla duvidosa como rengüera de cusco, mas bebi o angu por fervido. Será que eu tinha morrido e tava no brete celeste do aparte? E o velho Simão que ele se referiu, “acauso” não era São Pedro - o capataz da Estância do Céu? Fiquei tonto como cabrito em

campo de várzea e tinha receio de saber se tava no céu mesmo! Mas, bueno, segui o tal, que se postava importante como irmão de noiva de cabo velho. Saímos dali afastando com as mãos umas cortinas de algodão cru, e nos dirigimos para uma porta por onde entrava uma claridade medonha, e o aroma que vinha dali, me deixava muito à vontade - era o perfume de macieiras e pasto verde. Passamos por um grande mangueirão de pedra e cruzamos uma cancela de varejão, seguindo num carreiro feito pelo gado, que subia a coxilha. Foi então que percebi que o vivente que me apartou dali, tava de pilcha branca, e o resto... eu já assuntei. Mas, então, deixando de lado os pormenores do assucedido, quando me dei por conta, tava de joelho segurando a cuia numa mão e fazendo o sinal da cruz com a outra - nem sei se espalhei corretamente os nomes dos santos pela cara. Sem saber se podia olhar diretamente pro santo, perguntei: "Aqui é o céu?" Ele respondeu: "É..., mas já foi um pouco mais tranqüilo, o que dá direito ao pé-de-peia ficar se rindo no andar de baixo. *Veja aquele borralho - apontando com a ponta da espada um fogo de chão apagado num canto do galpão - já faz tempo que os anjos não mateiam ali, contando os seus causos das lidas com os viventes ou trombeteando as suas canções. A xiruzada de asa tá virando direto 24 horas de guarda, sem folga, cuidando do povaréu! A lida tá mais pesada que pastel de batata!*" Mais perdido que grão de ervilha em feijoada, questionei: "Mas, que mal lhe pergunte... onde estão os outros santos?" E o soldado celestial respondeu: "Tão aaali - fazendo légua de beijo - atrás daquela porta numa reunião do Conselho Divino. Eu até saí um pouquinho pra tomar um ar... *Veja meu filho: há muito que não nos sobra tempo pra ficar um pouco "devarde". Uma vez, os viventes agradeciam as graças com mais freqüência e nós, ficávamos aqui 'escuitando' os louvores, entre um mate e outro. E agora, viraram pedinchões! Gente pra louvar as graças recebidas lá em baixo, tá mais difícil que encontrá caveira de burro!*" Nisso, devolvi a cuia pro Expedito, afinal de contas, era ele o cevador. Então, ele encheu o mate, deu uma gerveada com gosto e continuou a prosa: "Não lembro mais quando foi a última vez que a Santa Bárbara andou por aqui. Tá na lida com essa folia de ciclone, temporal e raio, e o povo só se lembra dela quando troveja! E o São Paschoal Bailão, anda dando pinote que nem cobra mal matada, com esta conversa de 'tchê music' e maxixe nos CTGs. Há horas que ele não vem tafulerear por aqui, fazendo rimas e contando causos. Por último, ele tava enredado que nem carrapicho em cola da vaca roceira, numa reunião baguala com o Pedro Raimundo, o Honeyde Bertussi, o Caetano Braun, o Bilia, o Teixeira, o Gildo de Freitas e mais uma porção de artistas numa conversa medonha, pra ele acudir as cantorias e ritmos gaúchos que estão em vias do destrambelho... Te digo: a "cosa" tá mais braba que sarna da preta!"

Nisso, a tal porta se abre e sai lá de dentro um “índio velho” com pouco cabelo e barbas compridas, com ares de santidade, trazendo sob o braço um baita dum livro. À frente dele vem um leão com o olho esquerdo arroxeadado e com os quartos lanhados de unha, que se rebolcou junto ao meu lado (cheguei a balançar o corpo como pelincho no arame). O velho, era o São Jerônimo, sacudindo a cabeça e proseando em reprovação: *“Mas que barbaridade... a gurizada não quer mais saber dos livros, só da tal internete, eme-esse-ene, orcute... e o serviço... ninguém mais quer saber de trabalho... só de emprego...!”* Perdido como pulga em favo de bombacha, o jeito era eu estender a badana na conversa. Mas antes, dei uma de enturmado e gentil, e alisei a juba do tal leão. O bicho-fera me deu uma olhada de aruá, como a dizer: *“tu quê manchá os ‘argodão’ das cueca?”* O velho santo foi se chegando pra perto de um janelão e sentou-se com o braço escorado pra fora, bombeando longe. Logo, no palmeio do porongo, a cuia lhe chegou à mão. Então, assuntei o “São Jeromo” pra saber o que tinha acontecido com o olho do mascote, e o “alimalzinho”, azedo como figo brabo, virou a anca pro meu lado e me deu um guascaço de cola nas costas, de sacudir poeira. O Santo, então, botou a carreira fora: *“Pois este gadelhudo podia tá lá fora comendo boa fruta, bebendo água fresca, tirando uma soneca na sombra do chorão, mas ta aqui emangueirado. A bicharada prometeu tomar emprestada a faca do São Bartolomeu e lhe tosar a juba, por ele andar fazendo lambança por aí. Não é que ele se meteu de lacaio com o cavalo do São Jorge, saltando de um barranco no pescoço do beijudo branco, pra lhe assustá, e levou uma patada de virar cambota? Não satisfeito, ficou de campana sobre uma figueira lá no capão das amoras e saltou urrando sobre os leões do São Marcos e do São Vito que tavam entretidos contando causos. Ele levou uma tamina de laço, fugindo com o recavem todo riscado de unha! E com a lida atucanada por aqui, não nos sobra tempo pra cuidar dos bichos. Deixa estar que... a passarada do Assis se foi a la cria prum pinheiral lá pra baixo, atiçados por um bando de gralhas comunadas com pagagaios maitaca; o cavalo do São Jorge anda de lombo duro, dando manotaço e não está querendo mais deixar por o lombilho; o corvo do Expedito não sai de riba do rancho agorando qualquer ‘alimal’ que cruze aqui na frente; as serpentes que o São Patrício expulsou, perderam a vergonha e andam desfilando no terreiro e até mamando nos “ubre” das vacas da Santa Perpétua; as ovelhas da Santa Inês, se foram mato à dentro corridos pelos cuscos do São Roque e do São Lázaro; os porcos do Santo Antão arreventaram a cerca de achas da horta do São Bernardo e comeram todas as morangas maduras.”* São Jerônimo regulou o “forgo”, sorveu uns dois goles de mate e eu puxei assunto: *“Mas, que mal continue perguntando... cadê o resto dos santos?”* O Expedito pigarreou e puxou a charla: *“O São Floriano, com esta seca medonha, anda*

ocupado apagando fogo das matas e de vez em quando, lhe chamam pra dá uma bombeada nas queimadas de campo ali por Vacaria, Bom Jesus e São Chico. Por falar em São Chico... o de Paula, anda muito requisitado pelos pescadores, pois a peixarada tá sumindo, uma barbaridade!; há tempos que a xepa não tem mais gosto, pois a Santa Zita e a Santa Marta que cuidavam da bóia por aqui, estão muito requisitadas. Aliás, o dragão da Santa Marta e o do São Jorge, um dia destes, andaram se estranhando. Uma rabanada, sem querer, no cogote do outro, terminou num cospe-fogo medonho, causando um incêndio no trigal do Santo Isidro. Houve uma pausa pra limpar a garganta e eu aviventei as brasas na minha curiosidade: “Mas tem algum santo ‘devarde’ por aqui? Nisso, me entra no galpão, numa pressa de garçom de quermesse, outra santidade, que responde: “Mas é claro que tem! E o “bixo-velho” tá ali na volta do riacho, debaixo de um cinamomo, palmeando um caniço!” Todos ficaram se olhando e o São Jerônimo, com cara de vaca encilhada perguntou: “Mas tu tá falando de quem? E o recém-chegado respondeu: “O Tonho! Acauso vocês tem escutado algum pedido de casamento uns ‘par de mês pra cá’? Pois é, casamento já era, o negócio agora é “ficá junto” ou se “amigá! E o Expedito confirmou: “Pois é, taí uma “cosa” que eu concordo!” E quem era a santidade que havia chegado, pialando a conversa e o mate?” Num já, o Expedito me assoprou: “Esse aí, é o Judas Tadeu, o das causas perdidas. Tá vendo que ele deixou a alabarda dele encostada do lado de fora? Cuide que ele veio só buscar fogo e já vai sair num haja-e-haja!” Mas a “cosa” ia indo nesta charla de prenúncio de anarquia celeste até que, me aparece outro santo na porta do rancho, suado que nem tampa de chaleira. Ao me ver, vem me cumprimentar ao estilo gaúcho: “Buenas, eu sou o Hipólito. E tu tchê, quem és?” Respondi direto como goela de João-grande: “Salustiano, seu criado!”

O Expedito tomou a palavra e questionou o visitante: “Que cansa é esta Hipólito? Acauso tu tava paletando lebre?” E ele respondeu: “Chô-égua! Nem te conto! Não é que meu cavalo deu pra fugir como burro guacho! Não fui encontrar ele com mais uma bagualada correndo carreira em campo aberto? E quem disse que ele me deixou por o buçal? E tava lá também o Martim, o Pancrácio, a Joana e o Henrique, brabos que nem cotiara, correndo atrás dos seus ventenas. Pelo que me disseram, foi o cavalo do Jorge quem desencaminhou a cavalada, e ainda corria aposta, entre eles, de cargueiro de milho, aveia e até fardo de alfafa nos tiros de quatrocentos! E vou quebrar o sabugo de uma vez: tava lá as mulas do Mendonça e os camelos do Mennas correndo na penca! A ‘cosa’ tá mais perigosa que ginetear com bocal de pano!” Mas, deixa estar que a erva tava lavada e o Expedito me embuçalou como burro de piquete: “Tchê, tu que estás aí alpedo, apanhe um pouco de erva e encilha este mate!” Fui até uma tulha, abri a tampa e não tinha erva nem pra remédio: “Santo Expedito! Aqui não tem nada! E ele

respondeu: “É mesmo, o Cosme e o Damião ficaram de trazer uma ‘pura-foia’ lá do erval do Santo Inácio e eu nem lembrava mais!” “E agora - perguntei - Santo Expedito? Santo Expedito... Santo Expedito...!” Nisso, ouço uma voz feminina mui familiar: “O que tu tá fazendo aí meu veio? Quem é que tu tá chamando? O que é que tu tá ‘percurando’ aí no baú dos trem de cama? Saí daí e vem dormi que já tá amanhecendo!”

Quando assumi o domínio da carcaça velha, me vi de joelho no escuro revirando o baú dos lençóis e cobertas lá de casa, procurando a erva do Expedito! Tinha me acordado de uma camperiada lá no céu, que me valeu uma mateada com os Santos, que por sinal, eram flor de gaúchos! Voltei pro catre com cara de quem achou lechiguana sem mel e me benzi um lote de vezes, louvando pelo retorno ao meu rancho - e é claro, por não ter morrido ainda. Pra prenda que me olhava com os olhos de patacão, falei: “Muié, prá encurtá o relato, te digo que tive uma audiência com a capatazia do céu! Deixando de relambório, de hoje em diante, chega de ser pedinchão, exceto pela saúde pra que duremos uma barbaridade de tempo - até vou largá dos vício. Vamos agradecer pela vida que levamos, por que tá ‘loca de especial’ por aqui, e ainda é cedo pra entrar naquela bicha do balcão do Simão Pedro. Pelo menos até que as ‘cosa’ se acalmem lá em riba, os santos arrebanhem toda aquela bicharada, coloquem as prosas em dia... tirem uma sesta daquelas caprichadas pra descansar o lombo... isso ainda vai longe minha véia! Prá todos os santos que eu vi e os que não enxerguei... gracias pela vida e por estar aqui novamente pra continuar minha campereada nesta terra macanuda de boa!”

(*) Tradicionalista; Membro do Instituto de História e Tradições do RGS e Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

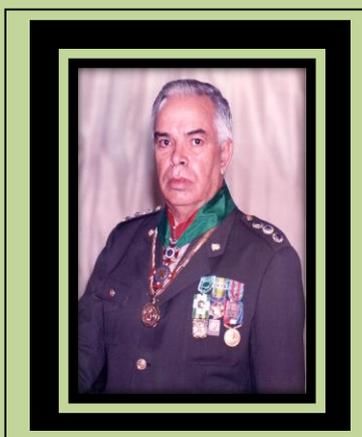
Glossário de termos gauchescos:

- poncho dos pobres: o sol; - bombeando: observando; - baldrame: viga de madeira para sustentar uma parede ou apoiar o barroteamento do assoalho; - trafugueiro: pau-de-fogo, lenha que mantém o fogo de chão aceso; - escarrapachado: sentado à vontade; - merino: raça de ovelha lanuda; - ressolana: soalheira muito forte (sol); - capincho: capivara; - soflagrante: imediatamente; - mutuca: mosca grande cuja picada é dolorosa; - bater com a alcatra nas carquejas / ser carregado com os pés para a frente: morrer; - sestroso: esperto; - graxaim: mamífero carnívoro, semelhante ao coiote norte-americano; - Lovado: Deus; - redevu: confusão; - acoquinado: intimidado; - rengüera de cusco: mentira; - cabrito em campo de várzea: fica confuso, pois gosta de andar empoleirado em escarpas; - cancela de varejão: porteira feita com palanques horizontais que são deslocados para o lado, um a um, para abrir passagem; - pé-de-peia: o diabo; - borralho: braseiro coberto de cinzas; - devarde: debalde, a toa;

- gerveada: mateada, sorver o mate; - tafulerear: divertir-se; - enredado: embaraçado; - destrambelho: sem juízo;- rebolcar: movimentos rápidos; - pelincho: ave insetívora que tem cauda de pontas brancas; - estender a badana: puxar conversa; - aruá: bravo; - botar a carreira fora: contar um segredo; - cerca de achas: cerca de tabuas cortadas a facão ou machado; - forgo: fôlego; - charla: conversa; - cara de vaca encilhada: sem jeito; - Tonho: Santo Antonio; - pialar a conversa: intrometer-se na conversa; - alabarda: lança com lâmina pontuda, com um pequeno machado na parte inferior; - buscar fogo: visita rápida; - haja- e-haja: sem perder tempo; - ventena: desordeiro; - quebrar o sabugo: entregar o jogo, contar segredo; - penca: corrida de vários cavalos; - alpedo: sem fazer nada; - encilhar o mate: reformar o mate; - tulha: caixa de madeira para acondicionar farinha, ervamate, açúcar, etc...; - pura-foia: erva-mate forte, com maior quantidade de folha moída; carcaça velha: corpo; - catre: cama rústica; - olhos de patacão: olhos graúdos; patacão: moeda antiga de prata que valia 2.000 réis; - relambório: dessinteressante, sem graça.

Editado pela Delegacia da AHIMTB no RS - Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara - Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel - Delegado
lecaminha@gmail.com

CURRÍCULO CULTURALSINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO



Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas

Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns, livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ª ed e 3 em 2ª ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves, RS, na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. É cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, Itajubá e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano completará 91 anos de idade. Se Deus quiser! Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Celular 24/999247757